

FLAVIA ALVES SANTOS

**TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL EM CONTEXTOS URBANOS E RURAIS:
Raça e Cor em Minas Gerais no século XIX**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza

Coorientadores: Carlos Ernesto G. R. Schaefer
Mateus Rezende de Andrade
Guélmer Jr. Almeida de Faria

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S237t
2021 Santos, Flávia Alves, 1982-
Trabalho e inserção social em contextos urbanos e rurais [recurso eletrônico]: raça e cor em Minas Gerais no século XIX / Flávia Alves Santos. - Viçosa, MG, 2021.

1 tese eletrônica (279 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 257-273.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.002>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalho escravo - Aspectos sociais - Ouro Preto (MG) - Séc. XIX. 2. Trabalho escravo - Aspectos sociais - Guarapiranga (MG) - Séc. XIX. 3. Comunidade urbana - Desenvolvimento - Ouro Preto (MG) - Séc. XIX. 4. Comunidade urbana - Desenvolvimento - Guarapiranga (MG) - Séc. XIX. 5. Desenvolvimento rural - Ouro Preto (MG) - Séc. XIX. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 331.11734098151

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB6 2523

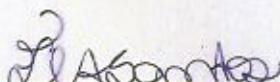
FLAVIA ALVES SANTOS

**TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL EM CONTEXTOS URBANOS E RURAIS: Raça
e Cor em Minas Gerais no século XIX**


Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 02 de julho de 2021.

Assentimento:



Flávia Alves Santos
Autora



Ana Louise de Carvalho Fiuza
Orientadora

Dedico este trabalho à Laíla,
à Rosilane, minha mãe,
e antes dela, à minha avó, D. Etelvina.

Dedico este esforço a todas
que nos antecederam,
tantas outras gerações de mulheres,
de memórias perdidas ou esquecidas,
negras ou brancas,
que com força e determinação,
nos possibilitaram chegar aonde chegamos,
e ir para aonde vamos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, embora tenha sido o último item a ser produzido nesta tese, foi o que abriu minha passagem por este percurso. Tarefa difícil nomear todos que atravessaram ou contribuíram com este trabalho, portanto me desculpo de antemão por possíveis faltas ou injustiças com uns ou outros. Meus agradecimentos antecedem meu ingresso no Doutorado. Pois para tal, contei com apoio, aprendizado e incentivo de muitas pessoas. Este agradecimento, breve e curto, em relação ao sentimento que tenho, não segue, no entanto, uma ordem específica, flui apenas de um sentimento de reconhecimento da finalização de mais um ciclo de vida, que não foi, de forma nenhuma, construído somente por mim.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV, e à esta Instituição pública de forma geral, que dispõe de muita qualidade nas diversas áreas do conhecimento que oferece, e que me formou durante estes quatro anos de Doutorado. Obrigada à secretaria do Programa, na pessoa do Romildo Assis de Rezende. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que permitiu minha dedicação a esta pesquisa, e pelo período de doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa. Nesta instituição, sou grata ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) e aos professores Ricardo Roque e João Vasconcelos, pela receptividade e ainda que breve contato, restrito em decorrência da pandemia.

Agradeço ao querido professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Marco Antônio Silveira, que me recebeu prontamente em suas aulas e muito me ensinou a respeito da História de Minas Gerais. Obrigada às Professoras: Maria Lucia Menezes e Maria Simone Euclides, por terem gentilmente aceito o convite para dialogar e contribuir com este trabalho. Assim como à Vanessa A. Barros e à Nayhara Freitas, por suas leituras e sugestões.

Obrigada à minha orientadora Ana Louise de Carvalho Fiúza, que foi uma das pessoas que me incentivou, talvez inconscientemente, a me engajar num doutorado. Meus primeiros contatos com suas aulas, ainda como aluna não vinculada ao Programa, despertaram em mim o desejo absoluto de me envolver com mais proximidade das questões sociais que me angustiavam. A ela devo o agradecimento por muito do meu aprendizado, pelas leituras atenciosas e por sua paixão pela ciência. Aos coorientadores que se dispuseram a nos acompanhar nesta caminhada, contribuindo de forma essencial para a concretização desta pesquisa. Ao Guélmer Jr. Almeida de Faria pelas incansáveis leituras, observações e contribuições em todas as partes do trabalho; ao Mateus Rezende de Andrade pelos esclarecimentos acerca do conteúdo

histórico e prontidão em sempre nos responder; ao Carlos Schaefer pelas conversas, trocas, paciência, e todo incentivo que também antecede meu ingresso no Doutorado.

Aos queridos companheiros de pesquisa do Gerar – Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades, por toda força, colaboração e aprendizado mútuo, principalmente neste último ano.

Muitos foram os amigos e companheiras (os) que contribuíram de várias formas para esta realização, seja na forma de leitura, de sugestões, debates, correções ou, não menos importante, pela amizade fortalecedora, me apoiando sempre, ou em algum momento: Nardely S. Gomes, Leticia Valle, Maria Emília Valente, Regiane Romanini, Isadora Ferreira, Rita Figueiredo, Rafael(s) Mauri e Gustavo, Miguel Ângelo, Rodrigo Alves, Fabiola Keensen, Eugênia Galicia, Míriam Albuquerque. Agradeço também à leitura atenta e disposição do querido amigo Eduardo Sacramento, e pela presença de sempre da minha zelosa tia, Maísa Bethânia.

Agradeço às minhas irmãs Karine e Gabriele pelo apoio e conversas. Aos meus pais José Osvaldo e Rosilane Mara, pelos desafios enfrentados pensando em nossa família, por apoiarem minhas escolhas, me incentivarem, por acreditarem na minha formação, e por cuidarem da gente com muito amor, em cada momento de necessidade. Ofereço esta tese, me desculpo e agradeço pela existência, à Laíla Santos Le Moigne, este ser que me impulsiona a crescer sempre, que me dá forças, me incentiva, me apoia, e à sua maneira, me perdoa por inúmeras faltas e ausências que se delongaram ao longo deste processo de doutorado. Meu sincero obrigado ao companheiro Rômulo Ferreira, que com muita paciência e coragem me acompanhou ao longo de praticamente todo o doutorado. Obrigada pela parceria, pelas oportunidades de aprendizados, pela companhia, pelas tapiocas, e pelo trabalho com as imagens editadas nesta tese. Lhe sou grata de todo meu coração pelos braços abertos que me acolheram em vários momentos, principalmente na conclusão deste trabalho.

Por último, e não menos importante, agradeço à vida, à todas suas manifestações de grandeza, de beleza, de divindades e de fé. Sou grata pelos caminhos que tenho percorrido, pelas oportunidades que me foram abertas e pela possibilidade de poder hoje concluir esta tese como produto de muito aprendizado e novas construções. Obrigada!

*Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!*

*Um de raiva delira, outro enlouquece...
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri
[...]*

*Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!*

CASTRO ALVES, Antônio Frederico de. **O Navio Negreiro:**
tragédia no mar. São Paulo, abril de 1868.

RESUMO

SANTOS, Flavia Alves, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2021. **Trabalho e inserção social em contextos urbanos e rurais: Raça e Cor em Minas Gerais no século XIX.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiuza. Coorientadores: Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud Scheifer, Mateus Rezende de Andrade e Guélmer Júnior Almeida de Faria.

Esta tese teve como objetivo analisar a influência de um contexto socioeconômico mais urbanizado ou mais ruralizado sobre o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos na sociedade mineira do século XIX. Para tanto, através da conceituação de raça, cor e trabalho, foram analisadas listas nominativas de Ouro Preto e Guarapiranga entre os anos 1831 e 1838. Por meio destas lentes teóricas, foram examinados os perfis e atuação dos chefes de fogos/domicílios em diferentes setores de atividades. A presença de chefes brancos diferiu significativamente daquela dos não brancos entre os setores analisados em ambas as cidades. De modo geral, observou-se que a maioria dos fogos/domicílios era chefiado por indivíduos pardos e sem escravos. As pequenas posses de cativos, quando existentes, foram mais frequentes que as médias e grandes posses. As condições tanto para brancos, como, principalmente para não-brancos ostentarem uma posição social, passava pelo fato de serem capazes de se distanciar do trabalho, associado à condição de escravo. A diversidade ocupacional da cidade de Ouro Preto nos oitocentos parece ter contribuído com uma pluralidade de atividades que permitia, àqueles não brancos que atingiam a condição de chefe de fogo, alcançarem condições de distinção social, e, obterem pequena, média ou grande posses de escravos. Nesta cidade, o setor denominado “Outras Ocupações” apresentou maior variedade de ocupações, e, junto com o setor “Comerciante” apresentou, também, a maior concentração de escravos para chefes não brancos. Destacou-se neste segmento populacional, um chefe preto Tenente-coronel com 24 escravos. Guarapiranga, por sua vez, se mostrou mais restrita quanto à diversidade de atividades que permitiram a chefes não brancos alcançarem prestígio social através de seu trabalho e posses de escravos. Neste distrito, destaca-se o setor Atividades Manuais e Mecânicas prevalecente dentre chefes não brancos, comumente sem escravos. Quando da presença de escravos, estes foram observados, predominantemente, em pequenos plantéis, havendo raros médios e nenhum grande plantel. A condição de chefe de fogo sem escravos aproximava, parcialmente, brancos e não-brancos nos oitocentos. Chefes de fogos sem escravos que precisavam trabalhar no próprio fogo, aproximavam-se da condição dos escravos, e eram enegrecidos socialmente. Enquanto negros e pardos com

escravos poderiam embranquecer socialmente. Assim, o “trabalho” funcionava como um gradiente social de cor nas Minas Gerais dos oitocentos. Em contextos mais urbanizados, como Ouro Preto, este gradiente social da cor se mostrou mais acionado que em contextos mais ruralizados como o de Guarapiranga.

Palavras-chave: Ocupação. Escravos. Fogos. Ouro Preto. Guarapiranga.

ABSTRACT

SANTOS, Flavia Alves, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2021. **Labor and social insertion in urban and rural contexts: Race and color in Minas Gerais in the 19th century.** Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiuza. Co-advisers: Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud Scheifer, Mateus Rezende de Andrade and Guélmer Júnior Almeida de Faria.

This thesis aimed to analyze the influence of a more urbanized or a more ruralized socioeconomic context regarding the field of possibilities for social inclusion of non-whites in Minas Gerais society in the 19th century. For that, through the concept of race, color and work, named lists of Ouro Preto and Guarapiranga between the years 1831 and 1838 were analyzed. Through these theoretical lenses, the profiles and performance of the “fogo” chief in different sectors of activities were examined. The presence of white chiefs differed significantly from that of non-whites between the sectors analyzed in both cities. In general, it was observed that most of the “fogos” were headed by brown individuals and without slaves. When the small holdings of captives existed, they were more frequent. The conditions for both, white and specially for non-whites to hold a social position, involved the fact that they were able to distance themselves from work, associated with the condition of slavery. The occupational diversity of the city of Ouro Preto in the 1800s seems to have contributed to a greater variety of activities that allowed, those non-whites who reached the status of “fogo” chief, to reach conditions of social distinction and obtain small, media or large slaveholdings. In this city, the sector called Other Occupations presented the greatest variety of occupations and, with the Trade Sector, presented the greatest concentration of slaves for non-white chiefs. A black lieutenant colonel with 24 slaves stood out in this population segment. Guarapiranga, in turn, was more restricted in terms of the diversity of activities that allowed non-white chiefs to achieve social prestige through their work and slaveholdings. In this district, the Manual and Mechanical Activities sector stands out, prevailing among non-white chiefs, commonly without slaves. When existing, small slaveholdings were observed in Guarapiranga, with rare medium and no presence of large slaveholdings. The status of “fogo” chief without slaves partially approximated whites and non-whites in the 1800s. Those chiefs without slaves who needed to work in the “fogo” itself, approached the condition of slaves, and were socially blackened. While blacks and browns chiefs with slaves were able to whiten socially. Thus, “work” functioned as a social gradient of color in Minas Gerais in the 1800s.

In more urbanized contexts, such as Ouro Preto, this social gradient of color proved to be more activated than in more rural contexts such as Guarapiranga.

Keywords: Occupations. Slaves. Fogos. Ouro Preto. Guarapiranga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Arraial de Sumidouro em 1732	33
Figura 2. Manuscrito original da lista nominativa de São Bartolomeu, Ouro Preto, 1838.	56
Figura 3. Cabeçalho das informações das listas nominativas, Guarapiranga, 1831.....	57
Figura 4. Localização geográfica da região Mineradora Central Oeste, 1996.	65
Figura 5. Localização geográfica da região Mineradora Central Oeste, século XIX.	66
Figura 6. Expansão das comarcas mineiras entre os séculos XVIII e XIX.	69
Figura 7. Freguesias de Antônio Dias e N. Shra. Do Pilar do Ouro Preto, último quartel do século XVIII.	76
Figura 8. Distribuição da informação “setor de atividade” dentre chefes de fogo por sexo. Ouro Preto, 1838.....	85
Figura 9. Comarca de Vila Rica, 1779, com foco para Vila Rica e Guarapiranga.	134
Figura 10. Elevação do Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga à cidade de Piranga.....	135
Figura 11. Distribuição das Microrregiões do Estado de Minas Gerais, 2014.....	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Classificação das raças brasileiras segundo Nina Rodrigues, 1932.	45
Quadro 2. Categorias raciais dos Censos Demográficos Brasileiro, 1872 a 2010.	60
Quadro 3. Variáveis selecionadas das listas nominativas 1831-1840.	63
Quadro 4. Ocupações de chefes não brancos de Ouro Preto, 1838.	93
Quadro 5. Perfil de mulheres não brancas chefes de fogo, Ouro Preto, 1838.	94
Quadro 6. Perfil de chefes não brancos comerciantes proprietários de médios plantéis de escravos, Ouro Preto, 1838.	97
Quadro 7. Perfil de chefes não brancos do setor Atividades Manuais e Mecânicas proprietários de médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.	101
Quadro 8. Perfil de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações” proprietários de médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.	103
Quadro 9. Perfil de mulheres não brancas chefes de fogo do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.	104
Quadro 10. Perfil de chefes não brancos de fogos proprietários de médios plantéis de escravos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.	105
Quadro 11. Perfil de mulheres brancas chefes de fogo em Ouro Preto, 1838.	111
Quadro 12. Chefes brancos de fogos com maiores plantéis de escravos no setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.	115
Quadro 13. Perfil dos chefes brancos de fogos do setor Comerciante com maiores plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.	117
Quadro 14. Perfil dos chefes de fogo brancos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.	119
Quadro 15. Perfil dos chefes brancos de fogos do setor Atividades Manuais e Mecânicas. Ouro Preto, 1838.	120
Quadro 16. Perfil da chefe branca de fogos do setor mineração (MN). Ouro Preto, 1838. ...	121
Quadro 17. Perfil dos chefes de fogo de Ouro Preto, 1838, com maiores plantéis de escravos.	123
Quadro 18. Mulheres não brancas casadas e chefes de fogos associados ao Setor de Atividades Manuais e Mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.	166
Quadro 19. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor Atividades Manuais e Mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.	169

Quadro 20. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	173
Quadro 21. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.	177
Quadro 22. Fogos de chefes não brancos escravistas do setor Comerciantes. Guarapiranga, 1831-1832.....	180
Quadro 23. Chefes não brancos de fogos escravistas no setor mineração. Guarapiranga, 1831-1832.	182
Quadro 24. Chefes não brancos de fogo arrolados como Desocupados. Guarapiranga, 1831-1832.	184
Quadro 25. Fogos de chefes não brancos escravistas e não escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.	187
Quadro 26. Caracterização das mulheres brancas chefes de fogos. Guarapiranga, 1831-1832.	191
Quadro 27. Chefes brancos de fogo com plantéis médios de escravos no setor AMM. Guarapiranga, 1831-1832.	200
Quadro 28. Chefes brancos de fogos escravistas com mais de uma ocupação. Setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	203
Quadro 29. Chefes brancos de fogo não escravistas. Setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	204
Quadro 30. Chefes brancos de fogo do setor Mineração. Guarapiranga, 1831-1832.....	207
Quadro 31. Chefes brancos de fogos escravistas e não escravistas de Guarapiranga, 1831-1832.	208
Quadro 32. Distribuição dos escravos dentre os fogos escravistas de chefes brancos por setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.....	209
Quadro 33. Chefes brancos de fogos com maiores plantéis de escravos de Guarapiranga, 1831-1832.....	210
Quadro 34. Chefes brancos e não brancos escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.	212
Quadro 35. Chefes não escravistas, brancos e não brancos. Guarapiranga, 1831-1832.	214
Quadro 36. Ocupações exercidas pelos chefes de fogos de Ouro Preto e Guarapiranga no século XIX.....	221
Quadro 37. Chefes não brancos de fogos de Ouro Preto com patentes militares, 1838.....	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição de municípios e distritos por Região, 1831-1832.	67
Tabela 2. Evolução demográfica de Ouro Preto no decorrer do século XIX.	77
Tabela 3. Distribuição da população de Ouro Preto a partir da relação com o chefe, 1838.	79
Tabela 4. Distribuição da população de Ouro Preto por faixa etária, 1838.	80
Tabela 5. Composição de indivíduos com relação ao chefe de fogos escravistas e não escravistas em Ouro Preto, 1838.	81
Tabela 6. Distribuição da população de Ouro Preto por cor e condição social, 1838.	82
Tabela 7. Estrutura da posse de escravos de chefes de fogo com informação ocupacional presente nas listas nominativas de Ouro Preto, 1838.	86
Tabela 8. Distribuição dos chefes de fogo por cor da pele. Ouro Preto, 1838.	89
Tabela 9. Distribuição dos chefes não brancos de fogo por cor da pele. Ouro Preto, 1838.	90
Tabela 10. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos de Ouro Preto, 1838.	92
Tabela 11. Ocupações de chefes não brancos do Setor Atividades Manuais e Mecânicas. Ouro Preto, 1838.	99
Tabela 12. Distribuição dos chefes não brancos de fogo do setor “Outras Ocupações” por cor, Ouro Preto, 1838.	101
Tabela 13. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.	102
Tabela 14. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.	105
Tabela 15. Fogos de chefes não brancos escravistas e não escravistas, Ouro Preto, 1838. ...	107
Tabela 16. Distribuição de cativos de chefes não brancos escravistas dentre os setores de atividades. Ouro Preto, 1838.	110
Tabela 17. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos, Ouro Preto, 1838.	111
Tabela 18. Relação das ocupações de chefes brancos de Ouro Preto, 1838.	113
Tabela 19. Perfil dos chefes brancos escravistas e não escravistas, Ouro Preto, 1838.	127
Tabela 20. Brancos escravistas, segundo a ocupação, 1838.	128
Tabela 21. Distribuição da população de Guarapiranga segundo sua relação com o chefe do fogo, 1831-1832.	138
Tabela 22. População do distrito de paz de Guarapiranga segundo cor/origem e condição social, 1831-1832.	140

Tabela 23. Estrutura da posse de escravos de Guarapiranga, por faixas, 1831-1832.....	144
Tabela 24. Distribuição dos chefes dos fogos de Guarapiranga por cor ou origem, 1831.....	148
Tabela 25. Distribuição dos chefes de fogo brancos e não brancos por setores de atividade,	151
Tabela 26. Distribuição dos chefes de fogo de Guarapiranga segundo a cor e setores de atividade, 1831-1832.....	155
Tabela 27. Distribuição dos chefes de fogo por sexo, Guarapiranga, 1831-1832.....	155
Tabela 28. Chefes não brancos de fogos escravistas de Guarapiranga, 1831.....	157
Tabela 29. Média de escravos por chefes não brancos de fogos, por setor de atividade, Guarapiranga, 1831-1832.....	158
Tabela 30. Tamanho do fogo de chefes não brancos em número de indivíduos. Guarapiranga, 1831-1832.....	160
Tabela 31. Ocupação nominal dos chefes não brancos de fogos de Guarapiranga, 1831-1832.....	161
Tabela 32. Tamanho do plantel de escravos dos fogos de chefes não brancos do distrito de Guarapiranga, setor OO, 1831-1832.....	172
Tabela 33. Distribuição de chefes não brancos por sexo no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.....	178
Tabela 34. Distribuição dos escravos por fogos de chefes não brancos escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.....	188
Tabela 35. Distribuição das ocupações dos chefes brancos de fogo. Guarapiranga, 1831-1832.....	193
Tabela 36. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos. Guarapiranga, 1831-1832.....	194
Tabela 37. Tamanho dos fogos de chefes brancos em número de pessoas. Guarapiranga, 1831-1832.....	195
Tabela 38. Distribuição dos chefes brancos de fogos por estado conjugal. Guarapiranga, 1831-1832.....	196
Tabela 39. Perfil das mulheres brancas chefes de fogo do setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.....	196
Tabela 40. Perfil das mulheres brancas chefes de fogo do setor AMM. Guarapiranga, 1831-1832*.....	199
Tabela 41. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos de fogo. Guarapiranga, 1831-1832.....	200

Tabela 42. Distribuição das ocupações dos chefes de fogo brancos do setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	201
Tabela 43. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos no setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	203
Tabela 44. Tamanho dos fogos de chefes brancos de fogo (em nº de indivíduos) no setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.....	204
Tabela 45. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos do setor CM. Guarapiranga, 1831-1832.....	205
Tabela 46. Tamanho dos fogos de chefes brancos de fogos (em número de indivíduos) no setor CM. Guarapiranga, 1831-1832.....	206
Tabela 47. Distribuição das ocupações dentre chefes brancos e não brancos sem escravos. Guarapiranga, 1831-1832.....	215
Tabela 48. Frequência de setores de atividades de chefes de fogo de Ouro Preto e Guarapiranga, século XIX.....	220
Tabela 49. Posse de escravos de chefes de fogo de Ouro Preto e Guarapiranga, 1831-1838.....	223
Tabela 50. Posse de escravos de chefes não brancos de Ouro Preto e Guarapiranga, século XIX.....	226
Tabela 51. Pardos chefes de fogos com médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.....	231
Tabela 52. Variação populacional e dados sociodemográficos de Piranga e Ouro Preto, 2010.....	242
Tabela 53. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo e condição de atividade na semana de referência, segundo a cor ou raça de Piranga e Ouro Preto, 2010.....	246
Tabela 54. Taxa dos setores por ocupação, Ouro Preto e Piranga, Minas Gerais, 2010.....	246

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição da população de Ouro Preto por cor, 1838.	78
Gráfico 2. Distribuição da população de Ouro Preto por setor de atividade, 1838.	83
Gráfico 3. Distribuição da população por cor e setor de atividade. Ouro Preto, 1838.	84
Gráfico 4. Ocupações presentes dentre chefes de fogo de Ouro Preto, 1838.	87
Gráfico 5. Distribuição de chefes brancos e não brancos dentre os setores de atividades, Ouro Preto, 1838.	89
Gráfico 6. Distribuição dos chefes não brancos de fogos por setor de atividade, Ouro Preto, 1838.	93
Gráfico 7. Ocupações de chefes não brancos de fogos do setor Comércio em Ouro Preto, 1838.	97
Gráfico 8. Ocupações de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.	103
Gráfico 9. Distribuição de chefes brancos de fogo por setor de atividade, Ouro Preto, 1838.	113
Gráfico 10. Atividades presentes no setor Outras Ocupações exercidas por chefes Brancos em Ouro Preto, 1838.	116
Gráfico 11. Ocupações de chefes brancos e não brancos de fogos desprovidos de escravos. Ouro Preto, 1838.	124
Gráfico 12. Distribuição da população da Freguesia de Guarapiranga por condição social, em 1797, 1812 e 1831.	138
Gráfico 13. População total do distrito de paz de Guarapiranga segundo cor/origem, 1831-1832.	141
Gráfico 14. Distribuição da população do distrito sede de Guarapiranga por setor econômico, 1831-1832.	142
Gráfico 15. Distribuição da população do distrito sede de Guarapiranga por faixa etária, 1831-1832.	143
Gráfico 16. Distribuição da população total e dos chefes de fogos de Guarapiranga entre brancos e não brancos, 1831-1832.	147
Gráfico 17. Distribuição da população total e chefes de fogo por setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.	149

Gráfico 18. Porcentagem de chefes de fogo, brancos e não brancos, por setores de atividade, Guarapiranga, 1831-1832.	150
Gráfico 19. Chefes de fogos de Guarapiranga por cor da pele e setores de atividade, 1831.	154
Gráfico 20. Distribuição de chefes não brancos de fogos por cor da pele, Guarapiranga, 1831-1832.	157
Gráfico 21. Distribuição chefes de fogo não brancos por setor de atividade econômica. Guarapiranga, 1831-1832.	160
Gráfico 22. Distribuição dos chefes de fogo não brancos por sexo no Setor AMM, Guarapiranga, 1831-1832.	164
Gráfico 23. Distribuição dos chefes não brancos de Guarapiranga por ocupação no setor AMM. 1831-1832.	166
Gráfico 24. Distribuição de chefes de fogo não brancos que exerciam atividades manuais e mecânicas por cor. Guarapiranga, 1831-1832.	168
Gráfico 25. Distribuição dos plantéis de escravos de chefes não branco de fogo que exerciam atividades manuais e mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.	169
Gráfico 26. Tamanho dos fogos de chefes não brancos que exerciam atividades manuais e mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.	170
Gráfico 27. Ocupações de chefes não brancos do Setor Outras Ocupações. Guarapiranga, 1831-1832.	172
Gráfico 28. Ocupações de chefes não brancos no setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.	175
Gráfico 29. Distribuição de chefes não branco do setor Agropecuária por cor. Guarapiranga, 1831-1832.	176
Gráfico 30. Tamanho dos fogos de chefes não brancos (em nº de indivíduos) do setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.	176
Gráfico 31. Distribuição de chefes não brancos por cor no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.	178
Gráfico 32. Distribuição de chefes não brancos por ocupação no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.	179
Gráfico 33. Estrutura dos plantéis de escravos dos chefes de fogo não brancos no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.	180
Gráfico 34. Composição dos fogos (em número de indivíduos) chefiados por não brancos em Guarapiranga, 1831-1832.	181

Gráfico 35. Distribuição dos chefes de fogo não brancos por cor. Guarapiranga, 1831-1832.	182
Gráfico 36. Composição dos fogos (em número de indivíduos) chefiados por não brancos em Guarapiranga, 1831-1832.	183
Gráfico 37. Distribuição dos chefes não brancos “Desocupados”. Guarapiranga, 1831-1832.	185
Gráfico 38. Distribuição dos chefes de fogo brancos por Setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.	192
Gráfico 39. Tamanho do fogo de chefes brancos por número de indivíduos. Guarapiranga, 1831-1832.	197
Gráfico 40. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos do setor . Guarapiranga, 1831-1832.	198
Gráfico 41. Tamanho do fogo de chefes brancos por número de pessoas. Guarapiranga, 1831-1832.	199
Gráfico 42. Distribuição das principais ocupações de chefes de fogos, brancos e não brancos, sem escravos. Guarapiranga, 1831-1832.	216
Gráfico 43. População, segundo a raça/cor de Ouro Preto, Minas Gerais, 2010.	243
Gráfico 44. População segundo raça/cor de Piranga, Minas Gerais, 2010.	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
EUA	Estados Unidos da América
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
OO	Outras Ocupações
AMM	Atividades Manuais e Mecânicas
AG	Agropecuária
CM	Comerciante
MN	Mineração
DS	Desocupado
MCO	Mineradora Central Oeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	24
1.1. A EXPANSÃO DOS ARRAIAIS MINEIROS NAS ÁREAS DE EXPLORAÇÃO AURÍFERA.....	29
1.2. A TRAJETÓRIA QUE MOTIVOU A PESQUISA.....	35
1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	37
1.4. OBJETIVOS	39
1.4.1. Geral:	39
1.4.2. Específicos:.....	40
2. MARCO TEÓRICO	40
2.1. RAÇA E COR DA PELE NO BRASIL	40
2.2. RAÇA/COR E TRABALHO NO BRASIL.....	48
3. METODOLOGIA	53
3.1. ESCOLHAS E CAMINHOS PERCORRIDOS: APRESENTANDO AS FONTES DE DADOS	53
3.2. AS LISTAS NOMINATIVAS.....	55
3.3. AS VARIÁVEIS SELECIONADAS	58
3.4. RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL.....	64
3.5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	70
3.6. ESTRUTURA DA TESE.....	71
CAPÍTULO 1: OURO PRETO - DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DE UM CENTRO URBANO DAS MINAS OITOCENTISTAS	72
1.1. INTRODUÇÃO	72
1.2. CIDADE DE OURO PRETO, 1838: NOTA PRELIMINAR.....	73
1.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE OURO PRETO	75
1.4. FOGOS, CHEFES E SETORES DE ATIVIDADE	84
1.5. CHEFES NÃO BRANCOS DOS FOGOS DA CIDADE DE OURO PRETO: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1838	90
1.5.1. A atuação dos chefes não brancos no setor Comerciante.....	95
1.5.2. A atuação dos chefes não brancos no setor Atividades Manuais e Mecânicas	98
1.5.3. A atuação dos chefes não brancos no setor Outras Ocupações.....	101
1.5.4. A atuação dos chefes não brancos no setor Agropecuária.....	104
1.5.5. A atuação dos chefes não brancos no setor Mineração.....	106
1.5.6. Atributos gerais dos fogos de chefes não brancos segundo a posse ou não de cativos.....	107
1.6. CHEFES BRANCOS DOS FOGOS DA CIDADE DE OURO PRETO: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1838	110
1.6.1. A atuação dos chefes brancos no setor Outras Ocupações.....	114
1.6.2. A atuação dos chefes brancos no setor Comerciante	117
1.6.3. A atuação dos chefes brancos no setor de Agropecuária.....	118
1.6.4. A atuação dos chefes brancos no setor Atividade Manual e Mecânica.....	120

1.6.5. A atuação dos chefes brancos no setor Mineração	121
1.6.6. Atributos gerais dos fogos de chefes brancos de Ouro Preto segundo a posse ou não de cativos.....	122
1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
CAPÍTULO 2: GUARAPIRANGA – DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DE UMA ECONOMIA AGRÁRIA DAS MINAS OITOCENTISTAS.	133
2.1. INTRODUÇÃO	133
2.2. O DISTRITO DE GUARAPIRANGA EM 1830: DADOS PRELIMINARES	135
2.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE GUARAPIRANGA EM 1831.....	137
2.4. RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DOS FOGOS DE GUARAPIRANGA.....	143
2.5. FOGOS, CHEFES E SETORES DE ATIVIDADE: O Distrito de Guarapiranga em 1831-1832.....	147
2.6. CHEFES NÃO BRANCOS DOS FOGOS DE GUARAPIRANGA: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1831-1832.....	156
2.6.1. As mulheres não brancas como chefes de fogos nas Atividades Manuais e Mecânicas	164
2.6.2. A atuação dos chefes não brancos no setor “Outras Ocupações”	171
2.6.3. A atuação dos chefes não brancos no setor Agropecuária.....	175
2.6.4. A atuação dos chefes não brancos no setor Comerciante	177
2.6.5. A atuação dos chefes não brancos no setor Mineração	182
2.6.6. Características do grupo “Desocupados” entre chefes não brancos.....	184
2.6.7. Atributos gerais dos fogos de chefes não brancos segundo a posse ou não de cativos.....	185
2.7. CHEFES BRANCOS DOS FOGOS DO DISTRITO DE GUARAPIRANGA: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1831-1832.....	190
2.7.1. A atuação dos chefes brancos no setor Agropecuária.....	195
2.7.2. A atuação dos chefes brancos no setor Atividades Manuais e Mecânicas....	198
2.7.3. A atuação dos chefes brancos no setor Outras Ocupações.....	201
2.7.4. A atuação dos chefes brancos no setor Comerciante.....	205
2.7.5. A atuação dos chefes brancos no setor Mineração.....	206
2.7.6. A atuação dos chefes brancos no setor “Desocupados”	207
2.7.7. Atributos gerais dos fogos de chefes brancos segundo a posse ou não de cativos	208
2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
CAPÍTULO 3: ECONOMIA E SOCIEDADE NAS MINAS GERAIS DOS OITOCENTOS: OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO SOCIAL PARA OS NÃO BRANCOS.	219
3.1. INTRODUÇÃO	219

3.2. CHEFES NÃO BRANCOS E A RELATIVIZAÇÃO DA COR DA PELE SEGUNDO A POSSE DE ESCRAVOS	225
3.2.1. A ocupação de militar como um campo de oportunidade de mobilidade social	226
3.2.2. O perfil dos não brancos com médias posses de escravos: lavradores, negociantes, músicos, boticários e ferreiros.....	231
3.2.3. A ocupação de músico	232
3.2.4. A ocupação de lavrador	233
3.2.5. A ocupação de boticário.....	235
3.2.6. A ocupação de negociante.....	237
3.2.7. A ocupação de ferreiro	239
3.3. OURO PRETO E GUARAPIRANGA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSADO E O PRESENTE	240
3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
4. CONCLUSÕES GERAIS	251
5. REFERÊNCIAS.....	258
APÊNDICES	274

1. INTRODUÇÃO GERAL

A presente Tese de Doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, teve como objetivo analisar a influência do gradiente de urbanidade ou ruralidade sobre o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos na sociedade mineira do século XIX. O uso do termo “não brancos”¹ foi aqui utilizado referendando a tese de que a sociedade brasileira manteve a sua hierarquia de cor da pele alicerçada à discriminação do trabalho, sobretudo, o manual. A opção pelo uso deste termo implica igualmente na concepção do processo de atribuição de uma cor ou raça como produto de um conflito advindo de posições desiguais (PETRUCCELLI, 2013), como observado ao longo da história do Brasil entre brancos e negros. No Brasil do século XXI, mais de 60% da população considera que a cor ou raça tem alguma influência na vida social do indivíduo. O trabalho, como parte central da vida social, ainda aparece como a esfera mais afetada por esta condição (IBGE, 2008).

Assim, o indivíduo considerado como branco na sociedade brasileira distingue-se dos demais, portanto, não brancos: pretos, mulatos, indígenas, em função, fundamentalmente, da justaposição entre a “cor da pele” e o trabalho que realiza: trabalhos manuais, menos tecnicados, tendem a acentuar a cor da pele como um demarcador social discriminatório. Neste sentido, poderia o contexto socioeconômico mais dinâmico e com opções mais diversificadas de trabalho exercer alguma influência sobre o campo de possibilidades de inserção dos não brancos na sociedade brasileira? Teria, assim, o contexto rural, constitutivo da formação da sociedade brasileira, marcado pela rusticidade e por uma economia voltada para a autossustentação, oferecido oportunidades diferenciadas para a inserção social dos não brancos, em relação a um contexto socioeconômico mais diversificado e urbanizado, como aquele característico de um centro urbano como Ouro Preto, nos oitocentos?

A opção por analisar a “inserção social”² ao invés da “mobilidade social” foi uma opção voltada para não assumir, de antemão, uma perspectiva ascendente dos não brancos na

¹ Sabemos que existem numerosas particularidades e especificidades nos discursos do pensamento social brasileiro que distinguem índios e negros, mamelucos, cafuzos e uma série de outras categorias étnicas, atribuindo a cada uma delas valores, significados e papéis diferenciados na constituição e caracterização do espaço e da história. Na tentativa de analisar estas relações, assume-se um ponto de vista que é analítico e assumindo a variada diversidade de “cores” constitutiva do mito racial brasileiro. (SILVA, 2006). Nesse sentido, utiliza-se ao longo do texto o termo não branco sem as “aspas”.

² A inserção social se refere aqui à participação individual no sistema social e suas diversas organizações. É entendida como resultado de mecanismos de integração, tais que o trabalho. Este, por sua vez, é aqui colocado em foco por sua possibilidade de permitir ao indivíduo ocupar um lugar não marginal no sistema e que o possibilite realizar trocas sociais. De acordo com Bochsler (2020), a inserção social pode significar a não

sociedade dos oitocentos em Minas Gerais. Mapear o campo de possibilidades de inserção social apresenta-se, neste sentido, mais isento em termos de buscar retratar da forma mais objetiva possível, a partir dos dados sociodemográficos presentes nas listas nominativas dos oitocentos, uma espécie de censo demográfico da época, os espaços sociais ocupados pelos não brancos. Esta tese analisa, por conseguinte, as Minas Gerais do século XIX, quando o ciclo do ouro já se encontrava em declínio e o café ainda não se colocava como a principal atividade econômica mineira. Na primeira metade dos oitocentos, predominava uma economia de abastecimento, consequência do processo chamado de “acomodação evolutiva” (GRAÇA FILHO et al., 2007). Este termo, cunhado por Libby (1998), buscou denominar a transição de uma economia mineradora para outra de abastecimento. Esta mudança engendrou uma “ruralização” da economia mineira, com o crescente destaque do setor agrícola na economia (ANDRADE, 2014). A ruralidade se acentua, portanto, em Minas Gerais, no início do século XIX.

Segundo Deffontaines (1944) e Leloup (1970), o desenvolvimento dos municípios mineiros aponta para a permanência do “habitat rural” nos mesmos. Segundo estes autores, a unidade de povoamento em Minas Gerais não foi a vila, que mais tarde poderia se tornar uma cidade, mas, sim, a fazenda, com sua colônia de empregados. Os autores destacam, ainda, a dispersão dos povoados que formaram o rural brasileiro, caracterizado tanto pela presença das grandes fazendas, como pelas pequenas roças dispersas. Destes núcleos populacionais desenvolveu-se os embriões urbanos em Minas Gerais. Contudo, no caso da mineração, Leloup (1970) aponta que o processo de urbanização não se constituiu a partir de fazendas e roças, mas em torno de núcleos de povoamento voltados para a exploração aurífera.

Em decorrência da demanda crescente de capital e mão de obra, instalações voltadas para a extração se fixavam, assim como a população, que se estabilizava naqueles locais. Nestes núcleos de povoamento, observa-se a formação de um arraial em torno de uma capela, constituída por pequenos e grandes proprietários de escravos. Alguns destes arraiais se consolidaram em vilas, diversificando o seu comércio e os serviços administrativos prestados. Logo, a exploração aurífera se constituiu como um fator de formação da civilização urbana mineira. Deffontaines (1938) destaca, como características desta urbanização encontrada nas vilas auríferas, a presença de especialistas, tais quais médicos e dentistas, e a existência do pequeno comércio feito por mascates, que perambulavam acompanhando os núcleos

marginalização da dinâmica social, política e econômica da sociedade na qual o indivíduo se insere. Cf.: Bochsler (2020); Monteiro (2014); Nunes; Camino (2011).

populacionais. Observa-se, por isso, nas vilas auríferas, uma maior divisão do trabalho e especialização de tarefas e serviços oferecidos (SOARES, 2009). O geógrafo Milton Santos (1996) caracterizou este fenômeno como urbanização pretérita. Segundo Rodarte (2012), a visão que emergia desta ideia de urbanização pretérita considerava este fenômeno próprio do período que se iniciava no século XX. Assim, a ideia que prevalecia, segundo esta visão, foi por este autor assim traduzida:

O Brasil que emerge é um território dividido em subespaços não articulados, com lógicas próprias de funcionamento, fundamentadas pela exploração de algum produto primário para exportação. As cidades apareceriam, nesse contexto, como os centros dinâmicos dessas regiões, com o fim de mediar as suas relações com o mundo exterior. Com isso, essas cidades insulares eram incapazes de formar uma rede de cidades, no seu conjunto (RODARTE, 2012, p. 120).

A visão defendida por Rodarte (2012), para o caso de Minas Gerais, é de que, a partir da eclosão do ciclo do ouro, em fins do século XVII, houve o surgimento de uma rede de cidades no interior do Brasil que alterou a sua forma de organização social e econômica, provocando o aparecimento de uma ampla rede de cidades no país. A longevidade da experiência urbana mineira, segundo Rodarte (2012), pode ser atestada com base em dados que apontam para a elevada densidade demográfica da Província, quando comparada àquela do Brasil. O autor destaca, ainda, a composição dos setores econômicos como indicio desta urbanidade. Estes apontamentos dialogam com as observações estabelecidas por Soares (2009) e Cunha (2007), que afirmam que nos setecentos, em Minas Gerais, a exploração aurífera tinha lugar nos centros urbanos, onde a população inicialmente se concentrava, de acordo com a localização das lavras a serem exploradas. Destas aglomerações, surgia a necessidade de abastecimento e de gêneros agrícolas para a subsistência, o que movimentava a produção nos arredores das zonas mineradoras, que constituíam uma zona mais ruralizada. Com a queda da exploração aurífera, as atividades agrícolas destes arredores, já existentes, se tornaram a atividade econômica de maior destaque em Minas no século XIX. No dizer de Soares (2009),

No século XIX é a expansão das atividades agropecuárias que irá desencadear a formação de novos centros urbanos, para comercialização dos gêneros produzidos e organização dos fluxos comerciais [...] Nota-se, assim, a complexidade e o dinamismo que a relação campo-cidade assumiu no território mineiro (SOARES, 2009, p. 29).

O processo de formação de Ouro Preto e o subsequente processo de ruralização vivido pela região, pós-decadência aurífera, ilustram estas assertivas. A urbanidade erigida em Ouro Preto, nos setecentos, constituiu-se no auge da produção aurífera. Mirian Moura Lott (2008) relata a existência da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto em 1705, destacando que em 1711 a mesma foi elevada à condição de vila: a Vila Rica. Esta paróquia era constituída por sua sede e mais onze capelas filiais, sendo seis delas localizadas no que se considerava seu núcleo urbano.

Na visão de Clotilde Paiva (1996), a cidade de Ouro Preto, no século XIX, manteve-se como um dos centros urbanos mais importantes da região mineradora. Seu padrão de vida era mais elevado que as demais vilas da província, com bom número de casas de negócios sofisticadas para os padrões da época, além de número e variedade de artesãos. Lott (2008) destaca a presença de ofícios tipicamente urbanos na década de 1838, em Ouro Preto, identificando um núcleo comercial na cidade, bem como a presença de farmacêuticos, advogados, funcionários públicos, médicos, militares, dentre outros. Rodarte (2008) constata que o grau de urbanização atingia níveis superiores a 30% nas regiões mais identificadas com a mineração.

Em contrapartida, Lemos (2012) e Andrade (2014) apontam para a “vocação agrícola” de uma região que funcionava como um dos sustentáculos alimentares da região mineradora de Ouro Preto e Mariana nos séculos XVIII e XIX: o Vale do Piranga, descrito como “[...] uma das mais férteis áreas de expansão agrícola ligada ao centro urbano-administrativo das Minas” (LEMOS, 2012, p. 25). A região   exposta por este autor como apresentando um caráter particular, pois neste local “[...] era possível encontrar minas e currais, lavras e lavouras, terras minerais e terras de plantio, faiscadores e cultivadores” (LEMOS, 2012, p. 25). Desta forma, observa-se nas Minas dos setecentos, contextos com características de maior urbaniza o e diferencia o das atividades econômicas e contextos mais ruralizados, com menor diferencia o de atividades, que se constituíram, ambos, em conjunturas com campos de oportunidades diferenciados para a inser o dos não brancos na sociedade mineira da época.

Destaca-se ainda, o contexto social, político e econômico no qual o Brasil se encontrava ao adentrar o século XIX. Aos fins dos setecentos, o Alvará Proibitório das Manufaturas no Brasil permite algumas reflexões, sobretudo a respeito das condi es dos trabalhos manuais então difundidos neste território. O Alvará de 1785³ determinava que

³ Uma transcri o da íntegra do Alvará encontra-se disponível em NOVAIS (2000, p. 235-236).

fossem extintas todas as fábricas, manufaturas ou teares que se encontrassem nas diferentes capitanias brasileiras, com exceção às produções grosseiras de algodão que serviam de vestimenta para os escravos e armazenamento das produções agrícolas das fazendas. Dentro de dois meses a partir da data da publicação do dito Alvará, os proprietários que se encontrassem em posse das manufaturas e teares estabelecidos pelo documento, estariam sujeitos ao pagamento de um soma que equivalia a duas vezes o valor do equipamento apreendido (NOVAIS, 2000). Aponta-se para duas questões principais ao que se refere a tal proibição: 1) a afirmação da Coroa de que a difusão das manufaturas ocasionava prejuízo na disponibilidade de mão-de-obra para a lavoura, mineração, e desbravamento de áreas incultas, chama a atenção pela preocupação de Portugal em manter o Brasil como fornecedor de matéria prima agrícola para a metrópole, e por um certo temor da possibilidade de desenvolvimento da colônia. O Alvará de 1785 demonstra uma das tentativas de limitações dos potenciais econômicos do Brasil, e pode, por consequência, apontar igualmente para tentativas de superação de tais limitações. Em todo caso, o decreto tentava acentuar o caráter agrícola do Brasil, e sua produção primária baseada na mão-de-obra escrava em detrimento de investimento em possíveis tecnologias. Como observado por Eric Williams (1944), uma economia escravista limita ou bloqueia o desenvolvimento tecnológico. 2) Tendo em vista a composição demográfica mineira na qual o número de não brancos já sobrepunha aquele de brancos nos setecentos, e o histórico de produção manufatureira em Minas, como apresentado por José Newton Meneses (2013), entende-se que o Alvará tinha potencial para atingir uma das atividades mais frequentes em Minas e exercida por significativa parcela desta população. Ao entender os domicílios, ou fogos, como espaços de reprodução e produção, concebe-se a frequente presença de oficinas nestes núcleos (ALGRANTI, 1997). Em maior ou menor escala, a produção têxtil perpassava o cotidiano das famílias mineiras, seja para confecção de vestuário para a escravaria, para a população em geral, ou para estocagem agrícola (NOVAIS, 2000). Portanto, compreender o alvará proibitório de 1785 significa um aprofundamento no entendimento do que foi a permanência, ou resistência, das atividades manuais têxteis no século seguinte, sobretudo por parte dos não brancos.

Fernando Novais (2000) afirma que a execução das medidas deste Alvará, além de morosa, não surtiu em resultado muito efetivo em termos de grandes flagrantes. O ofício que registra as apreensões data de 1788, e as buscas reuniam ao todo, 13 teares de tecidos na capital da então colônia. O número de apreensões realizadas em Minas Gerais são desconhecidas, havendo contudo a observação de que neste período, as produções têxteis na

capitania mineira atendia à vestimenta de escravos e da “gente miúda” (NOVAIS, 2000, p. 232).

O recorte espacial e temporal proposto na pesquisa está delimitado por duas localidades, Ouro Preto e Guarapiranga no século XIX, que apresentavam características socioeconômicas diferenciadas e de destaque na província mineira oitocentista. De acordo com Godoy e Cunha (2003), neste período há uma diversificação das atividades produtivas da província que se dá em diferentes ritmos, num processo gradual que “redesenha” as relações entre urbano e o rural mineiro. A escolha por este recorte temporal evidencia a relevância do período em questão em Minas, que se destacava por sua pujança e magnitude no sistema escravista, passava por uma reordenação econômica e regional, e, em termos mais amplos, diz respeito ao período da história brasileira que antecede a abolição da escravidão, ou seja, relações sociais que antecederam o trabalho livre.

1.1. A EXPANSÃO DOS ARRAIAIS MINEIROS NAS ÁREAS DE EXPLORAÇÃO AURÍFERA

O surgimento de núcleos de povoamento em Minas Gerais se deu por investidas de bandeirantes paulistas, que desbravando os sertões eram, por vezes, recompensados pela descoberta de ouro. As primeiras descobertas auríferas datam de 1690 e os caminhos trilhados para tais achados - os campos de mineração precários - constituíram, na visão de Delson (1972), os núcleos dos primeiros povoados permanentes na região.

Em seguida às primeiras descobertas de ouro e pedras preciosas da década de 1690, um número crescente de bandeirantes mineradores vagueavam pelos planaltos ondulados do interior, tentando repetir os sucessos dos primeiros achados; enquanto isso, iam deixando atrás de si uma trilha de pequenos campos de mineração construídos atabalhoadamente. Não obstante, esses campos precários constituíram os núcleos dos primeiros povoados realmente permanentes da região (DELSON, 1972, p. 11).

Quase uma década antes de se tornar vila, as paróquias que originaram Ouro Preto formavam arraiais, por volta de 1698, quando casebres e outras construções precárias proliferavam entre capelas, seguindo espaços de produção intercalados (MONTE-MOR, 2001). A efervescência da descoberta do ouro e as consequências de sua atratividade deram à região mineradora características de formação peculiares, distintas daquelas de ruralidade até então conhecidas no nordeste do país quando do fervor dos engenhos de açúcar.

Sérgio Buarque de Holanda (1982) definiu o início da mineração em Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII, como uma atividade marcada por grande movimentação demográfica, que possibilitou o surgimento de uma sociedade até então desprovida de escravos ou qualquer estrutura social. Tal formação possibilitava rápida mobilidade social com o desenvolvimento de atividades secundárias que a subsidiavam. Heterogênea em termos de procedência geográfica e social, turbulenta, em decorrência dos desejos de enriquecimento rápido, o caráter da população desta região fez urgir duas necessidades na Coroa portuguesa ainda nos setecentos: o controle da população e a fiscalização da produção aurífera, afirma Fonseca (2003).

O controle da população e de acesso ao ouro se dá, de certa forma, no início do século XVIII, limitando o que Holanda (1982) considerava uma ocupação democrática pela possibilidade inicial de qualquer um aceder à exploração aurífera. Em decorrência do Regimento de 1702, foi estabelecido que o tamanho da data mineral⁴ concedida seria de acordo com o número de escravos do requerente, contrariando o documento anterior que determinava que mineradores pobres e sem escravos, sendo brancos, poderiam concorrer a uma data de proporções limitadas (ANDRADE, 2008). Este regimento restringia, portanto, o acesso às datas e a uma fonte de enriquecimento, em uma região que florescia em função das descobertas auríferas.

Roberto Luís de Melo Monte-Mor (2001) destaca a importância da terra para a fixação da população mineira com a institucionalização do controle de terra. Do ponto de vista de Miriam Lott (2008), a terra, também, era determinante para a constituição de riqueza e projeção social em Minas Gerais. Já Caio Batista (2016) aponta para a alta concentração de posses desde o processo inicial de distribuição de terras através das sesmarias e em continuidade com as datas. Com o novo regimento em vigor, a exploração aurífera se tornou cada vez menos democrática e as hierarquias sociais foram se formando pautadas em critérios impostos pela Coroa, que se mostrava, por vezes, presente e atuante nas cobranças e exigências fiscais e, por vezes, fragilizada, pelos mesmos motivos (MELLO E SOUZA, 2004).

⁴ Sistema de concessão de terra para exploração aurífera posterior às sesmarias. O padre Antonil, atento observador das condições coloniais brasileiras, sobretudo aquelas econômicas, no início dos oitocentos descreve este Regimento da seguinte forma: “Tem o descobridor a primeira data, como descobridor, outra como mineiro; segue se a que cabe a El-Rei; e atrás desta a do guarda mor; as outras se distribuem por sortes. As que chamam d’stas inteiras, são de trinta braças em quadra, e taes são d’El Rei, do descobridor, e guarda mór. As outras que se dao por sortes, tem a extensão proporcionada pelo número de escravos, que trazem para catar; dando duas braças em quadra por cada escravo, ou índio, de que se servem nas catas; e assim a quem tem quinze escravos se da huma data inteira de trinta braças em quadra” (ANTONIL, 1899, p. 516).

A expansão dos arraiais mineiros nas áreas de exploração aurífera se efetivou como uma tentativa de domínio das áreas de produção, uma vez que não havia regularização da posse da terra, mas apenas das datas minerais, concedidas por agentes da Coroa de forma seletiva. Segundo Fonseca (2003), a ocupação e urbanização da região mineradora foi resultado da ambição de indivíduos que, por buscarem riquezas, investiam nestes povoamentos, os quais muitas vezes contavam com pouco investimento da Coroa. Roberta M. Delson (1972) afirma que a falta de controle rígido por parte da Coroa deu certa liberdade às atividades inicialmente desenvolvidas em Minas Gerais, até os sucessivos achados de ouro despertarem a atenção da mesma. E de acordo com Queiroz (1976), a estratégia de controle da Coroa foi, então, negociar com colonos e donatários cedendo-lhes espaços e cargos de governança e, ao mesmo tempo, reforçando as suas imposições sobre o território desbravado. Boschi (1986), também, atribui a opulência aurífera do século XVII mais à comunidade e à sua organização que ao Estado Português. Estas comunidades foram responsáveis por funções urbanas relacionadas à formação do espaço e da produção local, enquanto a Coroa, como afirmado por Delson (1997), impunha a sua presença através da busca de controle sobre a produção.

Monte-Mor (2001) aponta para a formação de um tecido urbano linear a partir dos arraiais até as zonas de mineração. Como estas zonas eram irregulares, ramificações iam se formando conectando estes locais. Nestes caminhos foram se formando edificações, que inicialmente eram casebres improvisados, muitos deles barracos para ocupação provisória. Desta forma, se processava o “crescimento natural de acampamentos de mineração não planejados na região” (DELSON, 1997, p. 29). Os caminhos formados por estas edificações passavam a ser reconhecidos como ruas, formando o que Monte-Mor chamou de “espaço urbano virtual” (MONTE-MOR, 2001, p. 4). De acordo com Delson (1997), essas ruas eram simplesmente caminhos que passavam pelas regiões e que conectavam elementos dispersos, ainda sem centro de polarização definido, o que caracterizava, segundo a autora, espaços que resultavam de uma fundação súbita e desordenada. A capilarização, conexão e redes que se formavam entre os arraiais adensados aos poucos foi se transformando em espaço para a institucionalização do espaço urbano.

A elevação da categoria administrativa de um povoamento, arraial ou vila, no sentido de se tornar uma cidade, dependia de provas de fidelidade à Coroa, fornecidas através de ações de desbravamento e conquista de sertões, visto que era considerado necessário haver homens brancos suficientes para ocupar os cargos políticos e administrativos da localidade em

questão. Também se considerava na concessão da categoria de cidade, a morfologia do local através de suas edificações, como forma de se mostrar o número de famílias abastadas e seu nível econômico. Segundo Botelho (1998), a preocupação em recensear a população da América portuguesa, apesar de existir desde o século XVIII, só começou a se concretizar no XIX. Por isso, quando das cartas e pedidos de concessão do título de vila ou cidade à Coroa, não era citado com precisão o tamanho da população do local em questão e, sim, termos vagos como grande ou pequena povoação.

Curiosamente, os critérios econômicos e de densidade são uns dos mais relevantes hoje em dia para caracterização de uma cidade, mas como pode-se perceber, nos oitocentos, não eram decisivos para estas resoluções (FONSECA, 2003). Apesar da Coroa se interessar por questões demográficas e econômicas do Brasil, estes critérios não constituíam norteadores exclusivos de elevação dos povoamentos, mas, eram antes, necessidades de fixação de errantes como possibilidade de exploração e controle das riquezas potenciais encontradas. Ainda assim, os aspectos considerados para a elevação de um povoamento à vila ou à cidade, podem fornecer indicativos de atributos de urbanidade das diferentes localidades e possíveis diferenças entre elas.

O processo de permissão para fixação dessas povoações oferecia vantagens como isenção de impostos para os colonos. Todavia, este era, também, um processo moroso e burocrático, o que fazia com que muitos desbravadores iniciassem estas aglomerações humanas, por conta própria, sem investidas ou condicionamentos da Coroa. Desta forma, o surgimento e desenvolvimento de aglomerações diversas em Minas Gerais a partir do século XVII não foi uniforme. Algumas destas unidades de povoamento sequer deixaram rastro no tempo, outras puderam experimentar distintas fases de desenvolvimento até formar tipos específicos de cidades. Monte-Mor (2001), ao se referir à Vila Rica, aponta que na posição de capital de Minas Gerais, em 1721, Vila Rica só apresentou maior empenho na construção do prédio para a cadeia e para a câmara, em 1784, sendo que a conclusão destas edificações se delongou até o século XIX. Ainda assim, isto não a impediu de se tornar a capital da capitania. O pelourinho, a casa da câmara e a cadeia representavam a institucionalização do território urbano, expressa através da elevação da condição de povoado à vila.

Saber com exatidão qual ou quais eram as formas que os núcleos urbanos coloniais possuíam é tarefa difícil, ou impossível, mas também essencial na medida em que a cidade é um fenômeno processual e histórico. Goulart (2000) chama a atenção para a precariedade de vestígios das formas originais dos antigos núcleos urbanos brasileiros, mas que, contudo, os

desenhos remanescentes podem oferecer uma orientação do sistema urbano colonial. Os autores Monte-Mor (2001) e Delson (1997) descreveram os traços indicativos da formação destes espaços embrionários da urbanização mineira. Em Delson encontramos o uso da imagem do arraial de Sumidouro com representação gráfica de 1732, o qual foi tido por Vieira (2016) e Goulart (2000) como uma aproximação do que teria sido inicialmente os arraiais Ouro Preto e Antônio Dias, que formaram Vila Rica em 1711 (Figura 1). Segundo Vieira (2006):

Podemos observar um conjunto de edificações implantadas ao longo de um caminho principal, dispostas irregularmente, sem preocupação com o alinhamento. Esse caminho principal corre paralelamente ao curso d'água, onde provavelmente se buscava o ouro de aluvião. O destaque do arraial à igreja, implantada em um largo e cruzamento de caminhos. Devemos remarcar a importância das edificações religiosas na formação do espaço urbano, local de referência do lugar e de reunião da população. Como o observou Nestor Goulart Reis Filho, esse padrão de instalação repetiu-se por toda a região de mineração (VIEIRA, 2006, p.34)

Figura 1. Arraial de Sumidouro em 1732.



Fonte: Extraído de Vieira (2006).

Este padrão, consoante Goulart (2000), teria sido repetido em toda região mineradora, como explicitado na citação da autora. O mapa acima apresentado, de autoria desconhecida,

data de 1732 e representa um dos arraiais mais antigos de Minas Gerais. Outros, referentes aos arraiais de São Caetano e São Sebastião, do mesmo período, foram apresentados por Vieira (2006), como forma de apresentar as aproximações da forma urbana inicial dos assentamentos mineradores. A ocupação inicial de Vila Rica se deu ao longo do rio, dada a forma inicial de exploração aurífera ter sido aquela de aluvião. As formas de exploração mais complexas, que implicavam no uso mais sistemático da mão de obra escrava, se deu a partir do esgotamento do ouro de aluvião, no início do século XVIII (HOLANDA, 1982). Neste período de transição, que data do início dos setecentos até 1721, ocorre a junção das Paróquias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, originando Vila Rica. Segundo Maxwell (1978), Vila Rica possuía localização privilegiada para o comércio e abastecimento ordenados, diversidade de oferta e competição, concentração espacial de serviços, grande afluxo demográfico e, ainda, demanda por produtos importados. A própria complexidade das técnicas de exploração aurífera e ocupação do local exigiam da Coroa trabalhadores qualificados, instrumentos de trabalho específicos e, muitas vezes, produção local, comerciantes e vendas. Vila Rica contava, também, com edificações de destaque como a câmara, a cadeia e o pelourinho; arruamentos; chafarizes; assim como a coexistência de roças e a criação de gado.

De capital da capitania de Minas Gerais, em 1721, Vila Rica foi promovida à condição de cidade Imperial de Ouro Preto, em 1823, permanecendo como capital da província até 1897. Neste período, datado do século XVIII ao XIX, questões importantes envolveram a cidade remodelando a sua dinâmica. Revoltas, o esvaziamento das jazidas de ouro, a migração da população e a tendência de inversão da economia urbanizada nos oitocentos. Del Nero (1979) caracteriza Vila Rica nos setecentos como uma localidade singular, marcada pelo desenvolvimento da *urbe*⁵ em relação direta com a extração mineral. A sociedade se apresentava altamente estratificada e marcada por grandes disparidades sociais. Em 1823, portanto, Ouro Preto já havia atravessado a condição de arraial e vila, vivendo nesta data a sua condição de cidade e capital da província de Minas Gerais, em um período imediatamente posterior à independência do Brasil. Segundo Andrade (2011),

⁵ Não se propõe aqui, uma discussão sobre “cidade” e “urbe” nem o caráter de existência ou ausência de civilidade. Mas interessa-nos a *urbe* como uma situação de complexa interação coletiva, em um tempo e espaço, como condição urbana. Fonseca (2012, p. 103) diz que “[...] a *vila*, para os contemporâneos, não era apenas a *urbs* - um conjunto de ruas, praças, casas e igrejas -, pois eles as associavam sempre à *civitas* - o território no qual todos os habitantes estavam submetidos ao poder de uma mesma câmara [...] constituído por espaços que apresentavam diferentes estágios de organização e de “urbanidade””.

[...] mesmo numa sociedade marcadamente agrária, a capital da província [mineira] comporia uma rede de cidades responsáveis pela conexão das realidades rurais e interioranas com inovações e oportunidades econômicas, políticas e culturais, encabeçada pela cidade do Rio de Janeiro, a Corte” (ANDRADE, 2011, p. 3).

Na visão de Libby (1988), as atividades manufatureiras, siderurgia, mineração de minas subterrâneas e a fabricação de têxteis são exemplos do nicho ocupacional, que se abria na província nas primeiras décadas dos oitocentos, em meio ao predomínio de uma economia agrícola voltada para a subsistência, para o autoconsumo. Batista (2016) coloca as atividades agropastoris como aquelas de maior importância a partir do século XVIII em Minas, concomitante com a mineração. Em paralelo à mineração, o cultivo de pequenas e médias propriedades agrícolas foi se intensificando até se tornar a atividade principal da província. Nos primeiros anos do século XVIII, se iniciavam as atividades canavieiras em Minas, que se consolidam no cenário brasileiro durante o século XIX (GODOY, 2002). Igualmente, Rodarte e Godoy (2006) apontam para o papel do comércio em Minas neste período, itinerante em grandes unidades da agropecuária e, não raramente, como atividade complementar de fazendeiros. Por conseguinte, os negócios com a terra foram comuns desde o período colonial, reforçando a importância desta posse e sua força na estrutura populacional que se formava. As particularidades mineiras se expressavam nas relações de vizinhança, parentesco e afinidade, devido aos valores de afeto e vivência familiar (BATISTA, 2006; MENESES, 2000). A pulverização de pequenas propriedades, com poucos ou nenhum escravo, as unidades familiares como receptáculos de uma massa populacional desprovida de posses, e o dinamismo do comércio interno e de subsistência, apontados por Paiva (1996) e Campos (1984), concorreram para formação de particularidades nas unidades produtivas e reprodutivas mineiras, distribuindo os indivíduos entre campos de atividades diversos.

Esta pesquisa buscou compreender, assim, a relevância do contexto socioeconômico para o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos, através do trabalho por eles realizado.

1.2. A TRAJETÓRIA QUE MOTIVOU A PESQUISA

O Brasil é um país de diferenças e desigualdades. Diferenças entre regiões, culturas, religiões, climas, topografias e de cor da pele. As desigualdades são, também, amplas, favorecendo um pequeno espectro da sociedade. Estas diferenças me chamaram atenção de

forma mais intensa ainda quando cursava o mestrado em Zoologia de Vertebrados, em 2007. As diferenças entre ambientes mais ou menos urbanizados, que na época conduziam minhas reflexões a respeito do canto das aves, acabou prendendo a minha atenção em outro aspecto: as pessoas que habitavam estes ambientes. Ao transitar entre a capital mineira, a Zona da Mata e o Vale do Jequitinhonha impressionavam-me as marcantes diferenças na urbanização, as formas e níveis de desenvolvimento, e os modos de vida da população. A presença de comunidades quilombolas me chamava a atenção para o falar, a expressão, para os conhecimentos, saberes e técnicas que não se restringiam ao ambiente doméstico, mas possibilitavam também condições materiais de sobrevivência àquelas comunidades.

Ao passar alguns anos fora do Brasil, entre a Inglaterra; Malawi, na África e a França, as diferenças e as desigualdades continuaram a chamar a minha atenção. Era inevitável pensar nas situações vistas e vividas no Brasil. Na Inglaterra estive, através de um *college*, em contato direto com pessoas do mundo todo, intencionadas a desenvolver ações e projetos sociais na África. Projetos de desenvolvimento sustentável, apoio escolar, organização comunitária, dentre outros, eram desenvolvidos continuamente em diversos países africanos e voluntários enviados periodicamente para dar continuidade às atividades em curso. Em Malawi, estivemos em contato com escolas locais, com pequenos artesãos, com comunidades e, também, com os contrastes da capital do país. Na França me envolvi com o desenvolvimento da “Agenda 21” local, trabalhando com a avaliação das ações de implementação da mesma na cidade de La Rochelle. A minha trajetória até o doutorado foi, então, construída a partir de referenciais ambientais, políticos e sociais que tiveram como pano de fundo as desigualdades existentes em diferentes contextos do Brasil, da Europa e da África.

De retorno ao Brasil, e em contato com o Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, aproximei-me de autores que me possibilitaram refletir sobre as desigualdades sociais, que permearam o meu olhar e as minhas experiências nos diferentes contextos em que construí a minha história de vida. A literatura sociológica, a qual tive acesso no Doutorado em Extensão Rural, me propiciou construir a síntese das minhas experiências acadêmica e de vida, possibilitando-me reunir as minhas percepções do ambiente, enquanto bióloga, com aquelas aguçadas na minha participação em projetos de desenvolvimento rural na África. Daí, à escolha das desigualdades sociais tristemente protagonizadas pelos negros no Brasil foi uma decorrência de todo este percurso. A presente pesquisa foi, assim, motivada pela inquietação e questionamentos a respeito das desigualdades sociais vivenciadas pelos negros na sociedade

brasileira, ademais, pela busca por compreender as brechas e caminhos por eles abertos para se posicionar socialmente. Sendo o negro o trabalhador por excelência no Brasil, compreender os espaços de inserção social por ele aberto através das diferentes ocupações exercidas ao longo dos séculos, constituiu-se em um grande interesse para a minha pesquisa de Doutorado. Num primeiro momento, foram caras as leituras de clássicos da sociologia brasileira, como: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Jessé de Souza, Clovis Moura, dentre outros, que problematizavam a inserção social do negro na sociedade brasileira.

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil é um país construído sobre encontros, misturas, trocas, outrossim, sob formas perversas de dominação, violência e exploração. Assistir aos massacres de negros nas ruas, supermercados, penitenciárias ou favelas, insere-se na apática rotina de uma sociedade anestesiada pela dor e pela desesperança. A recente chacina na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro não constitui um evento isolado, e insere-se numa lista de extermínios que marca a triste rotina da desigualdade racial presente na sociedade brasileira. Nos exemplos da Chacina do Vigário, Chacina da Candelária, e Chacina do Alemão, para citar alguns dos episódios de tentativa de extermínio da população negra, as marcas da escravidão renovam-se. As vivências de uma sociedade perversamente hierárquica e desigual renovam-se século após século afirmando a dificuldade em trespassar as marcas da escravidão. Iniciar esta contextualização pela escravidão é proposital e traz em si duas razões principais: 1ª) a escravidão foi a instituição fundadora da nossa sociedade, sob a qual as relações sociais de exploração foram forjadas e perpetuadas, sob diferentes formas, até os dias atuais; 2ª) tratar da desigualdade social em qualquer um dos tempos da existência da sociedade brasileira requer olhar para a escravidão. A institucionalização das formas de discriminação social que persistem entre nós tem na escravidão as suas raízes históricas.

Degler (1972) afirma que o preconceito no Brasil tem um caráter velado e negado, sendo dissimulado pelos brancos. O autor destaca a presença das discriminações, principalmente, em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Restrições a empregos qualificados ou a lugares públicos são citados pelo autor como exemplos da exclusão social dos negros, que não tinham sua presença proibida, tampouco defendida por lei. Em grandes centros urbanos, apesar da diversidade de negócios e atividades econômicas que poderiam

propiciar o acesso dos negros a postos de trabalho como de grandes comerciantes, médicos, professores, advogados ou altos funcionários do governo, era quase inexistente a sua presença em tais ocupações, mesmo que fossem qualificados.

Não obstante, a situação no meio rural é ainda mais dramática. A pobreza rural é ainda mais expressiva que nas cidades, atingindo sobremaneira os negros. A pesquisa da UNESCO liderada por Charles Wagley na década de 1950 reuniu artigos que apontavam para uma condição generalizada de resistência à ascensão social de negros nas zonas rurais dos locais amostrados (Amazônia, sertão nordestino, Brasil Central e Bahia). Estes artigos foram elaborados sob uma perspectiva histórica, considerando o passado dos locais, a sua formação e os legados culturais, sociais e políticos arraigados nos modos de vida de seus habitantes. Segundo o autor, estas heranças estariam se perpetuando, ainda nos anos de 1950, sob formas de discriminação que restringiam o acesso dos negros a trabalhos qualificados. As tradições e costumes que se perpetuaram nestes locais continuaram a absorver tratamentos diferenciados para os negros.

Florestan Fernandes (2007) manifestou uma interpretação próxima a de Wagley (1950), afirmando que o Brasil encontrava-se despreparado para viver uma situação pós-abolicionista, que propiciasse ao negro um campo de inserção na República nascente. Uma das consequências da nova ordem social competitiva exposta por Fernandes (2007) foi a regressão dos indivíduos não brancos a áreas rurais, mais estagnadas e estruturadas sobre uma economia natural de subsistência, mantendo-os afastados das relações contratuais estabelecidas entre os trabalhadores livres. Estas estruturas típicas da economia rural, das plantações e fazendas de criação permaneceram dependentes de formas de trabalho não capitalistas.

Segundo Jessé Souza (2017), a economia brasileira foi, desde o início da colonização, voltada para o suprimento de matéria-prima para exportação, mantendo-se fortemente vinculada aos trabalhos manuais e mecânicos relacionados a esta produção primária. O que chama a atenção, no entanto, são algumas particularidades do período oitocentista brasileiro. No século XIX, o Brasil já havia atravessado a grande produção nordestina de açúcar, o auge da extração aurífera mineira e, ao fim desta, adentrava a produção cafeeira. Neste período entre o ouro e o café, a Província de Minas Gerais apresentou um período marcado pela dinamização do campo mesmo mediante a decadência da produção mineradora, o que não

significou, portanto, a estagnação econômica para a região (SLENES, 1988). Contudo, era escasso o campo de oportunidades de inserção social⁶ para os indivíduos não brancos.

A dolorosa miscigenação derivada da violência dos encontros e desencontros entre índios, brancos e negros no Brasil, abriu-me, então, um campo de reflexão voltado para compreender a forma como o trabalho mediou o lugar do negro nestes tristes trópicos. Um problema de pesquisa foi, destarte, sendo gestado: dadas as marcas da escravidão na sociedade brasileira e a desvalorização do trabalho, sobretudo, o manual, e tendo o trabalho como propulsor da riqueza e da mais-valia em uma sociedade capitalista, como o negro foi nela se inserindo, à medida que a sociedade escravista do século XIX foi se esvaindo? Considerando, ainda, os muitos “brasis” que compõem o Brasil, buscou-se compreender o campo de possibilidade de inserção social para o negro no contexto urbano e rural.

Entre 1831-1838, de acordo com Paiva (1996), a população mineira era constituída por cerca de 40% de indivíduos brancos e aproximadamente 60% de não brancos, dentre livres e escravos. O trabalho exercido pelos não brancos era basicamente manual e mecânico. Em meados do século XIX, a sociedade brasileira ainda estava imersa na escravidão. Por isso, esta pesquisa buscou compreender, justamente, o campo de possibilidade de inserção social existente para o não brancos na sociedade mineira dos oitocentos, pouco antes da sociedade de classes se instaurar no fim do século XIX. Buscou-se, ainda, compreender como o trabalho realizado pelos não brancos em contextos socioeconômicos distintos, mais urbanizado e de economia mais diversificada, ou em contextos mais ruralizados e de economia predominantemente agrícola, se configurou como uma variável interveniente para as oportunidades de inserção social dos não brancos nos oitocentos, em Minas Gerais.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Geral:

Analisar o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos através do trabalho por eles exercido no século XIX em Minas Gerais.

⁶ A inserção social é aqui compreendida, segundo Schwarcz (1993), como um enquadramento de comportamentos, atitudes e práticas internalizados através da socialização de crenças, costumes e valores, que levam os indivíduos a se adaptarem para procurarem um lugar na sociedade. Um lugar social, por sua vez, se organiza de forma a dispor hierarquicamente grupos ou indivíduos numa escala de estratificação social (STAVENHAGEM, 1973).

1.4.2. Específicos:

- i)* Analisar a estrutura dos fogos (domicílios) chefiados por homens e mulheres não brancos em Ouro Preto e em Guarapiranga no século XIX.
- ii)* Analisar quais trabalhos realizados pelos não brancos em contextos socioeconômicos distintos, mais urbanizado e de economia mais diversificada, ou mais ruralizado e de economia predominantemente agrícola, se configuraram como uma variável interveniente para as oportunidades de inserção social destes indivíduos na década de 1830 em Ouro Preto e Guarapiranga;

Estes são os elementos que buscamos evidenciar de maneira detalhada ao longo dessa tese, buscando estar alinhado com a confecção do “marco teórico” que reflete sobre o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos em Minas Gerais em meados dos oitocentos.

2. MARCO TEÓRICO

A fim de compreender o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos na sociedade dos oitocentos, em Minas Gerais, apresenta-se, nesta seção, a reflexão teórica elaborada entrelaçando os conceitos de “raça”, “cor da pele” e concepção de “trabalho”, como aspectos constitutivos das formas de discriminação presentes na sociedade brasileira. Buscou-se compreender, em última instância, o ambiente socioeconômico que antecede a transição para uma sociedade de classes, que se instaura no Brasil em fins do século XIX.

2.1. RAÇA E COR DA PELE NO BRASIL

A raça, segundo Munanga (2004), é um conceito que, ao atravessar vários momentos históricos, ganha diferentes sentidos em campos distintos, científicos ou não, absorvendo as especificidades do contexto temporal e espacial no qual se insere. Muniz (2010) e Guimarães (2011) consideram que a incorporação da “cor” em debates na área da demografia, da saúde, ou da sociologia, além de seu uso popular, apontam para a crescente discussão de questões raciais no Brasil e no mundo.

Enquanto Muniz (2010) ou Fry (2004) consideram cor e raça como intercambiáveis, portanto sinônimos na discussão que apresentam, Guimarães (2011), Blaser et al. (2010) e Pries e Bekassow (2015) discutem a raça enquanto uma construção social, sendo a cor um de seus possíveis elementos constituintes, apontando para os desafios e não consensos quanto às definições dos termos.

Reivindicada pela biologia, e apropriada pelas ciências sociais ao longo do século XIX, e sob uma linha de raciocínio que expressava as inquietações e investigações daquela época, a ideia de raça tratava, em última análise, da supremacia do homem branco e aspectos de sua superioridade sobre “os outros” (MUNANGA, 2004).

Na visão de Pena (2005), a necessidade de classificar ou subclassificar o homem em diferentes raças biológicas não tem respaldo científico. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi utilizado no século XVIII para classificação de plantas e animais e, ainda que abandonado pela Botânica e pela Zoologia no século XIX, a ideia de “raça pura” foi apropriada para legitimação de relações de dominação humana (PENA, 2005; MUNANGA, 2004).

As diferenças fenotípicas alegadas, para tentativa de segregação de indivíduos com base na cor da pele, formato de nariz, cabelo, ou qualquer outro traço físico, não representam diferença genética significativa para considerar subdivisões taxonômicas, tampouco hierarquia entre diferentes povos. A raça como uma entidade biológica é, portanto, amplamente negada por geneticistas (PENA, 2005; WADE, 2017). Contudo, o fato da genética atestar, desde o século XX, a inexistência de uma raça biológica e demonstrá-la através de diversos experimentos, não isenta ou anula uma construção social existente no imaginário das pessoas ao longo da história da humanidade, baseada na diferenciação, hierarquização dos povos, e fundamentada em doutrinas diversas (GUIMARÃES, 2008). Como exposto por Petruccelli (2013), o conceito de raça, ainda que sem correspondência científica na área da genética, representaria uma realidade social, pois remete a uma organização perceptiva comum de referências à diversidade humana.

O conceito de raça, de acordo com Munanga (2004), já atuava no campo das relações sociais na Europa nos séculos XVI e XVII, legitimando relações de dominação, ainda que não incluísse características físicas notáveis na diferenciação dos grupos ou indivíduos. No século XIX, outros critérios foram adicionados a esta ideia, tornando a forma do nariz, dos lábios, do queixo, o formato do crânio, como classificatórios dos indivíduos. No Brasil, a construção científica de raça adentra o país juntamente, ou para embasar, uma ideia de nação, de

necessidade de construção de uma identidade nacional, por volta de 1870 (SCHWARCZ, 1993).

Pandolfi (2020) aponta para o uso do termo “discriminação por cores”, que corresponderia à atual discriminação racial, em um processo judicial publicado em um jornal em 1833, portanto anterior à cientificidade do conceito. A autora se atenta para o uso destes recursos como forma de reivindicar uma ideia de cidadania de não brancos, que se dava amparada pela Constituição.

Segundo Pinto (2006), uma série de jornais editados entre 1833 e 1899 carregavam em seus nomes questões de ordem racial: *O Homem de Cor; O Mulato; Brasileiro Pardo, O Cabrito e A Patria - Orgam dos homens de cor*; são todos exemplos de jornais que carregavam a questão racial em seus títulos e eram produzidos por pessoas não brancas. Campos (1984) destaca, também, revistas do Arquivo Municipal de São Paulo do período colonial, que, por sua vez, buscavam fortalecer distinções ameaçadas de desaparecer entre os brancos e os demais: negros forros, mulatos, índios ou indivíduos de “outra qualquer nação”. As referidas publicações transcreviam situações que reforçavam as limitações de acesso dos não brancos a determinados locais, assim como as restrições de vestimenta, porte de arma, ou outros sinais que pudessem aproximar hábitos ou comportamentos de brancos e não brancos. A Constituição do Império de 1824 é ainda mais emblemática ao determinar a quem se deve o direito de ser considerado cidadão brasileiro:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam *ingenuos, ou libertos*, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia. (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824).

Ao designar quem eram os brasileiros, ainda que não os mencionando diretamente, uma grande margem de não brancos se incluía na definição, pela condição de libertos. Assim, a discussão sobre raça que chega às ciências sociais no Brasil, por volta de 1870, através das teorias europeias como o positivismo, o evolucionismo e o *darwinismo* social (SCHWARCZ,

1993), já encontram, instaladas na mentalidade corrente entre os brasileiros, formas de legitimar as discriminações e as práticas sociais que naturalizavam o racismo. O discurso em prol da necessidade de embranquecimento da população é socialmente aceito quando chega ao Brasil (GUIMARÃES, 2011). Alguns autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e João Batista de Lacerda, são citados por Schwarcz (1993) como destaques de uma geração de brasileiros seguidores do *darwinismo* social.

Munanga (2004) esclarece que não se trata simplesmente de uma classificação entre os grupos humanos. O que os naturalistas dos séculos XVIII e XIX faziam era hierarquizar os grupos, estabelecendo uma escala de valores através de uma relação entre o biológico e qualidades morais, intelectuais, culturais e psicológicas. O autor considera que essa forma de classificação, que se expande e ganha força no início do século XIX, tinha um conteúdo mais doutrinário que científico, uma vez que suas explicações serviram mais para justificar práticas de dominação que uma real explicação calcada na suposta variabilidade humana.

Anteriormente a este período de 1870, pode-se igualmente identificar a existência da exaltação de um ideário de população branca e “civilizada”. Segundo Guimarães (1988), os periódicos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), formado por uma elite intelectual branca, por muito tempo predominantemente de portugueses, inicia as suas publicações no Brasil a partir de 1838, buscando justificar a escravidão e a colonização. O Instituto se incumbiu da tarefa de construir uma narrativa de identidade brasileira, na qual era papel do branco “civilizar” os demais indivíduos. O projeto de identidade nacional tinha a missão de construir teses explicativas da realidade brasileira que fossem condizentes com um ideal de civilização e progresso diante de uma população crescentemente mestiça que, segundo as teorias adotadas, seriam a razão do atraso no desenvolvimento do país (BOTELHO, 2005). O ano de 1843 é emblemático na história do Instituto e na formação do pensamento sobre a identidade do Brasil. Nesta data, o alemão Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) apresenta seu ensaio “*Como se deve escrever a História do Brasil*” ao IHGB, que o premia como melhor plano para se escrever a história do Brasil. O pensamento de Martius, explicitado neste plano de maneira hierarquizante e racista, mostra o negro como uma raça inferior e degenerada, que contribuiria com o avanço de uma nova nação à medida que fosse “embraquecida”, através de sua absorção pela raça branca (MALEVAL, 2019; PETRUCCELLI, 2013).

Mais adiante, ao se analisar o pensamento de Sílvio Romero em fins do século XIX, em um período afetado pela promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, próximo à

abolição da escravidão e da Proclamação da República, nota-se a defesa da distinção racial segundo uma suposta diferença nas capacidades intelectuais entre elas:

As diferentes raças não passam pelos mesmos estádios da inteligência ao mesmo tempo... As raças americanas são um produto do meio americano...No próprio seio do continente formaram-se raças diversas, de maior ou menor energia intelectual, que reagiram umas sobre as outras. Nem todas as tribos indígenas, tinham um igual desenvolvimento intelectual. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar... Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina, ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco (ROMERO, 1880, p. 36-43).

O autor incorpora a conceituação de “raça” da escola francesa de “Le Play”, fundada na hierarquização e na inferioridade conferida ao índio e ao negro, mesmo que reivindicando a ampliação de espaços de inserção social para os negros e reconhecendo a atuação deles em diversos trabalhos prestigiados socialmente. Ainda que admitindo alguns méritos do africano, enquanto uma raça que muito aportou ao Brasil com o seu trabalho, cultura e intelectualidade, atribui a ele um lugar de inferioridade. Para Romero, no entanto, o mestiço, “genuíno da formação histórica brasileira” acabaria por se aproximar do branco ou se igualaria a ele.

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico... É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é o domínio exclusivo do africanismo que peço; exijo apenas mais equidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos... Não foi provavelmente isto [a influência do negro] um grande bem; mas é um fato irrecusável. Muitos de nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm esta origem (ROMERO, 1880, p. 46 e 51).

Como forma de reconhecer esta confusa mistura do negro que muito aportou ao Brasil, do indígena silenciado e do português do qual herdou-se o puro sangue, Romero, ainda num sentido de hierarquização, encontra no mestiço o meio termo para a solução da dúbia questão da raça.

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional... Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro (ROMERO, 1880, p.41).

Na interpretação de Romero, o “nosso futuro” era pensado como um mistério, visto que para ele a “raça brasileira” ainda estava por se formar. Mas para além desta esperança depositada na mistura de raças, havia, ainda em fins do século XIX, a “teoria do branqueamento”⁷, amplamente aceita no Brasil. Raimundo Nina Rodrigues, cujo papel como médico costuma ser mais comumente lembrado, tinha grande interesse em pesquisar o negro e as relações raciais no Brasil. Atuando profissionalmente nos primeiros anos do Brasil República e imerso em regiões com forte presença africana (Maranhão e Bahia), Nina Rodrigues acompanhou o pensamento científico da sua época, conferindo a inferioridade racial ao negro. Por um lado, reconhecia a influência do negro na formação brasileira, por outro, de forma contraditória, segundo Correa (2006) e Neves (2008), os colocava em um patamar inferior. Para Nina Rodrigues, a inferioridade dos negros era incontestável, estando relacionada às limitações orgânicas da raça negra, que comprometeriam qualquer possibilidade de “adaptação às raças superiores”.

A constituição orgânica do negro modelada pelo *habitat* físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores, produto de meio físico e cultural diferente... A ossificação precoce das suturas cranianas, excluído o caso patológico aqui inadmissível, há de ser um produto da evolução morfológica, proporcional e paralela à evolução funcional, de que é um caso apenas o desenvolvimento físico ou mental. Impossível, pois, tornar uma responsável pela outra...O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura (RODRIGUES, 2010, p. 290).

A classificação de Rodrigues (2010) contrariava aquela geralmente adotada pelos trabalhos médicos, que dividiam as raças em branca, preta e parda, visto que, segundo ele, não contemplaria os diferentes graus de nocividade da mestiçagem, que dependeria da procedência do africano envolvido (NEVES, 2008). A classificação proposta por ele pode ser observada no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Classificação das raças brasileiras segundo Nina Rodrigues, 1932.

	Raça	Definição
Raça pura	Branca	Branco-crioulos não mesclados e europeus, ou latinos, principalmente portugueses e hoje italianos em S. Paulo, Minas, etc., ou de raça germânica; os teuto-brasileiros ao sul da república.
	Negra	Os poucos africanos ainda existentes no Brasil na época e os

⁷ O antropólogo e médico carioca João Baptista de Lacerda foi um dos principais expoentes da tese do branqueamento entre os brasileiros, tendo participado, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres (SCHWARCZ, 1993).

		negros crioulos não mesclados.
	Vermelha ou Indígena	Brasilio-Guarany selvagem das florestas dos grandes estados do oeste e extremo norte, assim como de alguns pontos de outros estados, tais como Bahia, São Paulo, Maranhão, etc.
Raça mestiça	Mulato	Resultantes do cruzamento do branco com o negro; grupo muito numeroso, constituindo quase toda a população de certas regiões do país, subdividido em: a) Mulatos dos primeiros sangues; b) Mulatos claros, de retorno à raça branca e que ameaçam absorvê-la de todo; c) Mulatos escuros (cabras) produto de retorno à raça negra, alguns podiam ser confundidos com os negros crioulos.
	Mameluco ou caboclo	Produto do cruzamento do branco com o índio, muito numerosos em certas regiões como, na Amazônia por exemplo. Na Bahia podiam ser divididos em dois subgrupos: Mamelucos que se aproximam e se confundem com a raça branca e caboclos verdadeiros (mestiços dos primeiros sangues) cada vez mais raros.
	Cafuzo	Produto do cruzamento do negro com o índio. Este mestiço é extremamente raro na população da capital. Porém, é mais frequente em certas regiões do país, como na Amazônia.
	Pardo	Produto do cruzamento das três raças e proveniente principalmente do cruzamento do mulato com o índio, ou com os mamelucos caboclos.

Fonte: Adaptado de NEVES (2008).

De acordo com Schwarcz (1993) e Correa (2006), Nina Rodrigues se apropriou das teorias estrangeiras de sua época e as “abrasileirou”, desgeneralizando a inferioridade da raça negra, tendendo a abrir espaços sociais para os negros, que iriam aos poucos sendo entendidos como detentores de outras habilidades para além daquelas restritas ao período da escravidão.

As inquietações de Nina Rodrigues quanto à inferioridade racial do negro de alguma forma se aproximavam das concepções de Sílvio Romero, a quem ele, inclusive, cita, vinte anos após uma das publicações deste, concordando com ele sobre a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os negros no Brasil.

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas [...] O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência (Romero *in* Rodrigues, 2010, p. 22).

E Rodrigues externa seu ponto de vista à Romero:

São decorridos mais de vinte anos e infelizmente não apareceu até hoje o especialista que devia satisfazer o apelo, justo e patriótico, do distinto escritor. Exigências do ensino da medicina legal, disciplina que professo, impondo-me o dever de conhecer de perto os Negros brasileiros, ofereceram-me oportunidade de apreciar a exatidão do juízo externado há vinte anos pelo Dr. Sílvio Romero (RODRIGUES, 2010, p. 23).

Estes homens da ciência oitocentista, dentre outros, que afirmaram a inferioridade racial dos negros, antecederam os eugenistas do início do século XX (SCHWARCZ, 1993). Segundo Wegner e Souza (2013, p. 264), o início do século XX é marcado pela “[...] expansão de um nacionalismo militante e pelo sentimento de que a modernização do país dependeria de amplas reformas sociais, especialmente, em relação à saúde pública, à educação e à formação racial da população”. Consoante a este estudo, Maio (2004) afirma que desde o final do século XVIII se delineava um programa higienista apoiado nas preocupações das condições sanitárias do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a partir de 1860, o projeto higienista racista toma a febre amarela como a sua principal meta de combate, voltando-se para aportar condições mais favoráveis à imigração europeia, em detrimento das outras enfermidades que acometiam, principalmente, a população negra.

O que se pode apreender do percurso do uso do conceito de raça no Brasil, conforme Pandolfi (2020), é que as identidades criadas a partir da escravidão na sociedade brasileira demarcavam lugares sociais, e o lugar do negro era a escravidão. Segundo Bastide e Raveau (1963), o uso da cor como um demarcador social expõe uma classificação herdada da antiguidade ocidental cristã, com suas simbologias religiosas, na qual o branco seria identificado com a pureza e o negro ao diabólico, não havendo qualquer explicação científica para uma cor ser considerada como superior a outra. No entanto, em fins do século XIX, em meio a um ambiente de efervescência em torno da abolição da escravidão, é favorecida a ideia de necessidade de reforço da distinção social das “raças”, uma vez que os brancos sentiam sua posição e lugar na hierarquia social ameaçadas pela abolição da escravatura (TOSTES, 2010).

Contudo, Campos (1984) relativiza esta posição, afirmando que a cor não impediu a ascensão social de alguns segmentos de não brancos, afirmando que a diferenciação social se pautava em critérios diversos, para além da cor, como a ascendência ou as atividades ocupacionais. A autora, que não nega a hierarquização da sociedade brasileira, reconhece uma fluidez na estratificação social da mesma decorrente dos múltiplos fatores que diferenciavam os indivíduos. Pode-se perceber que o uso da “cor da pele” como um classificador social no lugar da “raça” se expande à medida que os não brancos expandem os lugares por eles ocupados socialmente. A cor, como um dos atributos físicos da raça, demarcava um gradiente de embranquecimento no Brasil, opondo o “branco” e o “preto” como seus extremos (GUIMARAES, 2011). Mattos (2013), ao investigar o silenciamento da cor dos indivíduos em processos jurídicos no sudeste do Brasil, no período que antecede a abolição, associa o significado da cor com o sentido de liberdade. Segundo a autora, nos documentos que

analisou, a cor da pele se relacionava mais intimamente com a condição social do indivíduo, como o fato de ser livre ou não, bem como com a sua ocupação, que com a pigmentação da sua pele.

2.2. RAÇA/COR E TRABALHO NO BRASIL

Entre as formas de expressão das desigualdades, a cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do país.

De acordo com Magalhães (2008), um grande número de homens pretos, pardos e mulatos foi crescendo em plena sociedade escravista e conquistando lugares sociais diversos. Segundo este autor, mediante esta projeção social, a “cor” e não mais a “raça” passou a ser mais utilizada como um demarcador social. Nas listas nominativas, censos e outros documentos consultados, observa-se, de fato, uma prevalência de termos tais como a “cor” e a “origem”, como categorias que diferenciavam o indivíduo em, por exemplo: branco, pardo, crioulo, mulato, índio ou preto/africano. Como pode-se perceber, os termos “índio” ou “africano” não designam uma cor, endossando a constatação de que esta classificação não era tão somente uma distinção cromática, mas carregava outros distintivos valorizados socialmente.

Segundo Schwartz (1988), além da cor, que não era unicamente preta para os escravos, adicionava-se a especialização dos serviços que os mesmos podiam exercer. Funções domésticas ou de maior especialização técnica, por exemplo, poderiam conferir posição social relativamente mais vantajosa ao indivíduo. Neste sentido, Freyre (1969) afirmava que as mucamas, que tinham um lugar de proximidade junto às senhoras, parecem ter tido uma posição social de privilégio ao se tornarem aprendizes no ofício de preparar doces e, também, vendê-los. A importância da posição social dos indivíduos como estruturada a partir de sua origem (europeu, africano ou indígena), parece, na avaliação de Wagley (1951) ter sido mais marcante para a estruturação da sociedade brasileira que a distinção calcada em raça, propriamente dita.

O Brasil foi fundado como uma sociedade formada por duas castas distintas, nomeadas como de senhores europeus e de indígenas ou negros escravos. Contudo, a sociedade brasileira consistiu exclusivamente de castas apenas por um curto período de tempo. Grupos sociais intermediários começaram a surgir quase imediatamente após 1500 [...] a miscigenação entre homens

portugueses e mulheres indígenas começou quase imediatamente [...] os descendentes destas uniões cresceram como homens livres e os brancos europeus se casaram com mulheres mestiças. Um grupo de mestiços europeus-indígenas se formou e se situou entre a elite europeia e os escravos indígenas. A mistura de raças continuou em velocidade ainda maior após a chegada em larga escala dos escravos africanos (WAGLEY, 1951, p. 142, tradução nossa).

Segundo este autor, um sociólogo norte-americano, o termo “casta” em uma sociedade marcada pela mistura revelaria mais um antagonismo da condição social de “senhor” *versus* “escravo”, que um antagonismo sustentado na pureza de raças. Como caracteriza Bastide e Raveau (1963), por sua vez, no Brasil, também como uma sociedade multirracial, contudo, de classes, não de castas, na qual os preconceitos não seriam como nos Estados Unidos, de origem, mas sim preconceitos de aparência. Para eles, por consequência, no Brasil o negro poderia “[...] ascender socialmente na medida em que se aproximasse fisicamente do branco; a cor se torna então um símbolo do *status* social, de localização no interior do sistema de classes [...]” (BASTIDE; RAVEAU, 1963, p. 388, tradução nossa). Todavia, em ambas as perspectivas a ancoragem da distinção social sobre a cor da pele é relativizada por outros atributos, como o tipo de trabalho que o indivíduo exerce.

Tais afirmações, referentes à relativização da exclusividade da cor como critério de classificação social dos indivíduos na sociedade brasileira, podem ser observadas nas listas nominativas dos oitocentos. Nelas, já se percebe a apresentação da “cor/origem” do indivíduo classificado como “pardo”, “crioulo”, “branco”, “preto/africano” ou “mestiço” acompanhada da apresentação da sua “condição social” como “livre” ou “escravo”. Sendo os brancos livres, mas os não brancos, nem sempre, principalmente os “pretos/africanos” e os “crioulos”. A cor em si não se instituiu de forma inflexível como um demarcador de diferenciação social. Ao se analisar a composição dos fogos (domicílios) que acoplavam também as atividades/ocupações desenvolvidas pela família, nota-se, mais uma vez, este embaralhamento entre a “condição social” do indivíduo como “livre” ou “escravo”, misturado a outros demarcadores distintivos como sua relação com o “chefe do fogo”. O indivíduo considerado “agregado”, por exemplo, parece transitar numa classificação entre “livre” e “escravo”, na qual ele era dependente do chefe do fogo, não era seu parente consanguíneo, e, apesar de sua liberdade espacial, socialmente poucas possibilidades lhe eram acessíveis em termos de ascensão social. Esta figura liminar, intermediária entre um estado e outro, parece estar muito impregnada nos critérios sociais utilizados para classificar e distinguir os indivíduos nas listas nominativas dos oitocentos. A própria designação do indivíduo como “chefe de fogo” parece estar mergulhada

nesta liminaridade, neste estado intermediário, fronteiro, quando associado a outras classificações apresentadas nas listas. Estes chefes, em grande parte pardos e mulheres sem escravos, em alguns distritos mineiros, parecem imersos neste estado liminar entre a “liberdade” e “servidão”, que parecia habitar a mentalidade oitocentista. Neste sentido, Loiola (2008), no contexto da província de Goiás, do século XVIII, define a cor como um pêndulo, inclinado conforme propósitos e interesses dos grupos dominantes.

Este estado intermediário dos indivíduos entre duas condições sociais antagônicas, “livres” ou “escravos” toma contornos mais tensos, segundo Pandolfi (2020), mediante o crescente número de não brancos ascendendo socialmente, principalmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro no século XIX. Esta situação gerou um conflito político nestas regiões, o qual ficou conhecido como “intriga de cores”. Para Soares (2019), ao tratar da segunda metade do século XIX, também destaca o desenvolvimento, ainda que lento, do setor de serviços, indústrias e finanças, promovendo a diversificação das profissões e, portanto, relativizando a divisão da sociedade entre “livres” e “escravos”. De acordo com o autor, com o avançar do século XIX, as classes de livres e escravos foram passando por novas interpretações, cedendo espaço a uma classe de trabalhadores: cirurgiões, artistas, militares, comerciantes, etc.

Entretanto, isso não significou que a cor da pele deixasse de estar associada a determinados tipos de trabalho e a condições específicas de moradia, vestuário, alimentação e recreação, que seguiam um padrão entre não brancos, que os distanciava dos brancos. Neste sentido, segundo Soares (2019), a cor pesa na sociedade brasileira, mas de forma determinante quando associada à renda. Segundo o autor, não brancos chegaram a lograr lugares sociais de destaque na sociedade dos oitocentos que os embranqueciam socialmente em virtude da posse de propriedades, escravos, terras, títulos ou outros condicionantes, que os afastassem das noções de inferioridade da raça que se sedimentaram na sociedade brasileira dos oitocentos.

As abordagens de Gilberto Freyre, Mario de Andrade, dentre outros, vêm se contrapor à ideia da necessidade de embranquecimento social, de fins dos oitocentos, enaltecendo a miscigenação brasileira e afirmando uma identidade própria (SCHWARCZ, 1993). A ideia de uma democracia racial foi propagada para outros países, que acreditavam haver no Brasil uma experiência singular e bem-sucedida no campo das interações raciais. Este era um quadro especialmente interessante para o mundo pós-guerra, preocupado com as questões ideológicas e políticas sobre raça e cultura que resultaram no nazismo (SCHWARCZ, 1993; MAIO,

1999). Mas esta imagem da democracia racial brasileira escondia um abismo social entre brancos e não brancos. Porém, como bem demonstra Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), em **Homens livres em uma ordem escravocrata**, não era apenas em relação aos não brancos que a dominação pessoal dos fazendeiros incidia, mas, também, sobre síditantes, camaradas e agregados, os quais podiam ser compostos, inclusive, embora não majoritariamente, por brancos. Todavia, trabalhos comparativos entre o racismo norte-americano e o brasileiro, classificavam este último como mais brando, quando comparado ao norte-americano, ainda que alicerçado em limites definidos. Segundo, Wagley (1951),

Conquanto não há ainda proibição absoluta contra negros ocupando posições iguais ou maiores que os brancos, há um limite definido deste número que os brancos podem permitir com segurança...quanto mais negros os brancos aceitam na 'classe rica branca', mais difícil se torna para eles professarem a desaprovação absoluta demandadas por estes estereótipos, juntamente com o princípio de que 'dinheiro embranquece' (WAGLEY, 1951, p. 80, tradução nossa).

Nos EUA a inserção social de forros e descendentes de escravos foi estimulada por lutas sociais. Assim, nos Estados Unidos o racismo não impediu a prosperidade econômica dos negros, enquanto no Brasil o tipo de trabalho realizado pelos não brancos estava aprisionado à cor de pele: trabalho rústico e manual era típico dos não brancos. Segundo Fernandes (2007),

Na antiga sociedade escravista existiam amplas zonas de diferenciação social, concernentes a ocupações ou a atividades que só o homem semi livre poderia realizar e que não interessariam ao homem livre dependente. O mestiço, com frequência, ofereceu o contingente demográfico que permitia saturar tais posições e que eram essenciais para o equilíbrio do sistema de dominação escravista (FERNANDES, 2007, p. 44).

O autor considera a miscigenação como um “mecanismo de absorção do mestiço”, que tinha em sua essência não a ascensão social de um grupo de não brancos, tampouco a igualdade racial, mas sim um “equilíbrio” das relações raciais que asseguravam a manutenção da ordem escravocrata. Este mesmo princípio se aproxima daquele colocado por Wagley (1951) quando aponta para a restrição do número de não brancos na elite branca no século XX. Para Fernandes (2007), os não brancos foram desfavorecidos, tanto no meio urbano quanto no rural, das oportunidades de ascensão social, que se viam limitadas pela classe dominante. A mobilidade vertical era rara segundo este autor, muitas vezes se confundindo

com incorporação ao sistema de classes, e não repercutia nos padrões ou estereótipos negativos vigentes contra os não brancos, que estruturavam as relações raciais.

Segundo Holanda (1987), o trabalho manual era desvalorizado nas sociedades ibéricas em contraste com as sociedades protestantes, que valorizam o trabalho como vocação. Em 1789 podia-se ler no dicionário da língua portuguesa, escrito pelo padre Raphael Bluteau, entre os anos de 1712 e 1728, uma definição de trabalho:

Exercício corpóreo, rústico ou mecânico. Trabalho do entendimento, em composições. A dificuldade e incomodo de trabalhar. Coisa que incomoda, aflige o corpo, ou espirito. Não perdoei a trabalho, não o poupei; i. é, trabalhei... Entrar nos trabalhos, e perigos do parto (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 1602).

A presença da dor e da punição parecem claras nesta citação, sendo mencionados aqueles que comumente eram rebaixados socialmente. Em 1832, no dicionário da Língua Brasileira, o termo foi definido de forma semelhante, como: “exercício, ocupação corpórea, ou do entendimento. Incômodo do trabalho. Aflição do espirito, incômodo.” (PINTO, 1832, p.1056). Desta vez, além do trabalho mecânico e degradante, o trabalho intelectual ou “do entendimento” se coloca explicitado. O intelectual Caio Prado Júnior estabelece uma relação entre a concepção de trabalho e raça:

E a utilização universal do escravo nos vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora. ‘Como todas as obras servis e artes mecânicas são manuseadas por escravos’, dirá um observador perspicaz como Vilhena... no campo é a mesma coisa; nenhum homem livre pegaria da enxada sem desdouro... não é de admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 295-296).

Num sentido mais amplo e mais geral, Prado Júnior conceitua o trabalho como atividade que proporciona aos indivíduos seus meios de subsistência. Em Guedes (2006) vamos encontrar o seguinte esclarecimento à ideia de que as noções de trabalho tiveram nuances na colônia/império brasileiro, variando de acordo com a época e o lugar.

A relevante utilização da mão de obra do escravo no Brasil, especialmente em Minas Gerais, no século XVIII, aponta para um grande exercício de atividades manuais e para a restrição do uso de tecnologias já existentes em outros lugares. A força do trabalho dos não brancos, do Brasil colônia ao século XIX foi mais utilizada que a força animal para a

realização até mesmo do transporte de pessoas, como afirmado por Freyre (2003), tomando por base os relatos de viajantes estrangeiros no Brasil:

Na própria cidade do Rio de Janeiro ainda se viam então palanquins como o que Colton encontrou carregado por dois escravos e seguido por vários servos... embora fosse condição de elegância de todo sobrado ilustre ostentar na cocheira carruagem de duas ou quatro rodas, a muitas das carruagens faltavam cavalos que as puxassem... o negro continuava a ser mais fácil que o cavalo ou mesmo a mula, as senhoras menos abastadas saíam de palanquim [...] (FREYRE, 2003. p. 627).

A função de transportador de senhores e damas era desempenhada por homens escravizados que substituíam animais. A facilidade ou comodidade do sistema escravocrata favorecia o uso de homens em detrimento de animais. Luís da Câmara Cascudo (1971), ao descrever os engenhos de Pernambuco, aponta a desvalorização do trabalho manual, uma vez que estava associado ao escravo. Quanto ao emprego da mão de obra escrava, Sette (1948) descreve a trajetória da iluminação pública em Recife, entre os séculos XVI e XVIII, destacando o trabalho dos escravos de limpar e acender os lampiões da cidade, quando ainda eram utilizados azeite e querosene na iluminação das ruas. No século XIX, o comércio de lampiões se desenvolvia, levando à necessidade de “negras afeitas” a esta atividade, como o visto em um anúncio de jornal: “Precisa-se de pretas para venda de azeite de carrapato, habilidosas nesse serviço”. Pode-se afirmar, assim, que “cor da pele” e “tipo de trabalho” apresentavam uma correspondência próximas. A cor branca cristalizou-se na sociedade brasileira como superior tendo no trabalho realizado pelos não brancos o seu sustentáculo. Sendo o trabalho realizado por escravos, no Brasil, este absorveu um sentido pejorativo.

3. METODOLOGIA

3.1. ESCOLHAS E CAMINHOS PERCORRIDOS: APRESENTANDO AS FONTES DE DADOS

O material de análise desta tese são dados provenientes de documentos demográficos oficiais, denominados de “listas nominativas”. Estas listas são documentos históricos censitários que apresentam informações detalhadas da população, como: nome, cor, sexo, idade, condição social, ocupação, dentre outras. Segundo Botelho (2005), a preocupação censitária já existia no Brasil no século XVIII. De acordo com Fonseca (2011), Portugal tinha

interesse em repertoriar a população da Colônia, para fins militares, mas, também, como forma de fiscalização para o recolhimento de impostos, para a realização de eleições, implementação de políticas públicas e melhor conhecimento e descrição do território (BOTELHO, 1998).

Os dados populacionais do século XIX trazem significados sociais em seu modo de categorizar a população (quanto à cor da pele, por exemplo, ou mesmo em relação às informações que omitem), como as ocupações de determinados indivíduos, principalmente, as mulheres chefes de fogos, ou ainda, a não informação da ocupação dos escravos, ou a condição social dos brancos que são sempre descritos apenas como “livres”. Na visão de Paiva e Arnaut (1990), as listas nominativas de 1831-1832 e de 1838-1841, fonte documental utilizada nesta tese, correspondem aos documentos mais completos em termos de informações populacionais para Minas Gerais no período referido. Como iniciativa do Governo Provincial, estes documentos intencionavam, de forma mais ampla, mapear a realidade do país como forma de orientar e coordenar suas ações públicas, ou ainda caracterizar a identidade do Estado Imperial.

O primeiro recenseamento geral do Brasil data de 1872. Esse foi o mais completo e abrangente arrolamento populacional realizado no século XIX. Contudo, para Minas Gerais, houve um grande número de paróquias omitidas (GODOY; PAIVA, 2008). Esses documentos eram elaborados sob a orientação do Inspetor de Quarteirão, que era o responsável pela coleta das informações locais. Era ele que as encaminhava ao Juiz de Paz para aprovação e para serem, em seguida, redigidas por um Escrivão, até que, finalmente, seguiam para o Governo Provincial. Esses documentos eram produzidos, portanto, com reduzida participação da população, como afirmam Paiva e Arnaut (1990):

A coleta das informações das listas parece ter envolvido o Juiz de Paz, o Inspetor de Quarteirão, e Escrivão e, eventualmente, a população. Independente disto, era este Inspetor o responsável pela confecção das listas parciais, que somadas se tornariam a Lista Nominativa. Ele as remetia ao Juiz de Paz, que as conferia, aceitando-as ou modificando-as. Uma vez aceitas, estas eram entregues ao Escrivão que as copiava na forma final, para serem remetidas ao Governo Provincial (PAIVA; ARNAUT, 1990, p. 90).

Pode-se, assim, admitir a existência de certa subjetividade nas listas decorrente da forma de sua produção e da diversidade de indivíduos envolvidos nas coletas dos dados. Apesar disto, segundo Lemos (2012), as listas fornecem um conjunto de informações a

respeito dos indivíduos, da constituição dos fogos e dos trabalhos neles realizados, que permitem caracterizar suas respectivas estruturas econômicas e sociais.

3.2. AS LISTAS NOMINATIVAS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005), a primeira Lei brasileira que determinava a realização de recenseamentos nacionais da população foi sancionada ainda durante o Império, em 1870, e determinava a periodicidade decenal do levantamento. O Censo de 1872 é considerado o primeiro Censo Demográfico realizado no país. Anteriormente a ele, os levantamentos populacionais eram realizados através de registros não sistematizados e de listas nominativas provinciais, sendo as últimas objeto de estudo desta pesquisa. As listas de 1830-1831 apresentam dados de 242 distritos mineiros dentre, aproximadamente, 410 existentes nesta década. Já as listas de 1838-1841 correspondem a uma segunda tentativa de recensear Minas, pois nem todos distritos haviam respondido à demanda do Presidente da Província para que enviassem as suas relações nominativas. Este último levantamento teve uma menor cobertura que o anterior, contemplando apenas 139 distritos (RODARTE, 1999). Nos anos de 1980, sob direção da Professora Clotilde Paiva, as listas foram compiladas por uma equipe do CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais) que formou um banco de dados que hoje se encontra disponível *on line* com todas as informações reunidas, digitalizadas e tratadas, possibilitando diferentes formas de acesso aos dados, detalhadas em um Tutorial, igualmente disponível no site (<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>). Trata-se, portanto, nesta tese, de uma pesquisa documental através de uma base de dados secundária.

Este trabalho realizado pelo CEDEPLAR resultou em uma consistente base de dados de 313 distritos mineiros, que cobre cerca de 60% da população existente nos oitocentos em Minas Gerais. Esta base reúne, assim, as informações das listas de 1831-1832, complementadas por aquelas de 1838-1841, formando uma base de dados com satisfatória representatividade estatística em razão do grande volume de informação e boa distribuição espacial dos distritos incluídos (MARTINS, 2015).

As listas nominativas eram distritais. Constavam em seu cabeçalho informações gerais como a data da lista (dia/mês/ano), nome do município, nome do distrito, e número do quarteirão (PAIVA; ARNAUT, 1990). A descrição dos indivíduos era apresentada em linhas

e, originalmente, continha as seguintes variáveis: Fogo, Nome, Idade, Qualidade, Estado, Condição, Ocupação, Observações, conforme observa-se na Figura 1.

Figura 2. Manuscrito original da lista nominativa de São Bartolomeu, Ouro Preto, 1838.

	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	Observações
1	Viz. João de Abreu	29	Br.º	"	"	"	
	João	41	Br.º	Solte.	Br.º	"	
	Antônio	26	Br.º	Solte.	Br.º	"	
	Américo	13	Cr.º	Solte.	Cr.º	"	
	Abelardo	31	Cr.º	"	"	"	
	Agostinho	51	"	"	Leve	Leve	

Fonte: Extraído do sítio eletrônico: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>. Acesso em: 20/04/2020.

Os documentos a serem preenchidos eram enviados pelo Presidente da Província aos distritos como um modelo com as devidas instruções para utilização das listas:

Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exato e detalhado conhecimento do estado da população e da indústria de cada um dos Distritos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz do Distrito [...] que com a maior brevidade envie uma relação, conforme o exemplo seguinte, dos habitantes do mencionado Distrito, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com o nome de cada um dos indivíduos delas, e declarações marginais das idades, condições, estados e ocupações em que se empregam, e dos que são libertos, ou cativos; assim mais outra relação pela qual se reconheça o número e qualidade das fábricas estabelecidas no Distrito, e o número das pessoas livres ou escravas nelas empregadas, e se os proprietários são nacionais ou estrangeiros (I.C. do Ouro Preto, 25 de agosto de 1831. Manoel Ignácio de Mello e Souza. Arquivo Público Mineiro, Sessão Provincial, Presidente da Província, Códice 81, p.146).

Contudo, o pesquisador Mario Marcos Sampaio Rodarte (1999) destacou a falta de padronização no preenchimento das informações demandadas, sobretudo, aquelas relacionadas à ocupação. Há omissão de informações, sub-representações, dentre outros problemas. A não uniformidade na maneira como as listas eram preenchidas pode ter se dado devido à multiplicidade de etapas e agentes que as executavam (juiz de paz, inspetor de

quarteirão, escrivão, etc.) até chegarem ao Governo Provincial. Segundo Godoy e Paiva (2008), a presença de variáveis, como a cor, poderia influenciar na omissão de outras, como a ocupação, conforme observado pelos dois autores.

O trabalho de transcrição das listas feito pelo CEDEPLAR seguiu uma padronização que correspondia aos originais destes documentos, sendo incluído no cabeçalho informações sobre o *status* do distrito de paz em relação às divisões jurídica, eclesial e administrativa. Este último *status* traz a informação correspondente à década de 1830 assim como outra mais atual em relação ao período de transcrição das listas, de 1998 (Figura 2).

Figura 3. Cabeçalho das informações das listas nominativas, Guarapiranga, 1831.

Lista nominativa									
Data: 27/10/1831		Categoria Eclesiástica: Filial - s/inf.			Topônimo Atual: Santo Antônio do Pirapetinga				
Distrito: Sto. Ant. do Bacalhau		Freguesia: Freguesia de Guarapiranga			Categoria Administrativa: Distrito				
Categoria Administrativa: Distrito de paz		Município Pertecente: Piranga							
Termo: Marina									
Comarca: Comarca de Ouro Preto									
"Q. = Quarteirão", "F. = Fogo", "Nº. = Número"									
Q	F	Nº	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação	Ramo
0	1	1	João Jose de Oliveira Pena	64	branco	Solteiro	livre	lavrador	lavrador

Fonte: Extraído do sítio eletrônico: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>. Acesso em: 20/04/2020.

A base de dados compilados pelo CEDEPLAR estão disponíveis *on line*, como já mencionado, em um programa chamado, “Poplin-Minas-1830” que oferece diferentes formas de consulta das informações: consulta a dados selecionados; consulta às listas originais e a consulta dos dados na forma estatística. Esta última permite o cruzamento de múltiplas variáveis disponibilizadas a partir das informações originais. Das 114 variáveis constantes neste modo de consulta, foram selecionadas as seguintes para a realização desta pesquisa: Quarteirão, Fogo, Nome, Idade, Relação com o chefe, Cor/origem, Estado conjugal, Condição social, Setor de Atividade, Ocupação, Tamanho do fogo e Tamanho do plantel; totalizando 12 variáveis analisadas. Foram extraídos desta base de dados, os levantamentos correspondentes aos distritos de Guarapiranga e Ouro Preto, disponíveis para os anos de 1831-1832 e 1838-1841, respectivamente.

A opção pela seleção somente do distrito-sede de cada localidade se deu, primeiramente, em decorrência de um dos objetivos da tese ser analisar o campo de possibilidade de inserção social dos não brancos em núcleos com diferentes níveis de urbanização. Ainda que estas delimitações espaciais sejam incertas ou de contornos não rígidos, a análise do núcleo central se mostrou mais consistente em questão de presença dos

dados a serem analisados nas duas localidades. Em segundo lugar, foi levado em conta a qualidade informacional dos dados disponíveis para cada localidade que se pretendia analisar. Após delimitar a opção pelos dados dos distritos-sedes, recorreu-se à análise da informação ocupacional presente nas listas, crucial para alcançar os objetivos propostos. O índice de não informação da ocupação diminuía sensivelmente quando os mesmos ficavam restritos aos chefes de fogo, como destacado por Godoy e Paiva (2008):

A recorrência de padrão informativo que destacou o chefe do fogo e relegou os demais indivíduos, ou os não-chefes. A tendência foi informar a ocupação do chefe e omitir a ocupação dos demais integrantes do fogo. Esse procedimento de arrolamento provavelmente assentava-se no pressuposto de que a profissão ou setor de atividade do chefe determinava a ocupação dos não-chefes, entendia-os subordinados ou dependentes (Godoy; Paiva, 2008, p. 4).

Desta forma, optou-se por restringir as análises aos chefes de fogos de Ouro Preto e Guarapiranga, a fim de que se pudesse adentrar as suas unidades domésticas, ou seja os fogos, através da apresentação feita das demais variáveis descritas.

3.3. AS VARIÁVEIS SELECIONADAS

As listas nominativas apresentavam os dados com base nos fogos, que formavam os quarteirões. Paiva e Arnaut (1990) consideram os termos família, fogo e domicílio como sinônimos nestes documentos. Contudo, segundo Paiva (1966), o fato de um indivíduo ser arrolado em um determinado fogo não significa que ele residisse nele. Deve-se portanto atentar-se para o significado de fogo no contexto destes documentos, pois o fogo poderia ser apenas uma unidade de trabalho e produção, sendo a residência do indivíduo fixada em outro local. A designação de fogo para retratar a ideia de família merece, assim, atenção. A noção de fogo, segundo Roche (2000), pode ser remontada ao século XVII, quando as famílias europeias se reuniam ao seu redor, conotando a intimidade familiar do lar em contraposição às reuniões públicas nas praças, em torno da água das fontes. Já Slenes (1999) interpretou o significado de “fogo” se apoiando nos relatos de viajantes estrangeiros que, ao passarem pelas fazendas escravistas mineiras oitocentistas, percebiam o fogo que os escravos mantinham acesos nas senzalas ou em casebres familiares. Este fogo, além da função de regulação da temperatura e preparação de alimentos, teria uma representação simbólica de acesso a um espaço de autonomia, de posse de seu próprio fogo. Paiva (1996), a partir das listas

nominativas, indica que o fogo fazia referência a “[...] um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe. Assim, o que identificava os indivíduos com o fogo era a sua articulação com os demais membros coordenados pelo chefe” (PAIVA, 1996, p. 61). Na presente pesquisa, utiliza-se os termos “fogo”, “família”, “domicílio” ou “núcleo familiar” como sinônimos. A listagem dos fogos usualmente iniciava a partir da matriz local, considerado um núcleo que indicava a centralidade do lugar. A partir daí a listagem avançava em direção às áreas mais distantes, ou menos centrais.

As listas apresentavam, seguindo a designação do “fogo” por seu número e de seu quarteirão, o *nome* do indivíduo, que muitas vezes trazia em si indicativos de posição social. Os indivíduos eram listados por seus nomes, contudo, o sobrenome de família era mais frequente para os chefes, que encabeçavam os fogos nas listas. Algum título podia igualmente anteceder o nome dos chefes, geralmente designando algum ofício distinto, como cirurgião, tenente, juiz, etc. De modo geral, as informações referentes aos chefes dos fogos eram mais completas, distinguindo-os dos demais membros de seu grupo doméstico (PAIVA, 1996). O chefe do fogo era o indivíduo que liderava o domicílio “[...] seja enquanto dirigente de uma unidade familiar, seja enquanto proprietário/dirigente de uma unidade produtiva [...] de seu ofício provém a renda majoritária do fogo” (GODOY; SILVA, 1999, p.67).

O chefe ocupa um lugar central em seu grupo doméstico, liderando a sua unidade economicamente. A partir da *relação com o chefe*, arrolado no topo da lista do fogo, os demais integrantes eram listados, classificados como: “cônjuge”, “filho”, “agregado”, “indivíduo livre sem informação”, ou “escravo”. Os “não chefes” eram indivíduos que complementavam a renda do fogo através de suas ocupações.

As informações sobre o *sexo* apresentavam a classificação binominal, “feminino” ou “masculino”, que permite chegar à razão sexual dos dados selecionados. Segundo Paiva (1996), as informações sobre o sexo poderiam revelar se preponderavam homens ou mulheres em uma dada atividade, ou se havia equilíbrio entre eles, revelando características da economia local.

Quanto à *cor/origem*, os indivíduos foram designados nestas listas como: “africano/preto”, “branco”, “crioulo”, “índio”, “mestiço” e “pardo”. Como apontado por Paiva (1996), não havia nenhum detalhamento ou orientação para os termos empregados em relação à classificação da cor do indivíduo, o que leva a crer que eram empregados os termos correntes no entendimento comum da época. Em Silva (2012), que recorreu ao exame de

inventários *post-mortem* e recenseamentos de Minas nos oitocentos, vamos encontrar um esclarecimento que sugere que as diferentes designações de cor nesta província não seguiam padrões rígidos. Assim, não somente nas listas nominativas, mas, igualmente, em outros documentos históricos há distintas possibilidades de interpretação dos termos utilizados para designar a cor dos indivíduos. A classificação como “pardo”, talvez, seja aquela que tenha sido alvo de maiores ambiguidades. Percebe-se nos Censos Demográfico de 1872 que o termo “pardo” era interpretado como sendo portador de um significado intermediário, tendo sido substituído por “mestiço” em 1890. Este termo já foi utilizado nos censos brasileiros tanto para designar indivíduos que não se encaixavam nas opções existentes, quanto para se referir a indígenas, quando não possuíam termo de designação apropriado (IBGE, 2008). No Quadro 2 abaixo, pode-se observar as mudanças na alocação das categorias de cor no censo demográfico brasileiro ao longo dos anos.

Quadro 2. Categorias raciais dos Censos Demográficos Brasileiro, 1872 a 2010.

1872	1890	1900/ 1920	1910 1930	1940	1950 1960	1970	1980	1991	2000/ 2010
Branco	Branco	Sem coleta dados cor/raça	Não houve censo	Branco	Branco	Branco	Branco	Branco	Branco
Preto	Preto			Preto	Preto	Preto	Preto	Preto	Preto
Pardo	Mestiço				Pardo		Pardo	Pardo	Pardo
Caboclo	Caboclo							Indígena	Indígena
				Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo

Fonte: Adaptado de Anjos (2013).

Estas variações mostram não somente a complexidade da classificação da cor do indivíduo, como também a permanente relevância do tema no Brasil através dos séculos. No que se refere às listas nominativas do século XIX, os termos utilizados para a classificação da cor do indivíduo poderiam estar em associação com a cor da pele ou com a sua condição social. Segundo Mattos (2013), o termo pardo evidenciaria mais a condição social que a cor da pele, ainda que indivíduos não brancos, de pele mais clara, remetessem à escravidão em sua história familiar. Segundo a autora, “crioulos” e “pretos” apresentariam uma referência mais direta ao escravo: os “crioulos” remeteriam aos cativos ou forros nascidos no Brasil e os “pretos” aos escravos africanos. O entendimento de Faria (2004) aponta, igualmente, para a representação dos “pretos” como escravos africanos e dos “crioulos” como escravos brasileiros.

De acordo com Libby e Frank (2009), em Minas Gerais, “crioulo” também designava os negros nascidos no Brasil e “preto” se referia aos africanos trazidos ao Brasil, porém estabelecendo uma referência maior quanto à ascendência africana, não estrita com a

condição legal do indivíduo. Condição esta que mais se aproxima do observado nas listas nominativas, quando se percebe crioulos e pretos tanto livres quanto escravizados. Os índios, apesar de ser uma categoria presente no arrolamento populacional mineiro dos oitocentos, raramente constaram nas listas analisadas. O termo “mestiço” foi aqui considerado segundo sua associação aos termos “cabra” e “caboclo”, como apresentado nas listas nominativas. Silvia H. Lara (2007) afirma que, nas fases iniciais da colonização, o termo “cabra” estava associado aos índios, que ruminavam como estes animais. Para o século XIX, a autora admite a imprecisão da especificidade e aplicação do termo, sendo, contudo, clara sua relação com não brancos forros e escravos. Portanto, “mestiço” foram considerados nesta tese como indivíduos miscigenados com alguma descendência indígena. Nas listas analisadas em Ouro Preto e Guarapiranga, observou-se a predominância de classificação em “pardos”, “crioulos” e “pretos” como “livre” ou “escravo”. A exclusiva associação da cor da pele à condição social se apresentou somente em relação aos “brancos”, sempre livres. Quanto à *condição social* dos indivíduos, estes eram classificados como livre, escravo, forro ou quartado⁸. Para a presente análise, foi utilizada somente as situações de livre ou cativo, como condição sintética.

A *idade*, fornecida individualmente em escala numérica, foi agrupada, no presente estudo, em quatro faixas etárias, seguindo a proposta utilizada por Paiva (1996) para o estudo da economia da província mineira nos oitocentos. A primeira faixa compreendia os jovens de 0 a 14 anos; os adultos foram divididos em duas classes, de 15 a 44 anos compreendendo um grupo de adultos mais jovens, em idade ativa e considerando, também, o período reprodutivo feminino e os adultos mais velhos de 45 a 59 anos. Para além destes, constavam os idosos acima de 60 anos.

O *estado conjugal* era expresso através da condição de casado, viúvo ou solteiro. Godoy (2004) reportou relações entre a condição de viuvez de mulheres associada à ascensão das mesmas à condição de chefes de fogos em Calambau, distrito de Guarapiranga nos oitocentos. Assim, o estado marital pode oferecer indicativos da condição social, principalmente, das mulheres.

A *ocupação* se constitui em uma variável de suma importância para as análises realizadas na presente pesquisa. A relação percebida entre cor e ocupação pode revelar muito a respeito da divisão social do trabalho vigente em uma sociedade e uma época determinada. Segundo Godoy e Silva (1999):

⁸ Forma de parcelamento do valor acordado entre senhor e escravo para pagamento de sua alforria, que poderia ocorrer em quatro anos, com variações para mais ou para menos tempo. Cf.: LIBBY; GRAÇA FILHO (2003).

Uma ocupação pode ser constituída, sobretudo, por artífices brancos, o que, coincidindo com a predominância de chefes de fogo escravistas, revela tratar-se de atividade relativamente rentável. Em contrapartida, a predominância de mestiços pode revelar, verificadas outras variáveis, uma ocupação desempenhada tipicamente por indivíduos pobres. Já os ofícios exercidos sobretudo por africanos/pretos podem apontar para conhecimentos e/ou habilidades específicas que estes negros traziam da África e que eram essenciais ao exercício da atividade (GODOY; SILVA, 1999, p. 66).

Autores como Mattoso (1992), Vellasco (2004), Godoy e Silva (1999), Godoy e Paiva (2010), Libby (1988), Godoy (2004), em seus estudos sobre o século XIX, associaram as ocupações à estratificação social brasileira, se servindo, muitas vezes, de listas nominativas, dentre outras fontes históricas. Segundo Paiva e Arnault (1990), ora a ocupação era referida à atividade de onde o indivíduo retirava a sua fonte de renda, sendo revelado o setor da economia no qual o sujeito se inseria, e ora estava relacionada à especialização do sujeito: alfaiate, ferreiro, tropeiro, por exemplo. Um terceiro sentido atribuído à ocupação estava relacionado à participação do indivíduo no mercado (por exemplo proprietário, capitalista, jornalista). Não há, portanto, uma clara distinção entre ocupação, profissão ou trabalho nas listas nominativas.

Segundo a socióloga Monica Vieira (2007), a profissão diz respeito a um processo histórico que se desdobra e se verifica em diversas esferas sociais, como a sociológica, política, pedagógica ou econômica. Através de processos de reconhecimento social, regulamentação, aprendizado e institucionalização de saberes, uma atividade seria reconhecida como uma profissão, o que no Brasil se verifica a partir do século XX. Já a ocupação, identificaria todas as atividades, profissionais ou não, que uma pessoa pode exercer no mercado de trabalho, fazendo referência principalmente a atividades que não exigem um certificado para seu exercício. Tendo em conta este contexto processual e histórico de construção da “profissão” e uma maior amplitude na utilização do termo “ocupação”, entende-se o mesmo nos documentos do século XIX, como uma forma mais ampla para designar as atividades exercidas pela população analisada.

Assim, buscando considerar a abrangência de termos utilizados como ocupação, optou-se pela adoção de “ocupação” como sinônimo de trabalho, designando qualquer um dos três sentidos mencionados anteriormente: fonte de renda, profissão ou lugar no mercado. As ocupações encontravam-se agrupadas na base de dados por *setor de atividade*: Setor Agropecuária (AG); Setor Mineração (MN); Setor Atividades Manuais e Mecânicas (AMM); Setor Comerciante (CM) e Setor relativo às Outras Ocupações (OO). Ainda com respeito aos

dados de ocupação presentes nas listas nominativas mineiras dos oitocentos, Paiva (1996) afirma haver uma grande disparidade desta informação nestes documentos, quando se observava as especificações referentes às ocupações realizadas por homens e mulheres, escravos e livres ou chefes do fogo e demais integrantes.

As listas nominativas apresentam, ainda, informações referentes ao *número de cativos* arrolados dentro de um fogo. Um elevado número de escravos poderia indicar prestígio social. Classificou-se, no presente estudo, a posse de escravos em quatro níveis: pequenos plantéis (1 a 3 escravos); médios (4 a 10 escravos); e grandes (11 a 49 escravos), segundo proposto por Paiva (1996). Já a variável relacionada ao *tamanho do fogo* estava relacionada ao número de pessoas arroladas num mesmo domicílio, o qual constava, normalmente, do chefe, seu cônjuge, parentes consanguíneos, escravos, agregados e indivíduos livres. Esta variável pode ser tomada como um indicativo da condição do fogo, por apontar a força de trabalho potencial existente no mesmo, livre ou escrava. Fogos mais ou menos populosos apontavam para possibilidades diferenciadas de dinamismo econômico. Por fim, uma compilação das variáveis utilizadas e acima descritas são apresentadas no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3. Variáveis selecionadas das listas nominativas 1831-1840.

VARIÁVEIS		CATEGORIA
1	Fogo	Escala numérica
2	Nome	Variável nominal
3	Relação com o chefe	Agregado Chefe Cônjuge Escravo Filho Livre sem informação
4	Sexo	Feminino Masculino
5	Cor/ origem	Africano/preto Branco Crioulo Índio Mestiço (cabra, caboclo) Pardo
6	Condição social	Escravo Forro Livre Quartado
7	Idade	Escala numérica
8	Estado conjugal	Casado Solteiro Viúvo

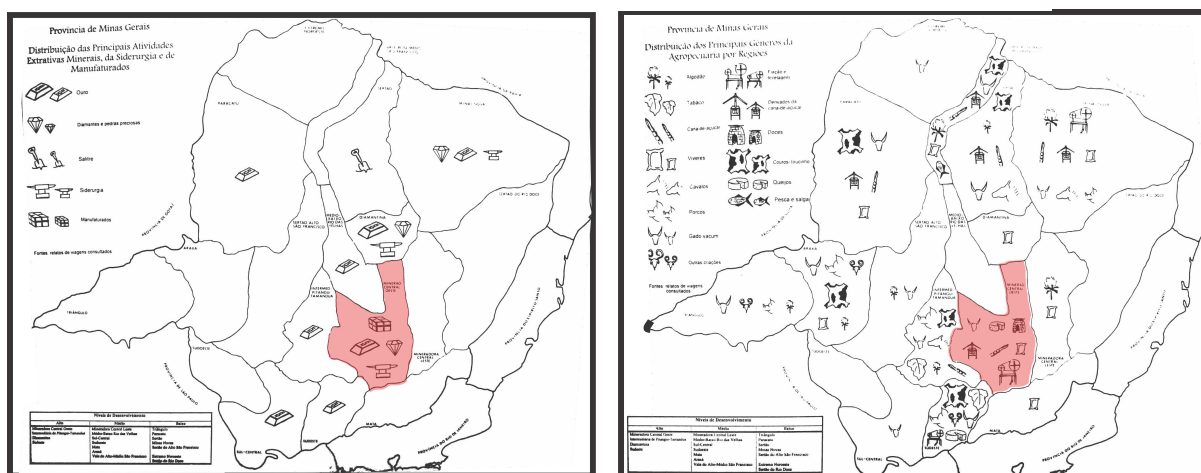
9	Setor de atividade	Agricultura Atividades Manuais e Mecânicas Outras ocupações Mineração Comerciante
10	Ocupação	Nominal
11	Tamanho do fogo	Escala numérica (nº de pessoas no fogo)
12	Tamanho do plantel	Escala numérica (nº de escravos)

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do banco de dados das Listas Nominativas disponibilizado pelo CEDEPLAR (2020).

3.4. RECORTE ESPACIAL E TEMPORAL

Minas Gerais foi marcada por divisões dinâmicas ao longo de sua formação. Somente no século XIX os contornos de um território regionalizado foram demarcados economicamente. Carrara (2007) explicita dois conjuntos geográficos que diferenciavam os lugares em Minas nos oitocentos: as “minas”, polo econômico marcado pela atividade mineradora com seus centros urbanos e os “sertões”, espaços misteriosos, pouco conhecidos, temidos e ao mesmo tempo desejados por seus possíveis potenciais de exploração e riquezas (ANDRADE, 2014; CARNEIRO, 2008). Paiva (1996) propôs uma divisão do espaço provincial de Minas Gerais a partir de informações extraídas dos relatos de viajantes estrangeiros. Tal proposta se baseou em estudo anterior de Godoy (1996) que, através da leitura destes relatos, resgatou aspectos históricos que o permitiu reconstituir itinerários e organizar o espaço com base em elementos físicos, demográficos, econômicos e administrativos da primeira metade do século XIX. Um banco de dados foi, então, formado e conjugado com características demográficas e econômicas das listas nominativas de 1831-1832, definindo unidades espaciais de análise. Uma versão adaptada e aprimorada deste trabalho foi proposta com maiores detalhamentos sobre as regiões sem, contudo, subverter a identidade das mesmas. Esta versão, apropriada por Paiva (1996), classifica as regiões por categoria ou nível de desenvolvimento econômico em: baixo, médio e alto. Baseada nos dados levantados, a autora apresenta três mapas distintos, cujas informações se conjugam quando da definição dos níveis de desenvolvimento regional. Os mapas de atividades econômicas são apresentados abaixo para representação da região aqui analisada, denominada Mineradora Central Oeste (Figura 3).

Figura 4. Localização geográfica da região Mineradora Central Oeste, 1996.

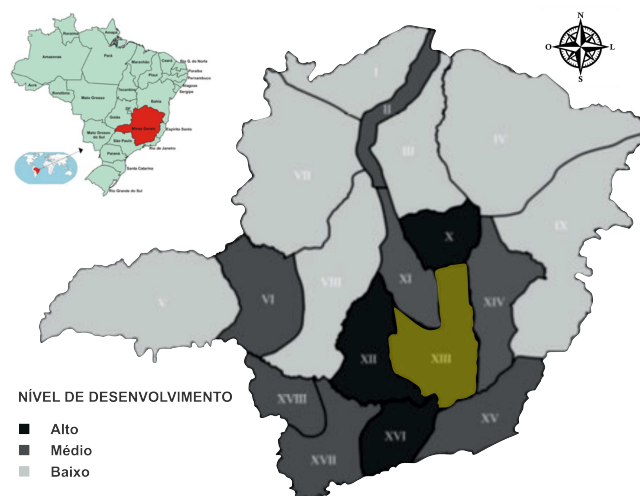


Fonte: Adaptado de Paiva (1996).

Segundo Godoy (1990), a identidade de cada região foi formada a partir da combinação específica de diferentes aspectos, sendo aqueles econômicos tidos como centrais, resultando em 16 unidades espaciais. Já Paiva (1996) propôs 18 unidades espaciais⁹, as quais foram consideradas nesta pesquisa para a localização espacial dos locais analisados (Figura 4). A maior precisão das informações e relações espaciais e econômicas detalhadas foram critérios orientadores para a utilização desta regionalização no presente estudo. A região estudada na presente pesquisa é aquela denominada de Região Mineradora Central Oeste, que englobava no século XIX, dentre outros distritos, Guarapiranga e Ouro Preto. Esta região, como representada na figura acima, tinha como principais gêneros agropecuários a criação de gado, produção de queijos, doces, víveres, cana-de-açúcar, fiação e tecelagem. As principais atividades extrativas de minerais eram representadas pela extração do ouro, diamantes e outras pedras preciosas, e produtos manufaturados (PAIVA, 1996).

⁹ São elas: 1.Araxá, 2.Diamantina, 3.Intermediária de Pitangui Tamanduá, 4.Mata, 5.Médio Baixo Rio das Velhas, 6.Minas Novas, 7.Mineradora Central Leste, 8.Mineradora Central Oeste, 9.Paracatu, 10.Sertão, 11.Sertão Alto São Francisco, 12.Sertão Rio Doce, 13.Sudeste, 14.Sul Central, 15.Sudoeste, 16.Triângulo, 17.Vale Alto Médio São Francisco, 18. Extremo Noroeste. Para detalhes de cada região ver Paiva (1996) e Godoy (1996).

Figura 5. Localização geográfica da região Mineradora Central Oeste, século XIX.



Fonte: Adaptado de Paiva (1996).

Esta região corresponde a uma porção do território que foi inicialmente descrito por Godoy (1990) como Região Mineradora Central, desmembrada por Paiva (1996) em duas, a saber, Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste. As duas regiões diferem quanto ao nível de desenvolvimento, sendo a última mais desenvolvida. Uma caracterização desta região é apresentada pela autora:

Localizada bem no centro da Província a região Mineradora Central Oeste tinha uma pauta de exportação diversificada. Enviava para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuía os importados vindos de lá [...] As relações inter-regionais também eram importantes. Comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente. Distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados. Era uma importante região de entreposto. É na Mineradora Central Oeste que estavam localizados os centros urbanos mais importantes, inclusive Ouro Preto. Havia um bom número de vilas de padrão mais elevado do que as demais da Província, além de inúmeros núcleos de menor porte... O grande número e a variedade de artesãos também foi notada. A esterilidade do solo de antigas áreas de mineração já abandonadas e devastadas, deslocou pequena parte da população para as partes mais férteis, localizadas mais ao sul da região, onde se dedicavam a agricultura de mantimentos e a pecuária (PAIVA, 1996, p.116).

A Tabela 1 a seguir se restringe à região Mineradora Central Oeste (MCO), onde se localiza os locais amostrados nesta pesquisa. Importante ressaltar que diversos municípios

ultrapassam a delimitação regional proposta, estando parte deles, por vezes, situado em mais de uma região.

Tabela 1. Distribuição de municípios e distritos por Região, 1831-1832.

Região	Municípios	Distritos			População		
		Nº	Participação no total da Província*	Participação do Município na Região*	Nº	Participação no total da Província*	Participação do Município na Região*
Mineradora Central Oeste	Mariana	38	9,27	30,1	42.852	5,9	25,3
	Caeté	18	4,39	14,2	32.967	4,5	19,5
	Sabará	23	5,61	18,2	30.666	4,2	18,1
	Queluz	19	4,63	15,0	27.254	3,7	16,1
	Ouro Preto	18	4,39	14,2	20.501	2,8	12,1
	Vila do Príncipe	10	2,44	7,9	14.834	2,0	8,7

Fonte: Adaptado de Paiva (1996). *Valores apresentados em porcentagem. Para informações sobre as demais regiões ver Paiva (1996).

O município de Mariana, por exemplo, possuía distritos nas Regiões da Mata, Mineradora Central Leste e Mineradora Central Oeste, estando o distrito de Guarapiranga situado nesta última região. Paiva (1996) descreve os limites desta região da seguinte forma:

A Região Mineradora Central é dividida em duas sub-regiões. Sub-região Oeste, compreendendo a área dos municípios de Sabará, Ouro Preto, Queluz e parcela dos municípios de Vila do Príncipe, Caeté e Mariana; Sub-região Leste, compreendendo parcelas dos municípios de Vila do Príncipe, Caeté e Mariana. Em 1831/32 compreende os municípios de Ouro Preto, Queluz, Caeté além de parcelas de Mariana (área além da Mantr pra iqueira, com exceção do distrito de Cuité), de Sabará e de Vila do Príncipe. Corresponde a maior parte da área da atual zona fisiográfica Metalúrgica e a parcelas das zonas fisiográficas Mata, Campos das Vertente e Rio Doce (PAIVA, 1996, p. 203).

A leitura dos relatos dos viajantes feita por Godoy (1996) o levou a uma caracterização geral da província nos oitocentos. Apesar da decadência aurífera, os relatos dos viajantes apresentavam a percepção de potenciais econômicos em diferentes setores, como a aptidão e relevância das atividades manuais na província. A diversidade de matérias primas trabalhadas e a habilidade dos mineiros colocavam este setor como um dos mais promissores da província diante dos olhos estrangeiros. A agropecuária era vista como a alternativa mais imediata à decadência aurífera, ainda que as técnicas agrícolas tenham sido criticadas por sua rusticidade.

A carta geográfica de Hastings de 1886 oferecia informações topográficas, hidrográficas, limites políticos e termos de localidades mais completos. O mapa da província de Minas Gerais publicado no Atlas do Império do Brazil de 1868 foi utilizado como complemento do documento anteriormente citado, por fornecer informações e registros cartográficos ausentes na carta geográfica de Hastings. O mapa de Minas, presente no Atlas de 1868, apresentava uma segmentação da província em 22 comarcas com a indicação dos municípios pertencentes a cada uma destas circunscrições judiciárias. Fonseca (2011), ao tratar dos processos de constituição dos territórios urbanos de Minas Gerais dos fins do século XVIII ao início do XIX, esclarece sobre as circunscrições político-administrativas e eclesiásticas da capitania, antes de suas delimitações definitivas em meados do século XX. Andrade (2014), por sua vez, demonstra algumas arbitrariedades da regionalização mineira dos oitocentos, transparecendo o fato de que, nem sempre, os espaços político-administrativos coincidiam com as definições eclesiásticas. Segundo Fonseca (2011), houve uma tentativa de transposição do modelo de organização de poder local português para a colônia, mas que não é totalmente aderido devido às diferenças e diversidades de contextos físicos, econômicos e socioculturais. De acordo com a autora, a construção de capelas próximas às lavras e às roças ocorria de forma paralela à maior estabilização da aglomeração ou povoamento, que era um requisito básico para a criação de sedes paroquiais.

Guarapiranga, em 1831, era um dos distritos do município de Mariana pertencente à comarca de Ouro Preto e formava a Freguesia¹⁰ de mesmo nome. Os seguintes distritos constam nas listas nominativas da Freguesia de Guarapiranga: Desterro do Melo, Pinheiro, Santo Antônio do Bacalhau, Santo Antônio do Calambao, Tapera, Guarapiranga, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre de Campos, Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires e São Caetano do Chopotó.

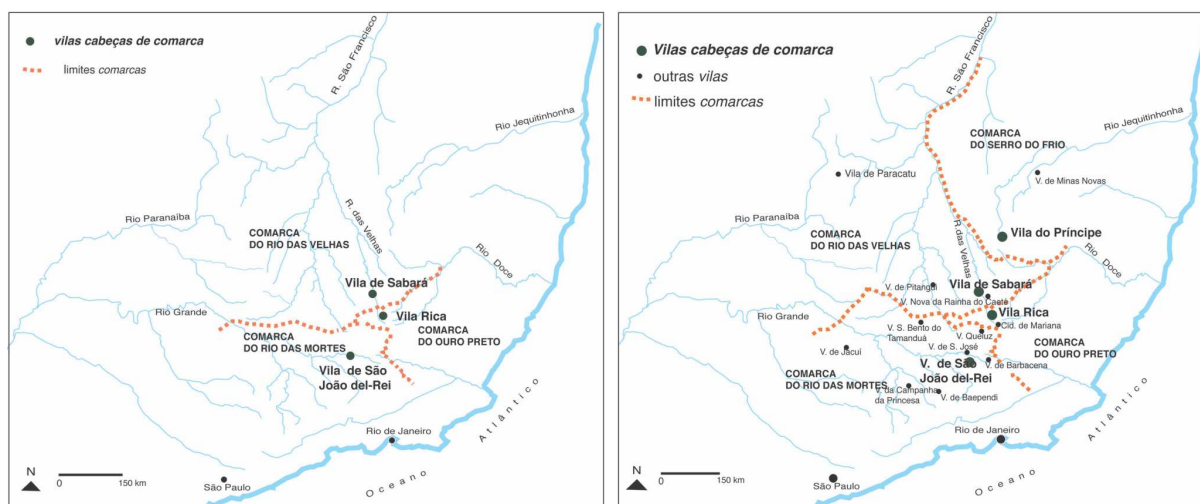
Ouro Preto já era uma cidade na década de 1830, portanto em uma categoria administrativa superior àquela de Guarapiranga. Pertencia à comarca e à freguesia de mesmo nome. Constam nas listas nominativas os seguintes distritos nesta Freguesia: Santa Quitéria da Boa Vista, Ouro Preto e Morro de Santana. O título de cidade era atribuído às localidades que se destacavam por seu papel religioso, político ou militar. Os critérios para promoção de vila à cidade eram variados, podendo o título ser somente honorífico, não correspondendo

¹⁰ Segundo Fonseca (2011), “freguesia”, “matriz”, ou “capela”, são termos do léxico eclesiástico que podem acompanhar ou substituir o termo “arraial”, fazendo portanto parte da taxonomia urbana de Minas Gerais colonial e imperial para designar a maior parte das povoações. Povoação era um termo genérico que se referia a todos tipos de aglomeração, cidades ou vilas. Os espaços nomeados pelas categorias eclesiásticas e administrativas podiam coincidir ou não.

necessariamente ao desenvolvimento do local. As câmaras eram sediadas nas vilas, ou potenciais cidades, tendo autonomia judiciária e administrativa (FONSECA, 2011). Daí a potencialidade da presença de cargos e trabalhos públicos distintos em vilas e cidades. Os municípios eram agregados em circunscrições maiores, as comarcas.

A comarca de Ouro Preto foi uma das primeiras a ser implementada na capitania de Minas Gerais, ainda no século XVIII, com o intuito de controlar, fiscalizar e cobrar impostos. No início deste século, três comarcas foram instituídas: Ouro Preto, Rio das Mortes e Rio das Velhas. A arrecadação de impostos variava de acordo com a capacidade de extração de cada núcleo minerador, daí a preocupação em relação à delimitação dos limites das comarcas nas quais estes núcleos mineradores se localizavam. As primeiras comarcas de Minas eram extensas. Seus contornos se alteraram de acordo com os desbravamentos dos sertões, da fixação de povoadamentos e do surgimento de conflitos de jurisdição (FONSECA, 2011). Em 1720, a comarca do Rio das Velhas foi desmembrada, dando origem à comarca do Serro Frio. Em 1821 Minas torna-se Província, contando, portanto, com quatro comarcas. A Figura 5 que se segue ilustra a fluidez das circunscrições mineiras entre os séculos XVIII e XIX, por razões econômicas e de controle português.

Figura 6. Expansão das comarcas mineiras entre os séculos XVIII e XIX.



Fonte: Extraído de Fonseca (2011).

O processo de modificação e ampliação das comarcas se estende ao longo do século XIX, chegando a 116 comarcas ao fim dos oitocentos (VAL; SOARES, 2011). No Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império, Botelho e Reis (2008), definem a Comarca como uma:

Divisão judicial desde a capitania que facilitava o controle metropolitano sobre as populações e as atividades econômicas desenvolvidas na região. Em

cada comarca, existia uma vila principal, escolhida como sede administrativa, onde eram instalados os órgãos públicos e as autoridades coloniais (BOTELHO; REIS, 2008, p. 49).

O território de jurisdição da Comarca era então dividido em Termos, que, segundo Batista (2016), por sua vez, era subdividido em Distritos - menor demarcação territorial.

3.5. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez selecionadas as amostras a serem analisadas e discutidas, ou seja, a listagem dos chefes dos fogos de Guarapiranga e Ouro Preto, as variáveis foram submetidas às análises descritivas. Trata-se, portanto, da análise de dados sociodemográficos, comumente discutidos como uma base de dados de natureza quantitativa na Demografia, como afirma Fazito (2009). Cabe, contudo, destacar o caráter histórico dos dados aqui utilizados e a necessidade de sua interpretação de acordo com o tempo e local ao qual se referem. Para além das questões acima descritas a respeito da não sistematização, a pouca participação da população e os desafios que o vocábulo utilizado nas listas propunham, foi importante nos atentarmos para o caráter qualitativo das informações das quais dispúnhamos.

O demógrafo Dimitri Fazito (2009) chama a atenção para a importância das análises qualitativas nos estudos demográficos, ou ainda para a possibilidade de compatibilização das perspectivas qualitativas e quantitativas sem que uma seja subordinada à outra. Tendo em conta que estamos lidando com dados passíveis de retratar fenômenos sociais e que o contexto histórico é de grande relevância na interpretação dos dados, foi considerada a conciliação da análise qualitativa e quantitativa para as variáveis selecionadas, quando necessário. A maioria das variáveis utilizadas nas análises são qualitativas nominais, e aquelas quantitativas (idade, tamanho do plantel, tamanho do fogo) foram organizadas em faixas de valores, podendo, portanto, serem consideradas qualitativas ordinais. Os dados foram organizados em tabelas de frequência e porcentagem com os respectivos gráficos, que permitiram apresentar as informações de forma resumida e clara. Para os dados quantitativos, ainda que organizados em faixas de valores, foram calculadas suas médias com valores mínimo e máximo de cada variável.

Para a observação da significância da diferença entre os valores de frequência obtidos entre as variáveis analisadas para chefes de fogo de acordo com a cor da pele, foi feito o Teste do *Qui-Quadrado* (X^2) utilizando-se o software *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*. Este teste é comumente utilizado para análise de variáveis categóricas pela

possibilidade de estudo da diferença entre valores observados e esperados para as variáveis consideradas. Esta análise nos permitiu, após haver desenhado um panorama dos fogos de chefes brancos e não brancos, através de frequência e porcentagem das variáveis, verificar se os valores apresentados diferiam de fato entre setores econômicos para estes dois grupos de chefes. Foi considerado o valor de $p \leq 0,05$ como sendo significativo para rejeitar a hipótese da inexistência de diferença na presença de chefes de fogo brancos e não brancos dentre os setores econômicos analisados.

3.6. ESTRUTURA DA TESE

Organizamos a tese em três capítulos. No primeiro, intitulado “Ouro Preto: dinâmicas socioeconômicas e sociodemográficas de um centro urbano das minas oitocentistas”, passamos a esmiuçar o desenvolvimento do trabalho a partir, principalmente, das especificidades da cidade de Ouro Preto, através da análise das listas nominativas de 1838 em relação a sua economia, ao perfil ocupacional e ao redimensionamento demográfico pós-auge minerador. Para tanto, os chefes de fogos foram analisados em subgrupos de brancos e não brancos com seus respectivos perfis quanto à atuação em cada um dos setores de atividades analisados.

No segundo capítulo, “Guarapiranga: dinâmicas socioeconômicas e sociodemográficas de uma economia agrária das minas oitocentistas”, trazemos a contextualização da economia local e o campo de possibilidade de inserção social dos não brancos também através do trabalho. O modo de análise adotado para Ouro Preto se repete neste tópico, que se debruça sobre o distrito de Guarapiranga.

O terceiro capítulo, “O espaço ocupado pelos não brancos em sociedades rurais e urbanas nos oitocentos: o caso de Guarapiranga e Ouro Preto (MG)”, aborda a configuração do espaço socialmente habitado nas Minas dos oitocentos apresentando características diferenciadas em termos de urbanização e ruralidade. Discutimos como estas diferentes configurações do espaço geraram campos de oportunidades para a inserção dos não brancos através de trabalhos específicos, nos oitocentos, em Minas Gerais.

Por fim, de maneira geral, nas considerações gerais, apontamos os desafios e aprendizados desta pesquisa, assim como alegamos que as análises que ficam da mesma, ao concluirmos a pesquisa, é de abriremos novos questionamentos e a certeza que há muito a ser feito e realizado.

CAPÍTULO 1: OURO PRETO - DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DE UM CENTRO URBANO DAS MINAS OITOCENTISTAS

1.1. INTRODUÇÃO

Nos oitocentos, a sociedade ouro-pretana já se mostrava altamente estratificada e caracterizada por grandes disparidades sociais. Em 1823, Ouro Preto já havia se tornado vila, superando a condição de arraial, logo, vivendo nesta data a sua condição de cidade e capital da província de Minas Gerais. Diante desta realidade, algumas questões são centrais: Quais as características da urbanização e do dinamismo da cidade mineira de Ouro Preto nos oitocentos? Como as intrínsecas relações entre a ocupação dos chefes de fogos não brancos, a cor da pele e o exercício de seu trabalho contribuíram para a sua inserção social? Como, em uma sociedade em formação e já com acentuada desigualdade social, ter ou não ter a posse de cativos lhes possibilitavam alguma distinção social? Estas são algumas questões que esse capítulo pretende responder com o auxílio das listas nominativas de 1838.

O objetivo não é analisar a formação e estrutura de uma estratificação social nem a posse de terras, mas sim as relações entre ocupação e cor do indivíduo para ser inserido socialmente, mediante as características socioeconômicas que se desenvolveram nessa região (atividades de mineração, agricultura, atividades manuais e mecânicas, comerciante e etc.) e características sociodemográficas (tamanho da população, distribuição da população por cor e distinção social e etc.). Dessa forma, evidenciar-se-á a forma com a qual as necessidades socioeconômicas do período fizeram com que a inserção social de indivíduos não brancos fosse maior ou menor para determinada região.

Assim, aborda-se neste capítulo as dinâmicas socioeconômicas e sociodemográficas de um centro urbano e de uma sociedade em desenvolvimento. Apresenta-se também o perfil ocupacional e o redimensionamento demográfico pós-auge minerador com base nas listas nominativas, as quais também contribuem para buscar possíveis apropriações que nortearam o presente estudo.

A seguir, serão apresentadas, de forma mais detalhada, as especificidades da cidade de Ouro Preto através das análises das listas nominativas de 1838, em relação a sua economia, perfil ocupacional e o redimensionamento demográfico pós-auge minerador.

1.2. CIDADE DE OURO PRETO, 1838: NOTA PRELIMINAR

O período ao qual a presente análise se refere é aquele provincial, pesquisado através da base de dados das listas nominativas que são, para a freguesia de Ouro Preto, registros dos anos 1831, 1838 e 1840. Ressalta-se que estas listas nominativas são parciais para esta região, não cobrindo a freguesia por completo. As listas disponíveis cobrem parte da freguesia de Ouro Preto e contemplam a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, conhecida como a mais populosa e abastada dentre as duas que formavam o núcleo urbano da cidade: Paróquia Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (LOTT, 2009; COSTA, 1981). Nossa Sra. do Pilar corresponde à Matriz paroquial, enquanto categoria eclesiástica nas listas, e à cidade de Ouro Preto enquanto categoria administrativa. A cidade de Ouro Preto, precisamente, é arrolada nas listas nominativas em 1838. Esta constituía-se em referência central dentre as demais localidades.

A evolução urbana de Ouro Preto foi atravessada por grandes mudanças: uma fase de rápido crescimento a partir da descoberta do ouro, seguida por um declínio em decorrência do esgotamento das jazidas com retração populacional e econômica (CASTRO, 2016). Desde as primeiras descobertas auríferas, a atividade agrícola já se iniciava na região mineradora. Mineração e agricultura coexistiram durante os séculos XVII ao XIX, sendo a mineração mais eminente no século XVIII e a agricultura no XIX. Estes reflexos ou heranças de outros tempos podem ser percebidos nas descrições de regiões mineiras, como aquelas apresentadas por Godoy (2004) e Andrade (2008), para distritos específicos no século XIX. Em distritos da região mineradora central nos oitocentos, estes autores apontam para áreas de diversificação de produção, onde poderia haver o consórcio da atividade mineradora com a agricultura, ou ainda multiplicidade de culturas e de atividades desenvolvidas, demonstrando o caráter misto da produção econômica. Para o fim do século XVIII e início do XIX, Meneses (2007) apresenta a diversidade da sociedade mineira de forma que se torna tangenciável a força e importância das atividades agrícolas numa região que se movimentava para uma nova forma de economia:

De origem múltipla e com atividades marcadas pela diversidade, homens e mulheres envolvidos, exclusivamente ou não, com o abastecimento alimentar nas Minas, traçavam percursos de vida nos quais a produção e o fornecimento de alimentos se configurava como boa oportunidade para prover a materialidade de sua existência e de seus contemporâneos. Seguiam ou não as preconizações da metrópole e eram, enfim, marcados por um pragmatismo aderente aos seus próprios anseios (MENESES, 2007, p. 338).

Importante ressaltar que ainda que tenha ocorrido um movimento demográfico de busca por terras agricultáveis, após esgotamento das jazidas, possibilitando a não estagnação do mercado provincial, Ouro Preto manteve sua posição de capital da província até 1897 (COSTA, 1979), demonstrando sua pujança enquanto centro econômico. Esta posição central possibilitou a sustentação do comércio, prestação de serviços e de atividades culturais na cidade, o que garantiu também a diversidade de ocupações no local (CASTRO, 2016). Outra importante contribuição a nível territorial é apontada por Paiva (1996), ao caracterizar a economia mineira nos oitocentos através das listas nominativas da província. A autora acaba por demonstrar a presença de um fluxo no processo de mudanças ocorridas em Minas, como já citado, uma vez que aponta para a relação entre áreas de maior desenvolvimento no século XIX e sua proximidade com os antigos centros mineradores.

A economia do século XIX estava mais organizada na parte do território onde, no século XVIII, a economia do ouro se mostrava mais vigorosa. A partir desta região central, que começa na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro, os níveis de desenvolvimento, em ritmos descontínuos, parecem ir decrescendo [...] A riqueza criada pela extração aurífera deu origem à formação e consolidação de núcleos urbanos nos arredores das minas. Esta estrutura alavancou o surgimento de muitas atividades econômicas de apoio à esta atividade nuclear (PAIVA, 1996, p. 125).

Outro fator influente na economia mineira no início do século XIX assinalado pela autora é a chegada da Corte no Rio de Janeiro, que faz surgir uma nova demanda de gêneros de subsistência em Minas. As antigas áreas mineradoras que, tanto articulavam com o Rio de Janeiro quanto estimulavam o consumo nas próprias áreas, eram fortemente marcadas pela presença de funcionários públicos por conta dos centros administrativos. A diversidade populacional se destaca de duas formas nas Minas oitocentistas: tanto no aspecto ocupacional, dada a diversificação de atividades observadas na região, quanto no aspecto de formação demográfica em si, dadas a multiplicidade de origens da população constituinte da região.

A respeito da década de 1830, Rodarte et al. (2004), ao pesquisarem acerca da urbanização mineira neste período, identificaram Ouro Preto como uma das cidades com mais alto nível de centralidade urbana, juntamente com o Serro¹¹. Tal centralidade, de acordo com os autores, diz respeito ao grau de existência de serviços públicos, atividades manufatureiras,

¹¹ De acordo com a ideia de regionalização mineira para o século XIX proposta por Paiva (1996), a cidade do Serro situava-se na divisa entre as regiões Mineradora Central Oeste, onde encontrava-se Ouro Preto, e a região Diamantina, ao norte desta cidade. O Serro inseria-se na Comarca do Serro Frio, área das descobertas diamantíferas no século XVIII, e que nos oitocentos ainda se destacava por sua centralidade econômica-urbana. Cf.: Rodarte e Godoy (2004); Cunha e Godoy (2003) e Val e Caçador (2011).

mercantis e profissionais liberais. Haveria uma pequena mas poderosa elite de negociantes que controlava o comércio local intermediando mercadorias e práticas de exportação com o Rio de Janeiro e com o interior da província. Embora não dispusesse de produto específico próprio de comercialização, os aspectos de centralidade de Ouro Preto mantinham seu papel de destaque no comércio provincial, como afirma Andrade (2020).

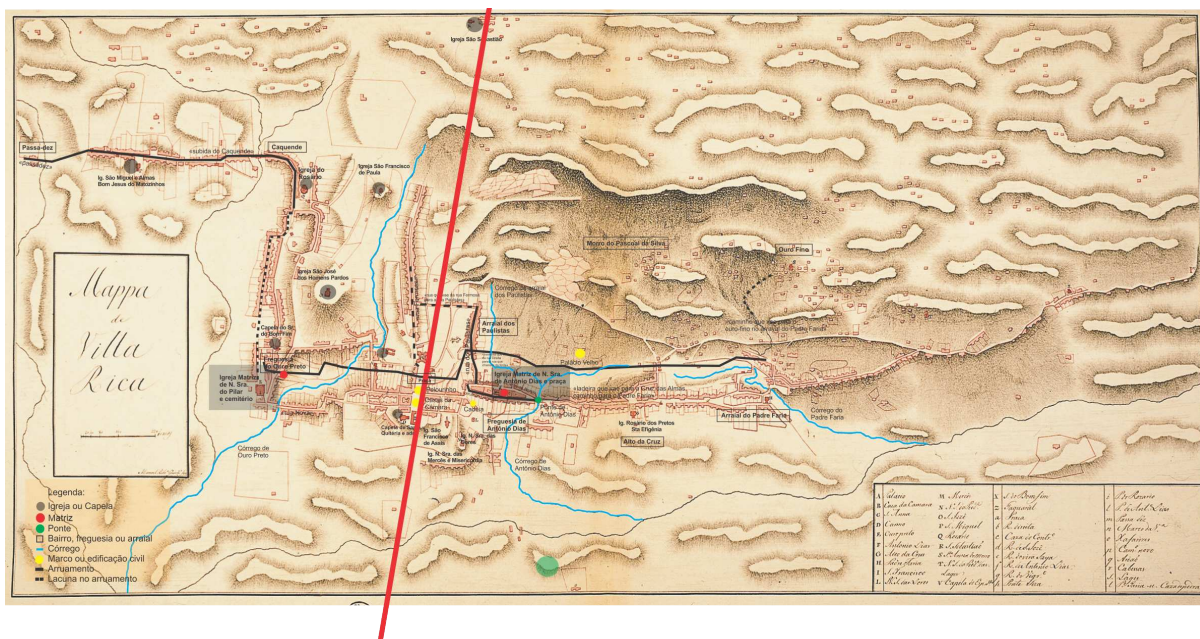
1.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE OURO PRETO

As listas nominativas de 1838 apresentam dados referentes a três distritos de paz da Freguesia de Ouro Preto: Santa Quitéria da Boa Vista, Ouro Preto e Morro de Santana. Pela relação eclesiástica, as capelas de Santa Quitéria e de Santana compunham, com outras, esta freguesia. Lott (2009) apresenta a paróquia de Nossa Senhora do Pilar composta por seu templo sede e capelas filiais que se distribuíam entre seu núcleo urbano (São José dos Homens Pardos; Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Ordem Terceira do Carmo; São Francisco de Paula; Santíssimos Corações; São Miguel e Almas e Bom Jesus do Matozinhos; Bonfim; São Sebastião) e núcleo rural (Santa Quitéria do Arraial da Boa Vista; Nossa Senhora da Conceição do Rodeio; Santo Amaro do Botafogo; Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro do Namão) (Figura 6).

Além da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Vila Rica foi formada, também, pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias com suas respectivas capelas. As duas matrizes formavam o núcleo urbano da capital mineira e concentravam mais de 50% da população, além da centralização da vida administrativa, militar e religiosa (COSTA, 1979; LOTT, 2009).

Como mencionado inicialmente, nossas discussões se detiveram aos dados disponíveis nas listas que se referem à Matriz de Nossa Senhora do Pilar, cujos termos administrativos da época correspondem à parte da cidade de Ouro Preto. Iraci del Nero da Costa (1979) diz que esta paróquia do Pilar era a mais significativa entre as duas que formavam a cidade, em termos demográficos e econômicos. Em 1804, o número de habitantes no Pilar já era aproximadamente o dobro daquele encontrado em Antônio Dias, o que confere relevância à lista analisada.

Figura 7. Freguesias de Antônio Dias e N. Shra. Do Pilar do Ouro Preto, último quartel do século XVIII.



Fonte: Adaptado de Vieira (2006).

*Os círculos em preto representam as capelas do núcleo urbano da Freguesia do Pilar, situada à esquerda da linha vermelha que marca a divisão desta com a Freguesia de Antônio Dias, à direita da linha. No marco central divisor das duas Freguesias (linha vermelha) localiza-se, hoje em dia, a Praça Tiradentes da cidade de Ouro Preto.

Os dados do recenseamento de Ouro Preto de 1804, apresentados por Herculano G. Mathias (1969), se referem à parte urbana da cidade e cobrem seis distritos: Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morro. Para este total de distritos, havia 8.990 habitantes, sendo 2.871 deles, ou 32%, pertencentes ao distrito de Ouro Preto. Através da movimentação da população, percebida por Lott (2009) nos livros de batismo do início do século XVIII, a autora refuta a ideia de decadência generalizada de Minas pós-decadência aurífera. Para a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, entre os anos 1801 e 1840, segundo ela, é perceptível os movimentos de esvaziamento e chegada de indivíduos na localidade, no decorrer dos anos apresentados. Nos anos finais do período analisado, a autora conclui que houve o retorno do dinamismo econômico local a partir da movimentação constatada nos números de livres e escravos. No decorrer do século XIX, é observada tanto uma curva crescente no número de indivíduos livres, quanto um decréscimo no número de escravos em Ouro Preto.

A constatação deste fluxo positivo evidenciaria, segundo Lott (2009), a retomada ou uma revitalização da economia ouro-pretana. Autores como Slenes e Libby (1988), também, se referem a um período de retomada econômica e demográfica na região e na cidade de Ouro

Preto, pós-esgotamento das jazidas auríferas. A estrutura urbana consolidada em Ouro Preto no período auge da mineração, nos séculos anteriores, contribuiu para a organização das atividades que se estabeleceram posteriormente, no decorrer do século XIX. A mineração, que não foi a única atividade econômica da região desde sua formação, contava com outras complementares, como a agricultura de subsistência e o comércio local e provincial, que se tornam centrais nos oitocentos. A presença de casas de negócios, simples e requintadas, o número e a variedade de artesãos, a concentração da vida administrativa, militar e religiosa são aspectos que conferiram a Ouro Preto, um caráter de urbanidade desde o século XVIII (COSTA, 1981; PAIVA, 1966; LOTT, 2009). Com base no levantamento dos dados populacionais dos censos realizados por Castro (2016), assim como considerando os relatos de viajantes, em suas passagens pela capital mineira e, ainda, considerando os inventários do início do século XIX até metade do século XX foi possível traçar uma aproximação da evolução do quadro demográfico de Ouro Preto nos oitocentos, conforme a Tabela 2 abaixo.

Tabela 2. Evolução demográfica de Ouro Preto no decorrer do século XIX.

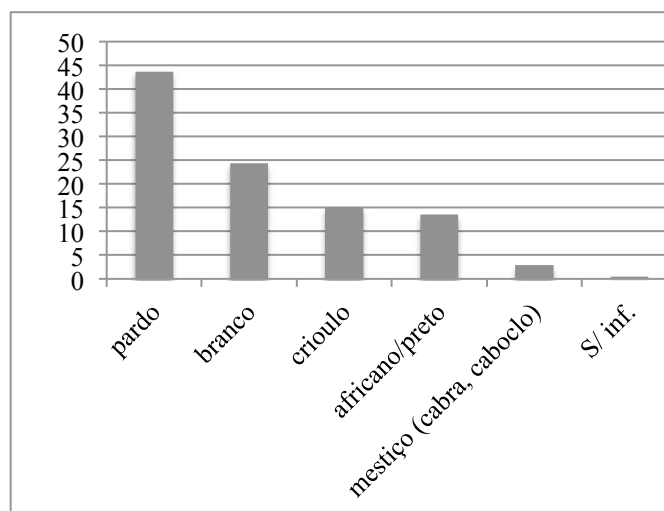
FONTE	DATA	Nº HABITANTES
Censo	1804	8867
Saint Hilaire	1816	8000
Pohl	1817 a 1821	8600
Robert Walsh	1828 a 1829	7000
Dr. Hermann Burmeister	1852	8000
Censo	1872	12.575

Fonte: Adaptado de Castro (2016).

Considerando o período como um todo, observa-se um certo esvaziamento da cidade do início do século XIX até meados de 1828, como já apontado por Costa (1979) e Lott (2009). Já entre 1829 e 1872, os dados apontam para uma retomada do número de habitantes em Ouro Preto, como constatado por Lott (2009) a partir de 1840. Em 1838, a cidade de Ouro Preto e os distritos de paz de Santa Quitéria da Boa Vista e Morro de Santana contavam 4.852 indivíduos, dentre livres e escravos, brancos e não brancos, de acordo com as listas nominativas. Contando que esta era a porção da cidade mais populosa, segundo Costa (1979), somando-a com a população de Antônio Dias, não seria insensato imaginar uma população total entre 7.000 e 8.000 pessoas. Santa Quitéria da Boa Vista e Morro de Santana possuíam, segundo dados das listas nominativas, 963 e 204 habitantes, respectivamente. Já a cidade de Ouro Preto, 3.685 pessoas. Considerando a cidade de Ouro Preto, com seus 3685 habitantes, observa-se uma razão sexual de aproximadamente 83 homens para cada 100 mulheres. O

número de pardos era predominante (N=1608), seguido de brancos (N=900), crioulos (N=551), africanos/pretos (N=499) e mestiços (N=107) (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição da população de Ouro Preto por cor, 1838.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Mais de 75% desta população foi listada como livre, sendo que a porcentagem de cativos era de 22,9%. A baixa porcentagem de escravos nesta população pode expressar o aumento no número de alforrias, movimento este percebido desde as primeiras décadas dos oitocentos, ou ainda alterações demográficas decorrentes do declínio da mineração e reestruturação da força de trabalho escrava (BERGAD, 1994; RODARTE, 2008). Observa-se, assim, um grande número de livres em uma população majoritariamente não branca. Clotilde Paiva (1996) observa que, nas regiões Mineradora Central e Diamantina, duas áreas grandemente impactadas pela mineração no século XVIII, havia, nos oitocentos, uma baixa proporção de homens brancos livres e os percentuais de não brancos mais altos da Província. Contrariamente, Juiz de Fora, um centro urbano da Zona da Mata Mineira dos oitocentos que teve seu crescimento atrelado principalmente à expansão da cultura cafeeira, em 1830, tinha 40% de sua população livre e 59% de cativos (BATISTA, 2016). Maria Helena Machado (2004) também demonstrou a existência de grande contingente de escravos para a cidade de São Paulo, outra cidade de diversificada economia urbana nos oitocentos, durante o século XIX, contudo, a maioria dos senhores eram proprietários de pequenos plantéis.

Buscamos compreender estas características e proporções entre livres e escravos a partir das unidades básicas de organização daquela sociedade: os domicílios, ou fogos. Os integrantes dos fogos de Ouro Preto nos oitocentos foram classificados, de acordo com as

listas nominativas, como chefes de fogos; cônjuges ou supostamente cônjuge dos chefes; filhos do chefe; outros parentes do chefe; outros parentes indiretos do chefe; indivíduos livres sem informação; agregados e escravos. Algumas relações, como aquelas designadas como “supostamente cônjuge” ou “outros parentes indiretos”, podem indicar a complexidade e variação destes laços estabelecidos dentro de um fogo, que poderiam ser de solidariedade, de trabalho ou mesmo de sobrevivência (GODOY; SILVA, 1999).

No ano de 1838, dentre as 3.685 pessoas arroladas em Ouro Preto, 725 eram chefes de fogo, correspondendo à 19,7% da população, outros 27,2% eram filhos de chefes, e 22,9% eram escravos (Tabela 3). A somatória de indivíduos livres e agregados nos fogos era de 677, representando cerca de 18% da população.

Tabela 3. Distribuição da população de Ouro Preto a partir da relação com o chefe, 1838.

Relação com o chefe	N	%
Chefe do fogo	725	19,7
Cônjuge do chefe	261	7,1
Suposto cônjuge do chefe	8	0,2
Filho do chefe	1001	27,2
Outros parentes do chefe	5	0,1
Outros parentes indiretos do chefe	163	4,4
Ind. livre s/ inf.	376	10,2
Agregado	301	8,2
Escravo	845	22,9
Total	3685	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Nota-se na composição do fogo uma grande defasagem no número de “cônjuges do chefe” e de “suposto cônjuge do chefe”, em relação ao de chefes. Chama a atenção ainda o número de filhos dos chefes de fogos diante da defasagem de cônjuges. Há, sem dúvida, muitas relações dentro dos fogos que não foram classificadas de forma oficial, ficando, portanto, possivelmente subnotificadas. Segundo Paiva (1996), a grande quantidade de filhos aponta para níveis de fecundidade elevados.

A presença de mulheres em idades reprodutivas e de possíveis parceiros, criariam as condições favoráveis para a realização de casamentos e a constituição de famílias. O uso do braço familiar no trabalho estimularia o desejo por um número maior de filhos (PAIVA, 1996, p. 149).

O desejo de aumento do tamanho da família estava também intimamente relacionado à divisão do trabalho dos fogos mineiros dos oitocentos, muitos dos quais desprovidos de

escravos e cuja família constituía uma importante mão de obra nas atividades desenvolvidas naqueles espaços. Leila M. Algranti (1997) chama a atenção para as diversas formas de organização dos domicílios que normalmente ultrapassavam a ideia que comumente se tem de família. Às uniões, sacramentadas ou não, somavam-se parentes próximos, escravos, parentes distantes, agregados, e filhos, legítimos ou não. Os grupos familiares do núcleo urbano de São Paulo no século XIX são considerados por Campos (1984, p. 46) como “desembocadouros de elementos inativos”, em decorrência do grande número de agregados que reuniam. A autora considera que, embora fossem estes indivíduos considerados socialmente marginais, eles eram necessários à economia familiar, pois eram parte da força de trabalho dos domicílios paulistanos dos oitocentos. Assim como os filhos, legítimos ou não, abandonados em grande número em São Paulo neste período como consequência da pobreza dos pais. Estes filhos, quando abandonados e tendo completado a idade média de 10 anos, podiam acabar por constituir mão de obra para os domicílios de outrem, ou para os domicílios dos próprios pais.

O exame da distribuição das faixas etárias em Ouro Preto, através das listas nominativas, indica a prevalência de indivíduos na idade reprodutiva: 49,6% dos indivíduos se encontrava entre 15 e 44 anos de idade, caracterizando uma população majoritariamente jovem e em idade economicamente ativa (Tabela 4). Esta alta porcentagem de indivíduos jovens sugere igualmente a presença de alternativas econômicas atraentes, no local, capazes de atrair esta mão de obra (PAIVA, 1996).

Tabela 4. Distribuição da população de Ouro Preto por faixa etária, 1838.

Faixa etária	N	%
0-14	1147	31,1
15-44	1829	49,6
45-59	414	11,2
60+	292	7,9
S/inf	3	0,08
Total	3685	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

No que diz respeito, especificamente, à população de escravos, observou-se que, em 1838, 47,7% da população de Ouro Preto não possuía escravos, ou seja, quase metade da população. Quando presentes, pequenos plantéis de até 3 escravos correspondiam a 25% da

população, 19,2% tinham plantéis médios, e uma minoria de 8% possuía grandes plantéis. Estes contavam com no máximo 28 escravos no período analisado.

Considerando as unidades domiciliares de Ouro Preto, em 1838, tinha-se 237 fogos escravistas e 488 não escravistas, apresentando os mesmos diferenças em sua constituição, provavelmente relacionadas ao modo de produção destas unidades (Tabela 5).

Tabela 5. Composição de indivíduos com relação ao chefe de fogos escravistas e não escravistas em Ouro Preto, 1838.

Relação com o chefe	NÃO ESCRAVISTAS		ESCAVISTAS	
	N	%	N	%
Chefe do fogo	488	27,7	237	12,3
Cônjuge do chefe	150	8,5	111	5,8
Suposto cônjuge do chefe	6	0,3	2	0,1
Filho do chefe	592	33,7	409	21,2
Outros parentes do chefe	3	0,2	2	0,1
Outros parentes indiretos do chefe	97	5,5	66	3,4
Ind. livre s/ inf.	256	14,6	120	6,2
Agregado	167	9,5	134	7
Escravo	-	-	845	43,9
Total	1759	100	1926	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Nota-se que enquanto os escravistas possuíam uma média de 11 pessoas/fogo, os não escravistas apresentavam em média de 5 pessoas/fogo. Na constituição destes fogos, apesar da ausência de escravos, pode ser observada uma maior prevalência de indivíduos livres e agregados, que provavelmente constituíam a mão de obra adicional da família nas atividades desenvolvidas naqueles núcleos. A porcentagem de filhos de chefes em fogos não escravistas também era maior, ou seja, os fogos sem escravos pareciam funcionar como receptores de uma parte da sociedade desprovida de posses ou meios de subsistirem de forma independente.

Segundo Slenes (1988), uma característica dos plantéis de escravos do Brasil até a primeira metade dos oitocentos, como também de Minas Gerais, neste mesmo período, seria o fato de que uma proporção significativa da população livre possuía escravos, ainda que poucos. Para a cidade de Ouro Preto como um todo, esta tendência foi percebida, pois 52,3% da população total possuía algum escravo. Embora quando se observa mais detidamente dentre os chefes de fogos, uma maioria era desprovida de cativos.

Em Minas Gerais, após a decadência aurífera, ocorreu a pulverização da posse de escravos pela província, distribuídos entre numerosas propriedades, frequentemente, em pequenos plantéis, como era o caso de Ouro Preto (MARTINS, 1980; LIBBY, 1988; LOTT, 2009). Segundo Paiva (1996), possuir cativos em Minas Gerais, na primeira metade do oitocentos, se constituiria no principal índice de riqueza e ascensão social, como também constatou Frank (2006), em relação à sociedade de São Joao Del Rey nos oitocentos. Todavia, segundo Soares (1988) e Vellasco (2004), a posse de escravos, para além da ostentação social, tinha, também, razões práticas, voltadas para o benefício econômico do seu proprietário, em função do trabalho que exerciam dentro do fogo, mas, também, fora dele, como ambulantes.

A Tabela 6, apresentada a seguir, permite a observação da condição social da população de Ouro Preto, considerando-se a cor da pele do indivíduo. A população de Ouro Preto era composta por 43,6% de pardos e 24,4% de brancos, como anteriormente apontado. Estes dois grupos correspondiam à maior parte da população livre. Dentre os escravos, 53,8% eram africanos; 29,3% crioulos; 9,8% pardos e 5,2% mestiços, o que demonstra uma acentuada atividade no tráfico negreiro. Dos 499 africanos presentes nas listas, apenas 44 eram livres, o que correspondia a uma pequena porcentagem (1,5%) do total de indivíduos livres da cidade.

Tabela 6. Distribuição da população de Ouro Preto por cor e condição social, 1838.

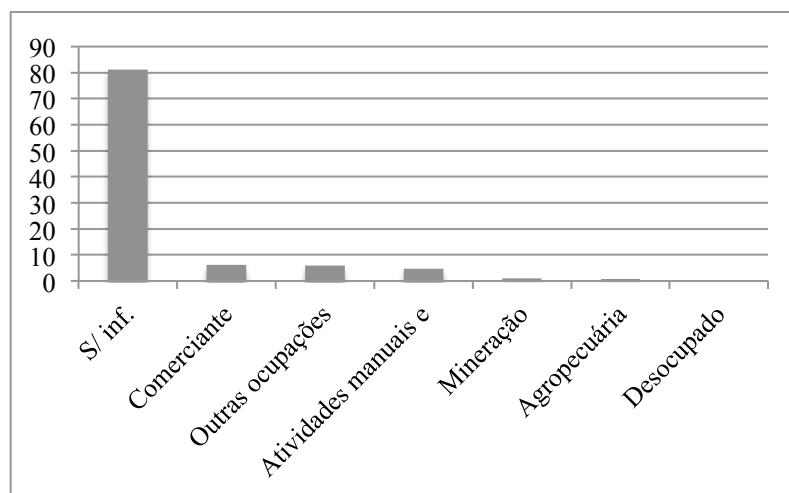
Cor ou origem	Total habitantes		Condição social			
	N	%	Livres		Escravos	
	N	%	N	%	N	%
Pardo	1608	43,6	1525	53,6	83	9,8
Branco	900	24,4	900	31,6	0	0
Crioulo	551	14,9	303	10,6	248	29,3
africano/preto	499	13,5	44	1,5	455	53,8
mestiço (cabra, caboclo)	107	2,9	63	2,2	44	5,2
S/ inf.	20	0,5	5	0,1	15	1,7
Total	3685	100	2840	100	845	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Quando se observa as ocupações exercidas na cidade de Ouro Preto, chama a atenção o fato de que falta esta informação para mais de 80% da população. Isto pode sugerir uma relação com qual valor social o trabalho se constituía nos oitocentos na sociedade ouro-pretana. Considerando os dados relativos àquela porcentagem da população que constava

informação, observou-se ser maior a presença de fogos relacionados às atividades do setor Comércio, seguido por aqueles classificados como “Outras Ocupações”, depois pelos enquadrados em Atividades Manuais e Mecânicas (Gráfico 2).

Gráfico 2. Distribuição da população de Ouro Preto por setor de atividade, 1838.

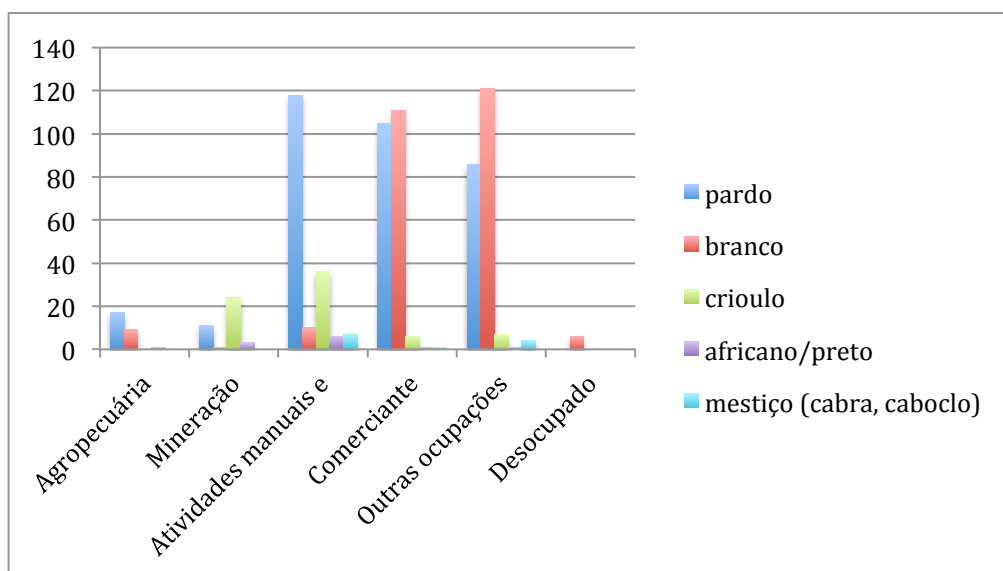


Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Um total de 54 ocupações foram elencadas para a cidade de Ouro Preto nas listas nominativas (APÊNDICE A), destacando-se atividades que ilustram o caráter de urbanidade desta cidade, nos oitocentos, tais como: negociante, militar, alfaiate, eclesiástico, advogado, boticário, médico, viajante, relojoeiro, escrivão, dentre outras.

Observando-se a distribuição dos indivíduos ocupados por cor nos setores de atividades de Ouro Preto, nos oitocentos, nota-se que os pardos predominavam largamente no Setor Atividades Manuais e Mecânicas (AMM), seguindo de perto o predomínio dos brancos no setor Comerciante (CM) e não tão proximamente no de “Outras Ocupações” (OO), como mostra o Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3. Distribuição da população por cor e setor de atividade (por número de indivíduos). Ouro Preto 1838



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1838).

Os percentuais de atuação dos pardos apontam 66,2% ocupados nas AMM; 62,9% no setor AG; 46,8% no setor CM; 39,2% no setor de OO. Já os crioulos predominavam na MN, e os pardos seguiam em segundo lugar neste setor, ainda que de forma menos expressiva. No setor de AMM, os crioulos sobrepujam grandemente o percentual de brancos. Evidencia-se, ainda, que as atividades do setor CM e OO eram exercidas, marcadamente, por brancos. A distribuição da população nos fogos, que podem ser concebidos como unidades produtivas e reprodutivas, reunindo indivíduos independente de laços consanguíneos, pode fornecer um retrato mais claro da condição da população de Ouro Preto, nos oitocentos, como será exposto adiante.

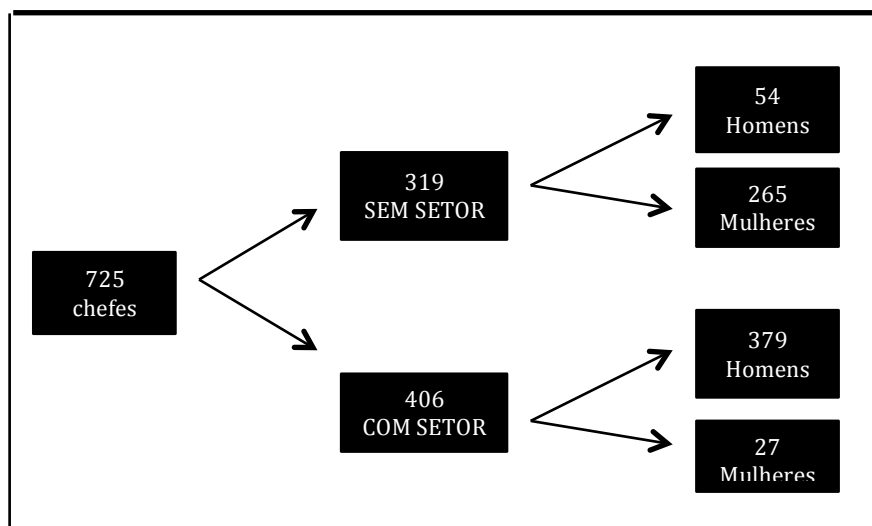
1.4. FOGOS, CHEFES E SETORES DE ATIVIDADE

Em 1838, foram recenseados 3.685 habitantes nos quatorze quarteirões que compunham parte do núcleo urbano da cidade de Ouro Preto. Nestes quarteirões se distribuíam 725 fogos, com uma média de 8,6 pessoas/núcleo. A taxa de não informação

quanto ao setor de atividade dos chefes de fogos desta cidade foi de 44%, ou seja, não se tinha informações para 319 dos 725 fogos. Assim, os dados que serão apresentados correspondem a 406 fogos da cidade. Nestes, o número de pessoas em cada fogo variava entre uma e 31 pessoas, com média de idade de 45 anos. Aproximadamente 58% dos 406 fogos analisados não tinham nenhum escravo. Dos 170 fogos escravistas, 41,9% possuíam pequenos, médios ou grandes plantéis, sendo os primeiros os mais frequentes.

Apesar de não se ter a informação ocupacional de 319 dos 725 chefes de fogo de Ouro Preto, as listas nominativas apresentavam outras informações mais completas, como o sexo dos chefes de fogos, por exemplo: do total de 725 chefes 59,7% eram homens e 40,3% mulheres. Mas ao se examinar somente os chefes cuja informação ocupacional está presente na lista, ou seja, uma listagem de 406 chefes, a porcentagem de mulheres reduz a 6,7%. Portanto, não se trata de uma localidade com pouca representatividade de mulheres como chefes de fogo, mas sim da omissão da ocupação da maioria delas. No grupo de 319 chefes sem informação ocupacional, as mulheres constituíam a maioria da população (83,1%), como mostra a Figura 7 a seguir:

Figura 8. Distribuição da informação “setor de atividade” dentre chefes de fogo por sexo. Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Neste segmento dos 319 chefes sem informação ocupacional, 80% dos chefes deste grupo não possuíam escravos. Lott (2009), ao analisar as características dos fogos da parte da freguesia de Ouro Preto que consta nas listas nominativas, se surpreende igualmente com a frequência de não informação ocupacional daqueles habitantes, principalmente de mulheres e

escravos, e deduz que a função dos fogos não deveria ser uma preocupação central dos recenseadores naquele período.

Considerando os 406 chefes cujas informações ocupacionais estavam presentes, observa-se que 93,3% deles eram homens e 58,1% não possuíam escravos. Dos 41,9% dos fogos escravistas, 25,9% possuíam pequenos plantéis de escravos, 13,1% médios e 3% grandes, mantendo, portanto, a tendência provincial de prevalência de pequenos plantéis (Tabela 7).

Tabela 7. Estrutura da posse de escravos de chefes de fogo com informação ocupacional presente nas listas nominativas de Ouro Preto, 1838.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	236	58,1
1 a 3 escravos	105	25,9
4 a 10 escravos	53	13,1
11 a 49 escravos	12	3
Total	406	100

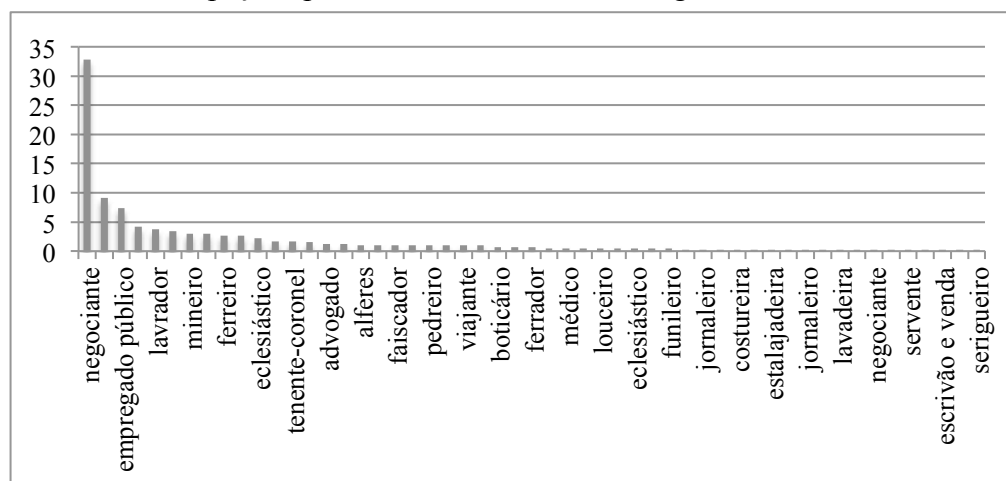
Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Esta estrutura de posse de escravos se aproxima também daquela de uma vila mineira de base econômica predominantemente agrícola no ano de 1831, a Vila São José do Rio das Mortes, atual Tiradentes. O estudo de Carlos Malaquias (2017) apresenta a estrutura da posse de cativos desta região como marcada por pequenos plantéis de escravos. Aproximadamente 60% da população desta vila não possuía escravos, dentre aqueles que possuíam, as pequenas posses de até três escravos predominavam. Contudo, ressalta-se que havia expressiva presença de médios e grandes plantéis em São José do Rio das Mortes, cujas porcentagens se aproximavam (cerca de 19% e 15%, respectivamente) sinalizando o dinamismo econômico da vila. Comparando-se com áreas de agro exportação, tal que o recôncavo baiano em meados dos oitocentos, os plantéis mineiros mostram-se modestos. Segundo Bert Barickman (2003), nesta região baiana plantéis com 20 ou mais escravos predominavam e as pequenas escravarias com até dois escravos eram menos expressivas.

Em Ouro Preto, em 1838, o setor Comerciante se destacou, e a ocupação de negociante correspondeu a alocação de cerca de 30% dos chefes analisados. Negociantes tiveram destaque muito superior às demais ocupações, o que embora aponte para uma sociedade com tecido urbano diversificado, nos oitocentos, apresenta esta diversificação com pouca expressividade numérica em relação a esta base de dados. Apesar das baixas

porcentagens, a existência destas ocupações se constitui em um indicio da relevância da diversificação das atividades econômicas da cidade, como apresenta o Gráfico 4, com algumas das ocupações existentes para os chefes de fogos de Ouro Preto.

Gráfico 4. Ocupações presentes dentre chefes de fogo de Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

A partir dos dados da lista nominativa para toda a freguesia de Ouro Preto, Lott (2009) cita ainda algumas ocupações de caráter urbano presentes nas listas nominativas, tais como as de: açougueiros, advogados, alfaiates, caixeiros, carpinteiros, carteiro, costureiras, padres, funcionários públicos, engenheiros, escrivães, estudantes, farmacêuticos, ferreiros, juiz de direito, marceneiros, médicos, militares, músicos, negociantes, ourives, professores, sapateiros, tabeliães, tropeiros, viajantes, e funileiros. Destas, somente seis não se encontravam presentes nas listas nominativas analisadas da cidade de Ouro Preto: açougueiro, carteiro, padre, farmacêutico, juiz de direito e tabelião. Destacam-se, dentre aquelas presentes, as ocupações de empregados públicos, eclesiásticos, ou advogados, portanto, ocupações tidas como tipicamente urbanas.

A ausência de algumas das atividades listadas para a freguesia de Ouro Preto não atesta a inexistência destas atividades nesta cidade, pois seria minimamente incomum não haver um padre na capital da província naquele período, mas afirma, mais uma vez, a incompletude das informações no momento do recenseamento. Tal aspecto foi igualmente observado por Herculano G. Mathias (1969), quando da apresentação do Recenseamento de Vila Rica de 1804. Em vista das suntuosas igrejas presentes na cidade naquele período, que empregavam ofícios de todas categorias, o autor levanta a reflexão a respeito da presença de somente um entalhador, naquele levantamento, fruto de omissão, descaso, ou uma quase total

eliminação deste ofício na cidade naquele período. Mathias (1969) observa ainda, para este início do século XIX, a deficiência no número de médicos, e, contrariamente às listas de 1838, um grande número de padres.

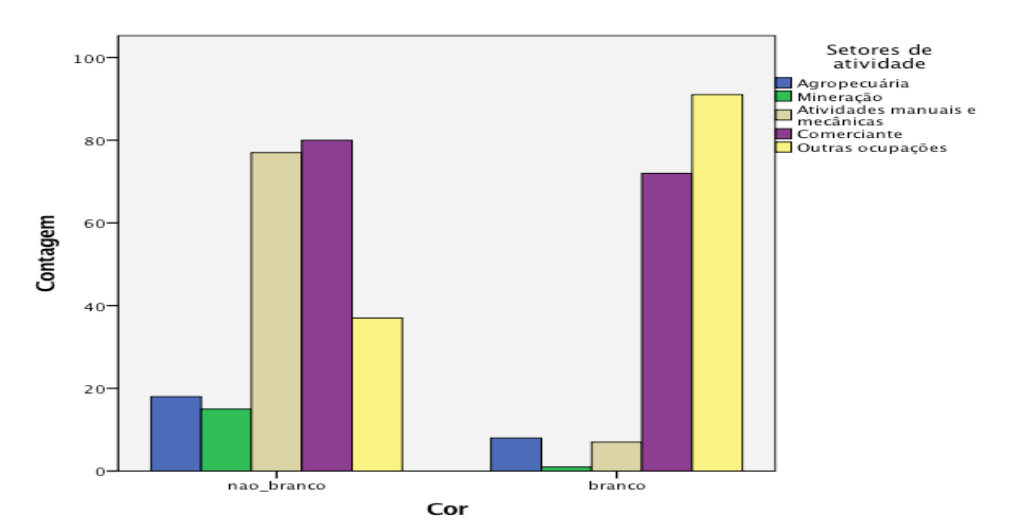
Desde sua formação, os núcleos urbanos mineiros vivenciaram a tensão refletida na estratificação social, como um dos aspectos da sua miscigenação. Diversidades de costumes, crenças, qualidade ou ocupações geravam uma sociedade complexa na qual situações intermediárias se davam não enquadrando homens e mulheres nos extremos branco/preto, senhor/escravo (PRECIOSO, 2010). Muitas destas situações podem ser observadas através da ocupação exercida pelo indivíduo que, no século XIX, não apresentava uma regra ou divisão clara que segregasse brancos e não brancos por trabalho.

A presença de negros de alta patente militar, médicos e advogados pardos, ou fiadoras brancas atestam não uma igualdade de oportunidades e condições entre brancos e não brancos, mas uma busca constante por distinção e honrarias, como mostrado por Marco Antônio Silveira (1997) para as Minas Gerais aos fins do século XVIII. Estas distintas formas de inserção e ascensão social de não brancos são contrabalanceadas com o devido controle destes fenômenos, imposto pela classe dominante que também se mantinha constantemente em busca de distinção destes que ascendiam, como colocado por Boschi (1986). Daniel Precioso (2010) aborda os mecanismos forjados por pardos livres em Vila Rica entre 1750 e 1803 para aquisição de riquezas e distinção social. As ocupações destes pardos são colocadas em evidência como estratégia para melhoria das condições materiais destes indivíduos, grandemente representados por artesãos, artífices e artistas, ainda que algumas exceções se façam presentes em outros setores de atividades.

Em Ouro Preto, em 1838, somente o setor Comerciante apresentou porcentagens próximas na atuação entre brancos e não brancos. As atividades manuais e mecânicas, apresentadas por Precioso (2010) como aquelas predominantes dentre os pardos de Vila Rica, apresentaram a maior divergência de frequência entre chefes de fogos brancos e não brancos, sendo estes mais de 70% mais frequentes que aqueles. Foi constatada significativa diferença ($p < 0,05$) na frequência de atuação de chefes brancos e não brancos dentre os setores de atividades analisados, demonstrando diferenciações na distribuição desta população dentre suas ocupações. Ao se considerar a existência desta diferença para cada um dos setores de atividades analisados, observou-se uma grande participação dos chefes brancos no setor “Outras Ocupações”, principalmente se comparada à participação de não brancos no mesmo

setor. Já no setor “Mineração”, “Agropecuária” e “Atividades Manuais e Mecânicas”, a presença dos chefes brancos não era expressiva, como pode-se observar no Gráfico 5.

Gráfico 5. Distribuição de chefes brancos e não brancos dentre os setores de atividades, Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaborado a partir do Teste *Qui-Quadrado* (X^2) tendo como base de dados as listas nominativas (1838)

A mineração foi praticamente irrelevante dentre os chefes brancos amostrados, enquanto aproximadamente 20% dos não brancos ainda se envolviam com estas atividades.

Quando observamos a cor da pele dos chefes de fogos, constatou-se que 44,1% eram brancos e 55,9% não brancos. Portanto, a maioria dos chefes de fogos não brancos tinham porcentagens próximas na atuação, tanto de atividades pouco rentáveis (como aquelas manuais e mecânicas) quanto daquelas do setor comerciante, que poderia lhes abrir alguma possibilidade de maior acúmulo de riquezas de acordo com a atividade exercida. Dentre os chefes não brancos, 47,3% eram “pardos”, 5,9% “crioulos”, e haviam 1,2% de africanos e mestiços em mesma porcentagem (Tabela 8).

Tabela 8. Distribuição dos chefes de fogo por cor da pele. Ouro Preto, 1838.

Cor ou origem	N	%
pardo	192	47,3
branco	179	44,1
crioulo	24	5,9
africano/preto	5	1,2
mestiço (cabra, caboclo)	5	1,2
S/ inf.	1	0,2
Total	406	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

A pequena porcentagem de chefes brancos, quando comparada àquelas de não brancos, nos fornece indícios da dinâmica ocupacional e social da cidade quando observamos a distribuição destes indivíduos dentre os setores de atividades. Os chefes não brancos se distinguiram de maneira marcante quanto à atuação no setor OO se comparados com a predominância de brancos no mesmo. Este setor apresenta um leque de atividades variadas, que requer aprofundamento da análise para se levantar as possibilidades de riqueza ou posse de escravos que as mesmas podiam propiciar a estes chefes de fogo.

Para melhor se compreender as especificidades de cada setor de atuação destes chefes, as análises que se seguem detalharão o perfil de cada um destes setores da economia para chefes brancos e não brancos, considerando, sempre, os atributos dos fogos descritos nas listas nominativas.

1.5. CHEFES NÃO BRANCOS DOS FOGOS DA CIDADE DE OURO PRETO: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1838

Chefes de fogo pardos, crioulos, pretos e mestiços compunham o grupo de não brancos da cidade de Ouro Preto em 1838. Estes chefes de fogos não brancos eram em número de 227 indivíduos, o que correspondia a 55,9% do total de 406 chefes que apresentavam informação quanto ao setor de atividade no qual atuavam. Os chefes não brancos eram em sua grande maioria pardos (84,6%), havendo crioulos, africanos e mestiços em proporções inferiores (10,6%; 2,2% e 2,2%, respectivamente) (Tabela 9). Numa população total de 3.685 indivíduos, dos quais mais de 70% não eram brancos, pode-se dizer que, dentre estes, aqueles que se tornaram chefes de fogo, se distribuíam numa escala de cor desigual, a qual ainda demarcava maior ou menor proximidade do cativo.

Tabela 9. Distribuição dos chefes não brancos de fogo por cor da pele. Ouro Preto, 1838.

Cor ou origem	N	%
Pardo	192	84,6
Crioulo	24	10,6
africano/preto	5	2,2
mestiço (cabra, caboclo)	5	2,2
S/ inf.	1	0,4
Total	227	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Dentre os chefes não brancos, 94,3% eram homens, correspondendo a 214 chefes, e, apenas 13 mulheres. Apesar de não ter sido possível analisar os demais chefes não brancos que não entraram na análise em questão, por não apresentarem informação quanto às suas ocupações, a existência desses chefes não foi completamente ignorada nas listas nominativas. Dos 319 chefes sem informação ocupacional excluídos das análises, 265 eram mulheres, sendo 192 não brancas. Somando, portanto, estas 192 mulheres não analisadas com as 13 chefes não brancas para as quais consta as suas respectivas ocupações, chega-se a um montante de 205 chefes mulheres não brancas, que se aproxima do total de chefes não brancos repertoriados neste grupo. Os homens não brancos sem informação ocupacional eram em número de 44. Somando-os com aqueles cuja ocupação foi assinalada, chega-se, por fim, a um total de 258 homens e 205 mulheres não brancas. Estes valores minimizam a ausência da informação ocupacional do segmento de não brancos analisados. Como assinalado anteriormente, estes indivíduos repertoriados sem menção à suas ocupações eram, em sua maioria, mulheres sem posse de escravos. Estas observações se restringem à capital da província, evidenciando uma tendência diferente daquela observada para Minas Gerais que será abordada mais adiante.

Clotilde Paiva (1996), ao analisar a população mineira através das listas nominativas dos oitocentos, traz algumas considerações a respeito da ausência de informação nestes documentos e possíveis relações com as mulheres. Segundo ela,

É preciso avaliar inclusive o sentido da não informação. Mesmo quando a informação foi omitida no documento original, esta omissão pode refletir algum significado. Exemplificando, em certos documentos a condição social dos brancos não foi indicada; as esposas na maioria das vezes não tinham a indicação de ocupação; a informação das mulheres chefes de fogo era mais completa; para a maioria dos escravos a ocupação foi omitida ... a presença desta informação [ocupação] está fortemente ligada à posição do indivíduo no fogo. Embora a presença feminina na chefia dos fogos seja importante (as mulheres chefiam 27,4% dos fogos) esta é uma posição masculina. Entre os homens chefes a informação está presente na quase totalidade dos casos [de Minas Gerais] (94% dos chefes informam a sua ocupação). Entre as mulheres chefes este percentual se reduz para 77% mas ainda assim é bastante alto. A presença da informação entre as mulheres melhora sensivelmente quando ela é chefe de fogo (PAIVA, 1996, pp. 60 e 104).

Percebe-se que as informações referentes à cidade de Ouro Preto se comportam de forma particular. Visto que nesta cidade, para o segmento não branco, pode-se levantar duas questões referentes aos chefes de fogo: a primeira, havia uma relevante presença feminina na

chefia dos fogos, e a segunda, de que as mulheres não brancas, quando chefes de fogo, tiveram, em grande parte, suas ocupações omitidas nas listas.

Destes chefes de fogos, 227 homens e mulheres não brancos, 66% eram casados, 25% solteiros, e 8% eram viúvos. A média de idade deste grupo era de 45 anos, com idades variando entre 19 e 82 anos. Os fogos possuíam, em média, 5 indivíduos por núcleo, variando desde aqueles unipessoais até os que possuíam 25 pessoas. Aproximadamente 76% dos fogos dos chefes não brancos não tinham escravos. Dentre os fogos escravistas, observa-se que 17,6% seguiam a mesma tendência dos fogos da província, possuindo pequenos plantéis de cativos. Já os médios e grandes plantéis foram encontrados com a frequência de 6,2% e 0,4%, respectivamente (Tabela 10).

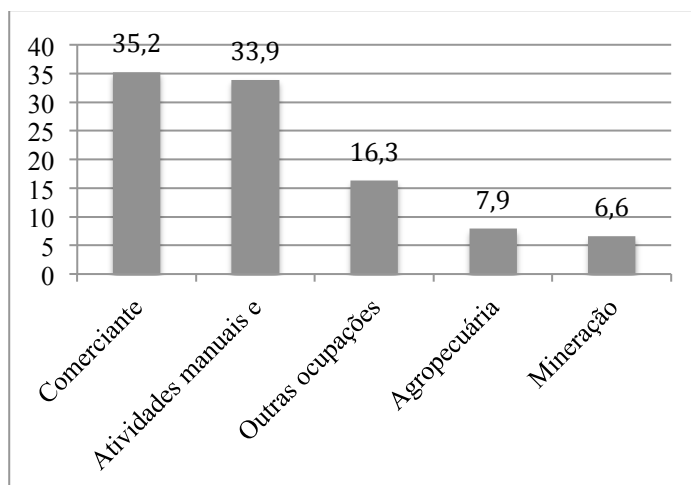
Tabela 10. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos de Ouro Preto, 1838.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	172	75,8
1 a 3 escravos	40	17,6
4 a 10 escravos	14	6,2
11 a 49 escravos	1	0,4
Total	227	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Os dados referentes aos setores e ocupações relacionados a estes chefes foram analisados ainda que com a alta taxa de não informação. O setor mais preponderante dentre os chefes não brancos de Ouro Preto foi o setor “Comerciante” (CM), representando 35,2% destes chefes de fogos, seguidos, proximamente, pelos chefes do setor de “Atividades Manuais e Mecânicas” (AMM), que representavam 33,9% do total de fogos. O setor “Outras Ocupações” (OO) alocava 16,3% deste grupo. Por fim, os chefes dos fogos do setor “Agropecuária” (AG) e “Mineração” (MN) encontravam-se em menor representatividade, com 7,9% e 6,6%, respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 6. Distribuição dos chefes não brancos de fogos por setor de atividade, Ouro Preto, 1838 (valores em porcentagem).



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Comparando-se a tendência geral dos chefes de fogo de Ouro Preto, os não brancos seguem a mesma sequência de prevalência de frequência dos setores de atividades. Contudo, como apontado no Gráfico 6 acima, estes chefes se destacam em frequência nos setores AMM e CM. Segundo Precioso (2019), não brancos, livres ou não, comumente atuavam nestes setores, os quais permitiam, principalmente aos últimos, o acúmulo de pecúlio e compra de escravos para trabalhar para eles.

Com base nos dados disponíveis, procurou-se detalhar as ocupações presentes em Ouro Preto nos oitocentos, descrevendo a distribuição das mesmas em relação aos chefes brancos e não brancos. No que se refere às ocupações de modo geral, o quadro que se segue exemplifica as atividades encontradas em Ouro Preto em 1838 para os chefes não brancos (Quadro 4).

Quadro 4. Ocupações de chefes não brancos de Ouro Preto, 1838.

Ocupação	N	Ocupação	N
Pedreiro	65	Marceneiro	2
Tropeiro	17	Funileiro	2
Alfaiate	16	Ferrador	2
carpinteiro	14	Advogado	1
Lenheiro	13	Agência	1
Militar	12	Jornaleiro	1
Músico	11	Caldeireiro	1
Ferreiro	10	Médico	1
Empregado público	10	Boticário	1
Negociante	6	Fogueteiro	1
Hortelão	5	Latoeiro	1

Fiscador	4	Lavadeira	1
Sapateiro	4	Lavrador	1
Servente	4	Louceiro	1
Criador,mineiro,etc.	4	Mineiro	1
Ourives	3	Tenente-coronel	1
Caixeiro	2	Viajante	1
Carniceiro	2	Serigueiro	1

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Provavelmente não existia somente um representante de cada um dos ofícios listados. Contudo, a subnotificação pode explicar este fato. Percebe-se, ainda, a presença, ainda que numericamente pouco expressiva, de chefes não brancos em ocupações que podiam aportar distinção social, tais como de negociantes, militares ou advogado. Por outro lado, tem-se, em maiores proporções, chefes de fogo não brancos atuando como pedreiros, tropeiros ou alfaiates. Maria H. Machado (2004) cita a ocupação de pedreiro como um dos trabalhos especializados exigidos pelo meio urbano que em São Paulo, no século XIX, alocava mão de obra escrava.

Eni de Mesquita Samara (1981) afirma que em Itu, um centro urbano do interior paulista do início do século XIX, a conciliação de ocupações era recorrente como forma de sustento do domicílio. O trabalho de alfaiate e tropeiro, apesar da possibilidade de serem rentáveis naquela época, não eram suficientes para manutenção do fogo, levando os chefes de fogo a conciliar estas atividades com outras de subsistência. Mulheres, por exemplo, que viviam de vendas, com frequência atuavam também como tecelãs em seus fogos.

Entre as chefes mulheres não brancas com informações sobre as suas ocupações em Ouro Preto, revela-se seu maior envolvimento no setor comércio. No geral, as chefes não brancas cujas ocupações constavam nas listas nominativas eram em sua maioria pardas, viúvas, solteiras e sem escravos (Quadro 5). O fato de não haver mulheres não brancas casadas como chefes de fogos pode indicar que esta não era uma condição considerada própria para elas, ou que viviam relações fora da formalidade do casamento na igreja, que se restringia a uma camada da população mais abastada.

Quadro 5. Perfil de mulheres não brancas chefes de fogo, Ouro Preto, 1838.

MULHERES NÃO BRANCAS CHEFES DE FOGO		COM SETOR		SEM SETOR	
VARIÁVEIS		N	%	N	%
Mulheres		13	-	192	-
Cor	Pardo	9	69,2	143	74,5
	Crioulo	4	30,8	35	18,2

	Preto	-	-	11	5,7
	Mestiço	-	-	3	1,6
Estado conjugal	Casado	-	-	7	3,6
	Solteiro	6	46,2	134	69,8
	Viúvo	7	53,8	47	24,5
	S/inf	-	-	4	2,1
Setor atividade	Comerciante	9	69,2	-	-
	Outras ocupações	2	15,4	-	-
	Ativ Manual e mecânica	2	15,4	-	-
Estrutura posse de escravos	Sem escravos	10	69,2	172	89,6
	1 a 3 escravos	2	15,4	16	8,3
	4 a 10 escravos	1	15,4	4	2,1
Idade	Média	54,5	-	47,1	-
Tamanho fogo	Nº pessoas	4,7	-	3,3	-

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Entre as chefes de fogos sem informação ocupacional, a maioria eram pardas e solteiras. A elas se seguiam as chefes de fogos crioulas, pretas e mestiças. A porcentagem de casadas era de apenas (3,6%). Porém, não se pode afirmar, com segurança, que estas mulheres eram de fato solteiras ou se viviam em concubinato.

Segundo Lott (2009), durante todo o período Colonial e Imperial, o número de casamentos foi reduzido na província mineira, sendo comum o concubinato tanto entre a população livre quanto na escrava. O matrimônio se mantinha restrito a uma parcela aristocrática da população. Portanto, as mulheres descritas como solteiras poderiam viver em concubinato. Aproximadamente 89,6% das chefes de fogos não brancas, sem especificação do setor de atividade no qual atuavam, não possuíam escravos.

1.5.1. A atuação dos chefes não brancos no setor Comerciante

O setor Comércio de Ouro Preto englobava atividades fixas e móveis, sendo os negociantes do setor fixo mais numerosos que os tropeiros. Enquanto estes correspondiam a 12,5% das atividades deste setor, os negociantes correspondiam a 82,6% dos chefes não brancos do setor de comércio. A comercialização de ambulantes urbanos era mais frequente que a realizada pelos tropeiros que, segundo Godoy et al. (1996), residiam sobretudo na área rural. Sobre o lugar dos tropeiros na hierarquia social de Minas da época, Godoy et al. (1996, p.183) afirmam que “[...] um dos indicadores da posição do tropeiro na escala social, era sua cor: o número expressivo de brancos, a predominância de mestiços e a insignificância de crioulos/africanos insinuam uma posição pelo menos intermediária”. E sobre a influência da posse de escravos na escala social, prosseguem: “[...] o tropeiro chefe, que na maior parte dos

casos possuía escravos – em média 3, com a média total do fogo de 7 indivíduos -, certamente ocupava posição elevada na escala social. Por outro lado, o tropeiro que não era chefe do domicílio, encontrava-se, principalmente, em unidades diversificadas [...]” (GODOY, et al., p. 183). Foram registrados 10 tropeiros como chefes não brancos nas listas de Ouro Preto, pardos em grande maioria, com média de um escravo por fogo. Estes fogos tinham uma média de 4 indivíduos, ambos valores inferiores àqueles encontrados para Minas Gerais.

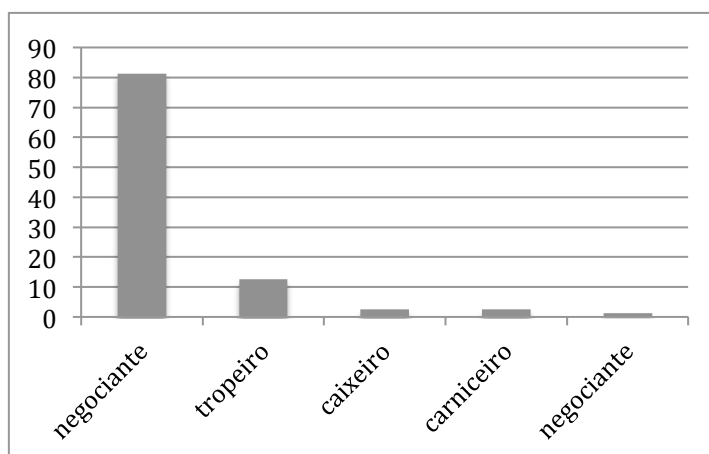
Segundo Andrade (2020) havia em Ouro Preto uma “[...] pequena, mas poderosa elite de negociantes que controlava o grande comércio local, intermediando mercadorias, crédito, e práticas de negócios entre o Rio de Janeiro e o interior”, em meados dos oitocentos (ANDRADE, 2020, p.4). Através das análises de escrituras cartoriais da cidade de Ouro Preto entre 1820 e 1865, o autor demonstra a consolidação de uma elite mercantil na cidade, envolvida em setores de transações diversas, principalmente, entre as décadas de 1830 e 1850. O comércio de imóveis e de escravos se destacavam mais que o do ouro neste período, majoritariamente controlado por capital estrangeiro.

Consoante a isto, Andrade (2020) cita a atuação dos negociantes de Ouro Preto no comércio de manufaturados importados, escravos, animais e no empréstimo de dinheiro a juros para produtores, pequenos comerciantes e para a população de modo geral. Dentre os chefes não brancos analisados, observa-se a existência de 80 chefes de fogos, correspondendo a 35% dos 227 chefes de fogos do setor de comércio. Mais de 80% dos chefes envolvidos neste setor eram negociantes. Destacam-se, a presença de 13 mulheres não brancas chefes de fogos no setor de comércio nas listas nominativas, sendo que 9 foram descritas como negociantes. Mais da metade destas 13 mulheres eram pardas, viúvas e sem escravos. Godoy e Rodarte (2004) reportam à histórica presença feminina, principalmente, no pequeno comércio de víveres e aguardente, um segmento menos capitalizado e menos rentável dentro do setor de comércio.

A maioria dos chefes não brancos presentes nas listas de Ouro Preto no setor de comércio eram, portanto, homens (88,8%), com uma média de idade de 42 anos, sendo a maioria pardos (93,8%). Mais de 60% destes chefes eram casados, os solteiros estavam em torno de 23,8% e os viúvos de 10%. Foi observada uma média de 5 pessoas nos fogos dos chefes não brancos e a presença de menos de um escravo por fogo (0,8). Os núcleos sem escravos eram mais frequentes (67,5%). Dentre os que tinham escravos, os com pequenos plantéis representavam 27,5% e os com plantéis médios, 5%. Nos fogos dos chefes não brancos do setor de comércio, o máximo de escravos encontrados foram 9. Os chefes não

brancos compreendidos neste setor de comércio poderiam fazer parte tanto de um grupo de pequenos negociantes responsáveis por pequenos comércios, quanto atuarem enquanto tropeiros (12,5%), caixeiros (2,5%), ou carnicheiros (2,5%) (Gráfico 7).

Gráfico 7. Ocupações de chefes não brancos de fogos do setor Comerciante em Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Claudia Maria das Graças Chaves (1999) descreve os tropeiros como comerciantes responsáveis pelo transporte de grande parte das mercadorias destinadas ao comércio mineiro. Esta atividade gerava a circulação de produtos importados e daqueles produzidos localmente. Os caixeiros, por sua vez, eram, também, comerciantes, mas que não carregavam suas mercadorias consigo, não eram proprietários do negócio. No dizer de Chaves (1999) a atividade dos caixeiros era fundamental tanto para o povoamento de vilas e lugarejos, quanto para a manutenção do comércio, mesmo após o fim do ciclo do ouro. Os dois chefes não brancos caixeiros presentes nas listas de Ouro Preto eram pardos e casados. Seus fogos contavam entre 3 e 7 pessoas e não possuíam escravos. Os chefes não brancos carnicheiros, apresentavam um perfil muito próximo ao dos caixeiros: eram pardos, casados, sem escravos e seus fogos tinham entre 2 e 4 pessoas. A seguir, no Quadro 6, apresenta-se o perfil de quatro chefes não brancos, cujos plantéis de cativos se destacaram por suas médias posses.

Quadro 6. Perfil de chefes não brancos comerciantes proprietários de médios plantéis de escravos, Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO POSSE
Felizarda Angelica de Paraizo	68	Pardo	Viúvo	Negociante	9	4

Manoel Fernandez Fraga	62	Pardo	Casado	Negociante	11	5
Alferes Custodio Goncalves da Silva Baiao	50	Pardo	Viúvo	Negociante	13	9
Francisco Antonio De Lima	62	Pardo	Solteiro	Negociante	7	4

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Como podemos observar há a presença de uma mulher viúva e parda entre os chefes não brancos com média posse de escravos no setor de comércio. Entre eles, todos eram pardos, e tinham, em média, 60 anos de idade. Seus fogos tinham em média 10 pessoas, variando entre 7 e 13 indivíduos. Possuíam, em média, 5 escravos, variando entre o mínimo de 4 e o máximo de 9 cativos. O setor Comerciante foi apresentado por Andrade (2020), Godoy e Rodarte (2004) como pouco expressivo em Minas Gerais, no século XIX, em função da prevalência do escambo¹² como alternativa ao comércio. Todavia, na cidade de Ouro Preto, o setor de comércio não se apresentava de forma tão atrofiada como no interior da Província, o que reforça o caráter urbano da cidade.

Os chefes não brancos dos fogos do setor Comércio apresentavam uma condição de comerciantes intermediários, exercendo a ocupação de negociantes, caixeiros, tropeiros ou carneiros, sendo a primeira aquela que se relacionou com o maior número de escravos. O grande comércio, geralmente ligado às mercadorias importadas, parece não ter se manifestado dentre os não brancos, pois se tratava de um ramo no qual era necessário capital suficiente para a manutenção dos estabelecimentos (GODOY E RODARTE, 2004). Notou-se, somente, quatro exemplos que fugiam a estas características de comerciantes intermediários, em função de possuírem mais escravos (médias posses) e fogos mais populosos, os quais tinham, em média, 10 indivíduos.

1.5.2. A atuação dos chefes não brancos no setor Atividades Manuais e Mecânicas

O setor das atividades manuais e mecânicas (AMM) se caracterizava por ser um setor representativo das minas oitocentistas, segundo diversos estudiosos, tais como: Martins (1983), Libby (1988; 1997) e Meneses (2007). O Historiador Douglas Cole Libby (1997) se refere aos ofícios artesanais destacando a “indústria têxtil caseira”, em expansão em fins do século XVIII, a qual era responsável pela produção de fios e panos na província. Consoante a

¹² Cf.: Paiva et al. (2003).

este estudo, Maria do Carmo Salazar Martins (1994) assevera que a fiação e tecelagem são retratadas como atividades desenvolvidas no país de forma secular, uma vez que várias tribos indígenas trabalhavam espécies nativas de algodão para produção de panos. A indústria têxtil, portanto, se encontrava dispersa em todas as camadas sociais no Brasil (MACEDO, 2006).

Para Roberto Borges Martins (1983), a cultura do algodão passou por diversos ciclos em Minas Gerais, ao longo do século XIX, tendo vivenciado o seu *boom* como principal item de exportação mineira, mas também a sua decadência. O autor relata a existência de uma “cultura camponesa” responsável por esta produção, caracterizada por um baixo custo de investimento e por pouca necessidade de mão de obra, o que justificava a pouca ou nenhuma presença escrava nestas produções, além da atribuição do nome “lavoura de pobre”¹³ às mesmas. Observa-se dentre os chefes não brancos descritos nas listas nominativas de Ouro Preto, no setor AMM, que mais de 80% não possuíam escravos. Apenas 14,3% destes chefes possuíam um pequeno plantel, e 3,9% possuíam plantéis médios. Os dados de Ouro Preto revelam um predomínio masculino neste setor: 97,4% dos chefes não brancos de fogos deste setor eram homens.

Uma das possibilidades desta maior presença masculina nas AMM na cidade de Ouro Preto pode ter se dado em decorrência da porcentagem de não informação dos chefes encontrada nas listas. No que diz respeito a chefes não brancos que não apresentaram informação ocupacional nas listas, temos um total de 192 mulheres como chefes. As atividades manuais e mecânicas de Ouro Preto recaem, de acordo com os dados disponíveis, nas ocupações de alfaiate, carpinteiro, sapateiro, dentre outros, como demonstra a Tabela 11 abaixo:

Tabela 11. Ocupações de chefes não brancos do Setor Atividades Manuais e Mecânicas. Ouro Preto, 1838.

Ocupação	N	%
alfaiate	16	20,8
carpinteiro	14	18,2
sapateiro	12	15,6
ferreiro	10	13
marceneiro	6	7,8
ourives	4	5,2
pedreiro	4	5,2
ferrador	3	3,9

¹³ Cf.: Martins (1983b).

louceiro	2	2,6
funileiro	2	2,6
caldeireiro	1	1,3
fogueteiro	1	1,3
latoeiro	1	1,3
serigueiro	1	1,3
Total	77	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Como o trabalho têxtil podia ser considerado um trabalho doméstico informal, os recenseadores podem ter classificado a ocupação de muitas mulheres como “serviço doméstico”, ou ainda, “sem profissão”. A este respeito, Martins (1983) afirma que:

O número de pessoas efetivamente empregadas na produção artesanal era certamente muito maior que aquele indicado pelo censo, porque muitas mulheres que fiavam e teciam como parte de sua rotina doméstica devem ter sido classificadas como “serviço doméstico” ou sem profissão (MARTINS, 1983, p. 88).

Ainda a este propósito, Macedo (2006) problematiza o destaque e a importância das mulheres neste trabalho têxtil, referidas por Libby (1997) como “indústria têxtil doméstica” ou “produção caseira”, em contraposição à “produção artesanal” ou os “ofícios”, dominados por homens. O trabalho feminino, por ser socialmente concebido como caseiro, informal ou doméstico coloca-se em contraposição com aquele realizado pelos homens que se referiria a um ofício, de fato, especializado. Esta forma de representação social do trabalho feminino poderia explicar a ausência de dados sobre as ocupações exercidas pelas mulheres no setor de atividades manuais e mecânicas de Ouro Preto, nos oitocentos. As duas únicas mulheres presentes no setor AMM eram pardas e atuavam como seringueira e ourives. Ambas eram solteiras e tinham, em média, 60 anos de idade. Estas mulheres chefiavam fogos com 5 ou 6 integrantes e não possuíam escravos.

Em termos gerais, os fogos de chefes não brancos do setor de atividades manuais e mecânicas tinham uma média de 4 integrantes, sendo a maioria dos chefes pardos (77,9%), casados (55,8%) e com 49 anos de idade, em média. Três ferreiros se destacaram neste grupo de chefes não brancos quanto à posse de escravos em seus fogos (Quadro 7). Estes foram os únicos proprietários de médios plantéis do setor AMM neste grupo de não brancos. Nota-se que, um deles, além da descrita ocupação de ferreiro é nomeado de “Tenente”, apontando,

portanto, para uma combinação de atividades possíveis a estes chefes, que no caso do Tenente Antonio Gomes Lisboa, lhe permitiu obter uma posse de oito escravos.

Quadro 7. Perfil de chefes não brancos do setor Atividades Manuais e Mecânicas proprietários de médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO POSSE
Feliciano Alves	65	Pardo	S/inf.	Ferreiro	11	7
Juliao Alves	42	Pardo	Casado	Ferreiro	11	4
Tenente Antonio Gomes Lisboa	69	Pardo	Casado	Ferreiro	20	8

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Os ofícios mecânicos, apesar de relevantes e comuns na província mineira no oitocentos, não sugerem atividades com alta rentabilidade, indicando uma condição de vida mediana ou de subsistência para aqueles que pertenciam ao grupo de chefes de fogos não brancos deste setor.

1.5.3. A atuação dos chefes não brancos no setor Outras Ocupações

O setor “Outras Ocupações” (OO) agrupa atividades que não se encaixam nos demais setores, tais que as atividade liberais, ou ainda trabalhadores sem profissão declarada, tais que jornaleiros (PAIVA, ARNAUT, 1990). Este setor abarcava 37 dos 227 chefes não brancos, correspondendo a 16,3% deste total. Os dados das listas nominativas de 1838 mostram que os chefes deste setor eram: homens (94,6%), pardos (83,8%) e com uma média de 42 anos de idade (Tabela 12).

Tabela 12. Distribuição dos chefes não brancos de fogo do setor “Outras Ocupações” por cor, Ouro Preto, 1838.

Cor ou origem	N	%
pardo	31	83,8
crioulo	3	8,1
mestiço (cabra, caboclo)	2	5,4
africano/preto	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Seus fogos tinham, em média, 5 pessoas (mínimo de 1 e máximo de 25). A maioria, ou 75,7% deles, não possuíam escravos, conforme mostra a Tabela 13. No entanto, percebe-se nas listas nominativas, um fogo neste setor “OO” que se distinguia dos demais chefiados por não brancos, tendo 24 escravos. O chefe deste fogo era “preto” e nomeado de Tenente-Coronel. Tratava-se de um viúvo de 50 anos de idade, com a sua ocupação descrita como “empregado público”.

Tabela 13. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	28	75,7
1 a 3 escravos	5	13,5
4 a 10 escravos	3	8,1
11 a 49 escravos	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Segundo a historiadora Adriana Barreto Souza (2020), os postos militares foram um dos mecanismos institucionais e políticos para a inserção social da população de cor nos oitocentos. A vasta massa de homens não brancos buscavam formas de diferenciação social e afastamento da condição de escravo. A autora afirma que não era incomum se encontrar indígenas, pardos e pretos livres nas milícias locais, que se distinguiam do exército permanente do Império, o qual era constituído por portugueses em suas patentes mais altas. Com o tempo, a pressão social, e as negociações, as milícias de homens pardos e pretos livres foram ganhando espaço de visibilidade e considerados espaços de distinção social para homens de cor, por portarem armas de fogo, se servirem de uniforme militar, além da possibilidade de serem pagos (SILVA, 2013; SOUZA, 2020).

O posto de Tenente-coronel ocupado pelo chefe preto de Ouro Preto era o segundo posto mais alto do Estado-maior da Milícia, havendo somente o coronel como superior a ele. O *status* do posto ocupado por este chefe, assim como o tamanho de seu plantel de escravos, apontam para uma condição de riqueza e prestígio social deste sujeito, apesar de sua cor. Outros postos militares foram localizados dentre estes chefes, porém em cargos inferiores e, em grande parte, sem escravos, apontando para o desafio que se constituía em alcançar tal posição, como a de Tenente-coronel.

Além do fogo deste Tenente-coronel, poucos outros fogos detinham plantéis com mais de três escravos neste setor. Foram localizados dois chefes pardos, sendo um militar e um boticário; um mestiço como músico, todos com plantéis médios de no máximo 5 escravos. (Quadro 8).

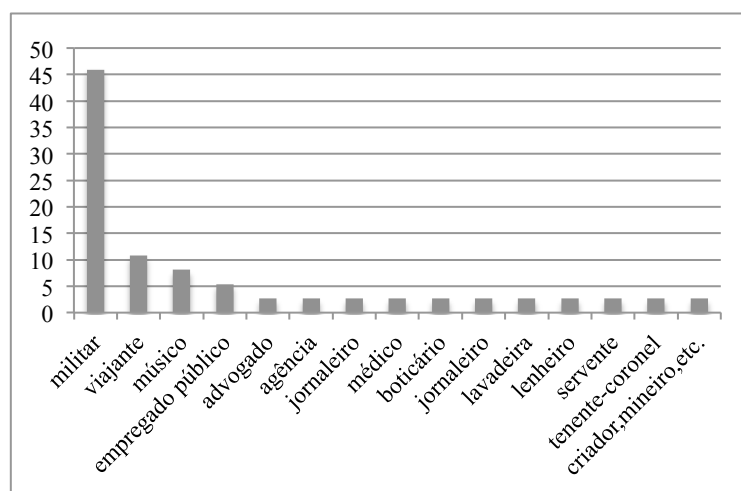
Quadro 8. Perfil de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações” proprietários de médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Tenente Coronel Anacleto Antonio	50	Preto	Viúvo	Empregado publico	25	24
Mariano Freire dos Santos	51	Pardo	Casado	Militar	7	5
Cirurgiao M. Antonio Nogueira	64	Pardo	Casado	Boticário	10	4
Leandro Lopes	38	Mestiço	Casado	Musico	13	4

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Podemos portanto inferir que as oportunidades de maiores posses de escravos por chefes não brancos no setor OO, em Ouro Preto, foram expressas nas ocupações de empregado público, militar, boticário e músico. As ocupações deste setor reuniam atividades que ilustram o caráter urbano de Ouro Preto nos oitocentos, tais como: um significativo percentual de militares, empregados públicos, boticário, advogado, médico e músico (Gráfico 8).

Gráfico 8. Ocupações de chefes não brancos do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Estas ocupações dos chefes não brancos, de modo geral, não contavam com grandes plantéis de escravos, mas, certamente, lhes diferenciavam dos demais fogos chefiados por não brancos sem escravos em termos de prestígio social.

A ocupação de boticário, em Minas Gerais, no século XIX, por exemplo, é descrita por Godoy et al. (1996) como uma atividade tipicamente urbana, executada exclusivamente por homens livres e tendo uma média de três escravos por fogo, indicando ser esta uma atividade rentável. Esta condição se assemelha daquela encontrada para o boticário “pardo” nomeado também “cirurgião” nas listas de Ouro Preto.

Do total de chefes não brancos deste setor foram repertoriadas duas mulheres, uma “crioula”, viúva, sem escravos e outra “parda”, solteira, com um escravo, ocupadas no “serviço doméstico” e em “agência”. (Quadro 9).

Quadro 9. Perfil de mulheres não brancas chefes de fogo do setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Veridianna	53	Crioula	Viúva	Serviço doméstico	1	Sem escravos
Anna Jacinta	80	Parda	Solteira	Agência	2	1

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

A ocorrência de um fogo classificado como de ocupação referente a “serviço doméstico” poderia corresponder a diversas atividades desempenhadas por mulheres, para além daquelas de subsistência. Tido como uma ocupação exclusivamente feminina e inerente às mulheres, o termo pode abrigar uma diversidade de atividades que nos escapa a análise, como a de fiadeira, tecedeira, etc. Tratava-se de um fogo unipessoal, sem escravos e chefiado por uma mulher “crioula”. Segundo Paiva (1996), a ocupação classificada como “agência”, diz respeito à forma de participação do indivíduo no mercado e não à ocupação exercida. Em sua investigação das listas nominativas, a autora entendeu que o termo era aplicado para designar as mulheres que viviam de fiação e tecelagem em Minas Novas na década de 1830. Enfim, considerando todas as mulheres chefes de fogo, brancas e não brancas, presentes nas listas de Ouro Preto, percebe-se que a atividade de negociante foi a mais frequente entre elas.

1.5.4. A atuação dos chefes não brancos no setor Agropecuária

A agropecuária não se mostrou como um setor representativo ou frequente na cidade de Ouro Preto no período analisado. Apenas 18 indivíduos foram registrados nas listas dos 227 chefes não brancos, ou 7,9% destes total, todos homens. Neste setor foram arrolados somente homens pardos (94,4%) e alguns poucos pretos (5,6%). A grande maioria deles era casado (94,4%) e apenas um chefe era solteiro. Tinham em média 51 anos de idade, chefiavam fogos com uma média de seis pessoas, e grande parte deles não tinha escravos (72,2%), com uma média de um escravo por fogo (Tabela 14).

Tabela 14. Estrutura da posse de escravos de chefes não brancos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.

Estrutura da posse de escravos	%	N
Sem escravos	72,2	13
1 a 3 escravos	5,6	1
4 a 10 escravos	22,2	4
Total	100	18

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838)

Destaca-se neste setor a presença de médios plantéis de escravos, que superavam a porcentagem dos pequenos, com 22,2% e 5,6%, respectivamente. Os quatro chefes não brancos com médios plantéis possuíam entre quatro e nove escravos, todos eram pardos, casados e lavradores (Quadro 10). O lavrador Marianno Freire era igualmente militar, e seus dois domicílios pareciam compartilhar os cinco escravos que possuía. Estes fogos escravistas eram numerosos, indicando que, além dos escravos, provavelmente contavam com a força de trabalho de indivíduos livres em seus núcleos.

Quadro 10. Perfil de chefes não brancos de fogos proprietários de médios plantéis de escravos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Domencianno Ferreira de Oliveira	60	Pardo	Casado	Lavrador	16	9
Marianno Freire	56	Pardo	Casado	Lavrador	10	5
João Branco	38	Pardo	Casado	Lavrador	9	5
Joaquim Vicente	53	Pardo	Casado	Lavrador	9	4

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

As ocupações deste setor foram descritas como “hortelão” ou “lavrador”. Lott (2009) mostra a retomada econômica da cidade de Ouro Preto na primeira metade do século XIX,

período posterior à decadência aurífera, através do crescente número de livres e escravos descritos nos livros de batismo. Contudo, nos primeiros anos dos oitocentos, a autora registra uma queda no número de livres, atribuída ao fenômeno de migração desta população em busca de novas oportunidades econômicas ou em busca de terras propícias às atividades agropastoris, uma vez que o solo da região ouro-pretana não era propício para grandes culturas. Não à toa, o entorno da região mineradora servia de abastecimento da cidade desde o auge do período de extração aurífera. Uma mudança no perfil da população da área central da capitania é igualmente percebida por Iraci Del Nero da Costa (1979), nas primeiras décadas do século XIX, tendo o setor agropecuário encontrado maior desenvolvimento nas áreas vizinhas ao centro minerador. Se aproximando da metade do século XIX, o cenário ouro-pretano apresenta aumento no número de escravos africanos e nascidos no Brasil, o que nos mostra, segundo Lott (2008), uma situação de não estagnação econômica deste núcleo urbano. A autora descreve atividades de mineradores, negociantes, manufatura de louça e ferro, feitores e professores para o centro urbano na década de 1830, embasando nossa constatação da baixa frequência de atividades agropastoris.

1.5.5. A atuação dos chefes não brancos no setor Mineração

A mineração em Ouro Preto, no período de 1838, já estava em decadência. Contudo, como caracteriza Libby (1988), apesar da agricultura mercantil de subsistência sustentar a economia mineira no século XIX, a complexidade deste sistema compreendia ainda a exploração de minerais e manufatura de produtos têxteis que faziam uso também de mão de obra livre. Miriam Lott (2008) afirma que, na década de 1820, havia companhias estrangeiras de mineração na província com fundições próximas à Ouro Preto. Contudo, o que os dados dos chefes não brancos da capital da província mostram é a presença de pequenos mineradores, ou provavelmente faiscadores na cidade: 15 homens, nove pardos e seis crioulos, com idade média de 50 anos e fogos que contavam, em média, com três indivíduos, sendo os mesmos majoritariamente não escravistas. Somente um fogo tinha posse de escravos: do chefe Elias da Costa Lopes, mineiro de 64 anos, pardo, casado, cujo fogo contava com sete indivíduos, sendo três deles escravos. Os chefes não brancos envolvidos no setor mineração eram faiscadores (N=4) ou mineiros (N=11), sendo estas ocupações pouco rentáveis condizentes com a decadência da exploração aurífera. Certamente se tratava de

pequenas explorações ou buscas por remanescentes de ouro, que se distanciavam da realidade de companhias de extração ou grandes produtores.

O aumento da faiscação, como consequência ou em decorrência da carência de recursos técnicos que a mineração subterrânea exigia, atestava a retração da mineração aurífera em Minas nos oitocentos. Esta técnica é apontada por Cunha e Godoy (2003) como responsável pela manutenção de boa parte dos homens livres pobres, constituindo-se, muitas vezes, a única alternativa econômica destes indivíduos em centros urbanos que vivenciavam a decadência da exploração do ouro.

1.5.6. Atributos gerais dos fogos de chefes não brancos segundo a posse ou não de cativos

A prévia discussão de cada setor de atividade nos quais os chefes de fogo não brancos atuavam em Ouro Preto em 1838, nos permitiu localizar as especificidades deste grupo de chefes em relação às suas ocupações e suas dinâmicas socioeconômicas. Tendo em foco que segundo Godoy (1996) e Frank (2006), a posse de escravos era um fator indicativo da condição social do indivíduo em Minas Gerais nos oitocentos, apresenta-se, neste tópico, os atributos gerais dos fogos dos chefes não brancos segundo a posse ou não posse de cativos (Tabela 15).

Tabela 15. Fogos de chefes não brancos escravistas e não escravistas, Ouro Preto, 1838.

CHEFES NÃO -BRANCOS		ESCRAVISTAS	NÃO ESCRAVISTAS
Número de fogos		55	172
Cor do chefe	Pardo	92,7%	82%
	Crioulo	3,6%	12,8%
	Africano	1,8%	2,3%
	Mestiço	1,8%	2,3%
Idade do chefe	Anos	50	44
Sexo do chefe	Masculino	94,5%	94,2%
	Feminino	5,5%	5,8%
Estado marital do chefe	Casado	72,7%	64%
	Solteiro	16,4%	27,9%
	Viúvo	9,1%	8,1%
Tamanho fogo	Nº pessoas (média)	7,5	4,2
Tamanho plantel	Nº escravos (média)	3	0
Posse escravos (faixas)	Pequeno plantel	72,7%	-

	Médio plantel	25,5%	-
	Grande plantel	1,8%	
Setores de atividades	AMM	25,5%	36,6%
	CM	47,3%	31,4%
	AG	9,1%	7,6%
	OO	16,4%	16,3%
	MN	1,8%	8,1%

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

*Porcentagens relativas ao total de chefes escravistas ou não escravistas.

Considerando que todos estes não brancos estavam submetidos às questões raciais inerentes ao sistema escravista brasileiro nos oitocentos, e, a princípio, em busca de diferenciação social que os afastasse da condição de escravo, destaca-se a posição de chefe de fogo atribuída a estes indivíduos. Buscou-se, contudo, analisar tal posição baseando-se no perfil e condições materiais dos fogos, que, como constatado, eram, em sua maioria, desprovidos de escravos.

Os chefes não brancos de Ouro Preto eram em número de 227, superando os chefes brancos da cidade. Dos 227 fogos existentes na cidade de Ouro Preto em 1834, 172 fogos, correspondendo a 75,7%, não possuíam escravos em suas propriedades, compondo uma camada mais modesta dentre estes chefes de fogo. Os chefes não escravistas eram em sua maioria pardos (82%). Já os fogos não escravistas crioulos correspondiam a 12,8%, mestiços 2,3%, e africanos 2,3% desta amostra de não brancos. Estes, possivelmente egressos do cativeiro, apresentaram pouca representatividade, em termos de frequência, dentre chefes de fogos sem escravos.

Os crioulos, em maior frequência que os africanos e mestiços, demonstraram maiores possibilidades de acesso à posição de chefe de fogo, ainda que não possuíssem escravos e contassem com mão de obra livre de outros integrantes de seus fogos, tais como familiares ou agregados. A média de integrantes nos fogos não escravistas era de quatro indivíduos. Estes fogos atuavam, em sua maioria, em atividades do setor de atividades manuais e mecânicas (AMM) como alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ferreiros e etc. Foram contabilizadas 14 ocupações neste setor para chefes não brancos. Muitas das atividades compreendidas neste setor eram mais acessíveis que outras a ex-escravos, especializados ou não. Daniel Precioso (2010), ao analisar o percurso de diversos pardos livres e forros em Vila Rica, entre o fim do século XVIII e início do XIX, apresenta trajetórias de vida que mostram o uso de atividades

manuais como ferramenta de mobilidade social. O autor considera que as atividades manuais abriram um horizonte de possibilidades para estes não brancos desde a conquista de alforria para ex-escravos até distinções sociais de pardos que conquistaram altas patentes militares ou com grande plantel de escravos. Dentre os chefes não brancos escravistas de Ouro Preto, predominavam os de pequenos e médios plantéis de escravos. Os pequenos plantéis sobrepunham-se aos médios, sendo estes chefiados por homens ferreiros pardos.

O segundo setor com maior frequência de chefes não brancos sem escravos foi o setor Comerciante. Dos 172 fogos não escravistas, 31,4% exerciam atividades, tais como: caixeiro, carnicheiro, negociante ou tropeiro. Estes chefes, pequenos comerciantes que compunham o quadro econômico da cidade, não configuravam, com certeza, a elite de comerciantes bem sucedida financeiramente. Andrade (2011) mostra a presença de armazéns, vendas, lojas¹⁴, crédito e escravos como componentes de movimentação da economia de Ouro Preto na primeira metade dos oitocentos. Observava-se, assim, em Ouro Preto, nos oitocentos, a presença tanto de pequenos comerciantes, não brancos, sem escravos; quanto de comerciantes mais abastados, não brancos, igualmente, mas com posse de pequenos e médios plantéis de escravos.

O setor “Outras Ocupações” (OO) foi representado, grandemente, por indivíduos pardos que desempenhavam as ocupações de advogado, jornalista, militar, viajante, médico, músico, etc. Muitas destas ocupações, normalmente, de prestígio social. Estes chefes não brancos, ainda que exercendo atividades de prestígio, não possuíam escravos. Os fogos escravistas, com média posse neste setor, estavam relacionados àqueles chefes de fogos que exerciam a ocupação de boticário, militar, empregado público, Tenente-coronel ou músico e eram pardos, mestiços ou africanos.

O setor agrícola encontrava-se pouco representado em termos percentuais entre chefes não brancos, escravistas ou não. Dentre os fogos escravistas, poucos deles possuíam entre quatro e nove escravos, todos lavradores e pardos. O setor de mineração, igualmente pouco expressivo dentre os chefes não brancos de Ouro Preto, encontrava-se em decadência em 1838. Era largamente composto por pequenos faiscadores e mineradores, pardos e crioulos, com no máximo três escravos.

Os chefes não brancos escravistas alocaram um total de 166 escravos, distribuídos em 55 destes fogos, como pode ser verificado na Tabela 16 abaixo:

¹⁴ Lojas e vendas podiam se diferir segundo o porte e natureza de seu proprietário. Vendas : pequeno porte ; podiam pertencer a mulheres, negros [...] Cf.: ANDRADE (2011).

Tabela 16. Distribuição de cativos de chefes não brancos escravistas dentre os setores de atividades. Ouro Preto, 1838.

	AMM	OO	AG	CM	MN	TOTAL
Nº fogos	14	9	5	26	1	55
Total escravos	31	42	24	66	3	166
Média escravos/fogo	2,2	4,6	4,8	2,5	3	3,01

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

O maior número de escravos (66) foi observado no setor Comerciante, com 66 escravos. O setor “Outras Ocupações” concentrou 42 dos 166 escravos presentes dentre os fogos de chefes não brancos. Em seguida, as Atividades Manuais e Mecânicas, com 31 escravos; a Agropecuária com 24, e a Mineração com apenas três escravos. As médias de escravos/fogo escravista mostram uma maior concentração de escravos dentre os chefes do setor Agropecuária. Um setor com pouca expressividade em Ouro Preto, no período analisado, e com apenas cinco dos seus 18 fogos possuindo cativos. Estes cinco chefes escravistas tinha uma média de 4,8 escravos/fogo, valor que se aproximava da média de 4,6 no setor “Outras Ocupações”. A menor média de escravos/fogo escravista encontrava-se no setor Atividades Manuais e Mecânicas, com 2,2 cativos.

1.6. CHEFES BRANCOS DOS FOGOS DA CIDADE DE OURO PRETO: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1838

Dos 406 chefes arrolados nas listas nominativas de Ouro Preto com informação ocupacional, 179, correspondendo a 44% do total, eram brancos; com idade média de 44 anos e, em sua maioria, casados (54,7%). Estes fogos de chefes brancos tinham uma média de 7,8 pessoas, variando de domicílios unipessoais àqueles com 31 indivíduos. A maioria possuía alguma posse de escravo: pequenos plantéis (36,3%), médios (21,8%) e grandes (6,1%) (Tabela 17).

Tabela 17. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos, Ouro Preto, 1838.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	64	35,8
1 a 3 escravos	65	36,3
4 a 10 escravos	39	21,8
11 a 49 escravos	11	6,1
Total	179	100

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

A posse de escravos dos chefes brancos já aponta para o fato de que se trata de uma economia dinâmica na qual se insere uma parcela da população mais abastada. De forma geral, os fogos de chefes brancos de Ouro Preto eram constituídos por 87 mulheres e 175 homens. Contudo, não constava nas listas nominativas a informação ocupacional de mais de 80% das 87 mulheres presentes nas listas como chefes, enquanto somente 5,7% dos homens não apresentavam esta mesma informação. Foi possível, portanto, dos 262 chefes arrolados, trabalhar com os dados de 179 chefes brancos: 165 homens (92%) e 14 mulheres (8%). Apresenta-se, no Quadro 11 a seguir, as características dos núcleos domiciliares de mulheres com e sem informação ocupacional.

Quadro 11. Perfil de mulheres brancas chefes de fogo em Ouro Preto, 1838.

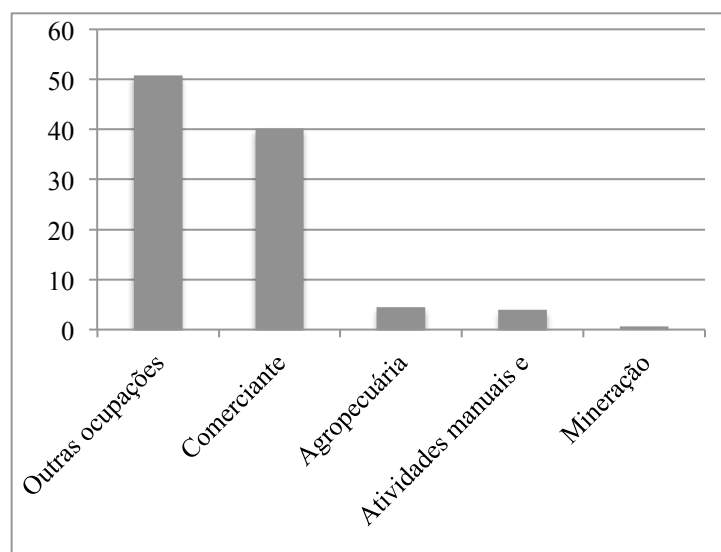
MULHERES BRANCAS CHEFES DE FOGO		COM SETOR		SEM SETOR	
		N	%	N	%
VARIÁVEIS					
Mulheres		14	16,1	73	83,9
Estado conjugal	Casado	2	14,3	6	8,2
	Solteiro	6	42,9	52	71,2
	Viúvo	5	35,7	15	20,5
	S/inf.	1	7,1	-	-
Setor atividade	Comerciante	4	28,6	-	-
	Outras ocupações	7	50	-	-
	Ativ. Manual e mecânica	1	7,1	-	-
	Agropecuária	1	7,1	-	-
	Minação	1	7,1	-	-
Estrutura posse de escravos	Sem escravos	4	28,6	40	54,8
	1 a 3 escravos	4	28,6	31	42,5
	4 a 10 escravos	4	28,6	2	2,7
	11 a 49 escravos	2	14,3	-	-
Idade	Média	45,6	-	47,1	-
Tamanho fogo	Nº pessoas	11,3	-	3,7	-

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

As 14 mulheres arroladas nas listas com informação quanto à sua ocupação eram em sua maioria solteiras (42,9%), e viúvas (35,7%), estando as casadas em menor porcentagem (14,3%). Aquelas sem informação quanto ao setor, embora em proporções diferentes, seguiam esta mesma ordem de frequência quanto ao estado conjugal. Assim, segundo os dados, as mulheres que se tornavam chefes de um fogo, geralmente, eram aquelas sem marido, seja porque eram solteiras ou viúvas. Era menos comum uma mulher branca casada ser a chefe de seu núcleo domiciliar, cujo núcleo era comumente liderado pelo marido (PAIVA, 1996).

Mesmo que a maioria das mulheres sem ocupação informada não possuísse escravos, um percentual bastante expressivo, 42,5%, possuía de 1 a 3 cativos, o que aponta para a possibilidade do exercício de alguma atividade rentável destas chefes. Havia ainda 2,5% destas chefes que tinham plantéis de 4 a 10 escravos. Os fogos de chefes mulheres (com informação ocupacional) com pequenos e médios plantéis de cativos ficaram, igualmente, em torno de 42,5%, e aqueles que não possuíam escravos, em 28,6%. Observou-se entre as mulheres chefes de fogos - com escravos - a presença de duas chefes com grandes plantéis compostos por 11 a 49 escravos. A média de pessoas integrantes dos fogos deste grupo era quase 4 vezes maior (11,3 pessoas/fogo) que aquela dos fogos sem informação quanto à ocupação (3,7 pessoas/fogo). Evidencia-se, portanto, que, dentre este grupo de mulheres brancas chefes de fogo, sendo apresentada ou não a informação quanto à ocupação das mesmas, não destoava muito das condições encontradas para os chefes brancos de modo geral.

No tocante às atividades que mais se destacaram no grupo de chefes brancos de fogo, as compreendidas no setor “Outras Ocupações” (OO) foram as mais frequentes, representando 50,8% das ocupações. Em seguida, por ordem decrescente apareciam as ocupações referentes ao setor Comércio (CM), representando 40,2%; Agropecuária (AG), representando 4,5%, das Atividades Manuais e Mecânicas (AMM), representando 3,9%, e Mineração (MN), representando 0,6%. Como pode ser observado no Gráfico 9 que se segue, os setores OO e CM foram os mais expressivos em frequência, indicando o sucesso financeiro destas atividades na capital da província, dentre chefes brancos de fogos.

Gráfico 9. Distribuição de chefes brancos de fogo por setor de atividade, Ouro Preto, 1838.

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

A listagem de todas as ocupações exercidas por chefes brancos, em Ouro Preto, são apresentadas na Tabela 18 na sequência. Com exceção das ocupações de negociante que representavam 38%, de empregado público que representavam 15,6% do total e de militar, representativa de 11,2%, as demais ocupações que constavam nas listas nominativas de Ouro Preto para estes chefes, em 1838, decresciam para porcentagens iguais ou inferiores a 5%.

Tabela 18. Relação das ocupações de chefes brancos de Ouro Preto, 1838.

OCUPAÇÃO	N	%	SETOR
negociante	68	38	CM
empregado público	28	15,6	OO
Militar	20	11,2	OO
eclesiástico	9	5	OO
tenente-coronel	6	3,4	OO
advogado	4	2,2	OO
Alferes	4	2,2	OO
fazendeiro	4	2,2	AG
professor	4	2,2	OO
vive de rendas	4	2,2	OO
Ourives	3	1,7	AMM
caixeiro	2	1,1	CM
engenheiro de cana	2	1,1	AG
boticário	2	1,1	OO
lavrador	2	1,1	AG
eclesiástico	2	1,1	OO

alfaiate	1	0,6	AMM
caldeireiro	1	0,6	AMM
carreiro	1	0,6	OO
costureira	1	0,6	AMM
médico	1	0,6	OO
escrivão	1	0,6	OO
estalajadeira	1	0,6	CM
ferreiro	1	0,6	AMM
mineiro	1	0,6	MN
sacristão	1	0,6	OO
solicitador	1	0,6	OO
tropeiro	1	0,6	CM
escrivão e venda	1	0,6	OO
porteiro público	1	0,6	OO
criador, mineiro, etc.	1	0,6	OO
Total	179	100	-

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Apesar da baixa frequência da maioria das atividades, elas atestam o caráter urbano da cidade de Ouro Preto nos oitocentos, apresentando ocupações tais como: eclesiástico, Tenente-coronel, alferes, fazendeiro, professor, engenheiro de cana, etc. Adiante, analisar-se-á, de forma individualizada, cada setor da economia em que os fogos dos brancos estavam envolvidos.

1.6.1. A atuação dos chefes brancos no setor Outras Ocupações

Como o setor que mais se destacou dentre os chefes brancos de fogo em termos de frequência, o setor “Outras Ocupações” apresentou atividades tanto ubíquas quanto indicativas de especialização de serviços e produtos oferecidos em Ouro Preto no início do século XIX. Dos 179 chefes brancos, constam 91 envolvidos neste setor “Outras Ocupações”. Destes, 92% eram homens e 8% mulheres. Estes chefes possuíam em média 47 anos de idade e seus fogos possuíam entre 1 e 29 pessoas, com média de 7 pessoas/fogo. Aproximadamente 53,8% destes chefes eram casados; 38,5% solteiros e apenas 7,7% viúvos. A maioria destes fogos possuíam escravos, mas em 40,7% deles não havia cativos. Os pequenos plantéis de escravos estavam presentes em 34,1% dos fogos escravistas, em 19,8% havia plantéis médios e em 5,5% grandes plantéis. Os fogos que concentraram maior número de escravos neste setor foram os chefiados por empregados públicos, advogados e de escrivães (Quadro 12).

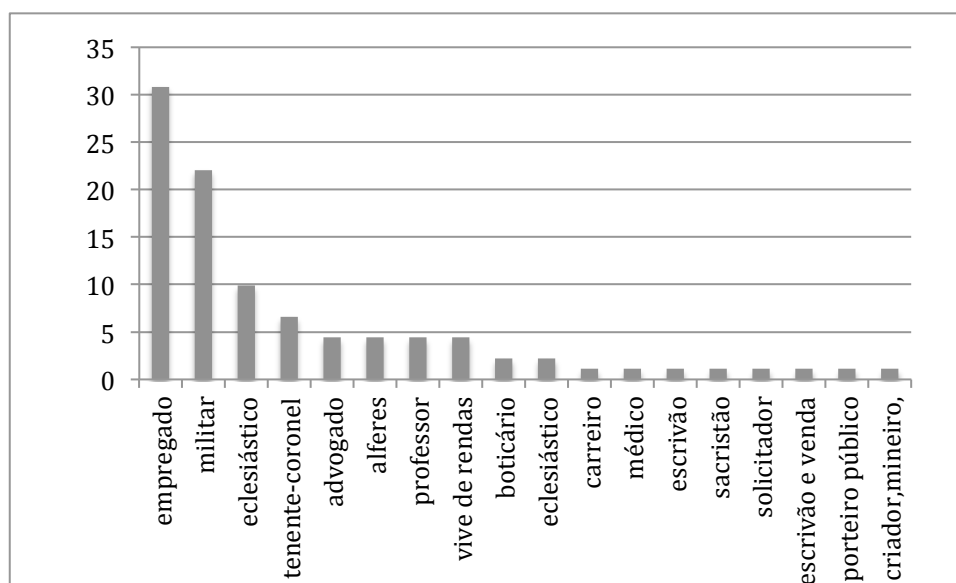
Quadro 12. Chefes brancos de fogos com maiores plantéis de escravos no setor “Outras Ocupações”. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Dom Joaquim Joze da Silva Brandao	74	Casado	Advogado	24	13
Alferes Joze Peixoto de Souza	39	Casado	Escrivão e venda	29	21
Capitao Joaquim Joze dos Santos	84	Casado	Empregado público	17	12
Fernando Antonio De Vasconcelos	40	Casado	Empregado público	15	11
Coronel Pedro Muzi De Barros	69	Casado	Empregado público	17	12

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Os plantéis destes chefes variaram de 11 a 21 escravos, demonstrando a provável rentabilidade das atividades exercidas. Além das atividades de advogado, escrivão e empregado público, descritas como ocupação, três destes chefes elencados tinham seus nomes precedidos de patentes militares, tais como: alferes, capitão ou coronel. A combinação de atividades mostrou-se, nestes casos, propiciadora de boa rentabilidade para estes chefes. A totalidade de atividades que constavam neste setor são apresentadas no Gráfico 10 que se segue:

Gráfico 10. Atividades presentes no setor Outras Ocupações exercidas por chefes Brancos em Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Estas ocupações descritas apontam para uma urbanidade e a centralização administrativa de Ouro Preto, nos oitocentos. Os indivíduos empregados nestas ocupações tendiam a ter um padrão de consumo mais elevado, o que atraía e movimentava toda uma cadeia econômica e de produção naquele centro (COSTA, 1979). O setor “Outras Ocupações” (OO) mostra-se, assim, como representativo da diversidade de ocupações encontradas em Ouro Preto à época. As dinâmicas da estratificação social se expressavam por meio destes ofícios também, os quais, em grande parte, constituíam em meios de aquisição de *status* social (ALMEIDA et al., 2009).

Listas analisadas por Almeida et al. (2009) mostram os nomes dos homens mais abastados de Vila Rica entre 1750 e 1822 e uma grande presença de patentes militares dentre os mesmos. O consórcio de atividades mercantis foi observado por estes autores como uma prática comum dentre os homens ricos. Ofícios de tabelião, escrivão ou juiz foram observados conciliados a atividades militares nesta cidade no período analisado. Enquanto em ambientes ruralizados de economia essencialmente agrária a terra e a mão de obra (escrava) constituíam os principais meios de produção, em outros mais urbanizados, como Ouro Preto no período analisado, a diversificação e especialização de atividades propiciava acumulação mercantil e concentração de riqueza, como pode-se perceber dentre os poucos chefes com muitos escravos na cidade (CHAVES, 2012). Esta autora afirma, ainda, que, em centros mais urbanizados, as atividades econômicas desenvolvidas favoreciam a acumulação mercantil,

portanto maior circulação de moeda e maiores possibilidades de financiamentos, que, por sua vez, contribuíam com a proliferação de outras atividades.

1.6.2. A atuação dos chefes brancos no setor Comerciante

O setor CM, de acordo com as listas nominativas, abarcava 72 dos 179 chefes brancos de Ouro Preto, representando 40% dos fogos chefiados por brancos. Estes fogos eram compostos por 68 homens e apenas quatro mulheres. Aproximadamente 54% destes chefes brancos eram casados, 34,7% solteiros e 9,7% viúvos. Estes chefes tinham por volta de 40 anos de idade e seus fogos abarcavam uma média de 7,7 pessoas, variando de fogos unipessoais a fogos com 31 indivíduos. A minoria destes fogos era desprovida de cativos (29%). Dentre os que possuíam cativos, 38,9% tinham pequenos plantéis, 27,8% plantéis médios e 4,2% grandes plantéis.

A ocupação de negociante foi a mais frequente neste setor e também a que apresentou maior número de escravos. O setor “Outras ocupações” presente dentre estes chefes foram as de caixeiro, tropeiro e estalajadeira, todas sem escravos ou com pequenos plantéis. Os chefes exercendo a ocupação de negociante eram os proprietários de médios e grandes plantéis de escravos, como, ainda, da grande maioria dos pequenos plantéis. Em suma, este setor representava a poderosa elite de negociantes que controlava o comércio local, intermediando mercadorias, crédito e negócios entre o Rio de Janeiro e o interior, segundo Andrade (2020). Comercializavam manufaturados importados, escravos, animais, além de fazerem empréstimo de dinheiro a juros para produtores, pequenos comerciantes e para a população de modo geral. A seguir apresenta-se no Quadro 13 o perfil de três chefes deste setor que apresentavam os maiores números de escravos neste setor:

Quadro 13. Perfil dos chefes brancos de fogos do setor Comerciante com maiores plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Coronel Nicolau Soaris de Couto	77	Solteiro	Negociante	31	19
Manoel Joze Pirez de Oliveira Catta Preta	40	Casado	Negociante	20	11
Capitao Joaquim Antonio Ribeiro	48	Viúvo	Negociante	22	11

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Salienta-se ainda a combinação de atividades apresentada por estes indivíduos que, além de negociantes eram “coronel” e “capitão”, demonstrando a diversidade do consórcio de ocupações utilizada por militares, como afirmado por Almeida et al. (2009).

Segundo as colocações de Godoy (1996) a respeito da ocupação de tropeiro em Minas no século XIX, podemos considerar que aqueles listados em Ouro Preto eram indivíduos pouco abastados, de acordo com a baixa prevalência de chefes brancos na atividade. Sendo a mesma tipicamente rural, entende-se sua baixa prevalência na cidade de Ouro Preto. O viajante Saint-Hilaire define e faz uma colocação a respeito dos tropeiros de Minas em 1816, na qual expõe a prevalência de não brancos nesta atividade. Segundo ele,

Dá-se o nome de tropeiros aos homens que conduzem as caravanas de burros destinadas a empreender estas viagens e outras semelhantes [da Província das Minas para a capital e vice-versa]. As tropas um pouco consideráveis são divididas em lotes de sete animais, e cada um é confiado à guarda de um negro ou mulato que, caminhando na retaguarda do cargueiro de que esta encarregado, os incita e dirige por meio de gritos ou por assobio bastante brando (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 41).

O único tropeiro branco encontrado na lista nominativa tinha apenas dois escravos, tamanho de plantel atingido somente por negociantes no setor Comércio desta cidade. Não houve uniformidade quanto ao estado conjugal dos chefes de maiores plantéis deste setor, havendo um solteiro, um casado e um viúvo. Seus fogos eram numerosos assim como seus plantéis de escravos.

1.6.3. A atuação dos chefes brancos no setor de Agropecuária

Em relação ao setor agropecuário da província de Minas Gérias, nos oitocentos, Godoy (2008) destaca a existência de unidades de produções diversificadas em Minas, assim como o caráter de sazonalidade das mesmas quanto ao emprego da mão de obra escrava.

Minas Gerais foi, durante o Século 19 e início da centúria seguinte, o mais importante espaço canavieiro do Brasil... A soma de todos os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do Planalto Paulista, as principais regiões produtoras de açúcar para mercados externos, não alcançava a metade do número de engenhos mineiros. Para este mesmo período, estima-se que 40% da força de trabalho escrava de Minas Gerais, ou mais de 85 mil cativos, era empregada, sazonalmente, na fabricação de açúcar, rapadura e aguar-dente (GODOY, 2008, p. 816).

Dentre as regiões citadas pelo autor, a região Mineradora Central Oeste, onde Ouro

Preto se inseria não foi mencionada. Tomando as listas nominativas relativas às ocupações existentes em Ouro Preto, nos oitocentos o setor agrícola era muitíssimo menos expressivo que o de “Outras Ocupações” e de “Comércio”, não sendo, portanto, os chefes do setor agrícola os mais numerosos dentre os setores de ocupação existentes em Ouro Preto.

Quanto ao perfil socioeconômico dos chefes de fogos do setor agrícola, as listas nominativas de Ouro Preto, em 1838, mostravam que havia somente uma mulher arrolada neste setor como chefe de fogo. Ela tinha 50 anos, era solteira, lavradora e seu fogo contava com 20 indivíduos, 14 deles escravos. Era um dos fogos mais numerosos deste setor. O outro fogo com grande plantel de escravos foi o de um fazendeiro, casado, de 58 anos, cujo núcleo contava com 30 indivíduos, 28 deles escravos. Este foi o maior número de escravos encontrado no setor agrícola. Outros fazendeiros apresentavam plantéis bem mais modestos, tendo um escravo, ou nenhum (Quadro 14).

Quadro 14. Perfil dos chefes de fogo brancos do setor Agropecuária. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Fridirico Venagner	40	Solteiro	Engenheiro de cana	2	0
Joze Coelho Barboza	25	Solteiro	Fazendeiro	3	1
Carlos Joze Alves Antunes	40	Casado	Fazendeiro	6	1
Antonio Marciano	37	Casado	Fazendeiro	10	1
Fernando Halfeld	42	Casado	Engenheiro de cana	20	10
Francisca Branca	50	Solteiro	Lavrador	20	14
Luis De Pinho	64	Casado	Lavrador	7	3
Miguel da Silva	58	Casado	Fazendeiro	30	28

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas, 1838.

Já a ocupação “engenheiro de cana” era exercida por um chefe solteiro, que contava com somente mais um indivíduo em seu fogo, não sendo este escravo. O outro chefe engenheiro era casado, seu fogo tinha 20 indivíduos, dentre os quais 10 eram escravos. Dentre os fogos de lavrador, um era chefiado por mulher, sendo ela proprietária do maior plantel de escravos do setor. O outro chefe classificado como lavrador era casado e possuía em seu fogo sete indivíduos, dentre os quais três eram escravos. Através destas listas nominativas não foi possível identificar quais atributos diferenciavam “fazendeiros” e “lavradores”.

1.6.4. A atuação dos chefes brancos no setor Atividade Manual e Mecânica

Os fogos deste setor de atividades manuais e mecânicas eram, em sua maioria, desprovidos de escravos. Os únicos dois fogos escravistas encontrados não possuíam mais que dois cativos. Somente uma mulher foi listada dentre estes chefes, uma costureira, solteira, sendo seu fogo um dos poucos escravistas, tendo um escravo. O outro fogo escravista, com dois escravos, era de um chefe caldeireiro, solteiro, com três indivíduos em seu fogo (Quadro 15).

Quadro 15. Perfil dos chefes brancos de fogos do setor Atividades Manuais e Mecânicas. Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
D.Constancia	60	Solteiro	Costureira	3	1
Manoel Ignacio de Loiola	52	Casado	Ourives	9	0
Pantaliao Dias Ribeiro	44	Casado	Alfaiate	6	0
Antonio De Padua E Castro	52	Casado	Ourives	6	0
Manoel Maria Lisboa	53	Casado	Ourives	4	0
Joze Fernandez da Silva	58	Solteiro	Caldeireiro	3	2
Domingos Fernandes Rabelo	31	Casado	Ferreiro	2	0

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Apesar de não possuírem escravos, em sua maioria, pode-se observar fogos numerosos dentre estes chefes, indicando o envolvimento de indivíduos livres nas atividades destes núcleos. Portanto, apesar de não configurarem dentre as atividades mais rentáveis da cidade, é possível que as AMM movimentassem a economia de outras formas. A presença destas atividades em anos anteriores é apresentada por outros autores como mais frequente nesta cidade.

Herculano G. Mathias (1969), ao apresentar brevemente as profissões presentes no recenseamento de Vila Rica de 1.804, menciona a singularidade da quantidade de alfaiates, costureiras e fiandeiras exercendo estas atividades dentro de suas residências. A quantidade de ferreiros é por ele atribuída à larga utilização de animais para transporte de cargas e locomoção existentes na época nesta cidade. Iraci del Nero da Costa (2018) afirma, a partir dos dados deste mesmo censo, que em Vila Rica havia presença significativa de atividades

manuais tais como de sapateiro, alfaiates, costureiras, ferreiros, lavadeiras, criadas, etc. Para esta autora, a amplitude das ocupações artesanais era observável na *urbe*, onde seu grande peso relativo revelava um horizonte social, econômico e cultural mais amplo em Vila Rica que nas demais economias coloniais. Neste mesmo sentido, Vieira (2016) calcula mais de 50% da população de Vila Rica no início do século XIX envolvida com atividades manuais como as citadas anteriormente.

Segundo Batista (2016), um centro também urbano como o de Juiz de Fora, porém de economia de base agrária na primeira metade do século XIX, tinha considerável parte de sua população livre alocada em atividades manuais e mecânicas, tidas como ocupações que não exigiam especialização. Apesar da cor dos indivíduos envolvidos com estas atividades não ter sido apresentada nos trabalhos citados, o que pode-se depreender das atividades manuais e mecânicas nas Minas oitocentistas é que, de modo geral, eram mais associadas à população de cor que aos brancos. Segundo Godoy (2016), era cerca de 20% inferior à participação da população livre da Província. A este respeito, a população de chefes não brancos de Ouro Preto, arrolados nas listas nominativas, se mostraram cerca de 30% mais frequente neste setor que os chefes brancos.

1.6.5. A atuação dos chefes brancos no setor Mineração

O setor de mineração apresentava somente um chefe branco neste setor através das listas nominativas desta cidade. Citamos o único exemplo que tivemos para este setor: uma mulher de 60 anos, solteira, cuja ocupação foi descrita como “mineiro”. D. Jacintha Therezza de Jezus encabeçava um fogo com 24 indivíduos, dos quais 20 eram escravos.

Quadro 16. Perfil da chefe branca de fogos do setor mineração (MN). Ouro Preto, 1838.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
D. Jacintha Therezza de Jezus	60	Solteira	Mineiro	24	20

Fonte: Elaboração da autora com base nas das listas nominativas (1838).

O único caso amostrado para este setor, chefiado por uma mulher, constitui um fogo abastado, diferente dos casos encontrados para este setor em outros grupos. Em contradição com o número de fogos arrolados nas listas nominativas atuando na mineração em Ouro Preto

em 1838, quase três décadas antes, o mesmo ainda constituía a principal ocupação dos habitantes de Vila Rica, segundo os dados levantados por Mathias (1969) no censo de 1804. Neste levantamento, o número de fiscadores e mineiros¹⁵ sobrepujaram aquele de negociantes e artesãos, que também abundavam nesta época. A respeito destes mesmos dados, Iraci del Nero da Costa (1981) demonstra as distintas frequências de atuação de cada distrito de Vila Rica no início dos oitocentos na mineração. A porcentagem entre fiscadores e mineiros variava igualmente, evidenciando o tipo de exploração possível, que diferia em rentabilidade de acordo com cada técnica. A maior presença de fiscadores, segundo Caio Prado Junior (2011), demonstra a decadência da exploração aurífera. Segundo Costa (1981), enquanto os distritos de Antônio Dias e Ouro Preto congregavam a maior parte do que o autor considera como setor terciário (militares, profissionais liberais, administração civil) da cidade, era no distrito do Morro, onde se concentrava apenas 14,5% da população ouro-pretana, que havia o maior número de pessoas relacionadas à mineração, tanto mineradores quanto fiscadores, ambas atividades predominantemente masculinas e com restrito número de grandes posses de escravos. Esta distribuição pode contribuir com a compreensão da baixa frequência da mineração entre chefes brancos e não brancos no distrito de Ouro Preto em 1838. Interessante notar que, em decorrência da baixa frequência relativa da mineração nos distritos urbanos de Antônio Dias e Ouro Preto, estes locais, como afirmado por Costa (1981, p. 24), “[...] apresentou-se menos erodido pelo movimento de expulsão populacional decorrente da decadência da atividade exploratória”.

1.6.6. Atributos gerais dos fogos de chefes brancos de Ouro Preto segundo a posse ou não de cativos

A urbanidade da cidade e capital da província Ouro Preto foi revelada pela análise dos dados compreendidos através das listas nominativas de 1838. A diversidade de perfis sócio ocupacional, assim como suas características, demonstraram maiores possibilidades não só econômicas como também sociais, no que tange à possibilidade de acesso da população àquela diversidade, proporcionando acúmulo de riqueza e evidenciando uma sociedade

¹⁵ Trata-se de duas distintas técnicas de exploração do ouro, sendo o fiscador relacionado à exploração do ouro de aluvião, com técnicas e instrumentos mais simples tais que a bateia. A mineração se refere à exploração subterrânea, que exigia maiores conhecimentos e técnicas mais complexas, envolvendo, geralmente, mão de obra escrava. Com o esgotamento do ouro aluvional no século XIX, o trabalho de prospecção do ouro demandava técnicas mais especializadas, distintas daquelas utilizadas no século XVIII. Cf.: Souza (2009); Cunha e Godoy (2003); Andrade e Rezende (2013);

estratificada socialmente. Em Ouro Preto foi possível observar a presença de médicos brancos e não brancos, advogados brancos e não brancos, com e sem escravos, negociantes de pequenos e grandes comércios, enfim, uma heterogeneidade de organização domiciliar que nos permite afirmar que o título da profissão em si não garantia condições distintas de rentabilidade para quem os exercia. A cor da pele se revelou associada à prevalência de fogos não escravistas, portanto, fogos de chefes não brancos menos abastados. Tal panorama se mostra também, quando sublinhamos na amostra da cidade, os fogos com maiores plantéis de escravos, a grande maioria liderados por chefes brancos (Quadro 17).

Quadro 17. Perfil dos chefes de fogo de Ouro Preto, 1838, com maiores plantéis de escravos.

NOME	IDADE	COR	ESTADO CONJUGAL	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL	SETOR ATIVIDADE	OCUPAÇÃO
Tenente Coronel Anacleto Antonio	50	Africano	viúvo	25	24	OO	Empregado publico
Alferes Joze Peixoto de Souza	39	Branco	Casado	29	21	OO	Escrivão e venda
D. Jacintha Thereza de Jezus	60	Branco	Solteiro	24	21	MN	Minerador
Miguel da Silva	58	Branco	Casado	30	28	AG	Fazendeiro

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

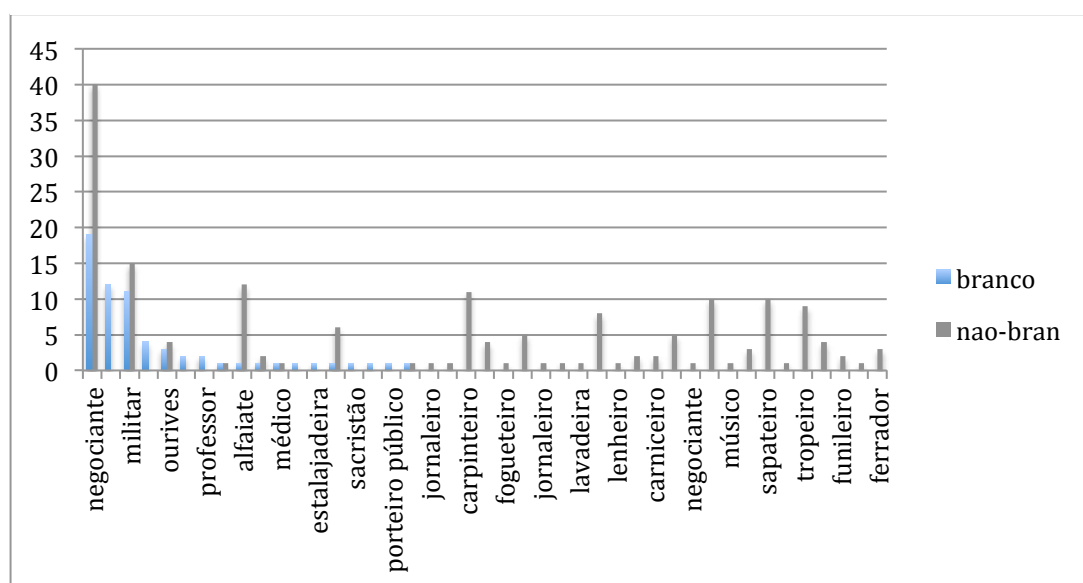
Dos 406 chefes brancos e não brancos analisados na cidade, apenas um não branco apresentou um grande plantel, com 24 escravos. O chefe deste fogo, listado como empregado público, era um Tenente-coronel africano e viúvo. Seu fogo populoso e rico em escravos se destaca dentre os não brancos também por se tratar de um africano, possivelmente ex-escravo, e que alcançou ascensão social. O fato de ter sido o único de sua cor, aliado às condições dos demais chefes de fogo africanos arrolados nas listas, que eram a minoria em todos os setores e desprovidos de escravos em sua maioria, demonstra a existência de obstáculos à ascensão social destes sujeitos mesmo em cidades com um alto nível de urbanidade para a época. Os demais chefes não brancos de fogos de Ouro Preto tinham plantéis de um a, no máximo, nove escravos, sendo mais frequente a propriedade de um único cativo.

Já dentre os chefes brancos da amostra, o número de escravistas se mostrou relevante, com a distribuição entre pequenos, médios e grandes plantéis de escravos. Os pequenos plantéis eram mais frequentes para estes chefes, característica comumente atribuída às Minas oitocentista (PAIVA, 1996). Nos grandes plantéis, localizamos os indivíduos que

provavelmente constituíam a elite local ouro-pretana de 1838. Assim, onze chefes brancos possuíam grandes plantéis de escravos, dentre eles, selecionamos os três com maiores tamanhos de plantéis: dois possuíam 21 escravos e atuavam nos setores Mineração e “Outras Ocupações”, e outro, do setor Agropecuária, que era proprietário de 28 escravos. As ocupações destes chefes foram arroladas como: “empregado público”, “escrivão e venda”, “minerador” e “fazendeiro”. Todas estas ocupações foram encontradas relacionadas a outros tamanhos de plantéis e a chefes não brancos, exceto aquela de “escrivão e venda”. Embora destaquemos os proprietários de grandes plantéis de escravos, pois foram através deles que pudemos perceber a alocação dos chefes nos diferentes setores, salientamos a importância econômica e social daqueles indivíduos desprovidos de escravos. Estes eram igualmente chefes de fogos, mas que contavam com mão de obra livre familiar e de agregados para desenvolvimento de alguma atividade em seu fogo.

Dentre os chefes desprovidos de escravos, percebe-se uma certa coexistência daqueles brancos e não brancos nas dez primeiras ocupações apresentadas de forma decrescente (Gráfico 11). As ocupações de negociante, militar, ourives, alfaiate, médico, e jornaleiro eram exercidas por chefes brancos e não brancos de fogos sem presença de escravos. As demais ocupações como as de jornaleiro, carpinteiro, lavadeira, carniceiro, sapateiro, etc. foram mais representadas por chefes não brancos sem escravos. Professor, sacristão, engenheiro de cana e empregado público são exemplos de ocupações que foram exercidas exclusivamente por chefes brancos sem escravos, de acordo com as listas analisadas.

Gráfico 11. Ocupações de chefes brancos e não brancos de fogos desprovidos de escravos. Ouro Preto, 1838.



Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Finalmente, considerando um lugar social sob o viés materialista e de atuação econômica dos chefes de fogo de Ouro Preto, aqueles desprovidos de escravos, em número menor dentre os chefes brancos, se diferenciariam, de alguma forma, daqueles escravistas. Algumas considerações se fazem necessárias a este respeito. Nos referimos neste tópico a chefes brancos de fogos, em sua maioria escravista, ainda que de pequenos plantéis e com considerável porcentagem de médias posses. Quando nos referimos a chefes não brancos sem escravos e com pequenas posses, a questão sobre uma possível diferenciação entre estes dois segmentos se coloca, uma vez que pequenos plantéis não eram suficientes para afastar os chefes da participação no trabalho, a princípio, não valorizado socialmente, principalmente aquele manual. Chefes não brancos, que comumente não possuíam escravos em Ouro Preto em 1838, tinham grande participação nas atividades manuais e mecânicas na cidade, sendo este o segundo setor mais frequente entre eles. Portanto, para estes indivíduos, fica mais evidente uma indistinção entre pobres livres e cativos, os quais, muitas vezes, compartilhavam ou exerciam as mesmas funções, como demonstrado em outras cidades, como no do Rio de Janeiro e em Juiz de Fora no século XIX, por Mary Karasch (2000) e Caio Batista (2006), respectivamente. A instabilidade da condição de livre, ou sua indistinção na sociedade mineira dos séculos XVIII e XIX, é abordada por Silveira (1997), que considera este um “universo do indistinto”, e assim descrita por Chalhoub (2010):

Em suma, a fronteira relativamente incerta entre a escravidão e liberdade parecia condição estrutural da sociedade brasileira oitocentista, constituindo-se nexos indispensáveis à reprodução das relações de dependência social e da ideologia paternalista, pertinente tanto a trabalhadores escravos quanto livres (CHALHOUB, 2010, p. 37).

Tal afirmação nos permite considerar que, apesar da maior proximidade e discriminação dos não brancos, decorrente de seu possível egresso do cativo, não isentava os trabalhadores brancos pobres desta indistinção, ou, no caso destes, não dos escravos, mas de pobres, também discriminados naquela sociedade.

Os fogos de chefes brancos de Ouro Preto eram em sua maioria escravistas (64,2%). Estes fogos possuíam, em média, quatro escravos, o que corresponderia a atividades rentáveis ou, em todo caso, de rentabilidade superior àquela de chefes não brancos escravistas, o que aponta para diferentes vias de inserção social destes indivíduos. Apesar da discriminação contra a pobreza, as listas nominativas apontam para uma maior concentração de brancos em atividades rentáveis, diferentemente do lugar delegado em maior frequência a chefes não

brancos de fogos: o de atividades comerciais pouco rentáveis ou atividades manuais e mecânicas.

Caio Prado Júnior (2011), ao abordar a presença do trabalho escravo na sociedade colonial brasileira, associa esta presença ao conceito de trabalho naquela época, que se tornaria pejorativa e desabonador por associação aos cativos. Considerado indistinta esta condição no campo ou na cidade, o autor afirma que

No campo é a mesma coisa; nenhum homem livre pegaria na enxada sem desdouro [...] até mesmo aqueles que poderiam ser proprietários, pois não tendo 150 mil réis para comprar um negro que trabalhe, o mesmo é ser proprietário que não o ser (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 296).

Fica clara nesta afirmação, ainda que para o período colonial, o *status* concedido à posse de escravos que pudessem trabalhar e isentar o senhor de atividades. Prosseguindo em seu raciocínio, Prado Júnior (2011) induz questões sobre a cor da pele do indivíduo no mundo rural:

[...] não é de admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre. Se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobrarão senão algumas raras ocupações rurais – feitor, mestre de engenhos etc., algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio, negociante propriamente ou caixeiro (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 296).

Salvas as ressalvas quanto ao ambiente rural, consideramos a existência, ou maior prevalência de algumas atividades também existentes nas áreas urbanas, tais que as funções públicas, militares ou negócios como bem sucedidos. Em sequência ao raciocínio sobre a busca de diferenciação social, Almeida et al. (2009) consideram a conciliação de duas estratégias na manutenção de uma elite de homens ricos, ainda que não aponte a cor dos mesmos, de Vila Rica entre 1750 e 1822: uma política que envolveria a busca por títulos, notadamente militares nos casos por eles examinados, e outra econômica, que envolveria a posse de terras. A posse de escravos é adicionada por Precioso (2010) como elemento capaz de demonstrar a riqueza do indivíduo em Vila Rica colonial. Chaves (2012) afirma que a propriedade escrava era o principal bem na composição da riqueza local de Rio Pardo no século XIX, região de economia agrária ao norte da província mineira. Ainda que as pequenas posses prevalecessem, adicionava-se à expressão de riqueza a posse de animais ou imóveis (terras ou casas).

Voltando o olhar para Ouro Preto e seus chefes brancos, questionamos o possível distanciamento ou proximidade entre chefes brancos proprietários de pequenos plantéis de até três escravos, e chefes não escravistas, que prevaleciam nos setores “Outras Ocupações” e Comércio nesta cidade. Fogos não escravistas eram mais expressivos nos setores OO (57,8% dos 64 fogos não escravistas) e CM (32,8% dos 64 fogos não escravistas). Na sequência tinha-se os setores AMM e AG, sendo a MN inexistente entre os fogos sem escravos (Tabela 19).

Tabela 19. Perfil dos chefes brancos escravistas e não escravistas, Ouro Preto, 1838.

CHEFES BRANCOS		ESCRAVISTAS	NÃO ESCRAVISTAS
Número de fogos		115	64
Idade do chefe	Anos	46	41
Sexo do chefe	Masculino	91,3%	93,8%
	Feminino	8,7%	6,3%
Estado marital do chefe	Casado	61,7%	42,2%
	Solteiro	30,4%	48,4%
	Viúvo	7%	9,4%
Tamanho fogo	Nº pessoas	9,9	4,1
Tamanho plantel	Nº escravos	4,5	-
Posse escravos (faixas)	Pequeno plantel	56,5	-
	Médio plantel	33,9	-
	Grande plantel	9,6	-
Setores de atividades	AMM	1,7%	7,8%
	CM	44,3%	32,8%
	AG	6,1%	1,6%
	OO	47%	57,8%
	MN	0,9%	-
	DS	-	-

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Ambos os grupos de fogos, escravistas e não escravistas, tinham, segundo os dados disponíveis nas listas, mais homens que mulheres. Dentre os chefes brancos, novamente, houve omissão da ocupação exercida pela maioria das mulheres presentes nestas listas como chefes de fogo. Das 87 mulheres chefes de fogos encontradas para a cidade de Ouro Preto, para apenas 14 constava a informação a respeito de seu setor de atuação.

Chefes escravistas eram, em sua maioria, casados, enquanto fogos sem escravos tinham chefes casados e solteiros em proporções próximas (42,2% e 48,4%, respectivamente). O setor OO se destacou também em termos de frequência dentre os chefes escravistas. Foi também neste setor que encontramos as maiores concentrações de chefes com grandes plantéis de escravos. As ocupações que se destacaram pelo grande número de escravos arrolados nos fogos foram as de advogado, empregado público e “escrivão e venda”. Muitas das ocupações exercidas por chefes brancos com ou sem escravos no setor OO eram as mesmas: advogado, eclesiástico, empregado público, professor. Este setor, quando escravista, tinha um média de 4 escravos/fogo (Tabela 20).

Tabela 20. Brancos escravistas, segundo a ocupação, 1838.

	AMM	OO	AG	CM	MN	TOTAL
Nº fogos	2	54	7	51	1	115
Total escravos	3	224	58	218	20	523
Média escravos/fogo	1,5	4,1	8,2	4,2	20	4,5

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

O setor CM era o segundo mais frequente dentre chefes brancos, escravistas ou não, e apresentava também a segunda maior média de número de escravos/fogo (4,2). Em ambos os grupos a ocupação majoritariamente exercida era a de negociante, havendo também pequena porcentagem de caixeiros e tropeiros. Demonstrando a coexistência de pequenos e grandes negociantes em Ouro Preto no período analisado, tem-se nestas listas tanto chefes sem escravos quanto chefes com até 19 escravos. A AG, apesar de pouco frequente nos dois tipos de fogos, naqueles escravistas apresentou grandes posses de escravos quando relacionada à ocupação de lavrador e engenheiro de cana. O único chefe branco com fogo sem escravos neste setor era também engenheiro de cana, o que faz da condição de propriedade de muitos escravos não exclusiva à ocupação de engenheiro, para estes casos.

As AMM eram pouco frequentes dentre chefes brancos. Normalmente acompanhada de condição de vida simples, sem presença de escravos, quando presente dentre chefes brancos escravistas foi expressa nas ocupações de costureira e caldeireiro, com um e dois escravos, respectivamente. As demais ocupações exercidas por brancos sem escravos eram de ourives, ferreiro ou alfaiate, todas, portanto, pouco rentáveis a seus chefes. A MN foi observada somente para uma chefe, mulher solteira, proprietária de 20 escravos.

Este conjunto de escravos somavam 523 cativos na cidade de Ouro Preto, segundo dados disponíveis nas listas desta cidade. Os mesmos eram distribuídos, de forma desigual, entre 115 fogos alocados nos cinco setores de atividades elencados. Juntamente com os 166 escravos pertencentes aos chefes não brancos, tinha-se 689 cativos na cidade de Ouro Preto, em 1838, distribuídos em 170 fogos da capital.

Percebe-se muitas vezes que as ocupações que chefes brancos escravistas exerciam foram acessíveis também a chefes brancos sem escravos. Contudo, chamamos a atenção para a existência de chefes brancos pobres nesta sociedade, como relatado por Christiane Montalvão (2015) em Vila Rica na primeira década de 1800, ou por Fabiane Popinigis (2012) em Desterro, ao sul do Brasil, na primeira metade dos oitocentos. Citando esta última “[...] mulheres e homens negros, livres, libertos ou escravos ao ganho, misturavam-se a trabalhadores brancos pobres, fazendo compras para si ou para seus proprietários ou patrões” (POPINIGIS, 2012, p. 219). Portanto, como classificar ou diferenciar chefes brancos sem escravos daqueles com poucos cativos? Provavelmente estes se diferenciavam daqueles não brancos com pequenas posses por portarem o estigma da cor, mas seriam necessárias outras fontes de dados além das listas nominativas para aprofundarmos nesta questão. Contudo, as listas evidenciaram que, aos chefes brancos, foi mais acessível a posse de escravos, e que houve maior compartilhamento da mesma ocupação entre escravistas e não escravistas neste grupo, diferentemente dos chefes não brancos. Estes, mesmo exercendo ocupações de prestígio, não alcançaram nenhuma posse de escravos, e outras atividades que lhes proporcionaram médias de posses não eram frequentes dentre aqueles não escravistas. A diferença na porcentagem entre pequena e média posse foi mais expressiva entre chefes não brancos enquanto dentre os chefes brancos a distribuição entre estas duas posses se aproximava mais. Os chefes brancos concentravam 523 escravos no total, distribuídos entre pequenas, médias e grandes posses nos diferentes setores de atividade, sendo aquele de OO e CM os maiores alocadores desta mão de obra. Os não brancos possuíam 166 escravos no total, em grande parte distribuídos em pequenos plantéis, alguns médios e modestos grandes. O Comércio e “Outras Ocupações” também alocavam a maior quantidade desta mão de obra, porém, esta quantidade variava menos entre os setores que a variação percebida entre os setores ocupados por chefes brancos. Estas constatações evidenciam a importância das especificidades destes núcleos, que aparentemente podem se aproximar a um olhar mais generalista, mas que comportam importantes diferenciações em seus aspectos sociais e ocupacionais.

1.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características de urbanização e dinamismo da cidade mineira de Ouro Preto nos oitocentos, evidenciadas por Costa (1981), Lott (2008) e Castro (2016), foram confirmadas através das análises que aqui se empreenderam a partir das listas nominativas. Ademais, foram evidenciados lugares sociais ocupados por chefes de fogos não brancos através de seus trabalhos, que indicaram possibilidades de ascensão social, mas também de restrição ou contenção deste segmento social, mantendo-o em estratificações inferiores. A porcentagem de aproximadamente 56% do total de chefes de Ouro Preto, representada por pardos, crioulos, pretos e mestiços atestam o grande contingente populacional de não brancos livres alcançando lugares sociais diversos através da possibilidade de exercerem diferentes ocupações.

Pode-se afirmar que a cor do indivíduo não se mostrou um elemento inflexível na demarcação de diferenciação social dos mesmos na sociedade ouro-pretana oitocentista, visto que 52,7% dos chefes dos fogos desta cidade eram pretos, pardos, crioulos ou mestiços e livres. Tal constatação corrobora com a afirmação de Pandolfi (2020) a respeito do crescente número de não brancos ascendendo socialmente em Minas Gerais, de forma geral, no século XIX, assim como no Rio de Janeiro no mesmo período. A maioria das atividades ocupacionais presentes nas listas nominativas de Ouro Preto se mostraram acessíveis a chefes brancos e não brancos, contudo não proporcionavam as mesmas possibilidades de prestígio social ou enriquecimento a estes indivíduos. Os não brancos apresentaram uma maior diversidade de atividades não exercidas por brancos, sobretudo aquelas manuais, tais que marceneiro, lavadeira, lenheiro, pedreiro, as quais geralmente não lhes garantiam posse de escravos, ou, no máximo, pequenas posses. Já as atividades exercidas exclusivamente por brancos eram, geralmente, aquelas vinculadas a algum prestígio social, como fazendeiro, engenheiro, escrivão, professor, ou eclesiástico, associadas à posse de escravos. Apesar de poder conferir algum prestígio social, estas não parecem ter se manifestado em riqueza material a todos os chefes.

A diversidade de atividades e variada oferta de serviços, típicas do ambiente urbano de Ouro Preto, parecem ter aberto um leque de possibilidades a indivíduos não brancos, permitindo-os ampliação da busca por diferenciação da condição escrava. Tal constatação pode ser evidenciada através das ocupações vinculadas aos chefes de fogos com maiores plantéis de escravos na cidade de Ouro Preto. Dentre os chefes brancos, destacam-se as ocupações de negociante, escrivão, fazendeiro e mineiro, como aquelas de chefes que obtiveram os maiores plantéis de escravos (entre 19 e 28 cativos) neste segmento. Já os

chefes não brancos, enquanto negociante, ferreiro, empregado público, lavrador e mineiro obtiveram no máximo nove escravos. Considerando que mais de 70% dos chefes não brancos não possuíam nenhum escravo, e as médias e grandes posses não eram muito frequentes neste grupo, podemos considerar uma maior massa destes chefes trabalhando nas atividades de seus fogos, e, por vezes tendo auxílio de poucos escravos. Assim como colocado por Frank (2014) para a cidade do Rio de Janeiro no século XIX, e Almeida (2001) para as Minas Gerais dos oitocentos, considerou-se que a aquisição e manutenção de escravos era a principal forma de acumulação de riquezas, de homens ricos ou pobres, ainda que esta propriedade não garantisse lugar numa elite.

Portanto, o acúmulo e uso de escravos urbanos, ao que parece, usufruía de muitas das atividades que este ambiente propiciava, pois era também uma forma de ter retorno do investimento feito na posse de cativos. Denise Moura (1998) afirma que muitos homens e mulheres da sociedade de Campinas do século XIX, apesar de não possuírem terras ou muitos recursos econômicos, eram proprietários de um ou poucos escravos, que lhes serviam como fonte de renda através da exploração de seu trabalho, ou trabalhavam lado a lado com eles, garantindo recursos necessários para sobrevivência. Nesta paisagem social da escravidão, de uma economia ainda pautada em escambos, favores e com pouca circulação de moeda, a condição de ser livre se mostrava de caráter ordinário e básico, em função do qual se estratificava o todo social, de forma fluida e pouco definida (CAMPOS, 1984). Assim, a posse de pequeno número de escravos ou mesmo de imóvel, considerando a possibilidade destes advirem de heranças, favores ou doações, não atestava distanciamento da pobreza.

Desta forma, podemos compreender que a posse de escravos por chefes de fogos não brancos de Ouro Preto, em 1838, que, comumente não ultrapassou nove cativos, constituía mais numa diferenciação dentro deste grupo que em relação aos demais chefes de fogos escravistas – proprietários de grandes posses que chegavam até 28 escravos, tendo o chefe, por vezes, a mesma ocupação que aqueles não brancos. Em Ouro Preto, não brancos, ainda que livres, se serviram do leque de oportunidades que a cidade oferecia para se afastarem da condição de escravos pretos, as buscando, talvez não por uma aproximação do branco, mas por um afastamento do preto. As ocupações do setor Comerciante e aquelas das Atividades manuais e mecânicas se mostraram relevantes na inserção de chefes não brancos de fogos na sociedade ouro-pretana de 1838, havendo no primeiro a maior concentração de escravos dentre estes chefes. O setor “Outras Ocupações” apresentou maior variedade de ocupações e, junto com o setor Comerciante, a maior concentração de escravos. O setor AMM representou a menor média de número de cativos/fogo, no entanto, era um setor que abarcava grande parte

destes chefes, mostrando que, apesar de estigmatizadas, as atividades manuais constituíam um meio acessível de trabalho e inserção destes indivíduos naquela sociedade.

CAPÍTULO 2: GUARAPIRANGA – DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DE UMA ECONOMIA AGRÁRIA DAS MINAS OITOCENTISTAS.

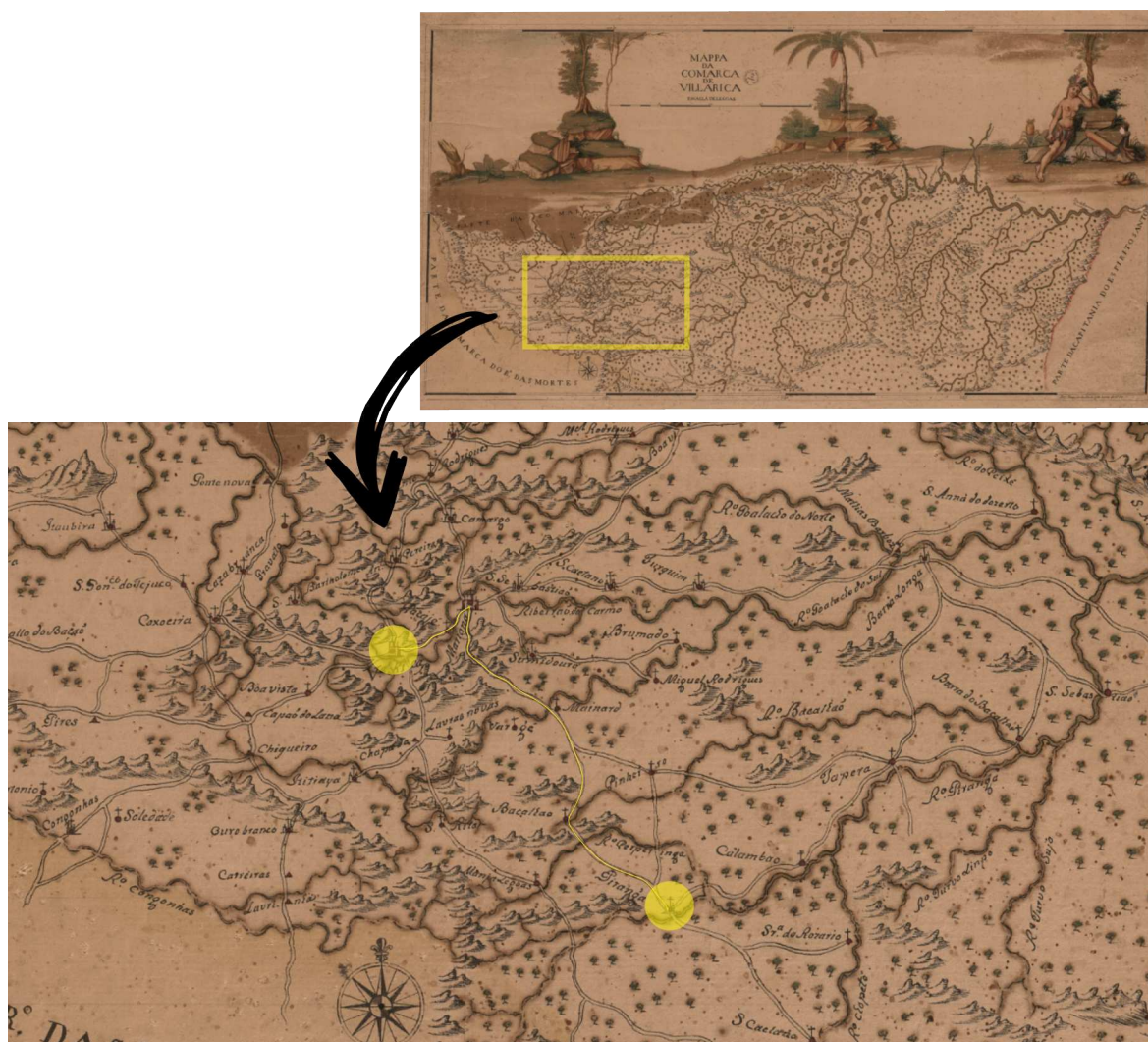
2.1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente capítulo é analisar o campo de possibilidade de inserção social dos não brancos em Guarapiranga, antigo centro agrícola abastecedor dos centros mineradores da província mineira, no século XIX. A análise, ora apresentada neste capítulo, buscou compreender de que forma as características da economia local de Guarapiranga, nos oitocentos, constituíram um campo de oportunidades de inserção social para os não brancos, de dimensões amplas ou restritas. O arraial de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga foi formado em 1704, em decorrência das primeiras descobertas de ouro na região. O processo de colonização da região iniciou-se por volta de 1690, com bandeirantes que seguiam o rio Guarapiranga em busca de ouro. O rio, de nome indígena, foi assim nomeado em decorrência da abundância de pássaros vermelhos em sua área, que era então habitada por tribos indígenas, principalmente, os *Puris*¹⁶ (ANTUNES; SILVEIRA, 2019). Apesar da sua relevância como área de expansão agrícola do centro minerador provincial, Guarapiranga foi marcada inicialmente pela busca por ouro, e assim se deu sua descoberta e primeiras investidas pela busca do metal precioso, conforme assevera Lemos (2012).

Como destacam Antunes e Silveira (2019), o desenvolvimento e a formação desta região foi relativamente autônomo, visto não se sustentar somente na dinâmica aurífera. A região era, pois, bem articulada em termos de trânsito e circulação de produtos, ao fim dos setecentos. Os caminhos que conectavam Guarapiranga à Mariana proporcionavam a circulação de pessoas e produtos importados, regionais e locais. Outros intercâmbios comerciais eram mantidos com Vila Rica, Rio de Janeiro e São Paulo. Tratava-se, pois, nos setecentos, de uma região articulada com diversas regiões das Minas e de outras capitânicas. Alguns destes caminhos podem ser percebidos no mapa apresentado a seguir, de 1779, o qual permite a observação das distâncias e proximidades do local em questão (Figura 8).

¹⁶ Os puris são um grupo indígena, cujo território tradicional abrange toda a Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul e adjacentes das bacias do rio Grande e Doce. Já no século XVIII eram estimados em mais de 5.000 indígenas. Segundo IBGE (2010) existem 675 puris, destes, 335 situados no estado de Minas Gerais.

Figura 9. Comarca de Vila Rica, 1779, com foco para Vila Rica e Guarapiranga.



Fonte: Adaptado de Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090219/cart1090219.html. Acesso em: 23/03/2020.

A migração e fixação de pessoas às margens do Rio Guarapiranga favoreceu, com o tempo, a construção de capelas ao redor das roças e sítios que ali vieram a surgir (ANDRADE, 2014, FONSECA, 2011). Em 1718 o arraial passou à categoria de Distrito de Guarapiranga e em 1724, constituiu-se a Freguesia de mesmo nome. Nas listas nominativas da década de 1830, a Freguesia de Guarapiranga conta com seu distrito sede e mais dez distritos. São eles: Santo Antônio do Bacalhau, Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires, Santo Antônio do Calambau, Conceição do Turvo, Dores do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Mestre Campos, Nossa Senhora da Oliveira, Pinheiro e Tapera. Segundo Barbosa (1995), Guarapiranga passou a ser denominada de Piranga, quando se tornou vila, em 1841, mantendo esta denominação ao ser classificada como cidade em 1870 (Figura 9).

Figura 10. Elevação do Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Guarapiranga à cidade de Piranga.



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Essa região se reveste de importância devida a conformação histórica deste período, como espaço de ocupação da colônia e de dinâmicas socioeconômicas e sociodemográficas que findaram em uma região bastante peculiar na construção social da região das Minas dos oitocentos. A seguir analisa-se como as especificidades socioeconômicas e sociodemográficas da região foram fundamentais para essa formação.

2.2. O DISTRITO DE GUARAPIRANGA EM 1830: DADOS PRELIMINARES

A importância econômica e demográfica da região de Guarapiranga é apontada por diversos autores. Antunes e Silveira (2019) afirmam que, desde as primeiras décadas do século XVIII, a região é caracterizada como dinâmica, tanto em termos demográficos quanto econômicos. Inclusive, Fonseca (2011), ao discorrer sobre a necessidade de Portugal instituir Freguesias, na então Capitania de Minas Gerais, em 1724, cita locais considerados de relevância econômica e demográfica na época, entre eles, aparece Guarapiranga. Segundo Andrade (2014), a Freguesia de Guarapiranga conformava um espaço economicamente ativo e diversificado, beneficiando-se da sua localização na zona fronteira entre a *urbe*, formada pelo centro minerador de Ouro Preto e Mariana e o sertão leste. A sua proximidade dos polos mineradores da época incentivou o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, com a produção de aguardente e outros produtos agrícolas. Essa vocação agrícola é destacada por Lemos (2012) como sendo voltada para o centro urbano-administrativo das Minas no século XIX. Guarapiranga mantinha também atividades ligadas à mineração.

Na mesma paisagem, era possível encontrar minas e currais, lavras e lavouras, terras minerais e terras de plantio, faiscações e cultivadores; ali, nos mesmos rios e córregos em que se coletava a água para suprir as demandas das criações e das casas, nessas águas que abasteciam os engenhos reais dos grandes fazendeiros, avistava-se homens que, com suas calças arregaçadas até o joelho, portavam suas cônicas bateias nas quais depositavam a esperança de encontrar o desejado metal aurífero (LEMOS, 2012, p. 25).

Segundo Lemos (2012), a diversificação econômica e a autossuficiência das fazendas de médio e grande porte, que coexistiam com o tamanho reduzido das unidades produtivas e seus respectivos plantéis de escravos, quando comparados a outras regiões como o oeste paulista e o recôncavo baiano, podem ter favorecido a diversificação ocupacional nesta região. Embora a Freguesia de Guarapiranga apresentasse propriedades menores que outras localidades brasileiras em tamanho e em área cultivada, era tida no século XIX, como aponta Lemos (2012), como um dos sustentáculos do abastecimento da região mineradora de Mariana e Ouro Preto. Guarapiranga apresentava, assim, um grande número de pequenas unidades produtivas dispersas no território, com pequenos plantéis de escravos, versáteis e polivalentes, que, paralelas à produção da cana, desenvolviam outras atividades econômicas, as quais lhes diferiam socialmente. Para Godoy (2004):

Ao contrário dos espaços canavieiros fortemente especializados do litoral, os escravos dos engenhos mineiros deveriam estar habilitados para o exercício de múltiplas tarefas. Fora da safra da cana dividiam-se em ocupações relativamente simples, como as da agricultura e pecuária, bem como em atividades complexas, como as das artes e ofícios. A pronunciada tendência à autossuficiência da fazenda mineira pressupunha permanente formação profissional dos trabalhadores, nomeadamente dos novos escravos. (GODOY, 2004, p. 2).

Mesmo que, no século XIX, Minas Gerais detivesse o posto de maior espaço canavieiro do Brasil, tendo a Freguesia de Guarapiranga, de acordo com Godoy (2002), se destacado pelo número de engenhos que concentrava, a grande dispersão de pequenas unidades produtivas com plantéis pequenos de escravos constituiu uma marca distintiva em relação aos grandes engenhos nordestinos. Segundo Rodarte (2012), em Minas Gerais não se observou a força da família patriarcal nos mesmos termos que no nordeste. Na Freguesia de Guarapiranga, como destacado por Lott (2008), a partir da análise das listas nominativas, apenas as famílias abastadas eram formadas através do matrimônio religioso:

A grande maioria da população, tanto livre como escrava, mantinha-se em concubinato, vivendo coabitadas ou em domicílios separados, constituindo a chamada família fracionada [...] A chamada família patriarcal, para as Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, limitava-se à aristocracia agrária, de número extremamente reduzido (LOTT, 2008, p. 74).

Zamperlini (2008), ao analisar as listas nominativas de Guarapiranga, observa que, principalmente, nas áreas mais urbanizadas da Freguesia, os fogos podiam apresentar uma

interdependência relacionada ao trabalho que exerciam. Foram verificadas, portanto, configurações e estruturas familiares que se distanciavam dos moldes tradicionais da convencional família rural abastada. As famílias que não tiravam seu sustento diretamente de atividades agrárias organizavam-se segundo redes de sociabilidade e interdependência para manutenção do ofício praticado nos fogos. As atividades econômicas muitas vezes se concentravam por quarteirões, ou ainda, dentro de um mesmo fogo/domicílio.

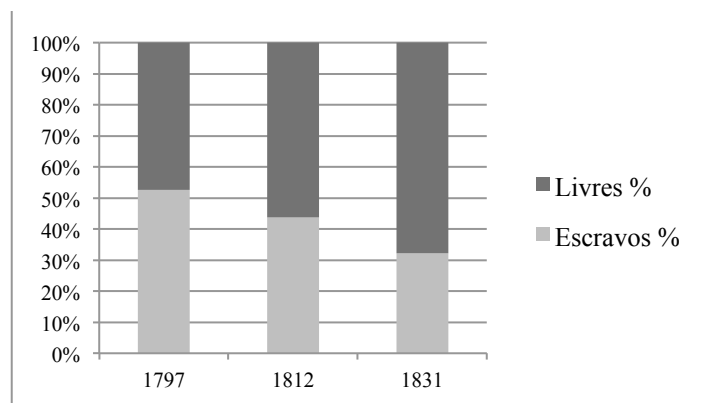
Podemos compreender que os fogos, como reunião de indivíduos sob motivos diversos, congregavam pessoas também diversas quanto ao seu conhecimento técnico, condição social ou cor. A constituição de fogos por indivíduos de distintas cores/origem na Freguesia de Guarapiranga atesta para o fato da cor da pele não ter configurado um óbice intransponível à inserção do indivíduo não branco na estrutura social dos séculos XVIII e XIX, como apontado por Guedes (2006 e 2008); Reis (2016) e Andrade (2008). A posição social destes indivíduos na sociedade oitocentista é assunto que vem sendo desvelado aos poucos pelas pesquisas, geralmente, aliadas à perspectiva do trabalho exercido e às possibilidades de ascensão econômica. Em pesquisas de Reis (2016), Andrade (2008) e Guedes (2006) citam-se exemplos de não brancos que conseguiram obter prestígio social através de aquisições materiais advindas do trabalho que realizavam. Estes autores atestam a existência de um grande contingente de “nem brancos, nem pretos, nem tão ricos e nem tão pobres”, na sociedade brasileira dos oitocentos, que alcançavam mobilidade social, mesmo dentro de um sistema escravista (MELLO E SOUZA, 2004).

2.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE GUARAPIRANGA EM 1831

Como destacado anteriormente, um grande contingente populacional foi atraído para a região da Freguesia de Guarapiranga, seja pela possibilidade de descobrir ouro, ou em busca de terras férteis para cultivo. O estabelecimento de lavras e roças em torno dos rios e ribeirões fixava e atraía indivíduos para aquela região. Quanto à ocupação territorial, Barbosa (1995) afirma que, entre 1753 e 1756, muitas sesmarias foram concedidas para o plantio de milho, a construção de engenhos, paióis e senzalas. A estrutura fundiária de Guarapiranga nos oitocentos atesta a coexistência de fazendas, sítios e roças, que alojavam população livre e escrava, que dividia os esforços do trabalho manual no fogo que os abrigava (LEMOS, 2012). Em três anos (1797, 1812 e 1831), a Freguesia de Guarapiranga, como um todo, apresentou uma população total que flutuou entre 10 e 13 mil habitantes. Embora o número total não

tenha variado muito, a porcentagem de escravos diminuiu, como pode ser observado no Gráfico 12 abaixo.

Gráfico 12. Distribuição da população da Freguesia de Guarapiranga por condição social, em 1797, 1812 e 1831.



Fonte: Adaptado de Andrade (2014).

Andrade (2014) associa a proporção entre escravos e livres na Freguesia de Guarapiranga, como sintomática da mobilidade social experimentada em decorrência da prosperidade econômica proveniente dos alambiques e engenhos. Segundo este autor, estas novas possibilidades configuraram um novo panorama de organização familiar, social, étnica e ocupacional. As listas nominativas do distrito-sede de Guarapiranga, deste período, atestavam que dos 2006 indivíduos listados, 18,6% eram chefes de fogo; 37,6% correspondiam a indivíduos livres sem informação de relação de parentesco explícita com o chefe do domicílio no qual foram listados; 31,7% eram escravos; 7,2% cônjuges do chefe; 4,4% agregados, que podiam corresponder a parentes ou indivíduos sem laços consanguíneos; e 0,5% eram filhos dos chefes, como evidenciado na Tabela 21 abaixo.

Tabela 21. Distribuição da população de Guarapiranga segundo sua relação com o chefe do fogo, 1831-1832.

Relação com o chefe	N	%
Ind. livre s/ inf.	755	37,6
Escravo	635	31,7
Chefe do fogo	373	18,6
Cônjuge do chefe	145	7,2
Agregado	88	4,4
Filho do chefe	10	0,5
Total	2006	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832) .

Observa-se na Tabela 21, a predominância de indivíduos livres, mais de 700, que exerciam alguma atividade nos fogos, sem ter relação consanguínea com o chefe. Este fato permite supor que era recorrente o uso de mão de obra não escrava neste distrito, seja por cooperação ou solidariedade ou necessidade de manutenção das atividades existentes no fogo. Estes indivíduos livres, provavelmente, não se situavam numa camada alta da sociedade, vivendo do uso da terra ou da propriedade de outrem para a obtenção de renda. Mas eram livres e exerciam algum ofício. Já as atividades exercidas pelos escravos, comumente ausente nas listas nominativas, quando presentes, estavam associadas às atividades do seu proprietário. Da mesma forma, as informações das esposas eram arroladas de acordo com os chefes do fogo.

Segundo a lista nominativa de indivíduos arrolados na década de 1830 em Guarapiranga, o distrito como um todo possuía uma média de 6,6 escravos por fogo, variando desde fogos com um a 44 cativos. Os 31,7% dos cativos perfaziam um total de 635 indivíduos não brancos, escravizados (dentre pardos, crioulos, africanos e mestiços), que somados aos não brancos livres (999 indivíduos) alcançava 1.634 não brancos, ou seja, 81,4% dos 2006 indivíduos arrolados nas listas nominativas. A historiadora Clotilde Paiva (1996), através das listas nominativas, atesta igualmente para a Região Mineradora Central do século XIX uma baixa porcentagem de brancos e a mais alta porcentagem de crioulos, africanos e mestiços de toda a Província. Os dados do distrito-sede de Guarapiranga seguia, portanto, a tendência das Minas como um todo. Neste distrito, indivíduos não brancos constituíam, portanto, a maioria (81,4%) da população, com apenas 18,5% de indivíduos brancos. Dentre os não brancos, 92% dos pardos eram livres, seguidos por 50,8% dos crioulos, 16,6% dos mestiços (caboclos) e por apenas 7,7% dos pretos africanos, conforme a Tabela 22 e o Gráfico 13. Quer dizer, na sociedade de Guarapiranga, nos oitocentos, a cor da pele diferenciava as pessoas socialmente. Os “brancos” e a maioria dos “pardos” eram livres; enquanto apenas uma parte dos “crioulos” o eram e pouquíssimos pretos apresentavam esta condição.

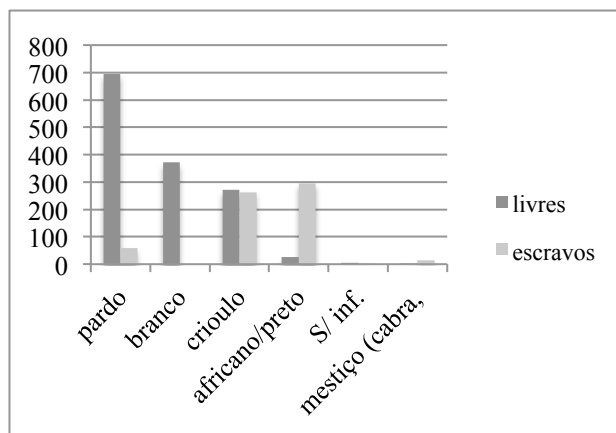
Tabela 22. População do distrito de paz de Guarapiranga segundo cor/origem e condição social, 1831-1832.

Cor ou origem	Total habitantes		Condição social			
			Livres		Escravos	
	N	%	N	%	N	%
pardo	755	37,6	695	92,0	60	8
crioulo	535	26,7	272	50,8	263	49,1
branco	372	18,5	372	100	0	0
africano/preto	321	16,0	25	7,7	296	92,2
mestiço (cabra, caboclo)	18	0,9	3	16,6	15	83,3
S/ inf.	5	0,2	4	80,0	1	20
Total	2006	100	1371		635	

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os dados de Guarapiranga apontam para uma sociedade local composta majoritariamente por pessoas “não brancas” e “livres”. A maioria dos indivíduos livres de cor eram classificados como “pardos” (Gráfico 13). Predominavam entre os escravos aqueles classificados como “pretos/africanos” e “crioulos”, sendo os “pardos” minoritários. O número de pardos escravizados corresponde a apenas 8% do total destes indivíduos, enquanto os livres perfazem 695 indivíduos, ou aproximadamente 90% dos pardos ali arrolados. A alta porcentagem de pardos livres pode significar maior possibilidade de mobilidade destes indivíduos, ou, um processo de branqueamento que poderia alterar a cor do indivíduo a partir da constatação de sua ascensão social. Foi pequena a representatividade da população indígena originária do local. Embora historicamente a região tenha sido habitada por indígenas, principalmente *puris*, foi constatado pequeno vestígio destas tribos através da baixa porcentagem de mestiços na população (0,9% do total de habitantes). Possivelmente um reflexo das constantes disputas entre colonos e indígenas desde o início do povoamento do local, ou ainda, por negligência dos recenseadores (ANTUNES; SILVEIRA, 2019).

Gráfico 13. População total do distrito de paz de Guarapiranga segundo cor/origem, 1831-1832.



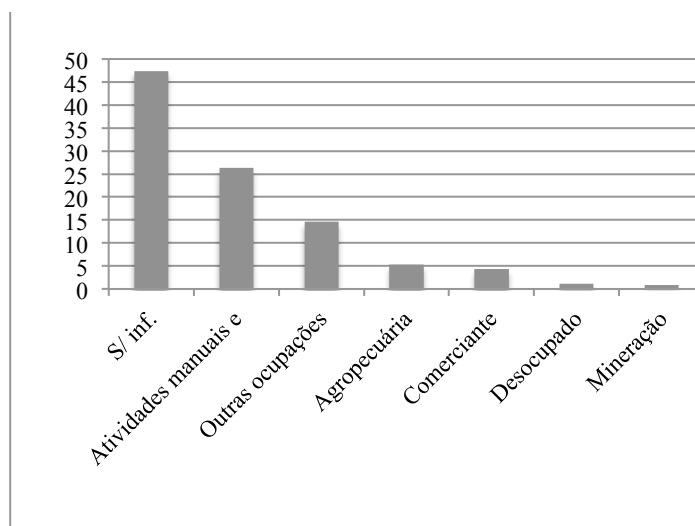
Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Leal (2015) afirma que entre 1820 e 1870 o número de alforrias na Freguesia de Guarapiranga aumentou, sobretudo, entre os classificados como “crioulos”. Dentre os 635 escravos arrolados, uma grande parte (46,6%) era de africanos, provenientes do tráfico negreiro. Para a totalidade do Vale do Piranga, no mesmo período, Silva (2012) aponta para 37% dos escravos como africanos, sugerindo, então, uma baixa porcentagem, quando comparada a outras regiões do Brasil, como São Paulo ou Rio de Janeiro. Já Andrade (2014), ao apresentar esta mesma porcentagem de 37% de africanos cativos, como destacado por Silva (2012) para o Vale, reconhece este dado como um forte indício do comércio escravo para o Vale do Piranga através do tráfico interprovincial e como destino dos cativos chegados ao Brasil. O que nos levou a considerar como expressiva a porcentagem de 46,6% de africanos dentre os escravos do distrito-sede de Guarapiranga. Isto evidencia que no distrito de Guarapiranga havia uma maior utilização dos escravos africanos que de crioulos advindos da reprodução natural na região. De acordo com Paiva (1996),

[...] onde predominam [escravos] africanos, as atividades econômicas desenvolvidas se baseiam no uso intensivo de mão- de-obra, a reposição depende do tráfico negreiro e, conseqüentemente, está ligada ao grau de desenvolvimento econômico da área e à sua capacidade de articulação com o mercado negreiro [...] Se, ao contrário, houver uma presença expressiva de crioulos pode estar havendo um processo de reprodução natural da escravaria, os cativos poderiam estar exercendo tarefas que pela sua natureza lhes permitissem ter e criar filhos. (PAIVA, 1996, p. 100).

Todo este contingente populacional dos não brancos de Guarapiranga vivia, então, na Freguesia que mais concentrava engenhos em Minas Gerais, neste período (LEMOS, 2012). A análise da distribuição desta população total entre os setores econômicos do Distrito de Guarapiranga mostra que as “Atividades Manuais e Mecânicas” destacam-se sobre as classificadas como “Outras Ocupações”, assim como em relação as ocupações “Agropecuária”; “Comerciante”; “Mineração” e “Desocupado”¹⁷. A ausência dos dados ocupacionais verificada no Gráfico 14 pode indicar um grande número de crianças e/ou idosos nas listas ou ainda, como apontado por Paiva (1996), uma omissão recorrente, como consequência do pensamento da época no qual, tendo sido indicada a ocupação do chefe do fogo, os demais integrantes do domicílio eram entendidos como submissos a ele e relacionados a seu ofício. As ocupações de mulheres e escravos podiam ainda ser entendidas como desnecessárias de serem relatadas pelos recenseadores, uma vez que era senso comum, nesta época, a atribuição de “serviços domésticos” às mulheres e de “desocupados” aos escravos.

Gráfico 14. Distribuição da população do distrito sede de Guarapiranga por setor econômico, 1831-1832.



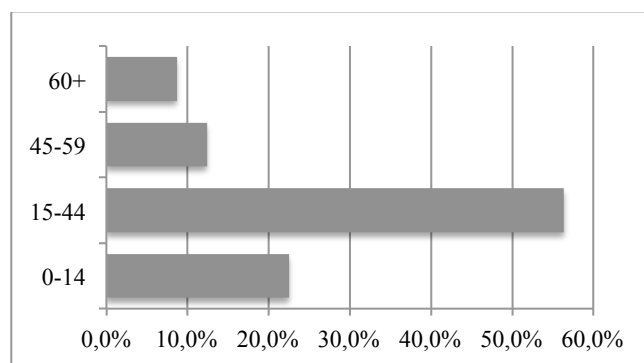
Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Segundo Paiva (1996), indivíduos abaixo dos 14 anos de idade podem indicar nascimentos no local e possibilidade de permanência da população. Os dois grupos de adultos correspondem aos indivíduos em período reprodutivo e as idades laborais mais ativas. Guarapiranga concentrava uma grande parte da população (mais de 50%) nas idades

¹⁷ A relação das ocupações nominais associadas a cada setor de atividade encontra-se no APÊNDICE B.

produtivas e reprodutivas, sendo o número de crianças e idosos inferior ao de adultos: 22,5% da população encontrava-se na faixa entre 0 e 14 anos; 56,3% na de 15 a 44 anos; 12,4% na de 45 a 59 anos e 8,7% dos indivíduos acima dos 60 anos de idade (Gráfico 15). A maioria da população estava portanto em idade economicamente ativa.

Gráfico 15. Distribuição da população do distrito sede de Guarapiranga por faixa etária, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A grande faixa de indivíduos em idade ativa, entre 15 e 44 anos, pode apontar para a vitalidade econômica do distrito, o que poderia atrair habitantes para a região e representar novas possibilidades de vida para os indivíduos.

2.4. RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SOCIODEMOGRÁFICAS DOS FOGOS DE GUARAPIRANGA

A fim de melhor compreender a condição de vida da população listada no distrito de Guarapiranga, foi observado os dados referentes aos quinze quarteirões que foram arrolados nas listas nominativas do distrito. Identificou-se, então, 373 fogos, com número igual de chefes. Estes dados permitiram melhor identificar o número de escravos e livres existentes nos fogos e a sua composição. O historiador Mario M. Sampaio Rodarte (2008) afirma que a presença de escravos aliada à convivência de indivíduos livres no mesmo fogo sugerem uma menor vulnerabilidade econômica, tendo em vista as possibilidades de vínculo produtivo neste espaço entre indivíduos, com ou sem laços consanguíneos. Este parece ter sido o caso de muitos dos fogos arrolados em Guarapiranga, em função da grande representatividade de indivíduos livres e agregados listados nos mesmos. A coexistência de indivíduos livres e escravos nas propriedades também foi observada por Libby (1988) em Minas Gerais, sendo

por ele considerada como influente nas relações sociais e econômicas existentes, sinalizando a coexistência entre chefes, indivíduos livres, dependentes ou não e escravos.

Libby (1988), ao analisar a estrutura dos fogos na Província mineira no Século XIX, identifica uma estratificação baseada na posse de escravos. Os indivíduos livres eram classificados em “proprietários” e “não proprietários de escravos”. Os proprietários eram distinguidos em pequenos, médios e grandes proprietários, sendo que somente os dois últimos grupos estariam dentre a elite local do regime escravista. As grandes posses seriam exceção na Província, que se caracterizava pela existência de pequenas posses dispersas pelo território. Em Calambau, distrito da Freguesia de Guarapiranga, nos oitocentos, Godoy (2004), também, identificou faixas de posses de escravos, classificados, igualmente, em pequenos, médios e grandes plantéis. Esta classificação se dava da seguinte forma: 1 a 3 escravos, pequeno plantel; 4 a 10 escravos, médio plantel; acima de 11 escravos, grande plantel. No caso do distrito-sede de Guarapiranga, nesta última faixa de posse de escravos foram identificados o máximo de 44 escravos, sendo que 68,9% dos fogos não possuíam escravos. De forma geral, uma minoria (31,2%) dos fogos se servia da mão de obra cativa, e, ainda que variável o tamanho destes plantéis, aqueles pequenos (1 a 3 escravos), prevaleciam (Tabela 23).

Tabela 23. Estrutura da posse de escravos de chefes de fogo de Guarapiranga, por faixas, 1831-1832.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	257	68,9
1 a 3 escravos	73	19,6
4 a 10 escravos	26	7
11 a 49 escravos	17	4,6
Total	373	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Em localidades onde a agricultura de exportação predominava, foram encontrados dados inversos quanto ao tamanho da posse de escravos. Constatados pelas pesquisas de Barickman (2003) que afirma, para o Recôncavo baiano, dentre as culturas de exportação de açúcar, fumo e algodão, entre fins do século XVIII e meados do XIX, as escravarias com 20 ou mais escravos prevaleciam, havendo presença pouco expressiva de plantéis com um ou dois escravos. Confrontados aos estudos de Luna e Klein (2010), que atestam igualmente maiores plantéis de escravos dentre os produtores de café e açúcar em São Paulo no século

XIX que dentre aqueles produtores de gêneros alimentícios (milho, feijão, arroz, mandioca, toucinho, etc.), tinham em geral no máximo cinco escravos.

As listas nominativas consultadas para o distrito de Guarapiranga permitiram aprofundar um pouco mais no perfil dos proprietários de escravos, identificando o seu sexo, idade, tamanho de seus fogos, a sua ocupação e respectivo setor de atuação. Estes dados possibilitaram analisar mais detidamente as características dos fogos.

Considerando a porcentagem de 31,7% de escravos nos fogos de Guarapiranga e de 37,6% de indivíduos livres, pode-se inferir uma nítida relação de trabalho que se estabelecia nestes núcleos. A respeito da diversidade de tipologias de domicílios mineiros, Rodarte (2012) apresenta, a partir das listas nominativas do século XIX¹⁸, e, concatenado a este estudo podemos destacar duas funções básicas dos fogos relacionadas à escravaria: as funções de produção e reprodução, que assumiam em diferentes intensidades de acordo com a tipologia domiciliar. O dinamismo econômico e demográfico são relacionados pelo autor como vinculado ao tamanho dos domicílios. Os fogos sem escravos frequentemente contavam com agregados como alternativa para suprir a falta de membros familiares para a condução das atividades econômicas da unidade domiciliar. Os fogos escravistas apresentavam tendência a serem maiores em número de indivíduos e seu papel como unidade produtiva era, a princípio, mais claro. Contudo, aqueles não escravistas, por sua relevante presença, não perdiam em importância social e econômica para a província.

Malaquias (2017) relembra a predominância das pequenas posses nos domicílios mineiros, nos séculos XVIII e XIX, e chama a atenção para a questão do “uso intermitente de escravos” que pode revelar outras realidades a partir dos dados provenientes de listas nominativas. O autor se apoia nas afirmações do historiador da escravidão sul-estadunidense, James Oakes, sobre a possibilidade de trânsito de escravos entre unidades produtivas. Assim, Malaquias (2017) observa que, nas listas nominativas, por se ter um registro da distribuição dos escravos nos domicílios e não da propriedade dos mesmos, a posse de escravos levantada através destes documentos pode ser inexata. A posse intermitente portanto se refere às modalidades de uso da mão de obra escrava e seu trânsito decorrente das possibilidades dos cativos serem alugados, emprestados ou pertencente aos agregados do fogo.

Considerando portanto a distribuição dos escravos nos domicílios, Malaquias (2017) levanta informações dos fogos da Freguesia de São José (atual Tiradentes), situada na Comarca do Rio das Mortes, vizinha da comarca de Vila Rica nos oitocentos. As análises do

¹⁸ Cf.: RODARTE, Mario M. Sampaio. **O trabalho do fogo**, p. 165-236, 2012.

autor atestam que aproximadamente 50% dos fogos desta Freguesia não possuíam escravos. Havia dispersão de escravos em muitos domicílios, mas a maioria destas posses eram pequenas. Essa restrição de acesso à propriedade de escravos levou o autor a entender o trabalho familiar como marca distintiva dos domicílios daquela Freguesia. Por outro lado, a capacidade produtiva e de rendimentos dos fogos escravistas se via refletida no tamanho de sua posse de cativos. Pode-se dizer que os pequenos produtores tinham um papel ativo no mercado local, e que possuir escravos era uma das formas de investimento de seu lucro. Almeida (2001) atestou, através dos inventários de homens ricos em Minas, do final do século XVIII e início do XIX, que a posse de escravos constituía a principal modalidade de riqueza destes sujeitos. Já em estudo posterior, Almeida et al. (2005) aponta também para a aquisição de terras como uma das principais estratégias econômicas de investimento dos homens ricos em Minas pós decadência aurífera.

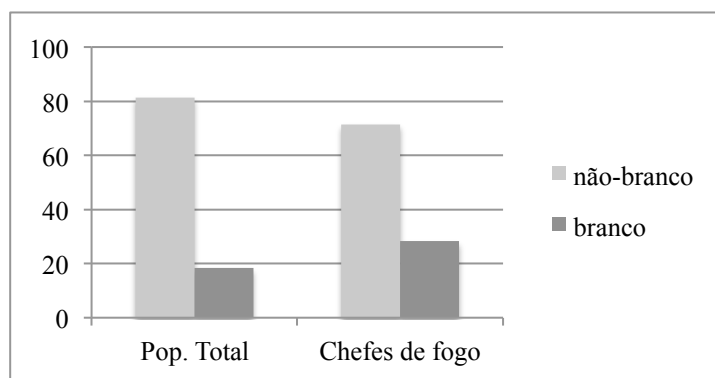
Para um ambiente claramente urbanizado e com alto custo de vida tal qual o Rio de Janeiro no século XIX, Frank (2004) distingue para as formas de acumulação de riquezas e herança de diferentes proprietários de escravos desta cidade. O autor verifica que o investimento dos senhores de escravos se deslocava para a aquisição de imóveis, por exemplo, quando sua posse de cativos atingia um tamanho que os assegurava o retorno financeiro daquela propriedade. Escravos domésticos eram apreciados, por serem estes serviços desvalorizados socialmente e membros da elite local não se prestavam a tais atividades. A manutenção de um plantel de escravos que servisse ao fogo era portanto uma garantia mínima daquela elite. Após terem atingido um “piso” de número de escravos, estes senhores alçavam outros investimentos mais seguros e mais duráveis que os escravos, tais como bens imobiliários. Quanto mais alta a posição do indivíduo na escala social, maior era a preferência por investimento em imóveis ao invés de somente aumentar o plantel de escravos. As casas rurais secundárias e geradoras de renda através de suas produções agrícolas eram alternativas comuns à elite carioca que, ao acumular escravos suficientes para seu modo de vida urbano os alocavam em ambientes de produção rural.

Vemos portanto que, a constituição domiciliar e a distribuição de cativos nas propriedades podem ser um importante elemento revelador das condições econômicas locais e das suas dinâmicas de estratificação social.

2.5. FOGOS, CHEFES E SETORES DE ATIVIDADE: O Distrito de Guarapiranga em 1831-1832

Apresenta-se, nesta seção, as características sociodemográficas dos chefes do fogo, tais como: a cor da pele; o sexo; a ocupação nominal; o tamanho do fogo (mensurado em número de indivíduos arrolados numa mesma unidade) e o tamanho do plantel (considerado a partir de faixas de posse de cativos que distinguem os plantéis em pequeno, médio ou grande). O distrito de Guarapiranga, entre os anos 1831-1832, apresentava 373 chefes de fogo: 106 brancos, 266 não brancos e um sem informação, seguindo a tendência da distribuição da população local como um todo (Gráfico 16). Os chefes de fogos não brancos (pardos, crioulos e africanos) correspondiam a mais de 70% da população de chefes analisada.

Gráfico 16. Distribuição da população total e dos chefes de fogos de Guarapiranga entre brancos e não brancos, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A maioria dos chefes não brancos eram pardos (47,5%), seguidos de crioulos (21,2%) e apenas 2,7% eram africanos, possivelmente, ex-escravos que se tornaram chefes de fogos. Não foram registrados mestiços como chefes de fogo neste distrito. Os brancos representavam 28,4% dos chefes locais. Evidenciando, portanto, que a maioria dos fogos arrolados em Guarapiranga, em 1831, eram chefiados por indivíduos não brancos, geralmente pardos, como também por crioulos (Tabela 24). Dentre os 25 pretos-africanos livres, existentes na sede do distrito de Guarapiranga, em 1831, 10 eram chefes de fogos.

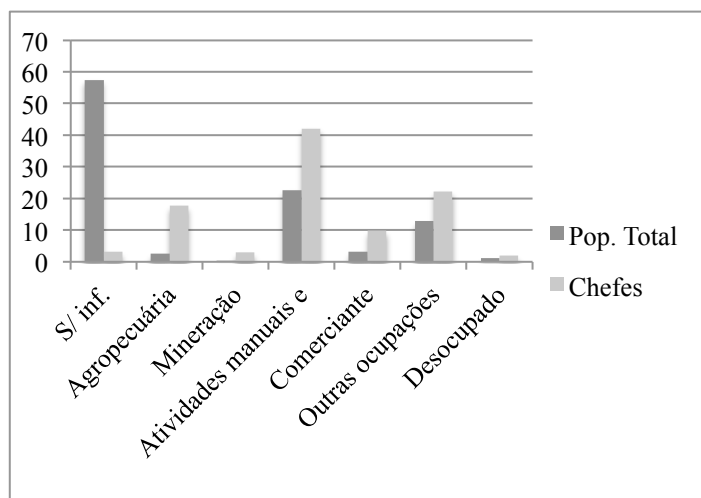
Tabela 24. Distribuição dos chefes dos fogos de Guarapiranga por cor ou origem, 1831.

Cor ou origem	N	%
Pardo	177	47,5
Branco	106	28,4
Crioulo	79	21,2
africano/preto	10	2,7
S/ inf.	1	0,3
Total	373	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Verificados os setores econômicos nos quais toda a população do distrito estava alocada, observa-se uma taxa de aproximadamente 60% da população sem informação quanto à ocupação exercida. A taxa de não-informação dos setores de atividades da população, excluindo-se os chefes, é tão alta que seria inconsistente qualquer especulação que se pudesse fazer a respeito destes indivíduos. Talvez esta alta porcentagem de não-informação seja decorrente da ideia de que os demais integrantes do fogo seguiam a ocupação exercida pelo chefe. Por outro lado, a maior robustez das informações do chefe do fogo atestam o destaque ou maior importância dada a esta figura dentre os demais integrantes do domicílio. Os três principais setores de atividade dos chefes de fogo e da população como um todo, em termos de porcentagem e em ordem decrescente, eram as: AMM (Atividades Manuais e Mecânicas), OO (Outras Ocupações) e AG (Agropecuária), conforme o Gráfico 17 abaixo:

Gráfico 17. Distribuição da população total e chefes de fogo por setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.

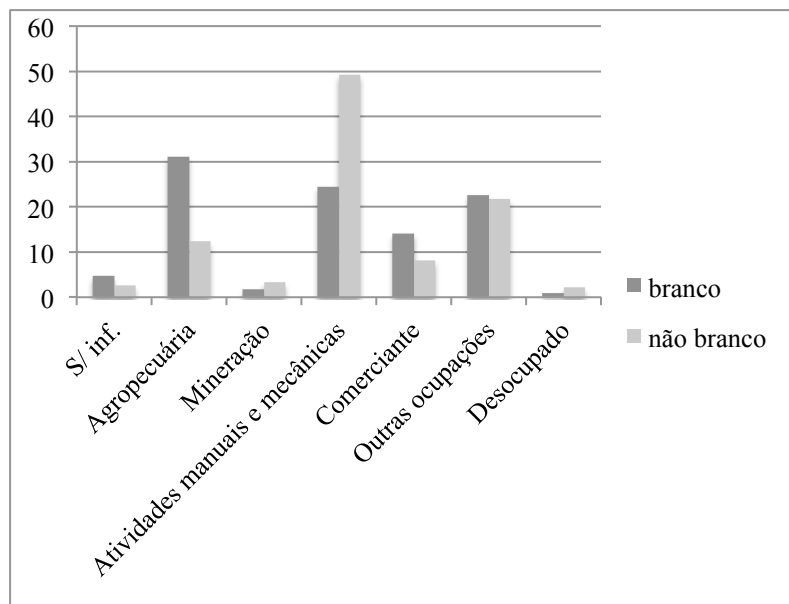


Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

O distrito de Bonfim do Paraopeba, também localizado na região Mineradora Central Oeste, apresentava uma economia tipicamente rural e dinâmica no século XIX, tendo se consolidado na Província a partir de suas atividades agrícolas, ainda que com remarcada presença de atividades manuais e mecânicas. Fato evidenciado por Marques (2002) que apresenta uma porcentagem de 35,7% dos chefes de fogos deste distrito dedicados à AG, com as AMM em proporção muito próxima (35,5%), seguido do setor CM (8,6%). Corroborado por Godoy et al. (2003), a prevalência dos setores AMM (41,1%) e AG (36,6%), na população mineira de livres e escravos de 1831-1832, sinaliza a relevância destas atividades nas minas oitocentistas e a considerável expressividade das AMM em Guarapiranga.

Segundo os dados apresentados para Guarapiranga, constata-se que a condição de chefe de fogo não expressava segregação segundo os diferentes setores econômicos. Chefes e não chefes foram encontrados ao longo das seis divisões propostas para agregar as ocupações. Entretanto, observando de forma mais atenta o Gráfico 18, nota-se que o setor denominado “atividades manuais e mecânicas” era mais frequentemente ocupado por chefes de fogos não brancos, no qual a prevalência destes superava em mais de 20% a de chefes brancos.

Gráfico 18. Porcentagem de chefes de fogo, brancos e não brancos, por setores de atividade, Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Inferese aqui a possível relação destes dados com a questão do “defeito mecânico”, colocado por Rios (2000) como uma valor negativo de distinção social, que permaneceu como estigma definindo a identidade social na sociedade colonial brasileira. O exercício do trabalho manual desqualificaria portanto o indivíduo, impedindo seu acesso a formas de distinção social. Para Mesgravis (1983), a inviabilidade do exercício de poder e de estima social em decorrência do trabalho manual se estendeu pelo período colonial assim como pelo imperial. Roberto Guedes (2006), numa perspectiva de não rigidez do Reino, tampouco da América portuguesa, considera que os ofícios mecânicos poderiam constituir uma porta de entrada ou possibilidade de indivíduos não brancos ascenderem socialmente. O trabalho contribuiria para que alcançassem posições sociais mais elevadas, e no caso dos não brancos, aqueles mecânicos lhes poderiam ser mais acessíveis. Tal como afirma Klein (1978) a respeito da incorporação e o papel dos homens livres não brancos na sociedade escravista brasileira através de sua atuação no setor artesanal. Considerando a dispersão destas atividades por todas as camadas da população, as diferenças no percentual de atuação dos indivíduos por cor é levantada por Godoy e Rodarte (2004) em Minas em 1831-1832. A porcentagem de livres brancos da província alocados nas AMM foi de 33,6%, enquanto os não brancos livres, somados, totalizam 66,3% da força de trabalho neste setor.

Além das AMM, a maior diferença da frequência entre chefes de fogo, brancos e não brancos, encontrava-se na agropecuária, exercida majoritariamente por brancos, que ultrapassavam os chefes não brancos em quase 19% (Tabela 25). Pode-se dizer que os chefes de fogo não brancos estavam para as Atividades Manuais e Mecânicas assim como os brancos estavam para a Agropecuária. Nota-se na Tabela 25 que, embora o número de indivíduos ocupados no setor agrícola fosse o mesmo entre chefes brancos e não brancos (N=33), o número total de chefes em cada grupo difere (N brancos=106; N não brancos=266), o que reflete nas respectivas porcentagens de representatividade dos mesmos.

Tabela 25. Distribuição dos chefes de fogo brancos e não brancos por setores de atividade, Guarapiranga, 1831-1832.

Setores de atividade	Branco		Não branco		S/ inf.	Total	
	N	%	N	%		N	%
Atividades man. e mec.	26	24,5	131	49,2	0	157	42,1
Outras ocupações	24	22,6	58	21,8	1	83	22,2
Agropecuária	33	31,3	33	12,4	0	66	17,1
Comerciante	15	14,1	22	8,2	0	37	9,9
S/ inf.	5	4,7	7	2,6	0	12	3,2
Mineração	2	1,8	9	3,3	0	11	2,9
Desocupado	1	0,9	6	2,25	0	7	1,9
Total	106	100	266	100	1	373	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

É possível afirmar que tal como a cor da pele diferenciava socialmente a população de Guarapiranga, nos oitocentos, entre pessoas livres e cativas, também a ocupação as distinguia socialmente. Quase metade dos não brancos estava envolvida com as atividades manuais e mecânicas, enquanto entre os brancos elas estavam relacionadas a apenas $\frac{1}{4}$ da população. O setor agropecuário também carregava uma nítida distinção de cor: praticamente $\frac{1}{3}$ dos brancos estava neste setor, enquanto apenas aproximadamente $\frac{1}{10}$ dos não brancos atuavam no mesmo. Assim, na sociedade guarapiranguense dos oitocentos, a cor da pele e a ocupação da pessoa já davam um indicativo da sua condição social: enquanto ser “branco” correspondia a ser livre, esta condição abrangia diferentemente aos “pardos”, “crioulos” e “pretos-africanos”. Assim, também, ter uma ocupação no setor agrícola estava mais associado aos “brancos”, enquanto as atividades manuais e mecânicas estavam mais associadas aos “pardos”.

Surpreende a relevância do “setor das atividades manuais e mecânicas” sobre o “setor da agropecuária”, em Guarapiranga, na primeira metade dos oitocentos. É oportuno relembrar

que os dados aqui apresentados se referem somente ao distrito-sede da Freguesia, possivelmente mais urbanizado, podendo suas atividades agrícolas terem sido mais significativas nos arredores, ou seja, nos distritos periféricos. Guarapiranga se constituía no núcleo de maior centralidade dentre os demais distritos constituintes de sua Freguesia. A Freguesia de Guarapiranga foi caracterizada por Andrade (2014, p. 37) como “[...] um lugar de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável”. Consoante a este estudo, Lemos (2012) diz que a Freguesia “[...] se fortaleceu social e economicamente em decorrência do fluxo migratório e do impulso ocupacional de homens e mulheres, livres e escravos, que levaram força de trabalho e recurso monetário suficientes para a formação de uma economia agrícola especializada na produção de derivados da cana [...]” (LEMOS, 2012, p. 13).

Mas, ainda que a literatura aponte a relevância da agricultura no distrito de Guarapiranga, os dados disponíveis nas listas nominativas permitem observar que as atividades manuais e mecânicas (AMM), assim como o setor denominado “Outras Ocupações (OO)”, superavam a agropecuária em termos de frequência dentre os domicílios listados nas listas nominativas. No que diz respeito às atividades constantes no setor denominado “Outras Ocupações” (OO), elas representavam 22,2% da totalidade dos chefes de fogos. Este setor compreendia ocupações diversas, tais como: feitor, cirurgião, juiz de paz, escrivão e professor. A porcentagem de indivíduos exercendo alguma atividade neste setor mostrou-se bem próxima entre brancos e não brancos (22,6% e 21,8% respectivamente), não sendo possível, no dado momento, afirmar significativa diferença entre os mesmos. Já no tocante às atividades manuais e mecânicas (AMM) e a sua relação com o espaço urbano, Godoy e Silva (1999) destacam que:

As atividades manuais e mecânicas, o mundo de artífices e oficiais, ocupava parcela significativa da população e correspondia a um dos setores mais desenvolvidos e complexos da Província. O artesanato, a manufatura e as embrionárias experiências fabris constituíam-se em setor vigoroso da economia. Disseminados por todo o território, esses profissionais exerciam gama variadíssima de atividades, atendendo a forte demanda do mercado interno da Província (o maior do Império e com elevado padrão de consumo) e mantendo importantes fluxos de exportação. Trabalhando com as mais variadas matérias-primas (metais, madeira, couro, tecidos, fibras, barro/pedra, metais e pedras preciosas, etc.), produzindo uma infinidade de artigos, cuidando do atendimento da importante procura de serviços na grande rede urbana, cumprindo essenciais funções no sistema de transporte, confeccionando maquinário (para a indústria rural, para a siderurgia/metalurgia, para as grandes unidades extrativas minerais, etc.) e atendendo aos imprescindíveis serviços de manutenção de equipamentos manuais e mecânicos, estes trabalhadores talvez fossem responsáveis pelo setor mais original da organização econômica mineira. Original, portanto,

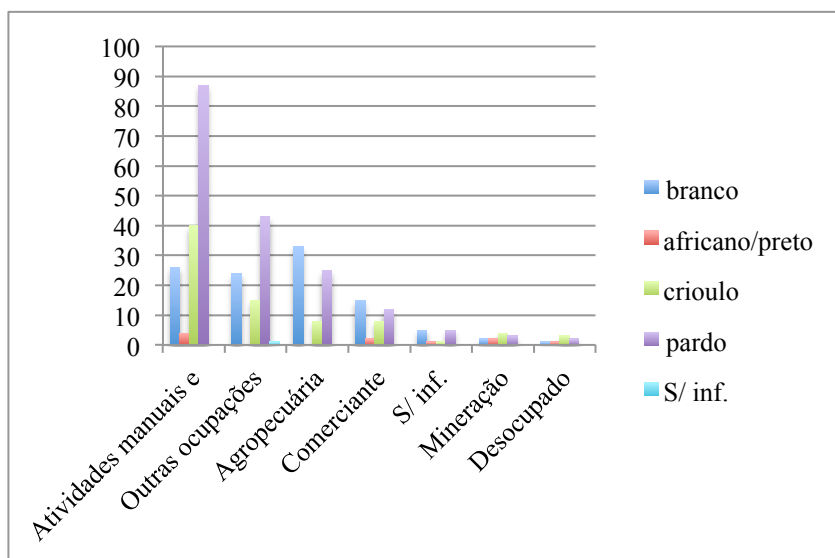
pela disseminação, diversidade e magnitude dessas atividades (GODOY; SILVA, 1999, pp. 61-62).

A complexidade da economia mineira, nos setecentos e oitocentos, evidenciada na diversidade das atividades manuais e mecânicas, é tratada, também, por Douglas Libby (1997) e José Newton Coelho Meneses (2013). Este último, analisando a presença e força da produção têxtil mineira nos setecentos, sugere uma comparação desta produção com as fases iniciais da protoindustrialização têxtil europeia. Este exemplo serve de ilustração acerca da força que tal atividade apresentava em Minas Gerais, no período colonial, como também em Guarapiranga.

Observa-se, portanto, a Freguesia de Guarapiranga, no início do século XIX, como uma região de “vocação agrícola”, em decorrência da sua produ o de cana-de-a o e derivados, presente em 66 dos 373 fogos, sem desconsiderar a importância das atividades do setor das AMM e daquele OO na sua economia. Mesmo ao se observar o setor Comerciante, percebe-se a existência no distrito de Guarapiranga de negociantes, quitadeiras, tropeiros e caixeiros, que compõem um quadro de diversifica o da economia local. Em rela o   cor da pele deste segmento, as listas nominativas apontaram que 14,1% dos chefes de fogo eram brancos e 8,3% não brancos.

Com o objetivo de verificar se havia significativa diferença entre os valores que indicam a presença de chefes de fogo brancos e não brancos, nos setores analisados, foi aplicado o teste do *Qui-quadrado* (X^2) nos grupos de chefes constantes das listas nominativas. Constatou-se diferença significativa ($p < 0,05$) entre os grupos de chefes brancos e não brancos para os setores em questão. Nas atividades manuais e mecânicas (AMM) foi onde a diferença entre chefes de fogo brancos e não brancos foi mais expressiva, constatando-se a existência de mais chefes não brancos que o esperado neste setor. Já na agropecuária e no comércio, o número de chefes brancos foi mais significativo que aquele de não brancos. No setor “Outras Ocupa es” e na minera o, a diferença entre chefes brancos e não brancos atuando foi mais próxima (APÊNDICE C). Aliás, o número reduzido de chefes envolvidos no setor da minera o não foi expressivo.

A partir da distribui o dos chefes de fogos por categoria de cor entre os setores de atividades, pode-se observar as particularidades desta diferencia o social dentre brancos, pardos, crioulos, e africanos/pretos, revelados no Gráfico 19.

Gráfico 19. Chefes de fogos de Guarapiranga por cor da pele e setores de atividade, 1831.

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A relevância dos chefes de fogos “pardos” na economia do Distrito de Guarapiranga é evidente e sobrepõe as demais categorias de cor em frequência em todos os setores, com exceção do setor agropecuário. Os pardos eram mais frequentes que as demais categorias de cor nas atividades manuais e mecânicas, com 87 dos 157 chefes atuantes, como também nas “Outras Ocupações”, com 43 dos 83 chefes atuantes. Observa-se que, dentre os não brancos, os “crioulos” eram menos expressivos que os pardos e superiores aos pretos. Assim, constatava-se uma hierarquia na presença de não brancos na economia do Distrito de Guarapiranga que se expressava na predominância dos “pardos” sobre “crioulos” e destes sobre os “pretos africanos”. Os “crioulos” parecem ter experimentado maior diversidade de ocupações enquanto libertos, ou ainda maiores possibilidades de mobilidade social que os escravos africanos. No setor da mineração, o número de “crioulos” superava o de “pardos”, “pretos” e “brancos”, ainda que tenha sido este um setor com uma amostra reduzida. Constaram ainda nas listas doze indivíduos sem informação quanto ao setor de ocupação e sete foram listados como “desocupados”, não sendo este um setor em si mas uma forma de designar indivíduos não arrolados em nenhuma ocupação, como pode ser observado na Tabela 26 adiante.

Tabela 26. Distribuição dos chefes de fogo de Guarapiranga segundo a cor e setores de atividade, 1831-1832.

Setores de atividade	branco	africano/preto	crioulo	pardo	S/ inf.	Total
Atividades manuais e mecânicas	26	4	40	87	0	157
Outras ocupações	24	0	15	43	1	83
Agropecuária	33	0	8	25	0	66
Comerciante	15	2	8	12	0	37
S/ inf.	5	1	1	5	0	12
Mineração	2	2	4	3	0	11
Desocupado	1	1	3	2	0	7
Total	106	10	79	177	1	373

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

No que diz respeito ao sexo, segundo as listas do distrito pôde-se perceber que havia homens e mulheres chefes de fogos e que exerciam, por vezes, um mesmo tipo de trabalho: “mineiro”, “mineira”; “pescador”, “pescadeira”; “lavrador”, “lavradora”. Algumas atividades pareciam ser, exclusivamente ou predominantemente, femininas no distrito: lavadeira; quitandeira; fiadeira; rendeira; tecedeira; parteira. Estes dados demonstram não somente a existência de mulheres como chefes de fogos, mas, também, a sua participação na economia local, uma vez que as mesmas correspondiam a 45,6% dos chefes de fogos do distrito (Tabela 27).

Tabela 27. Distribuição dos chefes de fogo por sexo, Guarapiranga, 1831-1832.

Sexo	N	%	RAZÃO
Homem	203	54,4	119,4
Mulher	170	45,6	
Total	373	100	

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A razão sexual do grupo de chefes foi de 119 homens para cada 100 mulheres dentre os chefes do Distrito de Guarapiranga. Para o distrito de Bonfim do Paraopeba, Marques (2002) aponta uma razão sexual de 137,5 homens para cada 100 mulheres, em 1831-1832. Estes valores se mostraram inferiores àquele levantado para a Província no mesmo período, de 159,2 homens para cada 100 mulheres. Tais valores foram calculados com base na população livre, e não somente nos chefes de fogo. A autora atribuiu a superioridade da frequência de mulheres no distrito de Bonfim à relevante presença das atividades de fiação e

tecelagem desenvolvida em pequenas roças ou em grandes fazendas, exclusivamente por mulheres.

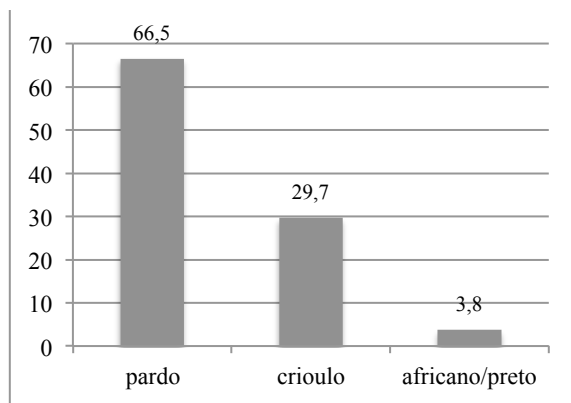
Libby e Paiva (2000) e Malaquias (2010) relacionam a razão entre homens e mulheres na Comarca do Rio das Mortes, nos séculos XVIII e XIX, com o movimento migratório ocorrido no local em decorrência da disponibilidade de terra para plantio e criação. Assim, enquanto nos setecentos o número de homens brancos livres sobrepunha o de mulheres, no século seguinte, a diminuição do contingente masculino indicaria a emigração para outros lugares da região. Andrade (2014), ao observar a razão de sexos dos chefes da Freguesia de Guarapiranga por microrregiões, aponta o valor de 182,7 para a microrregião norte, 186,2 para a central, e 290,3 para a microrregião sul. Apesar de diferentes, todas as razões apontam para a predominância masculina dentre os chefes de fogos. O autor estabelece relação entre os trabalhos predominantemente exercidos pelos chefes e a maior ou menor presença masculina ou feminina como chefes de fogos. Assim, ao ter-se demonstrado uma grande predominância das AMM, no distrito sede de Guarapiranga, podemos entender que os fogos deste distrito experimentavam uma organização familiar na qual não era incomum a presença da figura feminina como chefe de fogo.

2.6. CHEFES NÃO BRANCOS DOS FOGOS DE GUARAPIRANGA: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1831-1832

Como destacado anteriormente, dos 266 chefes não brancos presentes nas listas nominativas do distrito de Guarapiranga, 66,5% eram “pardos”, seguidos por 29,7% de “crioulos” e por 3,8% de africanos, como pode ser observado no Gráfico 20. Não se observa, nas listas nominativas do Distrito de Guarapiranga, pessoas classificadas como “mestiços” dentre os chefes de fogos e o percentual de pretos/africanos é substancialmente inferior às demais categorias de cor. Neste sentido, a classificação como “pardo” poderia indicar uma forma de “embranquecimento” dos indivíduos que, ao ascenderem socialmente, sendo reconhecidos como chefes de fogos, não eram arrolados como “mestiços” ou “pretos”. Em Guedes (2006) chamou a atenção a ocorrência de situação semelhante na Bahia e no Rio de Janeiro, no século XIX. Segundo o autor, o tipo de trabalho realizado pelo indivíduo poderia embranquecê-lo na sociedade dos oitocentos, havendo uma tendência a trabalhadores qualificados para o exercício de uma ocupação não terem a cor mencionada ou serem designados como pardos. A condição de chefe de fogo em Guarapiranga parece reproduzir

esta mesma lógica.

Gráfico 20. Distribuição de chefes não brancos de fogos por cor da pele, Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Ao se analisar o percentual de chefes de fogos com proprietários de escravos, foi observado que dos 266 fogos de chefes não brancos, cuja idade foi observada entre 18 e 88 anos, 232 chefes, aproximadamente 87%, não possuíam escravos. Apenas 34 fogos de chefes não brancos possuíam escravos, representando 13% do total. Destes, 94% possuíam de 1 a 3 escravos. Apenas dois fogos de chefes não brancos possuíam de 4 a 9 escravos (Tabela 28).

Tabela 28. Chefes não brancos de fogos escravistas de Guarapiranga, 1831.

Estrutura da posse de escravos	N	%
1 a 3 escravos	32	94,1
4 a 10 escravos	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Iraci del Nero da Costa em seu trabalho **Arraia miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil (1992), reúne informações demográficas sobre diferentes regiões do país entre final do século XVIII e início do XIX. De modo geral, Costa (1992) conclui que entre os grupos de proprietários de escravos e de não proprietários não havia qualquer anomalia ou patologia social, ou seja, ambos segmentos se aproximavam em critérios tais que sexo, estado conjugal ou idade. A mais marcante dessemelhança entre os grupos se assentaria na cor, condição de moradia e atividade desenvolvida por estes indivíduos. Proprietários não brancos tinham moradias comumente constituídas por agregados, que substituíam os escravos, e suas atividades não eram voltadas para a

exportação.

Avançando na discussão a respeito do tamanho das escravarias, outros autores analisaram a diferença do número de escravos entre chefes de fogos brancos e não brancos. Para a Freguesia mineira de São José em 1831, onde o número de domicílios escravistas era alto (40,6%), Malaquias (2010; 2013) demonstra que não brancos tinham posses inferiores aos brancos. Além dos livres não brancos frequentemente terem menos escravos, quando os possuíam, a média desta posse era de 3,1 escravos, ou seja, pequenos plantéis, enquanto a posse média dos senhores brancos era de 9 escravos. Para São Paulo, em 1829, Luna e Klein (2010) apresentam uma maior frequência de chefes de fogo brancos agricultores proprietários de escravos (97%) que chefes negros e mulatos, que contavam 3% dos chefes escravistas. Do ponto de vista de Paiva (1996), a posse de escravos pode sinalizar as diferentes bases sociais do escravismo em cada região, tendo em vista que a presença de fogos com escravos podia variar entre as regiões mineiras. Para a Província mineira como um todo, na década de 1830, a autora afirma a predominância de fogos sem escravos e, quando presentes, eram em sua maioria pequenos plantéis. Cerca de um quarto dos fogos possuía um cativo e mais da metade deles possuía até 3 escravos. Os grandes plantéis eram raros em Minas, mesmo quando se tratando de chefes brancos.

Quando se analisa a distribuição dos escravos dos fogos do distrito de Guarapiranga, entre os setores de atividades existentes, constata-se que a média de cativos não ultrapassava a de um escravo em nenhum setor econômico, caracterizando a baixa prevalência de fogos escravistas dentre chefes não brancos (Tabela 29). Pode-se assim deduzir que as atividades desenvolvidas nos fogos chefiados por não brancos, no distrito-sede de Guarapiranga, contavam grandemente com a mão de obra de indivíduos livres, agregados ou familiares.

Tabela 29. Média de escravos de chefes não brancos de fogos, por setor de atividade, Guarapiranga, 1831-1832.

PLANTÉIS DOS FOGOS DE CHEFES NÃO BRANCOS					
Setor de atividade	AMM	OO	AG	CM	MN
Média	0,15	0,05	0,39	0,95	0,44

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Considerando a afirmação de Rodarte (1999) sobre o tamanho do plantel de escravos como um indicativo do nível de riqueza dos seus proprietários, pode-se concluir que os chefes não brancos, de forma geral, não constituíam um grupo muito abastado. O setor de comércio

(CM) era aquele que concentrava um maior número de cativos por fogo. A respeito deste setor em Minas, Godoy e Rodarte (2004) o colocam como um setor de grande importância, sendo controlador da produção global numa economia pré-industrial, que, contudo, tinha pouca expressão relativa como empregador em Minas no século XIX. A AG e as AMM abarcavam os maiores contingentes relativos e absolutos de livres e cativos, ainda que a primeira empregasse cerca de 45% de mão de obra escrava da província, enquanto o artesanato cerca de 21%. A mineração apresentava a menor porcentagem de emprego de indivíduos livres e a maior de emprego de escravos dentre os demais setores (68,9%). Já o comércio, apresentava o maior valor relativo de emprego de livres (88,9%) e era também o setor menos escravista em Minas Gerais. Os autores fazem uma ressalva quanto ao tipo de comércio existente, classificando-o como fixo, no qual havia o envolvimento e manuseio direto com o dinheiro e o comércio de tropa, que correspondia ao trabalho de caráter mais físico. Enquanto este empregava cerca de 30% de mão de obra escrava, o comércio fixo se apresentava como uma atividade quase exclusivamente composta por indivíduos livres (97,2%). Quando analisados somente os chefes de fogo comerciantes de Minas em 1831-1832, os autores relacionaram 83,8% destes ao comércio fixo, 16,2% ao comércio de tropa, e mais da metade dos fogos sendo escravistas. Godoy e Rodarte (2004) sinalizam para uma natureza concentradora do setor comerciante, embora relativamente bem difundido em Minas e gerador de renda suficiente para aquisição de pequenos e médios plantéis de escravos, principalmente dentre chefes brancos, que preponderavam nestas atividades. A média de escravos dos chefes não brancos por setor de atividade em Guarapiranga se mostrou bastante reduzida, podendo-se atribuir a prevalência de pequenos plantéis nestes fogos, quando escravistas, inclusive no setor CM.

Mas os fogos eram domicílios com uma população que, claro, era também composta por não-escravos. Em Guarapiranga, a média de pessoas por fogo era de 3,6. Mas havia fogos com uma pessoa e outros com até 22, dentre familiares, escravos, agregados e indivíduos livres. Segundo Godoy e Silva (1999), a média de 3,6 pessoas por fogo configuraria fogos nos quais a unidade familiar predominaria. Segundo os autores, quanto maior o valor da média de indivíduos num mesmo fogo, maior a chance de ali haver uma alta diversidade de relações, para além das familiares. No entanto, no Distrito de Guarapiranga, a maior porcentagem dos fogos correspondia a domicílios com uma ou duas pessoas (19,2% e 27,4%, respectivamente). Fogos com mais de cinco pessoas eram pouco recorrentes, havendo somente 4,5% deles com dez ou mais indivíduos (Tabela 30). Importante destacar, entretanto, que o número de pessoas arroladas em um mesmo domicílio poderia não significar, necessariamente, coabitação, mas,

sim, de trabalhadores que exerciam ali as suas atividades e residiam em outro local.

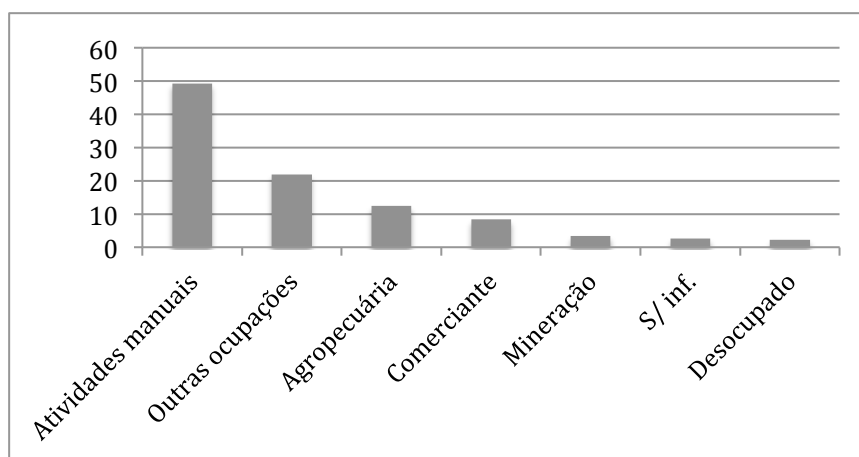
Tabela 30. Tamanho do fogo de chefes não brancos em número de indivíduos. Guarapiranga, 1831-1832.

Tamanho do fogo	%
unipessoal	19,2
duas pessoas	27,4
três pessoas	12
quatro pessoas	10,9
cinco pessoas	11,3
seis pessoas	7,1
sete pessoas	2,6
8 a 9 pessoas	4,9
10 ou mais pessoas	4,5
Total	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Como detalhado no Gráfico 21 abaixo, grande parte dos fogos chefiados por não brancos (49,2%) se ocupavam de atividades manuais e mecânicas, desempenhadas grandemente por mulheres. A presença feminina nas AMM em Minas é fortemente marcada nas atividades de fiadeira, tecedeira, e “Outras Ocupações” relacionadas à indústria têxtil.

Gráfico 21. Distribuição chefes de fogo não brancos por setor de atividade econômica. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os dados apresentados, na Tabela 31 a seguir, permitem observar, em destaque, o número de fiadeiras e de outras atividades relacionadas à indústria têxtil, exercidas por mulheres, nos fogos do Distrito de Guarapiranga. A palavra “indústria”, comumente utilizada nos estudos históricos sobre Minas Gerais no século XIX, é definida por Maria do Carmo

Salazar Martins (1994, p. 7) como “[...] toda sorte de produção econômica, passando pela lavoura, artesanato, até a produção de bens para a exportação”. Para Minas oitocentista, a indústria é caracterizada como de caráter doméstico. Este espaço de produção, ao mesmo tempo era também doméstico, e portanto historicamente associado ao feminino, conforme nos apresenta a autora.

Tabela 31. Ocupação nominal dos chefes não brancos de fogos de Guarapiranga, 1831-1832.

Ocupação	Setor	N	%
Fiadeira	AMM	79	29,7
Jornaleiro	OO	46	17,3
Lavrador	AG	26	9,8
Tecedeira	AMM	17	6,4
Negociante	CM	14	5,3
Mineiro	MN	9	3,4
Carpinteiro	AMM	8	3
S/inf	-	7	2,6
Ferreiro	AMM	6	2,3
Lavradora	AG	6	2,3
Pobre	DS	6	2,3
Sapateiro	AMM	6	2,3
Alfaiate	AMM	5	1,9
Quitandeira	AMM	5	1,9
Lavadeira	OO	4	1,5
Rendeira	AMM	4	1,5
Caixeiro	CM	2	0,8
Costureira	AMM	2	0,8
Parteira	OO	2	0,8
Pescadeira	OO	2	0,8
Torneiro	AMM	2	0,8
Tropeiro	CM	2	0,8
Carreiro	OO	1	0,4
Feitor	OO	1	0,4
Lavadeira	OO	1	0,4
Ourives	AMM	1	0,4
Pescador	OO	1	0,4
Sapateiro e músico	OO	1	0,4
Total	-	266	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Foram registrados 139 mulheres chefes de fogos e 127 homens, dentre os chefes não brancos, com uma razão sexual de cerca de 90 homens para cada 100 mulheres. A presença de

mulheres, na visão de Paiva (1996), como chefes de fogo na Província de Minas Gerais era significativa no século XIX. A presença de mulheres no papel de chefes de domicílios é, portanto, conhecida e, como colocado por Nascimento et al. (2017), vem sendo debatida desde os anos 1970 sob diferentes enfoques e perspectivas (econômicas, sociais ou históricas).

O que percebe-se em Guarapiranga é, além da relevante presença de chefia não branca feminina nos fogos liderados por não brancos, uma marcante presença destas mulheres em atividades específicas, de modo mais frequente. Dentre as mulheres não brancas chefes de fogos guarapiranguenses, encontram-se lavradoras, mineiras, pescadeiras, mas, sobretudo, fiadeiras. As atividades das mulheres chefes de fogo relacionadas à indústria têxtil, somadas, aproximam de 40% da frequência total de todas as atividades exercidas por chefes não brancos em Guarapiranga.

Afirma Marques (2002) que a atividade têxtil, em Bonfim do Paraopeba, em 1831-1832, correspondia a mais de 50% das atividades manuais e mecânicas exercidas nesta Freguesia da província mineira. A fiação e a tecelagem correspondiam a mais de 22% das atividades manuais dos chefes de fogo do local e eram exclusivamente exercidas por mulheres, num âmbito considerado doméstico.

Concessa Vaz de Macedo (2006), objetivando reabilitar a importância da indústria têxtil em Minas na economia mineira dos oitocentos, se opõe ao uso dos termos “indústria têxtil doméstica” ou “produção caseira”, quando remetidos a uma contraposição do sentido de “oficina ou artesanal”, que se concentraria nas mãos dos homens. De acordo com esta autora, quando relacionados a homens, estes trabalhos teriam um sentido de essencial, de importância maior ou de superioridade ao trabalho da mulher. Com base nas listas nominativas mineiras de 1831-1832, Macedo (2006) levanta a importância dos diferentes setores de atividades na absorção da força de trabalho de livres e cativos, homens e mulheres. É apontada uma grande expressividade de homens no setor que poderia ser considerado primário, concentrados principalmente na agricultura (50% dos homens livres e 72% dos escravos). No setor secundário, destaca-se a produção de fios e tecidos, responsáveis por 83% das ocupações deste setor e de domínio quase exclusivo das mulheres. Macedo (2006) afiança ainda que 82% do trabalho das mulheres mineiras (livres e escravas) em 1831-1832 concentrava-se no setor secundário (produção de fios, tecidos, peças do vestuário e produção de alimentos e bebidas) e 99% se voltavam-se para a produção de fios e tecidos. No censo de 1872, 50,5% das indústrias têxteis do Brasil concentravam-se em Minas Gerais, corroborando com a representatividade do setor nesta província no século XIX.

A ideia de domesticidade pautada no trabalho feminino vem sendo problematizada

através de uma série de investigações que passam pela história, ciências sociais, arquitetura dentre outras áreas que exploraram o papel da mulher, impondo uma perspectiva de gênero que busca desconstruir as relações socialmente construídas entre os sexos (NASCIMENTO et al., 2017). Estes autores, embasados por trabalhos que remetem basicamente a dados do século XIX de diferentes locais do mundo, expõem pesquisas que trazem uma nova tônica do universo da domesticidade. Decorrente de investigações que, principalmente a partir de 1980, dão luz aos diversos papéis exercidos pelas mulheres, os autores oferecem uma visão mais abrangente e plural do universo da domesticidade. Este se mostra muito presente nas listas nominativas, não somente pela presença das mulheres na chefia dos fogos, mas igualmente pelo entendimento deste espaço enquanto unidade familiar, de reprodução e também de outras relações, aquelas de produção, tecidas pelo trabalho.

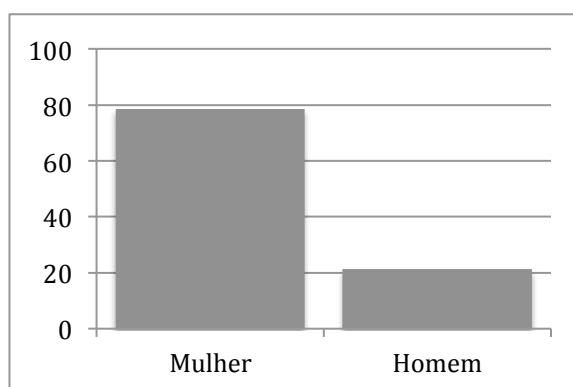
Maria do Carmo Salazar Martins (1994) apresenta em sua pesquisa uma contribuição para estes esforços sobre o entendimento da relevância do papel da mulher no século XIX não somente como uma imagem de confinamento e subjugação. A autora questiona a atribuição de um papel exclusivamente doméstico e periférico às mulheres brasileiras do século XIX. Através da investigação de relatos de viajantes dos oitocentos, paulatinamente a autora demonstra lugares ocupados pelas mulheres que ultrapassavam aqueles de cuidados com os filhos e organização doméstica. Ainda que estes exemplos sejam bastante presentes na exposição da autora, o que ela defende, ao fim de suas análises, é uma crítica à diminuição e lugar periférico concedido a estas tarefas. Posicionando seu discurso no meio das condições materiais (restritas) e símbolos da época, a autora defende a ideia de que uma atividade doméstica no século XIX possivelmente não era uma ocupação simples ou sem importância e que demandava um esforço físico das mulheres incompatível com a ideia de fragilidade ou reclusão absoluta. Para ilustrar seu posicionamento, a autora serve-se dos dados empíricos das listas nominativas mineiras de 1831-1832 para demonstrar as diversas ocupações exercidas pelas mulheres livres e a capacidade de adaptação de seus modos de vida de acordo com a camada social e região a qual pertenciam. É relevante a colocação de que numa província como a mineira, onde a maioria dos fogos não eram escravistas, ou as pequenas posses predominavam, boa parte das mulheres exerciam alguma atividade braçal em seus fogos. A proporção de fogos com grandes plantéis era minoritária. No mínimo as tarefas domésticas eram delegadas às mulheres, e, para além destas, Martins (1994) expõe a presença de mulheres livres em diferentes setores de atividades, demonstrando a ocupação de um lugar social e econômico delas na população total. É igualmente encontrada uma alta concentração de mulheres na fiação e tecelagem nos dados por ela analisados, todavia, em menor

frequência na lavoura e pecuária.

2.6.1. As mulheres não brancas como chefes de fogos nas Atividades Manuais e Mecânicas

No setor das atividades manuais e mecânicas a presença das mulheres foi expressiva. O setor mais representativo em Guarapiranga, o das atividades manuais e mecânicas, correspondia em grande parte à atividade de fiadeira, exercida por mulheres chefes de fogo e não brancas. Como aponta o Gráfico 22, dos 131 chefes inseridos neste setor, quase 80% eram mulheres. Estas se ocupavam, predominantemente, de atividades têxteis, ocupação fortemente presente na sociedade mineira da época e nas quais atuavam, predominantemente, mulheres e escravos (LIBBY, 1997; PAIVA, 1996). Segundo Macedo (2006), a produção têxtil se assentou sobre o trabalho das mulheres, de forma autônoma e independente, uma vez que elas dominavam e controlavam técnicas de produção específicas assim como os materiais necessários para a finalização do produto artesanal. Estas técnicas e métodos de produção eram repassados de umas para as outras, sendo esta uma forma de transmissão inerente ao trabalho artesanal.

Gráfico 22. Distribuição dos chefes de fogo não brancos por sexo no Setor AMM, Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Dentre as mulheres não brancas, chefes de fogo deste setor, 76,7% eram fiadeiras. Em menores porcentagens, eram tecedeiras (16,5%), rendeiras (3,9%), costureiras (1,9%) ou quitandeiras (1%). Observou-se, ainda, que 68% destas mulheres eram solteiras; 26,2% eram

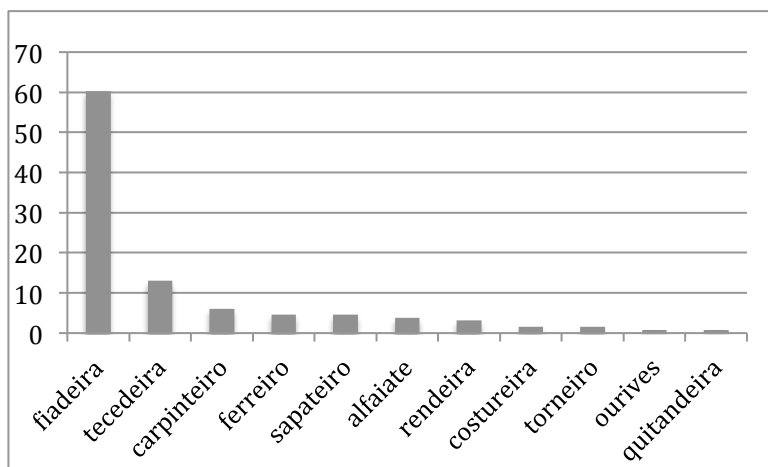
viúvas e tinham em média 51 anos de idade. Já 66% destas chefes eram pardas, 31,1% crioulas e 2,9% pretas/africanas. Exceto estas pretas, associadas à nacionalidade “benguela”¹⁹, as demais “qualidades” de cor não as relacionavam com nenhuma nacionalidade nas listas nominativas, não sendo possível afirmar a origem das mesmas, ou se eram egressas de cativeiro. Além da ocupação de fiadeira, foram observadas outras ocupações, realizadas por homens e mulheres, no setor de atividades manuais e mecânicas (AMM), como os ofícios de tecedeira, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, quitandeira, rendeira, costureira, torneiro e ourives. Percebe-se a presença feminina em diversas das ocupações compreendidas no setor de atividades manuais e mecânicas, conforme listadas na Tabela 31 (vide p. 157-158) as 27 ocupações presentes nas listas nominativas dos chefes de fogo não brancos em ordem de frequência decrescente, com seu respectivo setor de atividade.

As atividades manuais e mecânicas exclusivas das mulheres, como fiadeira, tecedeira, rendeira, costureira, quitandeira, lavadeira, parteira e pescadeira somavam mais de 70% das atividades manuais exercidas pelas chefes não brancas de Guarapiranga. Estas atividades estavam associadas ao universo doméstico da casa, sendo aquelas externas à casa praticamente inexistentes para este setor. Ao considerar o trabalho das mulheres, Martins (1994) considera que o trabalho no lar podia significar *status* social e boa condição financeira familiar, em comparação com o trabalho feminino fora do lar, que carregava o preconceito e a menos valia da necessidade do trabalho da época. Além destas atividades nomeadas como femininas, encontrava-se, em menor porcentagem, de carpinteiros (6,1%), ferreiros e sapateiros na mesma proporção (4,6%); alfaiates (3,8%); torneiros (1,5%); e ourives (0,8%), como demonstrado no Gráfico 23.

Ainda a respeito da grande proporção de mulheres chefes de fogos nas atividades manuais e mecânicas, esta frequência não deixa de ser um dado surpreendente. Como revelado por Paiva (1996), a posição de chefe nesta época era tipicamente masculina. Além do mais, este setor era o mais numeroso do Distrito de Guarapiranga, sendo liderado por mulheres, a maioria delas solteiras. Registrou-se, também, cinco chefes de fogos não brancas, casadas, embora fosse este lugar de chefia assumido, comumente, pelos cônjuges.

¹⁹ De acordo com Mary Karasch (2000), os escravos africanos, considerados todos pretos, diferentemente daqueles nascidos no Brasil e chamados de crioulos, eram classificados por local de origem. A autora afirma que estes locais, traduzidos em nações, eram representações dos portugueses, pois locais de origem, portos de desembarque ou locais de captura de escravos não eram informações claras para os europeus. O Centro-Oeste Africano, dividido por Karasch (2000) em três grandes regiões: Congo Norte, Angola, e Benguela, teria sido um grande fornecedor dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX. Mariza C. Soares, em sua obra “**Devotos da cor**” (2000) afirma igualmente que não havia homogeneidade nos nomes da procedência destes indivíduos, variando entre nomes de ilhas, vilas, reinos ou locais de embarque.

Gráfico 23. Distribuição dos chefes não brancos de Guarapiranga por ocupação no setor AMM. 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

No Quadro 18 pode-se observar algumas características destas cinco mulheres chefes de fogos casadas, todas fiadeiras, que não possuíam escravos, e lideravam fogos com até oito indivíduos de sua mesma cor em seus domicílios.

Quadro 18. Mulheres não brancas casadas e chefes de fogos associados ao Setor de Atividades Manuais e Mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	COR	TAM. PLANTEL	TAM. FOGO	OCUPAÇÃO
Lucinda Coelho	40	crioula	Sem escravos	unipessoal	Fiadeira
Anna Joaquina de Jezus	49	parda	Sem escravos	5 pessoas	Fiadeira
Rita Felicia de Jezus	40	parda	Sem escravos	2 pessoas	Fiadeira
Maria Jorge	50	crioula	Sem escravos	4 pessoas	Fiadeira
Pascoa Gomes	66	parda	Sem escravos	8 pessoas	Fiadeira

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A composição dos fogos evidencia a possibilidade das mulheres do Distrito de Guarapiranga, no século XIX, poderem chefiar domicílios, independentemente de seu estado conjugal, sendo para a realidade deste distrito a condição de chefe não branca solteira a mais recorrente. A condição de chefe destas mulheres demonstra as possibilidades de sobrevivência de mulheres não brancas através de suas ocupações.

Dora Isabel Paiva da Costa (2000) observa em Campinas, São Paulo, um aumento progressivo do número de fogos chefiados por mulheres ao longo dos anos 1779 e 1829. Enquanto em 1779 esta taxa era de 10%, em 1808, passa a 11%, em 1818 sobe para 12,7%, e, finalmente, em 1829, chega a 23%. Campinas era uma região agroexportadora que vivenciou

uma explosão de seu crescimento demográfico entre meados do século XVIII e XIX. A autora associa este aumento à expansão da produção do setor primário, que abriu portas para a diversificação ocupacional dos setores secundários e terciários. Das 212 mulheres chefes de fogo levantadas por Costa (2000) em seu estudo, 11% eram casadas, 30% solteiras, e a grande maioria, ou 59%, eram viúvas. A maioria destas mulheres chefes de fogo eram brancas (73%) e 27% foram descritas como pardas. Dentre as pardas, 25 eram solteiras, 24 viúvas e 7 eram casadas. A distribuição de chefes de fogos, quando analisadas pela cor da pele, aproxima os dados de Campinas daqueles de Guarapiranga, nos quais a maioria das mulheres não brancas chefes eram solteiras ou viúvas e a minoria casada. Aproximadamente 30% das chefes não brancas de Campinas atuavam nos setores secundário e terciário, atuando cerca de 20% no setor primário. As chefes brancas atuavam em proporção aproximada em ambos os setores.

Para doze comunidades de Minas Gerais (Barroso, Cachoeira, Capela Nova, Itaúbirá, Matozinhos, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão Abaixo, Ribeirão, Santa Rita, São Gonçalo do Baço e Tejuco) entre 1831-1838, Donald Ramos (1993) apresenta uma frequência de 58,7% das mulheres chefes de fogo como solteiras, 34,1% viúvas e 7,2% casadas. Quando relacionadas à cor da pele, mulheres não brancas solteiras chefes de fogo representavam mais do dobro da porcentagem de mulheres brancas na mesma situação. Comprovando tal situação, Ramos (1993) elenca uma série de estudos que permitem confirmar a significativa presença deste formato domiciliar no Brasil, no qual a mulher chefiava o fogo, desde o fim do período colonial. Em seu próprio estudo, o autor aproxima as formas domiciliares existentes no norte de Portugal às formas mineiras do século XVIII, afirmando que diferentes tipos de família existiam em diferentes regiões de Portugal. O norte deste país teria apresentado uma configuração social distinta de outras regiões portuguesas: grandes proporções de mulheres na população, portanto baixas taxas de casamentos; casamentos em idade tardia – 22 a 24 anos de idade no norte conquanto 20 a 23 nas demais regiões de Portugal; e pequenas proporções de famílias nucleares. Evidencia-se o fato das mulheres encabeçarem o fogo com certa frequência no norte português. Enquanto o norte de Portugal apresentava em algumas cidades porcentagens de 4,8% ou 6% dos domicílios constituídos por mulheres solteiras, a região central do país contavam com, no máximo, 2% desta formação domiciliar. Descobre-se ainda em Ramos (1993) que os primeiros imigrantes chegados em Minas Gerais vieram do Norte de Portugal, com essa experiência familiar e social que foi aqui recriada.

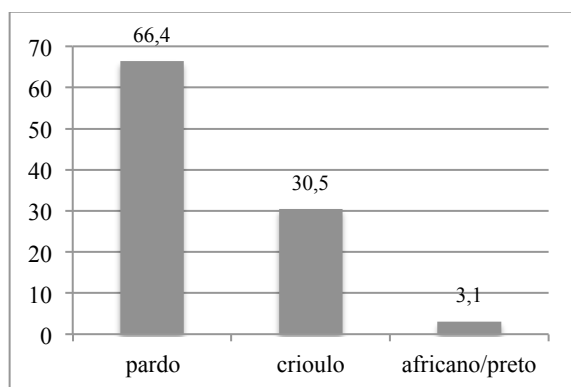
Amália Cristovão dos Santos (2011) aponta para uma grande prevalência de mulheres chefes de fogo em São Paulo em 1776. Cerca de 46% das mulheres que chefiavam estes fogos eram viúvas, 39,4% solteiras e 14% eram casadas. A autora, apesar de não especificar a

distribuição total de chefes mulheres por cor da pele, afirma a ocorrência de trechos com concentração de mulheres não brancas, chefes solteiras, ou ainda com preponderância de atividades manuais tais que costureiras, bordadeiras e rendeiras. Evidências também apresentadas por Santos (2011), que se atenta para as diferenças nas formas de sobrevivências das chefes de acordo com seu estado conjugal. Segundo ela, casadas e viúvas se aproximavam quanto à constituição de seus fogos sob uma base tradicional de distribuição de funções, enquanto as chefes solteiras tinham maiores desafios por serem responsáveis pela formação e manutenção de seus domicílios. De acordo com Samara e Costa (1997), a prevalência de chefes de fogo solteiras e minoria de casadas pode comprovar uma composição familiar distinta do modelo tido como tradicional, patriarcal, extenso e composto pelo casal, prole, agregados e escravo, como geralmente defendido em autores clássicos como Gilberto Freyre (1975).

Dentre as chefes casadas de Guarapiranga, apenas uma, Pascoa Gomes, teve seu cônjuge listado em seu fogo. Tratava-se de um homem pardo de 50 anos de idade e jornalista. Para as demais fiadeiras casadas, os cônjuges não constam na listagem de seus fogos, talvez por ausência destes no momento do arrolamento ou por residirem em outro fogo. É possível observar, ainda, nas listas nominativas, uma tendência de que “pardos” convivessem com “pardos” em seus fogos, “crioulos” com “crioulos” e assim por diante, assim como observado por Santos (2011) em trechos da cidade de São Paulo.

Observando-se como um todo, homens e mulheres chefes de fogo não brancos relacionados às atividades manuais e mecânicas, percebe-se que estes eram em sua maioria “pardos” (66,4%), em seguida, crioulos (30,5%) e, em minoria, africanos (3,1%), a mesma tendência observada para o grupo de mulheres chefes de fogos (Gráfico 24).

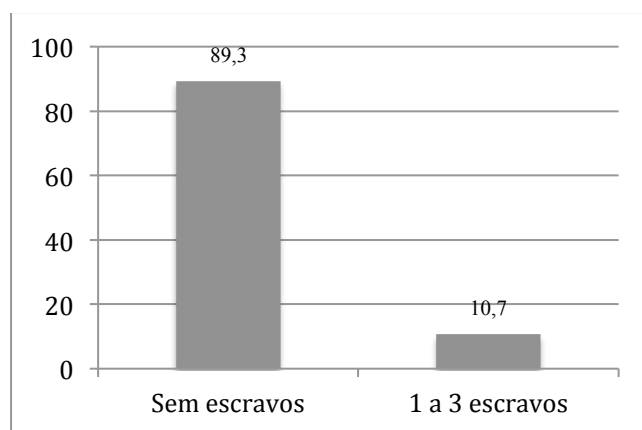
Gráfico 24. Distribuição de chefes de fogo não brancos que exerciam atividades manuais e mecânicas por cor. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

As listas nominativas do Distrito de Guarapiranga mostraram, também, uma baixa no número de ex-escravos (pretos/africanos) como chefes de fogo no setor das atividades manuais e mecânicas, além da ausência de cativos nestas unidades (Gráfico 25), o que indica uma limitação do poder aquisitivo dos indivíduos envolvidos nestas atividades.

Gráfico 25. Distribuição dos plantéis de escravos de chefes não branco de fogo que exerciam atividades manuais e mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Raramente se observava, em Guarapiranga, nos fogos que desenvolviam atividades manuais e mecânicas, a presença de escravos, tal como, também, destacou Godoy e Silva (1999) em relação à Província de Minas Gerais no mesmo período. Quando presentes, os cativos pertenciam a pequenos plantéis (1 a 3 escravos). Estes poucos fogos que possuíam algum escravo, 14 dos 131 fogos listados neste setor, estão descritos no Quadro 19 a seguir:

Quadro 19. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor Atividades Manuais e Mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	COR	ESTADO MARITAL	TAM. PLANTEL	TAM. FOGO	OCUPAÇÃO
Elizarda Vieira	52	Pardo	Viúvo	1	3	Fiadeira
Vicente Ferreira Antunes	54	Pardo	Casado	1	5	Ferreiro
Maximo Joaquim de Magalhaes	39	Pardo	Viúvo	1	3	Sapateiro
Thereza	61	Africano	Solteiro	1	9	Fiadeira
Antonia Gomes de Oliveira	34	Pardo	Viúvo	1	6	Fiadeira
Sebastiam Dias do Reis	39	Pardo	Casado	1	5	Sapateiro
Felles de Almeida E	66	Pardo	Viúvo	2	3	Alfaiate

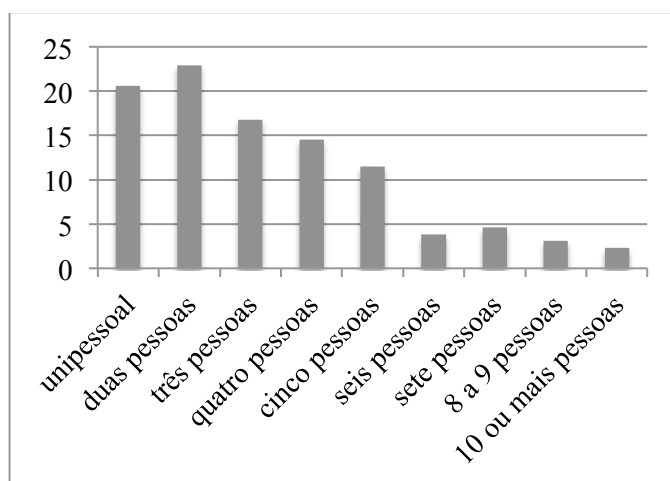
Costa						
Guetrudes Maria de Araujo	58	Crioulo	Solteiro	2	4	Fiadeira
Anna de Araujo	50	Crioulo	Solteiro	1	2	Fiadeira
Custodia Maria	44	Pardo	Solteiro	1	5	Costureira
Joanna Maria do Arte	63	Pardo	Solteiro	1	3	Fiadeira
Maria Luiza Vieira	50	Pardo	Solteiro	2	4	Fiadeira
Barbara Vieira	52	Pardo	S/inf.	3	9	Tecedeira
Maria Roza de Souza	39	Pardo	Viúvo	1	7	Fiadeira

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Assim, de forma geral, plantéis de escravos de chefes do setor atividades manuais e mecânicas eram raros, sendo mais comuns fogos não escravistas com a presença de indivíduos livres e agregados, o que aponta para uma condição social inferior para os chefes não brancos arrolados no Distrito Guarapiranga, no qual as mulheres se destacam. Chama a atenção, no entanto, o único fogo chefiado por uma mulher de 52 anos, tecedeira, sem informação quanto a seu estado marital, que possuía três escravos.

Ao se observar, ainda, a composição dos fogos deste setor, nota-se que os mesmos contavam com uma população que variava de 1 a 22 indivíduos, com uma média de 3,4 pessoas por fogo, mas os fogos com até cinco indivíduos eram mais frequentes, sendo mais raros aqueles com seis ou mais pessoas (Gráfico 26).

Gráfico 26. Tamanho dos fogos de chefes não brancos que exerciam atividades manuais e mecânicas. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Macedo (2006), ao analisar as mesmas listas nominativas mineiras e do recenseamento geral do Império, defende a ideia de se dar a devida importância às relevantes atividades manuais de fiadeiras e tecedeiras desenvolvidas exclusivamente por mulheres, livres e

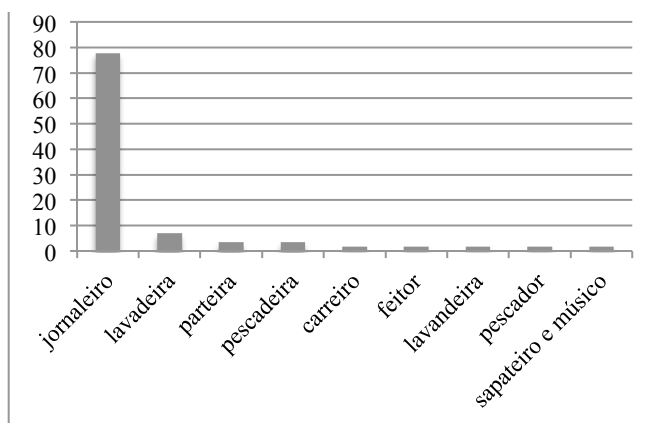
escravas, em Minas no século XIX. A chefe de fogo tecedeira de 52 anos anteriormente citada, é uma representante desta presença feminina na província mineira dos oitocentos.

2.6.2. A atuação dos chefes não brancos no setor “Outras Ocupações”

A referência que se tem sobre este setor classificado como OO (Outras Ocupações) nas listas nominativas é a de que estas atividades são, de fato, variadas e não se encaixavam nos demais setores econômicos estabelecidos. Sendo, no distrito de Guarapiranga, composto por: atividades de jornaleiro (77,6%); lavadeira (8,6%); parteira (3,4%); pescadeira (3,4%); e carreiro, feitor, pescador e sapateiro/músico na mesma proporção de 1,7%. Recorrendo ao dicionário brasileiro dos oitocentos, Pinto (1832) descreve o jornaleiro como “quem trabalha por jornal”. Jornal, por sua vez, ainda segundo este dicionário, designa “o que se da pelo trabalho de hum dia ao jornaleiro” (PINTO, 1832, p. 640). O termo jornaleiro, portanto, em si, não designa uma profissão, mas sim a fonte de renda do indivíduo, fato recorrente dentre as ocupações estabelecidas nas listas nominativas, como colocado por Vellasco (2004).

A renda de um jornaleiro poderia provir de uma ampla gama de atividades, não configurando uma renda fixa ou estável. No distrito de Guarapiranga, o setor “Outras Ocupações” (OO) compreendia 58 chefes não brancos, sendo 74% “pardos” e 26% “crioulos”. Neste setor não mais se encontrou chefes pretos/africanos exercendo qualquer atividade. Diferentemente do setor de atividades manuais e mecânicas, cuja maioria dos fogos era chefiada por mulheres, neste setor, 84,5% dos fogos era chefiado por homens, os quais em sua maioria exerciam a ocupação de jornaleiro (Gráfico 27). A razão sexual encontrada neste setor foi de cerca de 500 homens para cada 100 mulheres.

Gráfico 27. Ocupações de chefes não brancos do Setor Outras Ocupações. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Embora os dados apontem para uma clara predominância de homens no setor de “Outras Ocupações” (OO), as atividades exercidas por mulheres também estavam presentes: lavadeira, parteira, ou pescadeira, como se observa no Gráfico 27 acima. Percebe-se, ainda, neste grupo a existência do exercício de uma atividade combinada, como por exemplo, de um indivíduo que teve a sua ocupação classificada como de sapateiro e músico. Mais de 90% dos fogos enquadrados neste setor não possuíam escravos e, quando os tinha, era um único cativo. Dentre os 58 fogos deste setor, apenas três possuíam um escravo (Tabela 32).

Tabela 32. Tamanho do plantel de escravos dos fogos de chefes não brancos do distrito de Guarapiranga, setor OO, 1831-1832.

Tamanho do plantel	N	%
Sem escravos	55	94,8
Um escravo	3	5,2
Total	58	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Considerando-se as características dos três fogos deste setor que possuíam escravos, identifica-se a diversidade das ocupações (parteira, carreiro e jornaleiro) e que, muito provavelmente a composição do fogo contava com a força de trabalho da família, encontrando-se o escravo agregado junto à mesma (Quadro 20). Tendo estes três fogos uma média de cinco indivíduos por domicílio, o escravo, ao que aparenta, cumpria funções de forma a amenizar os serviços domésticos de seus senhores ou reduzir a carga de trabalho destes. Condição esta que diferia daquela apresentada por Frank (2004) para pequenas

escravarias no Rio de Janeiro oitocentista, onde senhores de poucos escravos preferiam alugá-los como forma de geração de renda.

Quadro 20. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	COR	OCUPAÇÃO	ESTADO CONJUGAL	TAMANHO FOGO	PLANTEL ESCRAVOS
Joanna Custodia de Araujo	65	Pardo	Parteira	Solteira	5 pessoas	1 escrava cozinheira
Manoel Pereira Gularte	44	Pardo	Carreiro	Casado	8 pessoas	1 escravo africano
Manoel de Medeiros	35	Pardo	Jornaleiro	Solteiro	4 pessoas	1 escrava crioula cozinheira

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A ocupação de “parteira” de Joanna Custodia de Araujo, parda, solteira e proprietária de um escravo, constituía um ofício exclusivamente feminino naquela época. As parteiras eram consideradas praticantes de saberes populares até a institucionalização da medicina no Brasil, em 1832, quando elas poderiam cursar obstetrícia na Faculdade de Medicina da Bahia ou do Rio de Janeiro (MOTT, 2005). Enquanto parteiras “leigas”, portadoras de saberes empíricos e sensoriais, ou “examinadas”, portadoras de permissão para partejar, concedidas pela fiscalização da Fisicatura-mor, estas mulheres exerciam uma série de funções relacionadas à saúde da mulher: desde doenças relacionadas à sexualidade, até cuidados durante a gestação, com a parturiente, cuidados básicos com o bebê, ou ainda prescrição de medicamentos naturais à base de ervas (BARBOSA, 2014).

Maria Renilda Nery Barreto (2008) localiza as parteiras num patamar social mais baixo no Brasil, por realizarem um ofício considerado manual, possuírem baixa renda e por serem dependentes da autorização de médicos para atuarem de forma legalizada. Porém, nem todas as parteiras buscavam a legalização de seu ofício, conforme apontado por Barbosa (2014). A fiscalização não era presente em todas localidades, e para Minas Gerais, a autora apresenta uma porcentagem de 12% de parteiras legalizadas, enquanto para o Rio de Janeiro tinha-se 20% e na Bahia 7%. Em Minas, Caixeta (2014) aponta para a existência de parteiras certificadas nas Comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Serro Frio e Rio das Velhas, sendo mais numerosas nesta última. Dentre as parteiras analisadas por Barbosa (2014), mais de 80% eram brancas, e 15% pardas ou pretas, livres ou forras.

Do ponto de vista de Caixeta (2014), as dificuldades e restrições das parteiras para acederem à legalização de seu ofício nos oitocentos em Minas, como a aquisição da Carta de Confirmação do ofício configurava distinção social entre as parteiras, embora a população levasse mais em conta o conhecimento empírico destas mulheres que sua certificação (BARBOSA, 2014; CAIXETA, 2014). Contudo, segundo as análises de Caixeta (2014), a retribuição formal em moedas pelos serviços prestados pela parteira era inexistente, embora inegável o prestígio social que o ofício lhes conferia e as ajudas e presentes que recebiam como recompensa. Além de ser uma atividade essencial à vida, o pudor da época fazia com que a saúde ginecológica da mulher fosse exclusividade das parteiras.

A parteira não-branca presente na lista nominativa de Guarapiranga em 1831-1832 convivia em seu fogo com agregados igualmente pardos que exerciam atividades manuais tais que: ferreiro, costureira ou fiadeira. Sua posição certamente se distinguia dos demais de sua cor por ser chefe do fogo, exercer um ofício de prestígio e possuir uma escrava africana, cozinheira em seu domicílio.

A ocupação de jornaleiro, que como dito se referia à forma de obtenção de renda, não foi especificada no caso do chefe de fogo Manoel de Medeiros, pardo, solteiro, que convivia com sua escrava crioula cozinheira e mais dois pardos lavradores que compartilhavam de seu sobrenome. Estes últimos são descritos na lista como indivíduos livres, sem nenhuma correspondência a qualquer grau de parentesco com o chefe do fogo.

De acordo com o Censo de 1872, Batista (2016) caracteriza Juiz de Fora por uma economia tipicamente agrária, com 12,9% dos homens livres arrolados como jornaleiros, a segunda maior frequência ocupacional, logo após a de lavrador. Como evidenciado por Godoy et al. (2003), nas listas de 1831-1832 raramente foi especificada a referência à ocupação de jornaleiro, sendo esta prática considerada muito mais urbana que rural, assim como a de carreiro, em oposição aos carros de boi do meio rural. No caso de Manoel Pereira Gulart, o outro chefe também pardo do setor OO de Guarapiranga, sua ocupação de carreiro é compartilhada por outros integrantes de seu fogo. O que percebe-se no caso destes dois chefes, novamente, é uma tendência à concentração de indivíduos da mesma cor e mesmo ofício num mesmo fogo, tal qual observado por Santos (2011) para atividades manuais e mecânicas em São Paulo em fins do século XVIII.

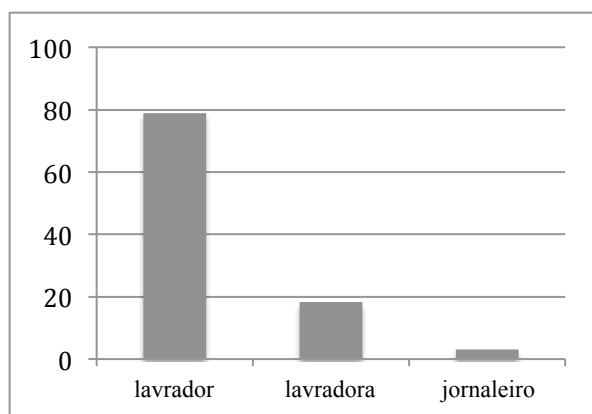
Os dados referentes aos fogos que desenvolviam “Outras Ocupações” mostraram, em síntese, uma composição que variava de 1 a 11 pessoas, grandemente representado por homens, mas, também, por mulheres, cujas ocupações rotineiras eram de lavadeira, sapateiro, feitor, pescador ou parteira. Atividades que na maioria dos fogos não tinha a presença de

nenhum escravo, o que pode indicar menor poder aquisitivo de seus chefes, assim como menor prestígio social.

2.6.3. A atuação dos chefes não brancos no setor Agropecuária

O setor Agropecuária, no que tange ao Distrito de Guarapiranga, no século XIX, apresentava destaque na produção de aguardente. Contudo, outras atividades agropecuárias também se faziam notar, estando voltadas para o abastecimento da região de Ouro Preto e Mariana (LEMOS, 2012). Dentre os chefes não brancos deste distrito, apenas 33 fogos foram arrolados como envolvidos com as ocupações agrícolas. Estes não brancos eram em número de 25 “pardos” e 8 “crioulos”, os quais exerciam as atividades de lavrador(a) e jornaleiro (Gráfico 28).

Gráfico 28. Ocupações de chefes não brancos no setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.

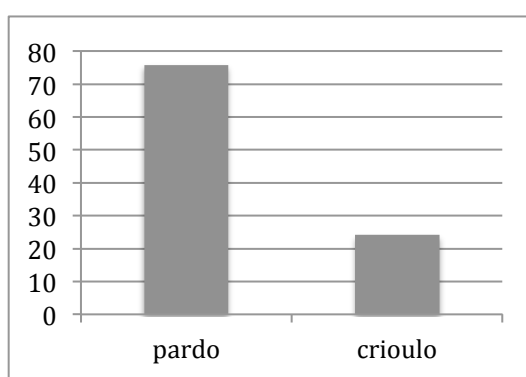


Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas 1831-1832.

Os “pretos/africanos” encontram-se ausentes como chefes de fogos deste setor, enquanto os pardos superavam em quase três vezes o número de crioulos nas atividades agrícolas. As atividades agropecuárias dos chefes não brancos se limitaram à ocupação de lavrador e jornaleiros. A ocupação de “lavrador” nas listas nominativas incluía designações

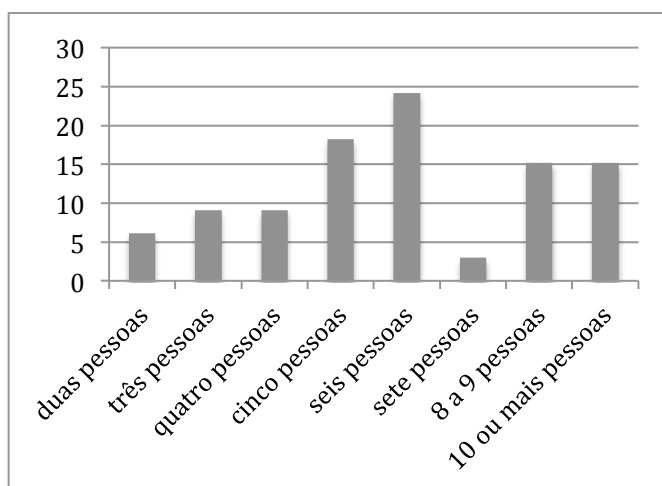
tais como “lavrador alugado”, “lavrador de maxado”, “lavrador de roça”, “lavrador proprietário”, dentre outros termos, apontando para a grande diferenciação social e de atividades que o termo abarcava. As ocupações realizadas nos fogos dos “lavradores” eram chefiadas majoritariamente por homens (26 chefes de fogo, ou 81,8%), a maioria de cor parda (75,8%) e sem escravos: 27 destes fogos não possuíam escravos, outros 5 tinham pequenos plantéis e 1 possuía um plantel médio. Os fogos contavam com seis pessoas em média (mínimo 2 e máximo 13 pessoas) (Gráficos 29 e 30).

Gráfico 29. Distribuição de chefes não branco do setor Agropecuária por cor. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Gráfico 30. Tamanho dos fogos de chefes não brancos (em n° de indivíduos) do setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A ausência de escravos nas atividades agropecuárias, aliada ao tamanho médio dos fogos, indica, possivelmente, uma estrutura característica da pequena produção agropecuária e voltada para o mercado interno ou para a subsistência, exercida através da relação dos chefes

de fogos com indivíduos livres. Não obstante, é na agricultura que percebemos um dos maiores plantéis de escravos registrados dentre os chefes não brancos de Guarapiranga. A presença de seis escravos em um mesmo fogo, além da maior porcentagem de fogos com oito ou mais pessoas, mesmo que não representativos do setor, apontam para diferenciações no modo de produção destas atividades e para algumas especificidades do setor agropecuário, tal como o emprego de um maior número de indivíduos e fogos mais populosos. Todavia, no geral, o que se observava dentre os 33 fogos de chefes não brancos envolvidos com as ocupações agropecuária, era que apenas seis destes fogos possuíam escravos (Quadro 21).

Quadro 21. Fogos escravistas de chefes não brancos relacionados ao setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	COR	OCUPAÇÃO	EST. CONJUGAL	TAM. FOGO	PLANTEL ESCRAVOS
Francisco Xavier Pais	62	Pardo	Lavrador	Solteiro	4	1
Domingos Rodrigues Barboza	68	Pardo	Lavrador	Viúvo	11	6
Francisca Maria de Jezus	54	Crioulo	Lavradora	Viúvo	3	1
Antonio Soaris	26	Pardo	Lavrador	Casado	6	2
Joaquim Joze de Oliveira	38	Pardo	Lavrador	Casado	6	2
Maria Francisca Nunes	40	Pardo	Lavradora	Viúvo	9	1

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Como observado no Quadro 21 anterior, os plantéis de escravos no setor agropecuário também eram predominantemente pequenos, como nos demais setores da economia do Distrito de Guarapiranga, com apenas uma unidade com média posse. Observou-se, ainda, presença de duas chefes de fogo lavradoras, ambas viúvas, sendo uma “parda” com um núcleo que contava com onze indivíduos e seis escravos, e outra “crioula”, com três indivíduos em seu fogo e um escravo. Neste setor a média de indivíduos por fogo era superior aos demais, de 6,3 pessoas/fogo, assim como o tamanho do plantel, como já demonstrado.

2.6.4. A atuação dos chefes não brancos no setor Comerciante

Quando se discute a economia mineira nos oitocentos, muito se destaca o comércio interno e externo, sobretudo, das elites mercantis envolvidas na estrutura e dinâmica do comércio da Província. De acordo com Godoy et al. (2003), no distrito de Guarapiranga, este

comércio estava dividido em subsetores fixos de ambulantes urbanos e de tropas, voltado à esfera da circulação, realizada por tropeiros. Os autores apontam ainda para a reduzida capacidade de absorção de mão de obra neste setor em Minas Gerais, no século XIX, sendo o comércio o setor que menos empregava na Província como um todo. Além disto, o setor apresentava alta participação de homens livres (GODOY; RODARTE, 2004). Era um comércio realizado com grande uso de escambo de gêneros básicos voltados para a subsistência. A combinação destes fatores, segundo estes autores, atuavam desfavorecendo o pequeno comércio. Em Guarapiranga, dentre os chefes de fogos não brancos, os pequenos comerciantes eram poucos, havia pouca diversidade de atividades no setor e os fogos, em sua maioria, não tinham escravos. O setor de comércio abarcava 22 chefes de fogos não brancos: aproximadamente 59% destes chefes eram homens e 40,9% mulheres (Tabela 33).

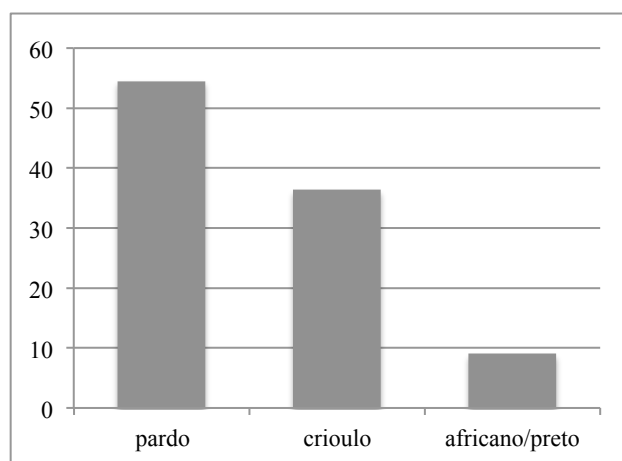
Tabela 33. Distribuição de chefes não brancos por sexo no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832

Sexo	N	%
Homem	13	59,1
Mulher	9	40,9
Total	22	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A maioria dos chefes de fogos destes setor eram pardos (54,5%), havendo também crioulos (36,4%) e africanos em menor proporção (9,1%) (Gráfico 31).

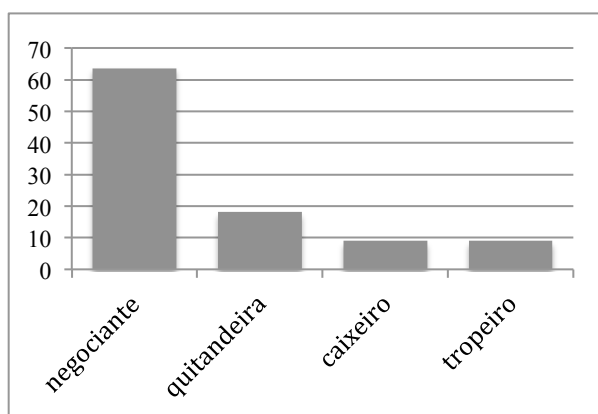
Gráfico 31. Distribuição de chefes não brancos por cor no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Segundo Godoy et al. (2003), o comércio de tropa era mais vigoroso em regiões com nível de desenvolvimento econômico alto, levando a crer que os tropeiros de regiões com este nível controlavam grande parte das atividades de importação e exportação do setor. Para a Região Mineradora Central Oeste da Província, Godoy e Rodarte (2004) afirmam que comerciantes fixos não brancos eram menos frequentes que comerciantes de tropa (53,8% e 70,2%, respectivamente). O distrito sede de Guarapiranga não aponta para um comércio de tropas expressivo, sendo a maioria dos chefes não brancos comerciantes fixos. Os chefes não brancos do setor de comércio de Guarapiranga atuavam mais comumente enquanto negociantes e caixeiro: negociantes (63,3%), caixeiros (9,1%); conquanto os de tropa ou ambulante se viam representados por quitandeiras (18,2%) e tropeiros (9,1%) (Gráfico 32).

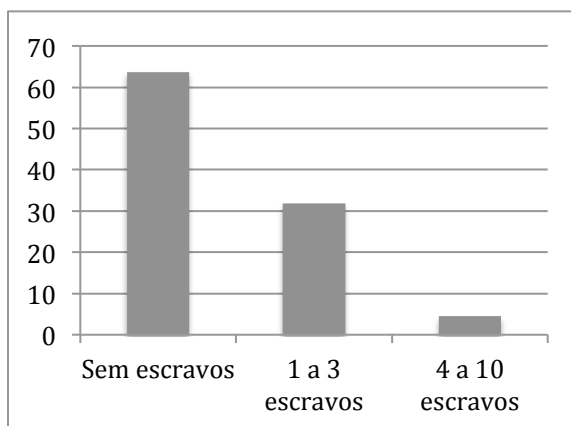
Gráfico 32. Distribuição de chefes não brancos por ocupação no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Mais de 60% dos chefes não brancos arrolados no setor comerciante em Guarapiranga eram desprovidos de escravos e, quando os tinham, eram majoritariamente pequenos plantéis (31,8%), ainda que existissem plantéis de 4 a 10 escravos (4,5%) (Gráfico 33). Godoy e Rodarte (2014) afirmam que este setor em Minas era um maior empregador de indivíduos livres que de cativos. Contudo, quando observados os fogos cujos chefes eram comerciantes, majoritariamente brancos, mais da metade dos domicílios eram escravistas. O que observa-se em Guarapiranga é, portanto, uma parcela de comerciantes não brancos em condição distinta da maioria daqueles brancos da Província.

Gráfico 33. Estrutura dos plantéis de escravos dos chefes de fogo não brancos no setor Comerciante. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas 1831-1832.

O Quadro 22 apresenta as características dos fogos escravistas deste setor. Os dados ilustram a presença de pequenos comerciantes no distrito de Guarapiranga, geralmente com pequenos plantéis de escravos, havendo somente um chefe com médio plantel, que possuía nove escravos e atuava como negociante.

Quadro 22. Fogos de chefes não brancos escravistas do setor Comerciantes. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	COR	OCUPAÇÃO	ESTADO CONJUGAL	TAM. FOGO	PLANTEL ESCRAVO
Manoel Monteiro	Pardo	Negociante	Viúvo	10	9
Silverio Francisco	Pardo	Negociante	Solteiro	2	1
Zeferino Luis da Costa	Pardo	Caixeiro	Solteiro	4	3
Rita Maria Vieira	Pardo	Negociante	Viúvo	9	2
Felisberto Gonçalves Aranha	Pardo	Tropeiro	Casado	4	2
Maria Teixeira	Crioulo	Negociante	Solteiro	2	1
Angelica Maria da Condeicam	Pardo	Quitandeira	Solteiro	2	1
Manoel Simeao de Oliveira	Pardo	Tropeiro	Viúvo	5	2

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

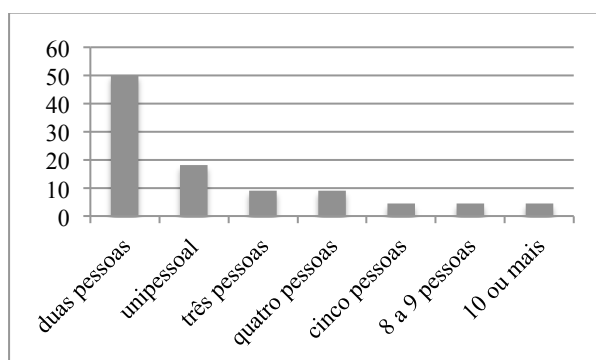
Como caracteriza Godoy e Rodarte (2004), o setor Comerciante nas Minas oitocentistas era parte do núcleo dinâmico da economia da província. O comércio era restrito em diversidade e em possibilidades de emprego, mas, contudo, se mostrava pulsante através da alta porcentagem de fogos escravistas que tinham no comércio sua atividade central (53%). Em Minas, fogos de chefes comerciantes respondiam a 8,9% do total de domicílios da província, sendo aqueles escravistas e brancos mais frequentes dentre os negociantes que dentre

tropeiros (52,6% e 50,5%, respectivamente). Em Guarapiranga os fogos de chefes não brancos escravistas comerciantes eram também representados em sua maioria por negociantes fixos, sendo tropeiros e ambulantes 37,5% desta amostra.

A representação de mulheres chefes de fogos escravistas neste setor de Guarapiranga é inferior à dos homens, assim como o observado na Província ao longo de três anos. Encontrase nos estudos de Martins (1994) frequências de mulheres livres de 1,16%; 1,24% e 0,04% no setor Comércio nos anos 1831, 1838 e 1872 em Minas Gerais. A baixa frequência feminina permanece dentre chefes não brancos comerciantes, sendo duas mulheres repertoriadas neste setor negociantes e uma quitandeira. A ocupação de quitandeira se mostra eminentemente feminina e não branca em Minas, correspondendo a 82,9% dos vendedores de gêneros alimentícios ambulantes da Província (PAIVA, 1996). As mulheres não brancas, na visão de Bonomo (2014), exerciam a atividade de quitandeira de forma ambulante, enquanto que as brancas representadas neste ofício não necessariamente realizavam este tipo de comércio móvel. Frequentemente quitandeiras brancas preparavam seus quitutes em casa e designavam suas escravas para a venda em tabuleiros. A parda Angelica Maria da Condeicam, solteira e quitandeira, chefiava um fogo composto por ela mesma e sua escrava africana de 19 anos, que possivelmente cumpria a função de negra de tabuleiro no distrito de Guarapiranga.

Em relação à composição dos fogos do setor de comércio guarapiranguense, aproximadamente 50% deles eram compostos por apenas duas pessoas, apresentando a variação entre 1 a 10 pessoas, com média de 2,9 indivíduos por núcleo (Gráficos 34).

Gráfico 34. Composição dos fogos (em número de indivíduos) chefiados por não brancos em Guarapiranga, 1831-1832.



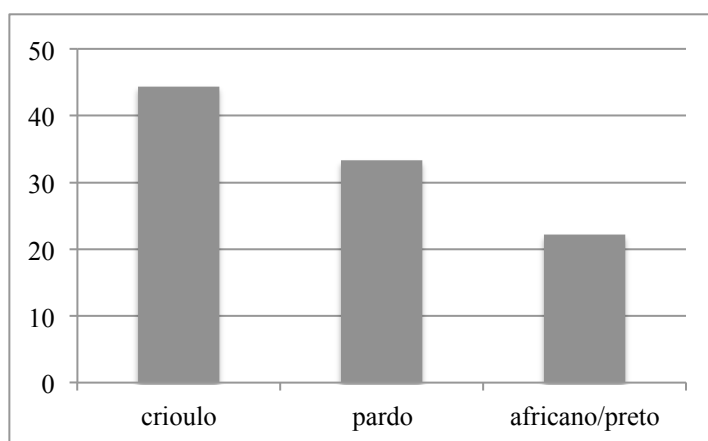
Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Segundo Godoy (1996), a posse de escravos pelos tropeiros indicava sua posição na escala social. Um tropeiro chefe de fogo, possuindo ao menos três escravos e uma média de sete indivíduos em seu núcleo, ocupava posição elevada na escala social.

2.6.5. A atuação dos chefes não brancos no setor Mineração

No período analisado, o setor da mineração já sofria considerável retração na Província de Minas Gerais, o que pode igualmente ser verificado no distrito sede de Guarapiranga. O setor empregava poucos indivíduos livres, sendo predominantemente escravista, como afirmado por Godoy et al. (2003). Em Guarapiranga, somente 9 chefes não brancos se ocupavam da mineração no início dos oitocentos, segundo as listas nominativas. A maioria destes não possuía escravos (77,8%). Os não brancos que chefiavam estes fogos foram descritos como “crioulos” (N=4), “pardos” (N=3) e africanos (N=2) (Gráfico 35).

Gráfico 35. Distribuição dos chefes de fogo não brancos por cor. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Todos os nove chefes deste setor eram mineiros. Dentre estes, havia duas mulheres, chefes dos únicos fogos escravistas do setor, como se pode notar no Quadro 23 adiante. Ambas pardas, com dois escravos e fogos com três ou quatro indivíduos. Uma destas mulheres era solteira, de 56 anos de idade e um de seus escravos era uma cozinheira. A outra chefe era viúva, de 20 anos de idade, sendo que a ocupação dos seus escravos não foi descrita na lista.

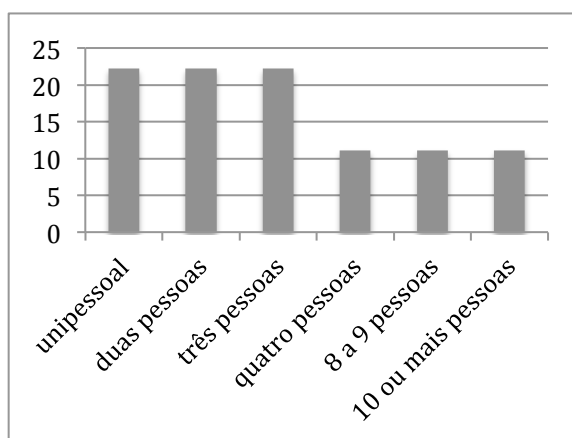
Quadro 23. Chefes não brancas de fogos escravistas no setor mineração. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	COR	OCUPAÇÃO	EST. CONJUGAL	TAM. FOGO	PLANTEL ESCRAVO
Antonia Joanna da Costa	56	Pardo	Mineiro	Solteira	4	2
Floriana Pereira	20	Pardo	Mineiro	Viúvo	3	2

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Estes poucos fogos envolvidos com a mineração possuíam uma média de 3,7 pessoas por núcleo, com um mínimo de um e máximo de dez pessoas (Gráfico 36).

Gráfico 36. Composição dos fogos (em número de indivíduos) chefiados por não brancos em Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

O viajante Johann Moritz Rugendas, que deixou relatos sobre sua passagem por Minas no início do século XIX, explicita a variedade de indivíduos que se envolviam na busca e extração aurífera neste período, não sendo esta atividade exclusividade de uma elite ou de proprietários de muitos escravos. Segundo ele,

[...] este tipo de método de explorar o ouro nos rios e suas margens é livre para qualquer pessoa e, por isto, sempre se veem muitos negros e outras pessoas da camada popular ocupadas neste trabalho; a maioria gasta todo o lucro na venda próxima, em aguardente” (RUGENDAS, 1956, p. 82).

Em se tratando do século XIX, portanto já na decadência da exploração aurífera, as associações entre indivíduos faziam-se crescentemente importantes para exercício desta atividade. Diferentes arranjos formavam-se nesta nova fase de uma mineração decadente, favorecendo novas redes de relações de trabalho entre senhores, livres pobres e escravos. Francisco Eduardo de Andrade e Dejanira Ferreira de Rezende (2013) afirmam que “os ‘pretos fiscadores’, associando-se aos mineradores, também poderiam trabalhar nos ‘serviços de minas’, buscando, em intrincadas e rústicas galerias, o ouro das formações ou veios” (REZENDE; ANDRADE, 2013, p. 394).

Interessante notar que não foram listados fiscoadores neste setor dentre os chefes não brancos de Guarapiranga, mas somente mineiros. De acordo com Andrade e Rezende (2013), os fiscoadores eram aqueles que realizavam a exploração do ouro munidos de poucas ferramentas e que se aventuravam em locais de exploração comum ou em lavras partilhadas. Os autores afirmam que o sucesso da mineração não dependia somente do número de escravos que o senhor possuía, mas também da técnica utilizada e das relações sociais que se estabeleciam para a extração. Para as Minas oitocentistas, Iraci del Nero da Costa (1992) afirma que os fiscoadores eram predominantemente não proprietários de escravos, enquanto os mineiros encontravam-se divididos entre escravistas e não escravistas.

2.6.6. Características do grupo “Desocupados” entre chefes não brancos

Este grupo não constitui um setor de atividades em si, mas, sim, um grupo desprovido de atividades. Trata-se de indivíduos cuja informação ocupacional não foi informada, ou que, pela idade ou condição destas pessoas, as mesmas não teriam ocupação a declarar (PAIVA; MARTINS, 1986). São indivíduos que foram arrolados como chefes, porém sem ocupação declarada. Seis chefes não brancos foram arrolados neste grupo, tendo como designação de sua ocupação o termo “pobre”. Cinco destes seis correspondiam a mulheres, havendo apenas um homem. Todos, obviamente, como indica-se no Quadro 24, sem escravos.

Quadro 24. Chefes não brancos de fogo arrolados como Desocupados. Guarapiranga, 1831-1832.

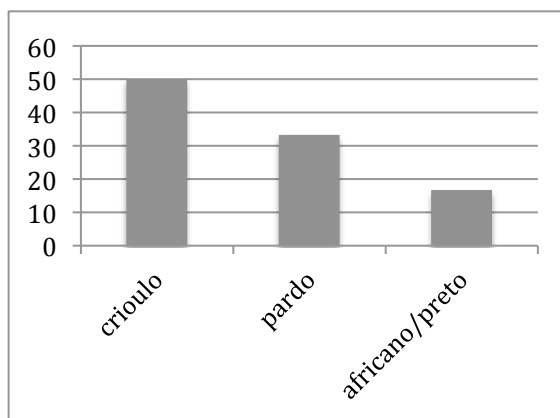
NOME	IDADE	COR	OCUPAÇÃO	ESTADO CONJUGAL	TAMANHO FOGO	PLATEL ESCRAVOS
Anna Thereza	86	Pardo	Pobre	Solteiro	1	Sem escravos
Roza Maxada	85	Crioulo	Pobre	Solteiro	2	Sem escravos
Maria Gertrudes do Carmo	80	Crioulo	Pobre	Solteiro	2	Sem escravos
Maria Ignacia	58	Africano	Pobre	Solteiro	1	Sem escravos
Maria da Costa	67	Crioulo	Pobre	Viúvo	1	Sem escravos
Francisco Joze de Jesus	79	Pardo	Pobre	Casado	2	Sem escravos

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Estes fogos eram formados por uma ou duas pessoas e seus chefes foram descritos como crioulos (50%), pardos (33,3%) e africanos (16,7%) (Gráfico 37). A idade variou de, no

mínimo, 58 anos e, no máximo, 86 anos. Quatro dentre eles eram solteiros, um viúvo e um casado, que vivia com sua cônjuge, também listada como “pobre”.

Gráfico 37. Distribuição dos chefes não brancos “Desocupados”. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os atributos apresentadas para estes fogos, retratados nas listas nominativas de 1831, permitem supor uma aproximação das condições de possíveis egressos do cativo, com predomínio de mulheres, velhas e crioulas. A Historiadora Heloisa Maria Teixeiras (2016), ao analisar o perfil dos alforriados do termo de Mariana no século XIX, considerando as conjunturas temporais deste período em decorrência das alterações nas leis abolicionistas, avalia que, de forma geral, o perfil do alforriado marianense era majoritariamente constituído por mulheres, crioulos e elevado percentual de crianças e velhos. O preço reduzido das mulheres facilitava o acúmulo do pecúlio necessário para a alforria; ou ainda os laços afetivos estabelecidos com os senhores e senhoras, nas funções de ama de leite ou outras funções domésticas, poderiam estreitar os laços com as famílias. A expressão “retribuição aos serviços prestados ao longo da vida” (TEIXEIRAS, 2016) aparece com frequência nas cartas de alforria de Mariana do século XIX. Esta retribuição poderia ser uma forma de recompensa para estes ex-escravos, ou ainda, ao se tratar de indivíduos que se aproximavam dos 50 anos de idade, uma decorrência da idade avançada e saúde debilitada.

2.6.7. Atributos gerais dos fogos de chefes não brancos segundo a posse ou não de cativos

Uma vez que apresentamos e discutimos cada setor de atividade separadamente e suas respectivas particularidades, lançamos um olhar sobre os mesmos como um grupo, pensando

em como localizar chefes não brancos numa escala social, diante dos chefes brancos de fogos do mesmo distrito.

Na sede do Distrito de Guarapiranga em 1831, observamos que em uma população de 2006 pessoas: 755 foram classificadas como “pardos”, representando 37,6% da população; 535 foram classificadas como “crioulos”, representando 26,7% da população; 372 pessoas foram classificadas como “brancos”, representando 18,5% da população; 321 pessoas foram classificadas como “pretos africanos”, representando 16% da população. Ou seja, do ponto de vista da cor da pele, a sede do Distrito de Guarapiranga era composta majoritariamente por não brancos, que representavam 81% da população.

Os indivíduos livres do distrito correspondiam a cerca de 68% desta população, enquanto os escravos representavam 31% da mesma. A condição de chefe em si não parecia diferenciar os indivíduos, tampouco sua condição social de livre, que representava a maioria daquela população. A posse de escravos se mostrou um atributo adicional a ser considerado para relativização da distinção social de um chefe de fogo em Guarapiranga e de sua liberdade. A condição de submissão ao trabalho numa sociedade escravocrata, principalmente aquele manual, poderia estigmatizar qualquer indivíduo, mesmo que chefiasse um fogo. A baixa frequência de grandes posses de escravos, por sua vez, mostrava uma concentração de cativos em um determinado segmento populacional deste distrito agrícola, no qual pouco se expressava a presença de chefes não brancos.

Os chefes não brancos correspondiam a 71,3% do total de chefes do distrito de Guarapiranga (N=373). Ficou claro que em todos setores de atividades analisados no Distrito de Guarapiranga havia presença de chefes não brancos, sendo que a grande maioria dos fogos eram não escravista. Nesta sociedade predominantemente não-branca, assim como a maioria dos chefes de fogos, as mulheres tiveram papel de destaque na economia: dentre chefes não brancos, 139 mulheres, geralmente solteiras ou viúvas, eram chefes de fogos, tendo 127 homens a mesma classificação. As mulheres ocupavam, majoritariamente, o setor das atividades manuais e mecânicas, e eram, na verdade, não apenas chefes de seus fogos, mas chefes de suas famílias.

Este segmento de chefes não brancos atuava com maior frequência nos seguintes setores de atividades: Atividades manuais e mecânicas, Outras ocupações, Agropecuária, Comerciante e Mineração. Os Chefes não brancos lideravam fogos majoritariamente pequenos, que tinham em média 3,4 pessoas/domicílio. Cerca de 87% deles não possuíam escravos e, quando os tinham, predominavam pequenos plantéis.

O Quadro 25, apresentado a seguir, sintetiza as características gerais dos fogos chefiados por não brancos. A subdivisão em chefes escravistas e não escravistas tem em vista analisar se haveria distinções significativas, dentre os chefes não brancos, de acordo com sua condição de escravista ou não. Ao se observar o Quadro 25, é possível identificar algumas diferenças entre os fogos, tais como: o tipo de atividade nele desenvolvida; o sexo e a cor da pele do chefe; a posse ou não de escravos e o tamanho do fogo.

Quadro 25. Fogos de chefes não brancos escravistas e não escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.

		ESCRAVISTAS	NÃO ESCRAVISTAS
Número de fogos		35	232
Cor do chefe	Pardo	84,8%	63,8%
	Crioulo	12,%	32,3%
	Africano	3%	3,9%
Idade do chefe	Anos	20 a 88	18 a 86
Sexo do chefe	Masculino	45,5%	48,7%
	Feminino	54,5%	51,3%
Estado marital do chefe	Casado	18,2%	39,8%
	Solteiro	42,4%	42,9%
	Viúvo	36,4%	17,3%
Tamanho fogo	Nº pessoas	2 a 13	1 a 22
Tamanho plantel	Nº escravos	1 a 9	-
Posse escravos (faixas)	Pequeno plantel	94,1%	-
	Médio plantel	5,9%	-
Setores de atividades	AMM	42,4%	51,8%
	CM	24,2%	6,2%
	AG	18,2%	11,9%
	OO	9,1%	24,3%
	MN	6,1%	3,1%
	DS	0	2,7%

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Ao se observar os fogos “com” e “sem” escravos, fica evidenciado que a grande maioria dos fogos era desprovida de escravos, posto que 86,8% dos fogos não possuía cativos, estando os mesmos presentes em 13,2% dos fogos. Chefes de fogos escravistas e não

escravistas seguiam um mesmo padrão de cor da pele, havendo em ambos os grupos uma maior prevalência de “pardos”, seguida por “crioulos” e em menor proporção, de “africanos”. Este fato aponta para uma diferenciação social entre “pardos”, “crioulos” e “africanos” quer seja: a maior porcentagem de “pardos” escravistas quando comparado com “crioulos” e “africanos”. Observou-se, ainda, que os fogos escravistas possuíam uma média maior de pessoas, 5,3 pessoas; enquanto os fogos não escravistas eram menores, com uma média de 3,4 pessoas. Os 35 fogos escravistas apresentavam em média 1,8 escravos, sendo o mínimo de 1 e o máximo de 9 escravos por fogo. Dentre estes fogos escravistas foram arrolados 60 cativos, distribuídos nos cinco setores de atividades, tais como: comerciante, agropecuária, mineração, atividade manual e mecânica e “outras ocupações”. A distribuição destes escravos dentre os setores é demonstrada na Tabela 34 que se segue:

Tabela 34. Distribuição dos escravos por fogos de chefes não brancos escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.

	AMM	OO	AG	CM	MN	TOTAL
Nº fogos	14	3	6	8	2	33
Total escravos	19	3	13	21	4	60
Média escravos/fogo	1,3	1	2,1	2,6	2	1,8

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Apesar de haver maior número de fogos detentores de escravos, no setor atividades manuais e mecânicas, eram nos setores comerciante e agropecuária que se encontrava o maior número médio de cativos/fogo. As Atividades Manuais e Mecânicas, Comerciante e Agropecuária foram os três setores mais escravistas dentre os chefes não brancos, tendo uma média de 1,36; 2,63 e 2,17 escravos, respectivamente.

Considerando-se que todos setores tinham maior porcentagem de fogos sem escravos, esta minoria de fogos escravistas pode apontar para pequenas possibilidades de ascensão social de chefes não brancos. Uma vez que as ocupações exercidas em cada um dos setores não diferiam significativamente dentre os grupos de chefes escravistas e não escravistas, apenas pequenas diferenciações individuais podem ser analisadas sem constituírem uma regra ou padrão para o grupo como um todo.

Em síntese, poderíamos dizer que, no setor Atividades Manuais e Mecânicas, a ocupação de tecedeira se destacou dentre as demais por se tratar de um fogo com três escravos, número máximo de escravos neste setor. O setor “Outras Ocupações” mostrou-se o

menos favorecido economicamente, considerando a ausência de escravos nestes fogos e apenas três chefes proprietários de apenas um cativo. No setor Agropecuária um lavrador destacou-se por possuir seis escravos, que juntamente com o setor Comerciante constituíram os setores mais promissores para chefes não brancos em termos de posse de escravos. Neste setor, destacamos um negociante proprietário de nove escravos. O setor Mineração aproximou-se do setor “Outras Ocupações” em termos do número de escravos alcançados por estes chefes. O número máximo de escravos no setor mineração foi dois, cuja propriedade era de duas mulheres mineradoras.

Podem-se assinalar possíveis particularidades de alguns setores, como o da agropecuária por exemplo. Apesar deste setor possuir uma das maiores médias de escravos dentre os fogos escravistas, possuía também, de forma geral, um alta porcentagem de fogos sem escravos. 81,8% dos fogos de chefes não brancos que exerciam atividades voltadas para a agropecuária não contavam com escravos. Associando este dado com a média de 13,6 pessoas por fogo neste setor, acredita-se que se tratava de atividades realizadas conjuntamente com indivíduos livres, familiares ou não, que faziam uso do fogo para produção de subsistência ou para o comércio interno. Não parece se tratar de produções em larga escala ou para exportação, que comumente envolviam um fogo populoso e com grande número de escravos.

Dentre chefes não brancos, o setor comerciante era mais frequente em fogos escravistas que em fogos desprovidos de escravos. Neste setor, a ocupação de tropeiro foi exclusiva para chefes que possuíam escravos. Percebe-se a relação inversa em relação ao setor “Outras ocupações”, no qual a maior parte das ocupações eram exercidas em fogos não escravistas. Apesar das limitações que o vocabulário das ocupações empregadas nas listas podem impor, ao que os dados sugerem, não havia restrição ou impedimento do exercício das atividades compreendidas nestes setores condicionado à posse de escravos.

As atividades manuais e mecânicas predominavam em frequência nos grupos de chefes escravistas e não escravistas, mesmo que em proporções diferentes. Este setor era mais frequentemente exercido por fogos não escravistas, ainda que a posse de escravos não fosse um fator limitador para realização de tais atividades. A porcentagem de chefes não escravistas exercendo estas atividades era de 51,8% e, para os chefes escravistas, de 42,4%. A ocupação de fiadeira, que sobressaía no setor em questão, quando exercida por fogos escravistas, era exercida em sua maioria por mulheres com pequenos plantéis.

Para os chefes não brancos, as ocupações mais frequentes dentre os escravistas foram aquelas de fiadeira, lavrador e negociante, mineiro e tropeiro. Dentre os não escravistas, tem-se as ocupações de fiadeira também, em maior proporção, seguidas daquelas de jornaleiro,

lavrador e tecedeira. Atividades em comum foram observadas em ambos os fogos, escravistas ou não, como negociante, quitandeira, ou jornaleiro, por exemplo.

Percebemos, com as análises e discussões anteriores, a existência de variações individuais que podem nos dar indícios de posições sociais distintas de chefes não brancos dentro de um mesmo grupo de atividades, mesmo que não representativas para o grupo de indivíduos. Homens ou mulheres podem ser mais bem-sucedidos que outros dentro de seu grupo de atividades por possuírem maior número de escravos ou um fogo mais populoso. A cor da pele, associada às demais condições do fogo, pôde indicar igualmente para a possibilidade de ascensão social a partir da condição de ex-escravos africanos em alguns setores. Podemos dizer, por exemplo, que esta possibilidade foi ausente para chefes não brancos nos setores “Outras Ocupações” e Agropecuária, tendo sido estas exclusivamente arroladas para pardos e crioulos. Já nos setores Atividades Manuais e Mecânicas, Comerciante e Mineração, houve presença de chefes de fogo pretos ou africanos.

Assim, a consulta às listas nominativas revelaram que, nos oitocentos, os chefes de fogos podiam ou não se destacarem em relação aos demais integrantes de sua unidade domiciliar. Quem trabalhava em um fogo não era necessariamente somente o escravo, podendo, inclusive outros integrantes possuírem cativos ou o chefe trabalhar em cooperação com os demais. Subentende-se que, sendo o fogo um *locus* voltado ao trabalho, esta condição poderia ser uma sugestiva estratificação social, que hierarquizava as pessoas em “livres”, “chefes de fogos” ou “escravos”, também trabalhadores, não para si, mas para os outros. Os chefes de fogos não brancos eram predominantemente pouco abastados, geralmente desprovidos de escravos e com uma expressiva presença de mulheres, principalmente, na atividade de fiadora no setor de atividades manuais e mecânicas. Mas este grupo de chefes de fogos não brancos também poderia diferir-se entre si, principalmente, em relação ao número de escravos e pelo número de pessoas no fogo.

2.7. CHEFES BRANCOS DOS FOGOS DO DISTRITO DE GUARAPIRANGA: UM PERFIL SOCIOECONÔMICO, ANO DE 1831-1832

Dentre os 373 chefes de fogos que foram distinguidos no distrito sede de Guarapiranga, 106 eram brancos. As listas nominativas descrevem, em termos do perfil dos chefes brancos de fogos, que a idade destes indivíduos era de 46,9 anos em média, variando entre 19 e 85 anos, estando muito próxima da faixa etária dos chefes de fogos não brancos. No

entanto, diferentemente dos chefes não brancos, foram arrolados neste grupo 75 homens e 31 mulheres chefes de fogo, sendo a razão sexual entre eles de 241. Esta razão pode estar relacionada à predominância do setor agropecuária neste grupo, que corresponde a atividades exercidas majoritariamente por homens (PAIVA, 1996). Nota-se, assim, a disparidade na porcentagem de homens e mulheres brancos chefiando um fogo, o que não acontecia entre não brancos. Neste segmento, inclusive, as mulheres predominavam sobre os homens como chefes de fogos em diversas atividades.

Das 31 mulheres arroladas como chefes brancas de fogo em Guarapiranga, a maioria (54,8%) era solteira, havendo também uma considerável porcentagem de viúvas (41,9%) e uma única mulher casada chefiando o fogo. A maior parte destas mulheres tinham média de 51 anos de idade, chefiavam fogos escravistas com pequeno plantel de escravos (35,5%), médio (25,8%) e grande (12,9%). Seus fogos tinham uma média de 7,8 pessoas (mínimo de 2 e máximo de 26). Estas mulheres ocupavam-se, em grande parte (51,6%), de atividades ligadas ao setor Atividades Manuais e Mecânicas (Quadro 26), tal como as não brancas. Ressalta-se que para estas mulheres havia uma porcentagem de 12,9% de não informação quanto ao setor de atividade no qual atuavam, enquanto para os homens chefes este percentual diminuía para 1,3%.

Quadro 26. Caracterização das mulheres brancas chefes de fogos. Guarapiranga, 1831-1832.

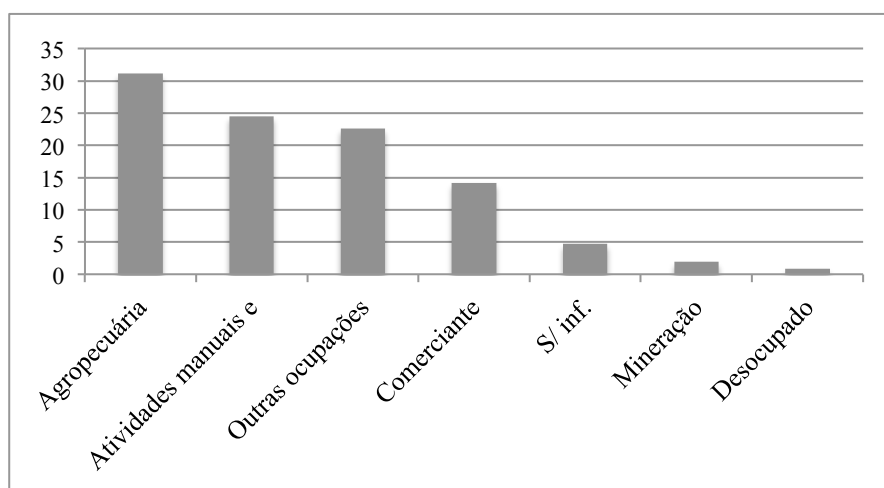
Variável		Valor*
Idade		51
Estado conjugal	Casada	3,2
	Solteira	54,8
	Viúva	41,9
Tamanho fogo		7,8
Tamanho plantel	Pequeno	35,5
	Médio	25,8
	Grande	12,9
Setor atividades	AMM	51,6
	AG	22,6
	S/inf	12,9
	CM	6,5
	MN	3,2
	DS	3,2

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

*Idade apresentada em média; tamanho do fogo em número de pessoas; estado conjugal, tamanho plantel e setor de atividade, valor em %.

De forma geral, dentre homens e mulheres brancos, chefes de fogo, a Agropecuária era o setor de atividade predominante, abarcando 31,1% dos núcleos arrolados. A atividade de lavrador se destacava dentre estes chefes. Os setores econômicos presentes nas listas de chefes brancos dos fogos de Guarapiranga apresentaram-se, portanto, de forma distinta daquela observada nos fogos dos chefes não brancos: depois do setor Agropecuária, destacou-se o setor das Atividades Manuais e Mecânica, em 24% dos fogos; o de Outras Ocupações, em 22,6%; o setor Comerciante, em 14,2%; o da Mineração em 1,9% e, por fim, os designados como “desocupados”, que representavam 0,9% dos fogos (Gráfico 38).

Gráfico 38. Distribuição dos chefes de fogo brancos por Setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Foram contabilizados cinco indivíduos sem informação quanto ao setor de atuação, sendo quatro deles mulheres e um homem que, apesar de não ter suas informações ocupacionais preenchidas na lista, no campo relativo ao nome foi nomeado “Sargento Mor Joze da Costa Lima”.

Do destaque entre os fogos chefiados por brancos do setor agropecuário subentende-se que a condição de proprietário de terras era maior entre os chefes de fogos brancos. Enquanto os fogos do setor agrícola representavam 31% dos fogos dos brancos, entre os não brancos eles ficavam em torno de 12%, representando apenas 33 fogos dos 269 chefiados por não brancos. A Tabela 35, apresentada a seguir dá a dimensão da maior expressividade da ocupação de lavrador dentre as demais. Foram listadas 32 ocupações dentre os fogos

chefiados por indivíduos brancos. Este número de ocupações, também, foi maior do que aquele registrado entre os não brancos, com 27 ocupações. Revela-se portanto uma maior diversidade de ocupações entre os chefes brancos, com ocupações exclusivas, não exercidas por chefes não brancos no distrito analisado, tais que: cirurgião, eclesiástico, juiz de paz/ofícios, cobrador, escrivão, professor, caldeireiro, latoeiro, pedreiro, criador, e manufatura de tabaco.

Tabela 35. Distribuição das ocupações dos chefes brancos de fogo. Guarapiranga, 1831-1832.

Ocupação	Setor	N	%
Lavrador	AG	32	30,2
Negociante	CM	15	14,2
Fiadeira	AMM	10	9,4
S/ inf.	-	5	4,7
Jornaleiro	OO	5	4,7
Costureira	AMM	4	3,8
Cirurgião	OO	3	2,8
Eclesiástico	OO	3	2,8
Carpinteiro	AMM	2	1,9
Ferreiro	AMM	2	1,9
Mineiro	MN	2	1,9
Caldeireiro e lavrador	OO	2	1,9
Alfaiate	AMM	1	0,9
Caldeireiro	AMM	1	0,9
Cobrador	OO	1	0,9
Escrivão	OO	1	0,9
Feitor	OO	1	0,9
Latoeiro	AMM	1	0,9
Pedreiro	AMM	1	0,9
Pescador	OO	1	0,9
Professor	OO	1	0,9
Rendeira	AMM	1	0,9
Desocupado	DS	1	0,9
Tecedeira	AMM	1	0,9
Torneiro	AMM	1	0,9
Eclesiástico	OO	1	0,9
Violeiro	AMM	1	0,9
Lavrador e tropa	AG	1	0,9
Lavrador e venda	AG	1	0,9
Juiz de paz/órfãos	OO	1	0,9
Criador, mineiro	OO	1	0,9
Manufatura de tabaco	AG	1	0,9
Cobrador e lavrador	OO	1	0,9
Total		106	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Quando se compara a lista de ocupações exercidas por brancos e não brancos nos oitocentos, na sede do distrito de Guarapiranga, chama a atenção entre os fogos chefiados por não brancos a designação “pobre” que não está presente entre os fogos chefiados por brancos e que tinham na sua composição, basicamente, mulheres.

Ainda dentre as ocupações que não constam nas listas nominativas relacionadas aos fogos dos brancos encontra-se a ocupação de parteira. Possivelmente, as parteiras não brancas eram requisitadas para atender a grande maioria das mulheres brancas em seus problemas de saúde ginecológica ou gestacional.

Já a ocupação de “feitor”, presente entre os chefes de fogos dos brancos, se faz notar, também, por estar presente entre os chefes de fogos dos não brancos. Entre estes esta ocupação era exercida mostrando uma naturalização da condição de cativos generalizada por toda a sociedade guarapiranguense nos oitocentos. Todavia, era entre os fogos de chefes brancos que a relação de dominação entre brancos e cativos evidenciava-se.

Dos fogos cujos chefes eram brancos, somente 23,6% não possuíam escravos. A condição de escravistas abrangia mais de 70% dos fogos dos chefes brancos, evidenciando que estes, geralmente, eram mais abastados que os chefes não brancos de Guarapiranga, em sua maioria, sem escravos. Os plantéis de escravos dos chefes brancos possuíam de 1 a 44 escravos, sendo mais frequente os pequenos plantéis, de um a três escravos (Tabela 36).

Tabela 36. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos. Guarapiranga, 1831-1832.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	25	23,6
1 a 3 escravos	40	37,7
4 a 10 escravos	24	22,6
11 a 49 escravos	17	16
Total	106	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os chefes brancos lideravam núcleos com uma média de 9,6 indivíduos por fogo (mínimo de 2 e máximo de 56 indivíduos). Uma grande porcentagem dos fogos eram populosos, sendo aqueles com dez ou mais indivíduos os mais frequentes (31,1% dos fogos). Dentre os chefes brancos não houve registro de fogos unipessoais, conforme a Tabela 37 abaixo:

Tabela 37. Tamanho dos fogos de chefes brancos em número de pessoas. Guarapiranga, 1831-1832.

Tamanho do fogo	N	%
duas pessoas	13	12,3
três pessoas	11	10,4
quatro pessoas	9	8,5
cinco pessoas	12	11,3
seis pessoas	11	10,4
sete pessoas	7	6,6
8 a 9 pessoas	10	9,4
10 ou mais pessoas	33	31,1
Total	106	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Como evidenciado anteriormente, a sociedade de Guarapiranga, nos oitocentos, encontrava-se hierarquizada socialmente através das distinções estabelecidas entre “pessoas livres sem relação com o chefe”, “chefes de fogos e seus dependentes” e “cativos”. Mas, também, entre os “chefes de fogos” observavam-se diferenças entre os fogos de brancos e não brancos, tanto em termos da porcentagem de cativos, como no tipo de ocupação neles existentes. A seguir, apresentar-se-á, de forma mais detalhada, as especificidades dos fogos dos brancos em cada um dos setores da economia.

2.7.1. A atuação dos chefes brancos no setor Agropecuária

A agropecuária, setor de destaque na Freguesia de Guarapiranga no século XIX e marcadamente presente na caracterização feita por diversos autores (GODOY 2004; ANDRADE, 2014; LEMOS, 2012), era, dentre os chefes do distrito sede, exercido, predominantemente, por brancos. Aproximadamente 30% dos chefes brancos se dedicavam à agricultura, enquanto apenas 12% do total de chefes não brancos exerciam atividades relacionadas a este setor. Percebe-se, portanto, que a vocação agrícola deste local, aparentemente tímida nos fogos chefiados por não brancos, encontrava-se concentrada dentre os chefes brancos, e, presumivelmente, com condição maior de adquirir terras. Os chefes brancos relacionados ao setor da agropecuária eram homens em sua maioria (78,8%). Dos 33 chefes deste setor, 63,6% eram casados, seguidos de 24,2% de viúvos, e 12,1% de solteiros (Tabela 38).

Tabela 38. Distribuição dos chefes brancos de fogos por estado conjugal. Guarapiranga, 1831-1832.

Estado conjugal	N	%
Casado	21	63,6
Viúvo	8	24,2
Solteiro	4	12,1
Total	33	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Apenas sete (ou 21,2%) do total de fogos desta amostra correspondia a fogos chefiados por mulheres. As ocupações descritas para os brancos neste setor foram as de: “lavrador”, “lavradora” e “manufatura de tabaco”.

Através da relação de mulheres engajadas no setor Agropecuária, percebemos que, sendo brancas, a relação delas com a ocupação lavrador provavelmente se dava a partir da condição de serem viúvas, dado o perfil masculino destas atividades na época. O tamanho da escravaria das chefes mulheres variava desde uma chefe sem escravos, com apenas três pessoas em seu fogo, até núcleos com 20 escravos e 25 pessoas compondo o fogo. Todas foram arroladas como lavradoras, sem especificação quanto à natureza de suas produções (Tabela 39).

Tabela 39. Perfil das mulheres brancas chefes de fogo do setor Agropecuária. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	OCUPAÇÃO	ESTADO CONJUGAL	TAM. FOGO	PLANTEL ESCRAVO
Lucia Polqueira Augusta	35	Lavrador	Viúvo	8	3
Maria Theodoura de Sao Goncalo	60	Lavrador	Viúvo	5	2
Joanna Francisca de Paula	45	Lavrador	Viúvo	14	5
Maria Lucianna da Silva	69	Lavrador	Viúvo	25	20
Marianna Joaquina Ribeira	53	Lavrador	Viúvo	22	16
Anna Durotheia	64	Lavrador	Viúvo	7	5
Umbelina Lionor	43	Lavrador	Solteira	3	Sem escravos

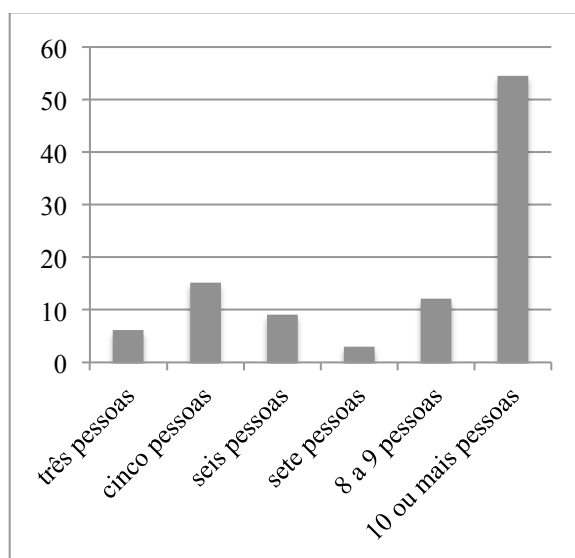
Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Segundo Lemos (2012), a consolidação de atividades agropastoris, na primeira metade dos oitocentos na região onde se inseria Guarapiranga, impulsionou a chegada de mão de obra

na Freguesia, assim como de recursos que permitiram a especialização de atividades que, no caso de Guarapiranga, destacou-se na produção de derivados da cana-de-açúcar.

Nas listas nominativas analisadas não se encontrava de forma específica a ocupação “trabalho com engenho”, mas, sim, o termo “lavrador” que é muito mais amplo. Todavia, Marcelo Magalhães Godoy (2008), ao descrever as características da produção canavieira em Minas Gerais, nos oitocentos, afirma que havia uma forte associação entre as atividades agroaçucareiras e a escravidão; que a força de trabalho nestes espaços era polivalente, consorciando-se com outras atividades econômicas, permitindo, assim, a diversificação da produção que se destinava ao mercado interno. A utilização da mão de obra escrava era grande e recorrente e os fogos com engenhos possuíam uma média de 21 escravos por unidade produtiva. No distrito de Guarapiranga, 54,5% dos fogos do setor agrícola era composto de, no mínimo, 3 e no máximo 34 indivíduos, com uma média de 13,6 pessoas por fogo (Gráfico 39).

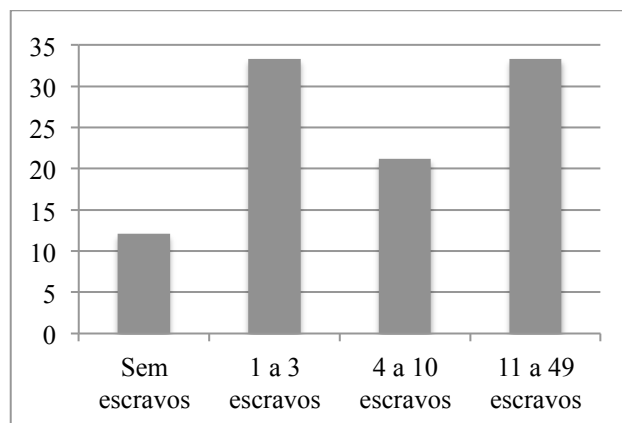
Gráfico 39. Tamanho do fogo de chefes brancos por número de indivíduos. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Quanto aos escravos, apenas 12,1%, ou quatro fogos, não eram proprietários de cativos, sendo um deles chefiado por uma mulher. Os demais possuíam pequenos, médios e grandes plantéis, variando de 1 a 29 o número de escravos por fogo. Os pequenos e grandes plantéis representavam 37,9% dos fogos escravistas e os médios correspondiam a 24,1% (Gráfico 40).

Gráfico 40. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos do setor . Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Apesar de representativo dentre a amostra do distrito analisado, estes plantéis tinham uma média inferior àquela apresentada por Godoy (2008), para os engenhos da província mineira dos oitocentos, de 21 escravos por unidade produtiva. A média de escravos dentre os fogos escravistas no setor agropecuária de Guarapiranga era de 9,2 cativos/fogo.

2.7.2. A atuação dos chefes brancos no setor Atividades Manuais e Mecânicas

No que diz respeito ao setor das atividades manuais e mecânicas, observa-se nos fogos de chefes não brancos a prevalência de mulheres exercendo estes ofícios, tendo destaque as atividades de fiadeiras no setor têxtil, tal como para os chefes brancos. Neste setor, havia também em comum para os dois grupos de chefes, costureiras, alfaiates, carpinteiros, ferreiros e caldeireiros. Dos 26 fogos envolvidos neste setor, 16 eram chefiados por mulheres, correspondendo a 61,5%, sendo 10 chefiados por homens, correspondendo a 38,4%.

Estas mulheres exerciam atividades tais como de fiadeira, costureira, rendeira ou tecedeiras, atividades estas ligadas ao setor têxtil em suas diversas fases de produção ou transformação do produto final. Eram mulheres solteiras ou viúvas (81,3% e 18,8% respectivamente), estando ausente as mulheres casadas neste grupo. Havia uma média de 4,6 pessoas por fogo de mulheres chefes brancas no setor das atividades manuais e mecânicas. Nestes, 31,3% não possuía escravos. Dentre os plantéis deste setor 43,8% eram pequenos e 25% médios, tendo no máximo 8 escravos (Tabela 40).

Tabela 40. Perfil das 16 mulheres brancas chefes de fogo do setor AMM. Guarapiranga, 1831-1832*.

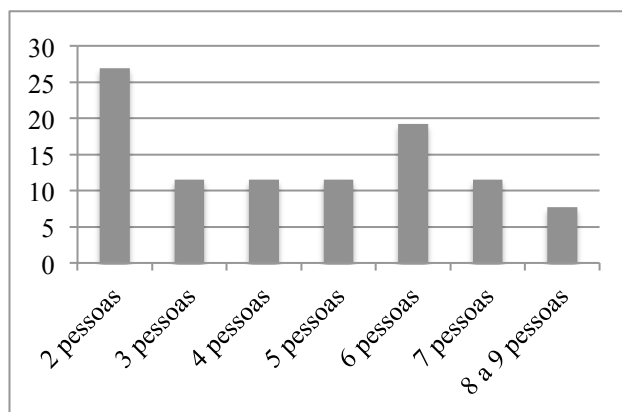
Idade	Estado conjugal			Tamanho fogo (Média 4,6)	Tamanho plantel			Ocupação
	Casada	Solteira	Viúva		0	Peq.	Méd	
56	0	81,3	18,8		31,3	43,8	25	Fiadeira, costureira, rendeira, tecedeira

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

*Idade apresentada em média; tamanho do fogo em número de pessoas; estado conjugal, tamanho plantel e setor de atividade, valor em %.

No que diz respeito ao total dos 26 chefes, 50% destes eram casados, 38,5% eram solteiros e 11,5% eram viúvos. Estes fogos eram constituídos por uma média de 4,5 indivíduos, havendo no mínimo 2 e no máximo 9 pessoas (Gráfico 41). Portanto, mesmo os fogos desprovidos de escravos eram compostos por alguém mais, além do chefe.

Gráfico 41. Tamanho do fogo de chefes brancos por número de pessoas. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os fogos sem escravos representavam 42,3% da amostra deste setor, a mesma porcentagem encontrada para os fogos que possuíam pequenos plantéis (1 a 3 escravos). Estes fogos escravistas de chefes brancos variavam de um a oito cativos, havendo maior proporção de pequenos plantéis (1 a 3 escravos) e em menor porcentagem (15,4%) plantéis médios (4 a 8 escravos), conforme apresentado na Tabela 41 abaixo:

Tabela 41. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos de fogo. Guarapiranga, 1831-1832.

Estrutura posse escravos	N	%
Sem escravos	11	42,3
1 a 3 escravos	11	42,3
4 a 10 escravos	4	15,4
Total	26	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Diferentemente do setor agrícola, não se observou, no setor das atividades manuais e mecânicas, fogos com grandes plantéis de cativos, mas, antes, com pequenos plantéis ou sem nenhum escravo. Todavia, a presença destes já diferenciava os fogos deste setor dos chefes não brancos que também desenvolviam atividade manuais e mecânicas, predominantemente, sem cativos. Fogos com plantel médio de escravos, como os apresentados no Quadro 27 a seguir, não eram o usual, portanto.

Quadro 27. Chefes brancos de fogo com plantéis médios de escravos no setor AMM. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	PLANTEL ESCRAVOS
Germana Clara	42	Solteiro	Costureira	6	4
Marianna Luiza do Nascimento	66	Solteiro	Fiadeira	6	4
Emerencianna Candida	60	Viúvo	Tecedeira	9	8
Thereza Monteiro Calda	71	Solteiro	Fiadeira	7	4

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas 1831-1832.

Estes fogos com plantel médio de cativos possuíam mais indivíduos arrolados em um único núcleo que nos demais deste mesmo setor. Ilustra esta situação o fogo chefiado por uma mulher viúva que contava com nove indivíduos, sendo oito deles seus escravos. Com relação às atividades manuais e mecânicas na Província mineira do século XIX, Godoy e Silva (1999) afirmam que os fogos escravistas que exerciam tais atividades tendiam a apresentar posses predominantemente pequenas com presença de algumas posses médias ou exclusivamente pequenas, tal como observado no distrito sede de Guarapiranga, nos fogos dos chefes não brancos. Com base no tamanho do plantel apresentado para chefes brancos neste setor,

podemos concluir que as atividades manuais e mecânicas desempenhadas em Guarapiranga eram mais dinâmicas e rentáveis para chefes brancos que para aqueles não brancos.

2.7.3. A atuação dos chefes brancos no setor Outras Ocupações

O setor “Outras ocupações” mostrou-se como um dos mais interessantes ou divergentes, quanto às atividades que nele se encontravam, dentre os chefes brancos devido à heterogeneidade. Este setor encontrava-se composto, exclusivamente, por homens: 24 no total. As profissões de juiz, professor ou vigário indicam ocupações de reconhecimento, prestígio e distinção social, inexistentes dentre os chefes não brancos dos fogos arrolados nas listas analisadas. Já as ocupações de jornaleiro, feitor e pescador, estiveram presentes tanto entre chefes brancos como não brancos do distrito (Tabela 42).

Tabela 42. Distribuição das ocupações dos chefes de fogo brancos do setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

Ocupação	N	%
jornaleiro	5	20,8
cirurgião	3	12,5
caldeireiro e lavrador	2	8,3
eclesiástico	2	8,3
cobrador	1	4,2
cobrador e lavrador	1	4,2
de suas ordens	1	4,2
escrivão deste juízo	1	4,2
Feitor	1	4,2
juiz de paz suplente e lavrador	1	4,2
juiz de paz, lavrador e negociante	1	4,2
negociante e lavrador	1	4,2
pescador	1	4,2
professor das primeiras letras	1	4,2
tropeiro e lavrador	1	4,2
Vigário	1	4,2
Total	24	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Alguns dos chefes brancos deste setor conciliavam duas ou três atividades, tal como: juiz e lavrador; negociante e lavrador ou ainda tropeiro e lavrador. A ocupação “lavrador”, que hoje poderia ser denominada de fazendeiro, por ser das ocupações que mais apresentavam

cativos e fogos maiores, o que denotaria prestígio social, também possibilitava conciliar outras atividades, como as de Juiz e negociante.

Já ocupação de cirurgião exige maior cuidado na associação de seu significado com aquele da realidade atual. Jean Baptiste Debret (1978), na descrição de uma de suas pranchas que retratava cenas do cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XIX, cita barbeiros como indivíduos polivalentes. Na loja de barbeiros, era comum encontrar, além destes trabalhadores, cabelereiros, ou “[...] cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas” (DEBRET, 1978, p. 212). Tal passagem indica a existência de negros ou mulatos, que podiam ser livres ou escravos, exercendo o que era considerado cirurgias no século XIX, no Brasil.

No distrito de Guarapiranga, os cirurgiões eram exclusivamente brancos e chefes de fogo. Os barbeiros arrolados nas listas nominativas do distrito não eram chefes e quase inexistentes dentre a população local. Foi encontrado somente um indivíduo relacionado a esta ocupação nas listas de Guarapiranga. O mesmo era negro, solteiro, escravo de um chefe de fogo branco. Seu chefe era vigário e contava com quatro indivíduos em seu domicílio, o barbeiro incluso. Assim, não se pode ter plena convicção da polivalência de barbeiros para atuarem, também, como cirurgiões neste caso. Mas, o Quadro 28 (vide página 158), apresentado à frente, abre uma possibilidade interpretativa através da apresentação de um Chefe de Fogo, branco, com grande plantel de escravos: Antonio Pedro Vidigal de Barros, que foi retratado com o título de “Cirurgiam Mor”, sendo a sua ocupação de Juiz. O agente responsável por fiscalizar as artes físicas e cirúrgicas, desempenhadas por indivíduos hábeis com a navalha, eram vigiados no exercício da sua ocupação por uma junta ou por um Juiz, acompanhado de um “Cirurgião-Mor” (CABRAL, 2011).

Quanto à posse de escravos neste setor de atividade, percebe-se tratar-se de chefes com alguma condição financeira que lhes permitia ter, no mínimo, 1 e, no máximo, 44 cativos. Apenas 16,7% destes fogos não possuíam nenhum escravo. A maioria dos fogos deste setor eram, portanto, escravistas, com pequenos, médios e grandes plantéis de escravos. As pequenas posses de cativos eram mais frequentes (37,5%), seguidas das médias (29,2%) e finalmente as grandes posses, correspondentes a 16,7% dos fogos, que apresentavam maior contingente de escravos dentre todos os setores analisados, com 44 escravos (Tabela 43).

Tabela 43. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos no setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

Estrutura da posse de escravos	N	%
Sem escravos	4	16,7
1 a 3 escravos	9	37,5
4 a 10 escravos	7	29,2
11 a 49 escravos	4	16,7
Total	24	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os quatro chefes que conciliavam mais de uma atividade eram detentores de grandes posses de escravos. Estes chefes são relacionados a seguir no Quadro 28.

Quadro 28. Chefes brancos de fogos escravistas com mais de uma ocupação. Setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Cirurgiam Mor Antonio Pedro Vidigal de Barros	50	Casado	Juiz de paz, lavrador e negociante	56	44
Alferes Francisco Coelho Duarte	40	Casado	Juiz de paz suplente e lavrador	37	35
Ajudante Antonio Jacinto Tavares	41	Solteiro	Tropeiro e lavrador	24	21
Capitam Antonio Teixeira Guimaraes	60	Casado	Negociante e lavrador	28	20

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Dentre todos os chefes arrolados nas listas nominativas de Guarapiranga, os listados no Quadro anterior estavam, provavelmente, dentre os fogos mais abastados economicamente e formavam a elite local. Com 47 anos de idade em média, os quatro chefes brancos diferem-se dos demais até mesmo pela forma de tratamento nas listas. Descobre-se que seus nomes eram enunciados primeiramente com uma evocação aos seus títulos: “cirurgiam mor”, “capitam”, alferes e ajudante. O título descrito juntamente com o nome do indivíduo parece ter dispensado sua relação na lista das ocupações. Estes chefes tinham três ou quatro ocupações simultâneas ou complementares. Por outro lado, tem-se aqueles poucos chefes brancos listados também no setor “Outras Ocupações”, porém sem escravos (Quadro 29).

Quadro 29. Chefes brancos de fogo não escravistas. Setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO
Anacleto Martins Teixeira	64	Solteiro	Feitor	2
Antonio de Azevedo Cunha	25	Casado	Jornaleiro	2
Antonio Bernardes	37	Casado	Jornaleiro	2
Fabeanno Joze da Mata	25	Casado	Jornaleiro	3

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Estes quatro fogos, sem escravos, tinham chefes homens, com 37 anos em média e duas pessoas por fogo, enquanto os demais fogos deste setor contavam com uma média de 11,8 indivíduos/fogo, havendo no mínimo 2 e no máximo 56 pessoas. Os fogos populosos, geralmente, tinham muitos escravos. No setor “Outras Ocupações”, a maioria dos fogos (45,8%) concentravam 10 ou mais pessoas (Tabela 44).

Tabela 44. Tamanho dos fogos de chefes brancos de fogo (em nº de indivíduos) no setor “Outras Ocupações”. Guarapiranga, 1831-1832.

Tamanho do fogo (em faixas)	N	%
2 pessoas	4	16,7
3 pessoas	2	8,3
4 pessoas	3	12,5
5 pessoas	1	4,2
6 pessoas	1	4,2
7 pessoas	2	8,3
+ de 10 pessoas	11	45,8
Total	24	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Identifica-se que, embora as ocupações conjugadas sejam uma característica deste segmento, como no caso do Juiz de paz, que era, também, lavrador e negociante, a condição de lavrador (fazendeiro) é indicativa da importância da terra em uma sociedade economicamente ainda pouco diferenciada.

2.7.4. A atuação dos chefes brancos no setor Comerciante

Os chefes brancos listados no setor de comerciante (CM) foram todos designados como “negociantes”. Eram homens, em sua maioria (86,7%), casados (66,7%). Os fogos com escravos representavam (66,7%) do total, sendo mais frequente a presença de pequenos plantéis, de 1 a 3 escravos (Tabela 45).

Tabela 45. Estrutura da posse de escravos de chefes brancos do setor CM. Guarapiranga, 1831-1832.

Estrutura posse escravos	N	%
Sem escravos	5	33,3
1 a 3 escravos	6	40
4 a 10 escravos	3	20
11 a 49 escravos	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Descobre-se a predominância de pequenos plantéis dentre os fogos de chefes brancos comerciantes (40%), seguidos dos fogos com plantéis médios e grandes de escravos, com 20% e 6,7%, respectivamente. Os fogos dos chefes proprietários de escravos do setor de comércio apresentavam, assim, plantéis de escravos que variavam de 1 a 16 cativos, com uma média de 4,8 escravos/fogo. Seis fogos tinham pequenos plantéis, três eram proprietários de médios e apenas um possuía um grande plantel. Possivelmente, o número de escravos no plantel dos fogos destes setor não o situa dentre o grupo mais abastado do distrito de Guarapiranga, como no caso do “setor de outras ocupações” e do “setor agrícola”.

Eram apenas 15 os fogos presentes nas listas para este setor, o que levanta a possibilidade de uma sociedade em que as trocas de mercadorias e serviços estabeleciam-se mais pelo escambo e pelas relações não monetárias, típicas de uma sociedade mais ruralizada. O termo negociante é apresentado por Godoy (1996) como possivelmente associado a “tropeiro”, que dizia respeito a um tipo de negociante de animais próprios ou de terceiros. Termos como: “Negociante de tropa”, “negociante de fazenda seca e molhada com tropa no caminho do Rio”, ou ainda “negociante e tropeiro” são encontrados pelo autor dentre as ocupações descritas nas listas nominativas mineiras do século XIX. As ocupações de quitandeira, caixeiro e tropeiro, embora possam envolver trocas, parecem, portanto, não terem o mesmo significado. O termo “negociante” parece ser utilizado somente quando associado a certas condições. Dentre estes 15 fogos que realizavam atividades comerciais, dois eram chefiados por mulheres. Uma destas mulheres era viúva e chefiava o fogo com maior número

de escravos do setor (16 cativos), totalizando 26 pessoas no núcleo. A outra mulher, também negociante, era solteira, contava com apenas três pessoas em seu núcleo e não possuía escravos.

Na Tabela 46, que se segue, assinala-se que os fogos de comerciantes eram compostos por no mínimo duas pessoas e, no máximo, 26 pessoas, com uma média de sete pessoas/fogo.

Tabela 46. Tamanho dos fogos de chefes brancos de fogos (em número de indivíduos) no setor CM. Guarapiranga, 1831-1832.

Tamanho do fogo	N	%
2 pessoas	1	6,7
3 pessoas	3	20
4 pessoas	2	13,3
5 pessoas	2	13,3
6 pessoas	1	6,7
7 pessoas	1	6,7
8 a 9 pessoas	3	20
10 ou mais pessoas	2	13,3
Total	15	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Enfim, os dados relativos ao setor de comércio do distrito-sede de Guarapiranga evidenciaram um atrofiamento deste setor, que se caracterizava por ser numericamente pouco expressivo no distrito quando comparado aos setores de atividades agrícolas, que representavam 31% dos fogos de chefes brancos; do setor de atividades manuais e mecânicas, que representavam 24% dos fogos dos chefes brancos e do setor “Outras Ocupações”, que representava 22,6% dos fogos. O setor Comerciante, referente aos fogos dos chefes brancos, representava apenas 14% dos fogos dos chefes brancos. Este fato reforça a caracterização da economia do distrito-sede de Guarapiranga como sendo pouco monetarizada, marcada por atividades domésticas, nas quais a presença de cativos eram mais expressiva em setores muito localizados da economia local, como o setor Agropecuária e o de Outras Ocupações, estando sempre mais presente nos fogos dos brancos que nos fogos de chefes não brancos.

2.7.5. A atuação dos chefes brancos no setor Mineração

Houve somente dois chefes brancos relacionados à atividade mineradora na amostra analisada, um homem e uma mulher. Ambos eram solteiros, entre 30 e 52 anos de idade e

possuíam consideráveis plantéis de escravos, sendo que a mulher possuía 22 cativos e o homem cinco (Quadro 30). Para os brancos, esta atividade se mostrou rentável e possibilitadora de uma condição social que os chefes não brancos não atingiram, uma vez que estes, em número de nove mineiros, em sua maioria não possuíam escravos e frequentemente viviam em fogos compostos por uma, duas ou três pessoas. Dentre os dois mineiros brancos, a mulher se destaca pelo tamanho de seu plantel (com 22 escravos) e um fogo composto por 25 indivíduos, o que a coloca numa posição aproximada dos indivíduos mais abastados do setor “Outras Ocupações”. Ainda que o homem minerador tenha apresentado um fogo em condições inferiores à da mineira, o mesmo se situava mais próximo de outros brancos de outros setores que de não brancos mineiros.

Quadro 30. Chefes brancos de fogo do setor Mineração. Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	ESTADO CONJUGAL	OCUPAÇÃO	TAMANHO FOGO	TAMANHO PLANTEL
Antonio Joze Dias	52	Solteiro	Mineiro	6	5
Francisca de Assis Candida	30	Solteiro	Mineira	25	22

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Importante reiterar que as listas não compreendem o total da população existente naquele momento. Os dados presentes no arrolamento podem ser aproximativos das condições que o Guarapiranga experienciava naquele momento. Por isso, considerando o histórico de formação regional e econômica do local, seria imprudente considerar que neste distrito houvesse de fato somente dois indivíduos exercendo atividades relacionadas à mineração.

2.7.6. A atuação dos chefes brancos no setor “Desocupados”

Dentre os chefes brancos foi observado somente um indivíduo designado como “desocupado”. Tratava-se de uma mulher de 28 anos de idade, casada, sem que o nome de seu marido constasse no mesmo fogo. Sendo ela chefe de um fogo com 13 indivíduos, no núcleo desta mulher constavam seis escravos, dois indivíduos livres sem mais informações de sua relação com ela, dois filhos e dois agregados. Como ocupação, lhe é descrito o termo “em companhia de seu pai”. Contrapondo estas informações com aquelas apresentadas para os não brancos, demonstra-se uma alteração na aplicação dos termos aos dois grupos. Os chefes não

brancos classificados como “desocupados” tiveram no campo ocupação o uso do termo “pobre”. Foram seis os indivíduos não brancos classificados como pobres, os quais muito logicamente não possuíam escravos e residiam em domicílios com uma ou duas pessoas. Contrariamente a esta situação, a única chefe branca de fogo arrolada como “desocupada” vivia em um fogo com seis escravos, formado por 13 pessoas, era casada, com filhos, embora seu cônjuge não constasse na lista e lhe era atribuída na lista nominativa a atividade de “cuidado do seu pai”. Assim, parece que a classificação de desocupada poderia ser atribuída tanto a pobre como a pessoas mais abastadas. Poderia, assim, designar um fogo que não desenvolvia, necessariamente, nenhuma atividade econômica relacionada ao setor agrícola, de atividades manuais e mecânicas, bem como relacionados aos demais setores.

2.7.7. Atributos gerais dos fogos de chefes brancos segundo a posse ou não de cativos

Os chefes brancos de Guarapiranga, em número de 106 indivíduos, tinham em média 46 anos de idade, chefiavam fogos com, em média, 9,6 pessoas, e eram homens em sua maioria. Foi possível analisar 101 fogos que dispunham de informações quanto ao setor e ocupação exercida por chefes brancos. Sabe-se que grande parte destes fogos possuíam escravos (77 fogos, ou 76,2%) e apenas 23,7% (ou 24 fogos) não utilizavam a mão de obra escrava. Ou seja, a porcentagem dos fogos escravistas superava em aproximadamente três vezes aquela dos não escravistas. O Quadro 31, apresentado a seguir, compila as principais informações destes chefes agrupando-os em escravistas e não escravistas, considerando a relevância desta categoria para a análise da condição social do fogo.

Quadro 31. Chefes brancos de fogos escravistas e não escravistas de Guarapiranga, 1831-1832.

CHEFES BRANCOS		ESCRAVISTAS	NÃO ESCRAVISTAS
Número de fogos		77	24
Idade do chefe	Anos	19 a 85	19 a 72
Sexo do chefe	Masculino	74%	70,8%
	Feminino	26%	29,2%
Estado marital do chefe	Casado	57,1%	54,2%
	Solteiro	27,3%	45,8%
	Viúvo	15,6%	-
Tamanho fogo	Nº pessoas	2 a 56	2 a 7
Tamanho plantel	Nº escravos	1 a 44	-
Posse escravos (faixas)	Pequeno plantel	48,1%	-
	Médio plantel	29,9%	-
	Grande plantel	22,1%	-
Total de escravos		560	-
Setores de atividades	AMM	19,5%	45,8%
	CM	13%	20,8%

AG	37,7%	16,7%
OO	26%	16,7%
MN	2,6%	-
DS	1,3%	-

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

A média de idade dos chefes dos fogos não escravistas era de 43,9 anos e aproximadamente 70% deles eram homens. A maioria destes chefes brancos e sem escravos eram casados (54,2%) e havia também considerável porcentagem de solteiros (45,8%), não tendo sido encontrados viúvos entre eles. Seus fogos eram menores que os fogos escravistas, tendo em média 3,5 pessoas, dentre familiares, agregados e homens livres. O número de fogos não escravistas foi inferior aos escravistas em todos os setores analisados. Os fogos sem escravos tinham uma participação mais expressiva no setor das atividades manuais e mecânicas (AMM) do distrito, correspondendo a 11 dos 24 fogos. Os demais fogos não escravistas se distribuíam entre os setores CM, AG e OO, não havendo presença destes fogos na MN, nem indivíduos arrolados como “Desocupados”.

Os fogos escravistas contabilizavam 77 dos 101 fogos arrolados, sendo chefiados, principalmente, por homens casados e que possuíam plantéis que variavam entre 1 e 44 escravos. Os pequenos plantéis de 1 a 3 escravos estavam presentes em (37,7%) dos fogos de chefes brancos. Os fogos com plantéis médios e grandes representavam, respectivamente, 22,6% e 16% dos fogos. Ao todo, estes fogos alojavam 560 cativos, sendo o setor agropecuário aquele que empregava a maior parte desta mão de obra, seguido do setor “Outras Ocupações” (Quadro 32). As ocupações do setor das atividades manuais e mecânicas (AMM) predominavam nos fogos mais simples, que concentrava a menor média de escravos dentre os chefes brancos (2,5 escravos/fogo). Já o setor AG se destacava dentre os fogos escravistas, correspondendo a mais de 35% dos 77 fogos possuidores de escravos e com uma média de 9,2 escravos/fogo.

Quadro 32. Distribuição dos escravos dentre os fogos escravistas de chefes brancos por setor de atividade. Guarapiranga, 1831-1832.

	AMM	OO	AG	CM	MN	DS	TOTAL
Nº fogos	15	20	29	10	2	1	77
Total escravos	38	174	267	48	27	6	560
Média escravos/fogo	2,5	8,7	9,2	4,8	13,5	6	7,2

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os setores AG e OO mostraram-se, assim, diferenciados dos demais. A agropecuária, apesar de ser uma atividade predominante na região, só se destacou dentre os chefes brancos, caracterizando-se por abrigar os maiores plantéis de escravos dos fogos do Distrito de Guarapiranga. Já o setor “Outras Ocupações” destacou-se por ser o setor marcado por ocupações mais intelectualizadas como as de juiz de paz e professor, além de ser o segundo setor com maior número de escravos dentre os fogos chefiados por brancos. Alguns chefes destes dois setores, somados a mais um da mineração, formavam um grupo restrito de oito indivíduos com as condições mais abastadas quanto ao número de escravos e pessoas nos fogos, no distrito de Guarapiranga, nos oitocentos (Quadro 33).

Quadro 33. Chefes brancos de fogos com maiores plantéis de escravos de Guarapiranga, 1831-1832.

NOME	IDADE	EST. CONJUGAL	TAM. FOGO	TAM. PLANTEL	SETOR ATIV.	OCUPAÇÃO
Cirurgiam Nor Antonio Pedro Vidigal de Barros	50	Casado	56	44	OO	Juiz de paz, lavrador e negociante
Alferes Francisco Coelho Doarte	40	Casado	37	35	OO	Juiz de paz suplente e lavrador
Alferes Filicianno Coelho Doarte	30	Casado	32	29	AG	Lavrador
Ajudante Antonio Jacinto Tavares	41	Solteiro	24	21	OO	Tropeiro e lavrador
Capitam Antonio Teixeira Guimaraes	60	Casado	28	20	OO	Negociante e lavrador
Maria Lucianna da Silva	69	Viúvo	25	20	AG	Lavrador
Francisca de Assis Candida	30	Solteiro	25	22	MN	Mineira
Francisco Dias da Fonseca	59	Casado	34	27	AG	Lavrador

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Como apresentado no Quadro acima, os maiores plantéis combinados aos fogos mais numerosos levaram-nos a algumas ocupações pouco frequentes no distrito, e outras ubíquas, assim como a combinação de ambas, que podem ter propiciado as condições reveladas por estes fogos. A ocupação de lavrador foi a mais frequente nesta listagem de chefes brancos abastados. Dentre os 101 fogos de chefes brancos analisados, 8 fogos chefiados por juiz de paz, lavrador, mineira e negociante, apresentaram grandes plantéis de escravos, que variavam de 20 a 44 escravos. Estes fogos, também, apresentavam um número maior de pessoas,

variando de 24 a 56 pessoas. A maioria destes chefes brancos escravistas eram homens casados com 47 anos de idade em média. Dentre esta elite, comprova-se a presença de duas mulheres chefes, uma viúva e uma solteira, lavradora e mineira, com 20 e 22 escravos, respectivamente.

2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação dos chefes de fogo de Guarapiranga como brancos e não brancos, escravistas e não escravistas, reflete o contexto histórico do Brasil, nos oitocentos, que teve a escravidão como instituição formadora do país (ANDRADE, 2007). A cor, a ocupação e a posse de escravos eram atributos que indicavam uma distinção social. A classificação dos indivíduos nas listas nominativas dos oitocentos como pessoas “livres”, “chefes de fogos e seus dependentes” e “escravos” já demarca distinções sociais. Ser “livre” e ser “chefe de fogo” tem conotações diferentes: 71% dos chefes de fogos de Guarapiranga eram não brancos em uma sociedade escravista. Num distrito no qual constavam 2006 indivíduos, 373, ou 18,5% desta população, eram chefes. Embora existisse uma minoria de chefes de fogos brancos, estes, na grande maioria, contavam com plantéis de escravos, enquanto uma minoria dos não brancos não os tinham. Assim, mais importante que ser chefe de fogo, o que importava, verdadeiramente, era ter escravos. A posse de escravos demonstra, segundo Andrade (2007), um elemento efetivo na definição das hierarquias. No que diz respeito aos aspectos mais gerais traçados para o grupo social dos chefes de fogos de Guarapiranga, as seguintes caracterizações foram observadas:

- A idade não diferiu significativamente entre os grupos. Os chefes brancos tinham em média 47 anos de idade, enquanto a média dos não brancos era de 50 anos;
- Mulheres não brancas eram chefes de fogo com maior frequência que mulheres brancas, contudo estas possuíam escravos mais frequentemente que aquelas;
- Uma minoria de chefes brancos não possuía escravos, enquanto mais de 80% dos fogos de chefes não brancos eram desprovidos de cativos;
- Os chefes brancos possuíam uma média de 9 pessoas em seus fogos, enquanto os não brancos possuíam aproximadamente 3 pessoas;
- A maioria dos chefes brancos eram homens casados, enquanto os chefes não brancos eram em sua maioria mulheres solteiras;
- O setor de atividades agropecuária e a ocupação de lavrador, foi predominante dentre os

chefes de fogo brancos; enquanto as atividades manuais e mecânica o foi dentre os não brancos, tendo destaque a ocupação de fiadeira.

No que diz respeito a condição das mulheres na sociedade de Guarapiranga, nos oitocentos, observou-se mais mulheres não brancas, principalmente, viúvas e solteiras, atuando nos setores econômicos, sobretudo, no setor de atividades manuais e mecânicas. Quanto ao número médio de pessoas arroladas no mesmo fogo, este foi quase o dobro quando se tratava de fogos chefiados por brancos (Quadro 34). Este grande número de pessoas é reflexo também do tamanho do plantel de escravos destes fogos. As ocupações do setor de atividades manuais e mecânicas (AMM) eram mais frequentemente exercidas por chefes não brancos, enquanto os brancos ocupavam-se mais do setor agrícola (AG). Todos estes elementos compunham um perfil que revela, de acordo com a ocupação exercida pelo chefe, as condições que a mesma podia lhes proporcionar.

Quadro 34. Chefes brancos e não brancos escravistas. Guarapiranga, 1831-1832.

		ESCRAVISTAS NÃO BRANCOS	ESCRAVISTAS BRANCOS
Número de fogos		33	77
Cor do chefe	Pardo	84,8%	-
	Crioulo	12,0%	-
	Africano	3%	-
	Branco	-	100%
Idade do chefe	Anos	20 a 88	19 a 85
Sexo do chefe	Masculino	45,5%	74%
	Feminino	54,5%	26%
Estado marital do chefe	Casado	18,2%	57,1%
	Solteiro	42,4%	27,3%
	Viúvo	36,4%	15,6%
Tamanho fogo	Nº pessoas	2 a 13	2 a 56
Tamanho plantel	Nº escravos	1 a 9	1 a 44
Posse escravos (faixas)	Pequeno plantel	94,1%	48,1%
	Médio plantel	5,9%	29,9%
	Grande plantel	-	22,1%
Total de escravos		60	560
Setores de atividades	AMM	42,4%	19,5%
	CM	24,2%	13%
	AG	18,2%	37,7%
	OO	9,1%	26%
	MN	6,1%	2,6%
	DS	0	1,3%

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Consoante a este estudo, Silva (2012), Leal (2015) e Lemos (2012), em suas pesquisas, também asseveraram a base agrícola da economia da Freguesia de Guarapiranga. Ainda segundo Antunes e Silveira (2019), no primeiro quartel dos oitocentos, esta região passava por uma significativa expansão e ocupação de terras. Segundo Lott (2008), a propriedade da terra teria sido determinante para a riqueza desta sociedade. Se consideramos somente os chefes do distrito sede de Guarapiranga, dentre aqueles brancos, o setor agrícola (AG) era não somente o mais expressivo, mas, também, aquele que concentrava a maior porcentagem de grandes plantéis de escravos dentre todos os setores econômicos analisados, indicando tanto a potência destas atividades como fonte de renda, como a restrição desta condição à maioria dos chefes não brancos.

Os chefes não brancos que atuavam no setor agrícola, provavelmente, desenvolviam outro tipo de cultura e produção, já que contavam com plantéis de escravos menores. Aliás, a maioria dos chefes não brancos lavradores não possuíam escravos, mas alguns chegaram a ter um pequeno plantel e até mesmo seis escravos num mesmo fogo, que não era uma quantidade desprezível de cativos. De modo geral, dentre todos setores analisados, os chefes não brancos, quando escravistas, possuíam plantéis de 1 a 9 escravos. Já os fogos de chefes brancos poderiam ser classificados como mais abastados, possuindo plantéis que iam de 1 a 44 escravos. As atividades manuais e mecânicas (AMM), grandemente representadas por atividades têxteis no distrito de Guarapiranga, eram um setor de grande relevância para toda a província mineira nos oitocentos (MENESES, 2013). De acordo com Pereira (2014), as AMM representavam uma alternativa possível para a sobrevivência.

Observou-se a predominância de mulheres solteiras exercendo as atividades manuais e mecânicas. A ocupação de tecedeira sobressaiu dentre as demais do setor, mas todas as etapas da produção e confecção de tecidos podia ser percebida nesta indústria caseira, que contava com fiadeiras, tecedeiras, rendeiras, costureiras e alfaiates. Ou seja, esta cadeia produtiva têxtil era predominantemente feminina. Os homens alocados no setor de atividades manuais e mecânicas distribuíam-se dentre outras atividades, como as de ferreiro, sapateiro, carpinteiro, torneiro, ourives, etc. Comumente sem escravos, os fogos dos chefes alocados no setor de atividades manuais e mecânicas (AMM), quando escravistas, possuíam no máximo três escravos. As tecedeiras, brancas e não brancas, foram as que apresentaram maior número de escravos em seus plantéis.

O setor OO teve uma posição de destaque dentre os escravistas brancos, pois, além das ocupações encontradas exclusivamente neste grupo, era também nele encontrado os maiores plantéis de escravos dentre todos os chefes. Todavia, para os chefes não brancos, este foi o

setor mais modesto, com aproximadamente 95% dos fogos desprovidos de mão de obra escrava. Este setor era majoritariamente composto por homens. As ocupações exercidas por brancos e não brancos, neste setor, eram muito distintas, sendo que apenas três coincidiam: as ocupações de jornaleiro, feitor e pescador. As ocupações deste setor que demonstraram maior acumulação de escravos foram as de juiz de paz, tropeiro, e negociante, com 44, 21 e 22 escravos, respectivamente. Observou-se, ainda, neste setor, combinações de mais de uma ocupação para o mesmo chefe. Quanto ao setor CM, observou-se a existência de negociantes brancos, pardos, crioulos e pretos. A maioria não possuía escravos, sendo que alguns chefes possuíam um ou dois cativos. No setor MN, a ocupação como mineiro era exercida por brancos, pardos, crioulos e pretos.

Já dentre os fogos não escravistas, observa-se uma expressiva diferença na variedade de ocupações, como, também, na frequência daquelas que coincidem entre chefes brancos e não brancos (Quadro 35).

Quadro 35. Chefes não escravistas, brancos e não brancos. Guarapiranga, 1831-1832.

CHEFES		BRANCOS NÃO ESCRAVISTAS	NÃO BRANCOS NÃO ESCRAVISTAS
Número de fogos		24	232
Idade do chefe	Anos	19 a 72	18 a 86
Sexo do chefe	Masculino	70,80%	48,70%
	Feminino	29,20%	51,30%
Estado marital do chefe	Casado	54,20%	39,80%
	Solteiro	45,80%	42,90%
	Viúvo	-	17,30%
Tamanho fogo	Nº pessoas	2 a 7	1 a 22
Setores de atividades	AMM	45,8%	51,80%
	CM	20,8%	6,20%
	AG	16,7%	11,90%
	OO	16,7%	24,30%
	MN	-	3,10%
	DS	-	2,70%

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Os chefes não brancos, sem escravos, atuavam em 26 diferentes ocupações, enquanto os brancos atuavam somente em 14. A expressividade das atividades dos não brancos supera aquela dos chefes brancos. Este fato pode indicar a interdição dos chefes brancos em realizar atividades realizadas para as quais os chefes não brancos não tinham impedimentos para a sua realização, como na mineração, por exemplo, cuja ocupação era ausente para chefes brancos sem escravos.

Mas, na verdade, os chefes brancos desprovidos de escravos assemelhavam-se aos brancos escravistas em poucos aspectos. Demonstrou-se uma alta prevalência de solteiros dentre os chefes brancos sem escravos. Estes se localizavam majoritariamente no setor de atividades manuais e mecânicas (AMM), tal como os chefes não brancos. Os fogos dos chefes brancos sem escravos também eram menores, tal qual o dos chefes não brancos, tendo aproximadamente três pessoas. Na Tabela 47 que se segue, podem ressaltar-se com mais detalhes as ocupações predominantes dentre os brancos e não brancos sem escravos.

Tabela 47. Distribuição das ocupações dentre chefes brancos e não brancos sem escravos. Guarapiranga, 1831-1832.

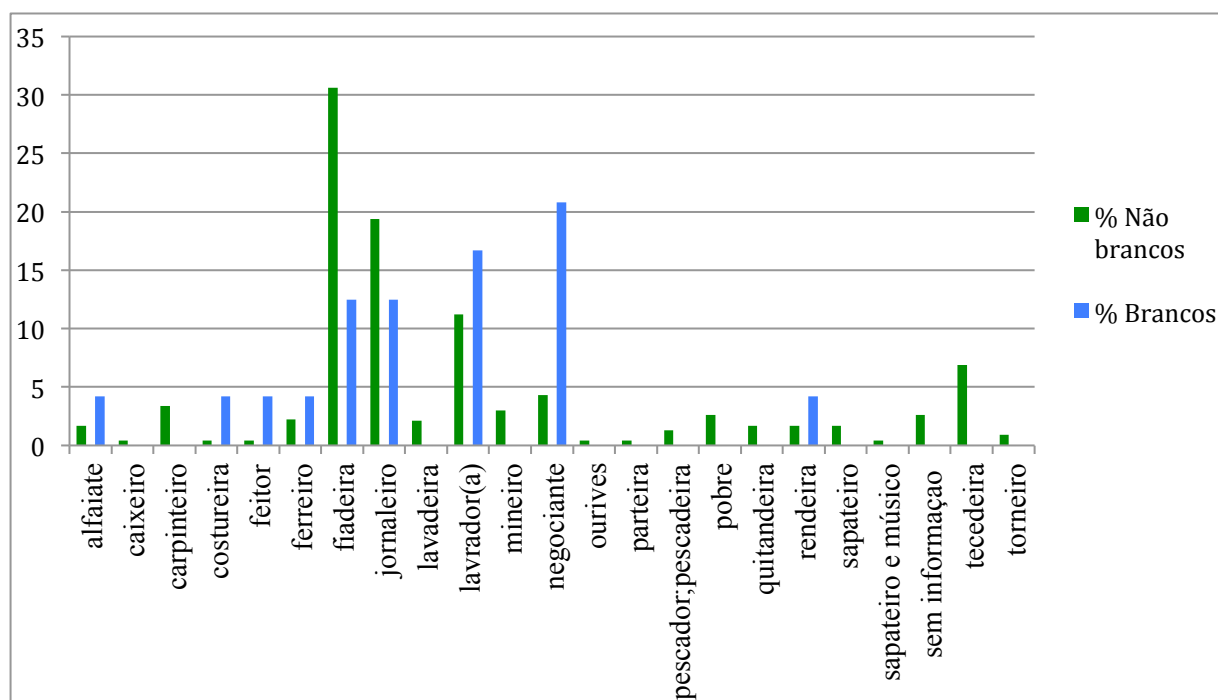
Não brancos sem escravos			Brancos sem escravos		
Ocupação	N	%	Ocupação	N	%
fiadeira	71	30,6	negociante	5	20,8
jornaleiro	45	19,4	fiadeira	3	12,5
lavrador	22	9,5	jornaleiro	3	12,5
tecedeira	16	6,9	lavrador	3	12,5
negociante	10	4,3	alfaiate	1	4,2
carpinteiro	8	3,4	caldeireiro	1	4,2
mineiro	7	3,0	costureira	1	4,2
sem informação	6	2,6	feitor	1	4,2
pobre	6	2,6	ferreiro	1	4,2
ferreiro	5	2,2	latoeiro	1	4,2
alfaiate	4	1,7	lavradora	1	4,2
lavadeira	4	1,7	pedreiro	1	4,2
lavradora	4	1,7	rendeira	1	4,2
quitandeira	4	1,7	violeiro	1	4,2
rendeira	4	1,7	Total	24	100
sapateiro	4	1,7			
pescadeira	2	0,9			
torneiro	2	0,9			
caixeiro	1	0,4			
costureira	1	0,4			
feitor	1	0,4			

lavadeira	1	0,4
ourives	1	0,4
parteira	1	0,4
pescador	1	0,4
sapateiro e músico	1	0,4
Total	232	100

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

As ocupações exercidas com exclusividade ou grande predominância, sejam por brancos ou por não brancos podem se constituir, também, em indicadores das demarcações sociais estabelecidas. Dentre os dados analisados, percebe-se que chefes não brancos sem escravos exerciam, em maior ou menor proporção, todas atividades exercidas por brancos sem escravos. No entanto, conforme apresenta o Gráfico 42, o contrário não é observado.

Gráfico 42. Distribuição das principais ocupações de chefes de fogos, brancos e não brancos, sem escravos. Guarapiranga, 1831-1832.



Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas (1831-1832).

Ou seja, as atividades de quitandeira, torneiro, sapateiro, pescador, ou ourives não foram associadas a chefes brancos quando estes não detinham escravos. Algumas ocupações exercidas com predomínio de chefes brancos sem escravos foram as de alfaiate, costureira, lavrador, negociante e rendeira.

Sugere-se como um fator demarcador entre as ocupações exercidas por brancos em relação às exercidas por não brancos, o fato de que as ocupações mais diretamente voltadas para a produção de bens destinados à apresentação da pessoa ao mundo público, tais como, alfaiate, rendeira, e costureira, ou aquelas mais proximamente associadas à presença de escravos, como negociante e lavrador, eram mais comumente exercidas por chefes brancos sem escravos. Já aquelas mais diretamente associadas ao mundo privado, como parteira, fiadeira, lavadeira, ou quitandeira, mais relacionadas ao universo doméstico, foram mais frequentemente exercidas por não brancos sem escravos.

Pode-se observar, ainda, no rol de ocupações exercidas por pessoas sem escravos, que, as proporções de brancos exercendo atividades tais que negociante, lavrador, jornaleiro ou fiadeira demonstram um afastamento de atividades que eram possivelmente estigmatizadas nesta sociedade devido à alta prevalência de não brancos nas mesmas. Portanto, um chefe branco sem escravo era mais frequentemente observado como lavrador ou negociante, que tinham em Guarapiranga seus representantes com muitos escravos, do que como fiadeira, que representava uma grande parcela da população de chefes não brancos sem escravos.

Por fim, pode-se afirmar que, no distrito de Guarapiranga, nos oitocentos, se apresentava com uma sociedade hierarquizada entre brancos e não brancos, livres e escravos, chefes de fogos com e sem escravos, estando as ocupações de maior prestígio relacionadas, justamente, aos setores nos quais o predomínio de cativos era mais notável, como no setor agrícola e de “outras ocupações”, muito semelhante ao setor de serviços na atualidade. Trata-se de uma sociedade na qual a indústria doméstica predominava, principalmente, a têxtil, exercida pelas mulheres não brancas predominantemente, e cujo comércio se apresenta muito atrofiado, representando apenas 15% dos fogos existentes. Trata-se, portanto, de uma sociedade marcada pela ruralidade, dado o predomínio do setor agrícola sobre os demais, no qual a indústria doméstica têxtil exercida por mulheres não brancas, no geral, só consegue absorver um pequeno número de pessoas em seus fogos, sendo os fogos populosos aqueles voltados para a produção da aguardente, os quais eram marcados pela presença de escravos, geralmente, “pretos/africanos” e “crioulos”. Assim, a intermediação do dinheiro não era frequente em grande parte das atividades econômicas realizadas, as quais eram executadas majoritariamente por não brancos ou por brancos sem escravos. Nesta sociedade guarapiranguense, dos oitocentos, aproximadamente 40% dos não brancos eram cativos, ainda que esta não fosse a condição de 92% dos pardos, não ser branco era, sim, um distintivo que marcava a condição daquele que era livre e não trabalhava em grande parte das tarefas exercidas pelos não brancos. Para além da cor, como fator determinante do lugar do indivíduo

na estratificação social de Guarapiranga, nos oitocentos, o tamanho do plantel de escravos foi outro fator que se destacou, assim como a ocupação do indivíduo. No topo da estratificação social encontravam-se os chefes brancos, proprietários de 20 a 44 escravos. Observou-se, entretanto, a presença de plantéis de cativos em fogos chefiados por não brancos, e o que predominava, largamente, era a não presença de cativos nestes fogos. Assim, pode-se afirmar que a cor da pele, a posse de escravos e a ocupação constituíram-se em demarcadores de diferenciação na sociedade tradicional guarapiranguense, nas Minas dos oitocentos.

CAPÍTULO 3: ECONOMIA E SOCIEDADE NAS MINAS GERAIS DOS OITOCENTOS: OPORTUNIDADES DE INSERÇÃO SOCIAL PARA OS NÃO BRANCOS

3.1. INTRODUÇÃO

A classificação dos aglomerados populacionais em “arraiais”, “vilas” e “cidades” foi utilizada pela Coroa Portuguesa durante a Colônia e o Império como forma de fiscalização e arrecadação de impostos. Esta tipologia socioespacial se constituía em um indicativo dos diferentes níveis de diversificação econômica e de prestação de serviços existentes nestes aglomerados populacionais oitocentistas. A utilização, neste estudo, dos dados das listas nominativas dos fogos (domicílios) de Ouro Preto e Guarapiranga, no século XIX, permitiram analisar as ocupações exercidas por chefes de fogos não brancos em sociedades com características econômicas diferenciadas: Ouro Preto, com uma economia mais complexa e diversificada, e Guarapiranga com uma economia de base mais agrícola e fechada.

Ouro Preto foi classificada pela Coroa Portuguesa na categoria administrativa de “cidade”, enquanto Guarapiranga recebeu o enquadramento de “distrito-sede”. As ocupações registradas nas listas nominativas de ambos os contextos revelam algumas diferenciações entre estes espaços. Ouro Preto, durante o auge da extração aurífera, exerceu forte influência em seu entorno, absorvendo e redistribuindo a produção de distritos agrícolas menores, como Guarapiranga. E Ouro Preto, nos oitocentos, apresentava uma maior diversidade e especialização de ocupações, como as de advogado, médico, boticário, engenheiro, tenente-coronel, dentre outras. Algumas ocupações encontradas somente dentre os chefes de fogos de Ouro Preto foram aquelas relacionadas à carreira militar, como a de Tenente-coronel.

Os setores de atividades que predominavam em Guarapiranga eram distintos daqueles de Ouro Preto, onde os setores Comerciante e Outras Ocupações eram mais frequentes (ver Apêndices A e B). Em Guarapiranga as atividades manuais e mecânicas voltadas para a subsistência eram mais características do distrito. Como defendido por Meneses (2013), estas atividades teriam tido um importante papel econômico e social na sociedade mineira no início do século XIX. Dentro deste setor destacavam-se as atividades têxteis, que eram em sua maioria desenvolvidas por chefes mulheres. De acordo com Libby (1995), grande parte dos trabalhadores envolvidos na tecelagem mineira eram mulheres-esposas, filhas, irmãs, cunhadas, enteadas, sobrinhas, escravas, ou seja, toda mão de obra feminina disponível no

fogo. O relativo baixo custo de acesso a esta produção pode ter configurado um fator propulsor da atividade, que dispensava a necessidade de mão de obra escrava.

Como afirmado por Pereira (2014), a produção doméstica de tecidos em Minas, na década de 30 dos oitocentos, encontrava-se predominantemente em pequenas propriedades, o que corresponde ao padrão encontrado entre os chefes tanto em Guarapiranga quanto em Ouro Preto. Quando analisa essa questão pela ótica espacial, Martins (1983) aponta ainda para a indistinção do exercício desta atividade em áreas urbanas ou rurais, que se encontrava em ascensão nas Minas Gerais no século XIX, principalmente, entre os chefes não brancos e sem escravos.

A diversificação produtiva decorrente do processo de urbanização dos núcleos mineradores, segundo Boschi (1986), ocasionou uma divisão social do trabalho que abriu oportunidades de inserção do homem livre na estrutura ocupacional, ainda no período colonial. Segundo este autor,

Contrariamente ao homem livre do campo, foram os libertos dos núcleos urbanos os que tiveram as maiores chances de ascensão social na Capitania, cumprindo assinalar que a relevante presença de comerciantes, artesãos, burocratas, militares, artistas e literatos demonstrou, na prática, como se processou a mobilidade vertical (BOSCHI, 1986, p. 161).

Foram contabilizados 49 tipos de ocupações para a cidade de Ouro Preto e 39 para Guarapiranga. Excluindo-se os termos “pobre”, “em companhia do pai”, e outros que não indicavam de fato exercício de alguma atividade por parte dos chefes de fogos, pode-se dizer que, de forma geral, os setores mais frequentes em Ouro Preto eram aqueles denominados: “Comerciante”, “Outras Ocupações”, “Atividades Manuais e Mecânicas”, “Agropecuária”, e “Mineração”. Nestes mesmos termos, tem-se para Guarapiranga os setores: “Atividades Manuais e Mecânicas”, “Outras Ocupações”, “Agropecuária”, “Comércio”, e “Mineração” (Tabela 48).

Tabela 48. Frequência de setores de atividades de chefes de fogo de Ouro Preto e Guarapiranga, século XIX.

Setor	OURO PRETO		Setor	GUARAPIRANGA	
	N	%		N	%
CM	152	37,4	AMM	162	46,5
OO	126	31	OO	81	23,2
AMM	84	20,6	AG	59	16,9
AG	28	6,8	CM	35	10
MN	16	3,9	MN	11	3,1

Total	406	100	Total	348	100
-------	-----	-----	-------	-----	-----

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas, século XIX.

Enquanto Ouro Preto apresentava uma economia pautada em negociantes e chefes de fogos homens brancos que dinamizavam seu comércio, Guarapiranga se destacava nas atividades relacionadas ao setor têxtil, chefiadas por mulheres não brancas. A ocupação de fiadeira (produção) era a mais frequente neste distrito e ausente dentre os chefes de fogo da cidade de Ouro Preto, que se envolviam também no setor têxtil, porém com maior frequência na ocupação de alfaiate (produto final). Outras atividades presentes somente em Guarapiranga foram as de cirurgião, cobrador, feitor, juiz de paz, manufatura de tabaco, parteira, pescador, quitandeira, rendeira, tecedeira, torneiro e vigário. Indica-se que as atividades exclusivas dos chefes de fogos de Guarapiranga, segundo as listas nominativas, constituíam, em sua maioria, atividades pouco rentáveis, ou de pequeno reconhecimento social, divergindo das ocupações mais especializadas apontadas em Ouro Preto, como ilustradas no Quadro 36, adiante.

A categoria de cidade de Ouro Preto, assim como seu caráter tipicamente urbano apontado pela literatura (GOULART, 2000; LOTT, 2008; VIEIRA, 2016), puderam igualmente ser percebidos através das ocupações exercidas na porção considerada mais dinâmica (econômica e demograficamente) daquele núcleo no período em questão, a Paróquia Matriz N. S. do Pilar de Ouro Preto. As atividades que se mostraram presentes exclusivamente nesta cidade somavam quase o dobro daquelas presentes somente em Guarapiranga. Em Ouro Preto, foram listados chefes de fogos exercendo as ocupações de advogado, boticário, carneiro, agência, criador, eclesiástico, empregado público, engenheiro de cana, estalajadeira, faiscador, fazendeiro, fogueteiro, funileiro, hortelão, lenheiro, louceiro, marceneiro, médico, militar, porteiro público, sacristão, seringueiro, servente, solicitador, Tenente-coronel e viajante.

Quadro 36. Ocupações exercidas pelos chefes de fogos de Ouro Preto e Guarapiranga no século XIX.

OCUPAÇÕES OURO PRETO	Setor	N	OCUPAÇÕES GUARAPIRANGA	Setor	N
1. Advogado	OO	5	1. Alfaiate	AMM	6
2. Agência	OO	1	2. Caixeiro	CM	2
3. Alfaiate	AMM	17	3. Caldeireiro	OO	1
4. Alferes	OO	4	4. Caldeireiro e lavrador	OO	2

5. Boticário	OO	3	5. Carpinteiro	AMM	10
6. Caixeiro	CM	4	6. Carreiro	OO	1
7. Caldeireiro	AMM	2	7. Cirurgião	OO	3
8. Carniceiro	CM	2	8. Cobrador	OO	1
9. Carpinteiro	AMM	14	9. Cobrador e lavrador	OO	1
10. Carreiro	OO	1	10. Costureira	AMM	6
11. Costureira	AMM	1	11. De suas ordens	OO	3
12. Criador	AG	2	12. Escrivão deste juízo	OO	1
13. Eclesiástico	OO	11	13. Feitor	OO	2
14. Empregado público	OO	30	14. Ferreiro	AMM	8
15. Engenheiro de cana	AG	2	15. Fiadeira	AMM	89
16. Escrivão	OO	2	16. Jornaleiro	OO	51
17. Estalajadeira	CM	1	17. Juiz de paz suplente	OO	1
18. Faiscador	MN	4	18. Juiz de paz	OO	1
19. Fazendeiro	AG	4	19. Latoeiro	AMM	1
20. Ferrador	AMM	3	20. Lavadeira	OO	5
21. Ferreiro	AMM	11	21. Lavrador(a)	AG	58
22. Fogueteiro	AMM	1	22. Manufatura de tabaco	AG	1
23. Funileiro	AMM	2	23. Mineiro(a)	MN	11
24. Hortelão	AG	5	24. Negociante	CM	29
25. Jornaleiro	OO	2	25. Negociante	CM	1
26. Latoeiro	AMM	1	26. Ourives	AMM	1
27. Lavadeira	OO	1	27. Parteira	OO	2
28. Lavrador	AG	15	28. Pedreiro	AMM	1
29. Lenheiro	OO	1	29. Pescador(eira)	OO	4
30. Louceiro	AMM	2	30. Professor	OO	1
31. Marceneiro	AMM	6	31. Quitandeira	AMM	5
32. Médico	OO	2	32. Rendeira	AMM	5
33. Militar	OO	37	33. Sapateiro	AMM	6
34. Mineiro	MN	12	34. Sapateiro	AMM	1
35. Músico	OO	3	35. Tecedeira	AMM	19
36. Negociante	CM	134	36. Torneiro	AMM	3
37. Ourives	AMM	7	37. Tropeiro	CM	3
38. Pedreiro	AMM	4	38. Vigário	OO	1
39. Porteiro público	OO	1	39. Violeiro	AMM	1
40. Professor	OO	4	-	-	-
41. Sacristão	OO	1	-	-	-
42. Sapateiro	AMM	12	-	-	-
43. Seringueiro	AMM	1	-	-	-
44. Servente	OO	1	-	-	-
45. Solicitador	OO	1	-	-	-
46. Tenente-coronel	OO	7	-	-	-
47. Tropeiro	CM	11	-	-	-
48. Viajante	OO	4	-	-	-

49. Vive de rendas	OO	4	-	-	-
---------------------------	----	---	---	---	---

Fonte: Elaboração da autora a partir das listas nominativas do século XIX.
Em **negrito**, ocupações exclusivas de cada localidade.

Ao se observar as listas de ocupações de ambas as localidades, percebe-se que as ocupações existentes em Ouro Preto não apenas eram mais abundantes e diversificadas, como, também, estavam mais relacionadas a um contexto mais urbanizado. Já a Freguesia de Guarapiranga, nos oitocentos, apresentava, segundo Lemos (2012), grandes fazendas canavieiras com pequenas roças que se dedicavam ao plantio dos alimentos consumidos localmente. Mas havia, também, as pequenas propriedades, nas quais o trabalho, a alimentação e o abrigo eram comumente compartilhados por livres e escravizados. Observou-se, através das listas nominativas, que, tanto em Ouro Preto quanto em Guarapiranga, a maioria dos chefes de fogos era de não brancos sem escravos. Entre estes chefes de fogos, não brancos e sem escravos, a necessidade deles próprios realizarem o trabalho era, portanto, uma realidade que os diferenciava em relação aos fogos de brancos com escravos. As listas nominativas evidenciaram que em Guarapiranga havia aproximadamente 16% a mais de indivíduos não brancos chefes de fogo, quando comparado a Ouro Preto. Apesar desta maior incidência de não brancos chefiando fogos em Guarapiranga nos oitocentos, havia uma maior frequência destes sem escravos neste distrito que aqueles não brancos de Ouro Preto (Tabela 49).

Tabela 49. Posse de escravos de chefes de fogo de Ouro Preto e Guarapiranga, 1831-1838.

	Cor ou origem	Sem escravos		Com escravos		Total
		N	%	N	%	
Guarapiranga	branco	24	6,6	77	21,3	101
	africano/preto	8	2,2	1	0,2	9
	crioulo	74	20,4	4	1,1	78
	pardo	144	39,8	28	7,7	172
	S/ inf.	0	0	1	0,2	1
	Total	250	-	111	-	361
			N	%	N	%
Ouro Preto	branco	64	15,7	115	28,3	179
	africano/preto	4	0,9	1	0,2	5
	crioulo	22	5,4	2	0,4	24
	pardo	141	34,7	51	12,5	192
	mestiço	4	0,9	1	0,2	5
	S/ inf.	1	0,2	0	0	1
	Total	236	-	170	-	406

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1831-1938).

Porcentagens referentes aos valores totais de chefes por localidade.

Embora predominassem entre os chefes não brancos de fogos, tanto em Ouro Preto como em Guarapiranga, a condição de trabalho sem escravos, alguns chefes não brancos possuíam de pequenas a grandes posses de escravos. Dentre os chefes não brancos de Guarapiranga, mais de 60% dos que possuíam escravos foram arrolados como “pardos”; 29,7% como “crioulos” e 3,8% como “africanos”. Em Ouro Preto, os “pardos” também prevaleceram dentre os chefes não brancos com escravos, representando cerca de 80% do total de chefes não brancos com escravos. Os “crioulos”, “africanos” e “mestiços” não ultrapassavam 15% do total de chefes de fogos com escravos. Revela-se que, em Ouro Preto, havia uma maior prevalência de chefes de fogos “pardos” entre os chefes não brancos que possuíam escravos, quando comparado à Guarapiranga.

Segundo Precioso (2010), a composição demográfica de Minas na segunda metade dos oitocentos chamava a atenção não somente pela ampla camada de não brancos libertos, mas, especificadamente, pela expressiva presença de pardos nestes segmentos. Segundo o autor, a cor da pele seria relativizada, nos oitocentos, pela associação à ocupação e à condição social do indivíduo e apresentando fluidez face aos critérios de hierarquização social.

Lara (2007) problematiza a força estruturadora da escravidão na estratificação social brasileira afirmando que negros e pardos, livres ou não, constituíam grupos em graus distintos de proximidade de uma fronteira que marcava a liberdade. A cor da pele é colocada em questão pela autora pela fluidez de seu significado quando relacionado à condição social do indivíduo. Se brancos eram naturalmente livres, a grande massa de não brancos se estendia por uma escala cromática que apontava para uma posição social, na qual pretos não eram necessariamente escravos. Esta variedade de designações de não brancos, teria permitido, segundo a autora, várias opções de arranjos sociais para aquela sociedade que via o número de negros, pardos e crioulos crescer e ocupar diferentes postos e condições de trabalho.

Assim, considerando a população de chefes de fogos de Ouro Preto e de Guarapiranga, na primeira metade dos oitocentos, observa-se que esta era grandemente formada por pardos, que se encontravam diante de uma fronteira socialmente traçada entre o branco, no ápice da escala valorativa, e o preto, no patamar inferior. Assim, a condição de um homem pardo, livre, não estava objetivamente determinada. Esta poderia se desvalorizar socialmente na ausência de escravos para a realização do trabalho, mas, também, quando associada ao trabalho manual.

Para a análise da gênese e formação da economia e da sociedade nas Minas Gerais dos oitocentos pressupomos as oportunidades de inserção social para os não brancos em comparação entre dois locais com distintos marcadores de diferença social.

3.2. CHEFES NÃO BRANCOS E A RELATIVIZAÇÃO DA COR DA PELE SEGUNDO A POSSE DE ESCRAVOS

A partir de meados do século XVIII, segundo Boxer (1967), é legalmente determinado em Minas Gerais que, na falta de homens brancos, a riqueza seria o critério primordial para a ocupação de cargos de prestígio, tais como aqueles existentes na esfera municipal e no judiciário, desde que o indivíduo não fosse de cor muito escura. Assim, constatam-se as brechas para a inserção de não brancos em estratos sociais mais elevados. Ademais, Souza (2009) destaca, ainda, as diferentes patentes militares concedidas a homens não brancos em Minas nos séculos XVIII e XIX. Nesta sociedade na qual executar trabalho com as próprias mãos constituía um demérito, tais ocupações distinguiam o indivíduo socialmente. Segundo Precioso (2010), também constituía em fator de distinção na hierarquia social oitocentista viver do trabalho de escravos. Assim, os não brancos podiam relativizar a sua cor da pele seja através da aquisição de escravos ou se beneficiando de títulos militares e outras ocupações públicas.

Ao se observar o grande contingente de chefes de fogos pardos e sem escravos em Ouro Preto e em Guarapiranga, constata-se que os mesmos não contavam com grande prestígio social. Apesar de livres, estes chefes não brancos tinham uma condição de vida modesta e de trabalho. Todavia, a ascensão social dos não brancos, embora rara, ocorria. Como comprovado por Precioso (2010), que destaca uma “elite parda”, em Vila Rica, no início dos oitocentos, os quais ocupavam, justamente, cargos administrativos e patentes militares, que lhes possibilitava o acúmulo de riqueza e a aquisição de escravos.

Quando se compara os chefes de fogos escravistas em uma sociedade mais diversificada economicamente, como a de Ouro Preto, com os chefes de fogos com escravos de Guarapiranga, marcada por uma economia mais fechada e agrícola, percebe-se que em Ouro Preto estes chefes pardos eram mais frequentes que em Guarapiranga: 97% e 85% do total de chefes não brancos, respectivamente (Tabela 50).

Tabela 50. Posse de escravos de chefes não brancos de Ouro Preto e Guarapiranga, século XIX.

	Cor ou origem	Estrutura da posse de escravos			Total
		1 a 3 escravos	4 a 10 escravos	11 a 49 escravos	
Ouro Preto	africano/preto	0	0	1	1
	Crioulo	2	0	0	2
	Pardo	38	13	0	51
	mestiço	0	1	0	1
	Total	40	14	1	55
Guarapiranga	africano/preto	1	0	-	1
	Crioulo	4	0	-	4
	Pardo	27	2	-	29
	Total	32	2	-	34

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1831-1838).

O único africano chefe de fogo escravista arrolado na lista de Ouro Preto referia-se a um Tenente-coronel, com 24 escravos. Os demais chefes de fogo militares presentes nas listas desta cidade ostentavam patente inferior à de Tenente-coronel, sendo todos pardos e sem escravos. Estes dados permitem que se formule a hipótese de que em uma economia mais diversificada, como a de Ouro Preto nos oitocentos, as condições de enriquecimento dos pardos seriam maiores que em Guarapiranga.

3.2.1. A ocupação de militar como um campo de oportunidade de mobilidade social

Uma ocupação que chama a atenção na cidade de Ouro Preto é a de militar. Não somente pela frequência com que aparece nas listas nominativas, mas pelo fato do único chefe não branco proprietário de um grande plantel de escravos ser Tenente-coronel e preto/africano. As patentes militares eram ostentadas junto ao nome dos indivíduos nas listas nominativas, sendo-lhes atribuída outra atividade no campo “ocupação”. Mas, fazer parte da milícia tinha sentidos diferentes para brancos e não brancos, como destacaram Kraay (1996); Saldanha (2004) e Souza (2020). Os brancos geralmente encontravam-se integrados ao exército e não lhes agradava muito transferências para comandar milícias de pardos e pretos. Já para estes últimos, Souza (2020) afirma que o serviço na milícia era uma das poucas

oportunidades abertas à ascensão social. Pertencer à milícia implicava comprovar cidadania através de um valor de renda mínimo recebido e atraía indivíduos diversos em “qualidade” e classe, pelo prestígio atribuído às patentes e pela possibilidade de conciliar o cargo militar à outra atividade.

Em relação aos 37 militares listados em Ouro Preto, possivelmente, estes se dedicavam inteiramente ao Exército, pois não constava outra atividade em sua “ocupação”. Dentre estes indivíduos listados como militares, apontam-se algumas patentes precedidas de seus nomes nas listas nominativas de Ouro Preto: sargento, cabo, brigadeiro, tenente, capitão, cabo, coronel, sargento-mor ou furriel. Nem todos os nomes apresentavam-se precedidos de uma patente, indicando que, talvez, tratava-se de soldados ou outros postos de menor prestígio na hierarquia militar. Dos 37 indivíduos, que tinham como ocupação exclusiva aquela de “militar”, 20 eram brancos e 17 pardos. Boa parte deles (70%) não tinham escravos: dentre os pardos, quinze eram chefes de fogos não escravistas. Quanto aos dois que possuíam cativos, um tinha um pequeno plantel e outro plantel médio. Dentre os brancos, três possuíam médias posses de escravos, tendo um patente de brigadeiro, outro a de coronel e outro, ainda, de sargento-mor, ou seja, todos de alta patente. Destes 20 brancos, seis possuíam pequenas posses de escravos, todos também com importantes patentes como as de tenente, capitão ou sargento-mor. Dentre os chefes pardos militares, nenhum tinha seu nome precedido de qualquer patente.

O início da década de 1830 marca a criação da Guarda Nacional, no Brasil. Segundo Barroso (1938), tratava-se de uma instituição militar criada pela Regência para substituir as antigas Milícias e Ordenanças, tendo servido de reserva do Exército. Este era tido como “tropa de linha”, sendo encarregado dos conflitos exteriores ou de fronteira. Seus oficiais eram nomeados pelo governo central, recebendo treinamento e soldo. Já as milícias, funcionavam como apoio ao Exército, auxiliando-o quando necessário, além de exercerem funções internas ou distritais, tais como: repressão a ladrões ou a escravos fugitivos; escolta de dinheiro do Estado; condução de presos ou, ainda, vigilância dos chafarizes. As milícias eram uma força normalmente não remunerada e não profissional, não tendo prática voltada para o preparo ou treinamento de seus integrantes. Eram comandados por potentados locais e compostas por integrantes que podiam arcar com os custos do próprio armamento e uniforme de trabalho (SOUZA, 2020).

Apesar de não haver uma correspondência direta entre as patentes do Exército e as de Milícia, Souza (2020) esclarece que, em termos de quadros hierárquicos, pode-se chegar a uma correspondência aproximada destes postos. Como destaca a autora, a obtenção de

patentes militares não era rígida, mas pautada na ausência de formação burocrática complexa e impessoal. A subjetividade da carreira e das patentes militares pode ser observada tanto através dos caminhos percorridos para obtenção de títulos, quanto pelas formas de ingresso na carreira. Nos estudos conduzidos por Kraay (1996), o autor destaca que o serviço militar constituía em uma tentativa dos não brancos de distanciamento da escravidão. Inclusive os escravos se alistavam no Exército como forma de “contornarem” a escravidão. Uma vez alistados, estavam submetidos, em primeiro lugar, à lei militar, ou seja, deixavam de ser propriedade de seus senhores. Mas alguns fatores causavam desinteresse no Exército e maior atração pelas Milícias, como o atraso no pagamento do soldo, as punições rígidas para os militares, além da rudeza da vida nos acampamentos (RIBEIRO, 2009). Contudo, para muitos cativos, ingressar no Exército significava confirmar uma tênue liberdade, sob “o abrigo da farda” (KRAAY, 1996, p. 44), enquanto outros ainda preferiam a escravidão às condições de vida do serviço militar.

A presença de homens pretos no Exército foi geralmente relacionada a postos baixos, enquanto as altas patentes e postos de comando foram mais comumente relacionados a homens de carreira política e à aristocracia local, controlada pela Coroa (SOUZA, 2009). Mas a Guarda Nacional, segundo Silva (2019), não era formada somente por homens ricos e poderosos. Apesar da exigência de ser cidadão e comprovar uma renda estipulada, ela se fazia acessível a artesãos, pequenos agricultores, comerciantes ou oficiais mecânicos. A possibilidade de conciliação de atividades, a ausência de punições existentes no Exército e a possibilidade de portar arma e farda constituíam atrativos e estratégias de distinção social para aqueles que desejavam distanciar-se das máculas do trabalho manual, mesmo sem possuir meios de honra e prestígio social (SILVA, 2013).

Nas listas nominativas, identificaram-se sete militares dentre os chefes de fogo de Guarapiranga, todos brancos e com um plantel médio ou grande de escravos. As patentes precediam os nomes dos chefes, sendo-lhes também descritas outras ocupações, levando a crer que se tratava de milicianos abastados. A ocupação de lavrador (fazendeiro) mostrou-se intimamente associada à carreira militar dentre estes sete chefes, sendo apenas um escrivão. As altas patentes milicianas da Guarda Nacional eram, assim, concedidas a homens de destaque social, no caso de Guarapiranga, uma sociedade de economia agrária, a lavradores (fazendeiros), majoritariamente. Nas listas nominativas de Guarapiranga constavam alferes, tenentes e capitães, os quais possuíam no mínimo 4 e no máximo 35 escravos.

Segundo Saldanha (2004), estes postos eram considerados superiores nas milícias, e tanto estes quanto os de menor graduação se davam por votação, o que consolidava o

prestígio dos eleitos, que passavam a exercer um serviço essencialmente honorífico e reconhecido socialmente. Este autor, sem fazer menção à cor do indivíduo, aponta para casos de milicianos em Mariana, em meados do século XIX, que se reelegeram galgando patentes hierarquicamente superiores. A ascensão militar destes indivíduos demonstra que eles alcançaram prestígio social. Ao se analisar as listas nominativas de Guarapiranga, percebeu-se que, além de não haver não brancos no serviço militar, os brancos ocupavam postos de alta patente, sendo eles proprietários de escravos e lavradores, uma atividade de destaque em uma sociedade ruralizada.

Já em Ouro Preto, a presença militar mostrava-se de maneira distinta daquela observada nas listas nominativas de Guarapiranga. Além dos 37 militares do exército, citados anteriormente, 43 chefes de fogo foram designados com alguma patente em seu nome. Dentre os 34 chefes brancos, a maioria era alferes ou capitães. Mas havia, também, oito chefes pardos com a patente de alferes, tenentes e capitão (Quadro 37). Dentre os brancos, 88% tinham escravos. Dos pardos, 50% tinham pequenas e médias posses (entre um e nove escravos). Como destacado anteriormente, o único africano relacionado à carreira militar nas listas nominativas de Ouro Preto foi um Tenente-coronel proprietário de 24 escravos, o maior plantel existente neste grupo de 43 militares. Observa-se, assim, em Ouro Preto, a existência de um tecido social mais complexo, com maiores possibilidades de ascensão social para os não brancos. Nesta cidade, os chefes pardos eram, além de militares, alfaiate, marceneiro, fogueteiro ou negociante. O africano, como já exposto tinha a ocupação de “empregado público”.

Quadro 37. Chefes não brancos de fogos de Ouro Preto com patentes militares, 1838.

Nome	Patente	Cor	Ocupação	Nº escravos
Tenente Paulo de Oliveira Fagundes	tenente	pardo	alfaiate	0
Alferes Custodio Goncalves da Silva Baiao	alferes	pardo	negociante	9
Alferes Bernardo Machado	alferes	pardo	marceneiro	0
Alferes Felicio Joze dos Santos	alferes	pardo	fogueteiro	0
Tenente Joze Alves Pereira Carneiro	tenente	pardo	empregado publico	1
Capitao Manoel da Costa Ferreira	capitão	pardo	negociante	2
Tenente Antonio Gomes Lisboa	tenente	pardo	ferreiro	8
Tenente Faustino Monteiro Peixoto	tenente	pardo	negociante	0
Tenente Coronel Anacleto Antonio	tenente-coronel	africano	empregado publico	24

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas, (1831-1838).

Dentre os chefes de fogos de Ouro Preto associados ao exército, havia uma porcentagem relativamente equilibrada entre pardos e brancos: 46% e 54%, respectivamente. Entre os 17 chefes de fogo não brancos associados ao exército, revela-se que estes não possuíam nenhuma patente associada aos seus nomes, dando a entender que se tratavam de postos inferiores na hierarquia militar. Na ocupação de todos constava o termo “militar” e, como apresentado anteriormente, 15 deles não possuíam escravos. Ainda que os 17 militares listados como pardos não fossem abastados, eles tinham a possibilidade de portar arma, usar farda, sendo, ainda, considerados como cidadãos de direitos. Assim, a carreira militar parece ter representado uma oportunidade de inserção social dos mesmos, ainda que não lhes fosse possível alcançar altas patentes em decorrência de sua condição não escravista (SALDANHA, 2004; SOUZA, 2009). A proliferação de milícias de pardos e pretos nas Américas espanhola e portuguesa ao longo do século XVIII foi apontada por Silva (2013) como parte de um processo de enraizamento social e absorção do grande contingente de não brancos nestas sociedades. A alocação de pardos e pretos em milícias em Minas Gerais, nos oitocentos, demonstra a existência de sujeitos ativos, que buscavam ocupar os espaços sociais possíveis. Silva (2013, p. 121) afirma que:

Através de petições, produzidas por eles ou por seus procuradores, demandavam posições pessoais ou corporativas, solicitavam recompensas por serviços prestados, denunciavam quebras às regras de promoção a cargos de oficiais, ou simplesmente demandavam direito de portar armas, fardas, insígnias ou receber cartas patentes – símbolos de distinção fundamentais no interior da configuração social particular formada pelos negros e de ascensão no âmbito da configuração social mais ampla de sua respectiva capitania.

Dentre os milicianos de cor, são citados não brancos artesãos, pequenos agricultores, oficiais mecânicos, investidos em postos militares, que reclamavam honras e privilégios como o direito a portar armas ou farda. Segundo Souza (2015), servir na milícia permitia à população pobre livre continuar exercendo suas atividades, das quais provinha a sua renda principal. Neste sentido, Saldanha (2004), aponta o aspecto essencialmente honorífico de servir à milícia, visto que este vínculo não oferecia compensação salarial, sendo, inclusive, da responsabilidade dos oficiais os custos do próprio uniforme. No período compreendido entre 1831 e 1850, o autor aponta 101 oficiais da Guarda Nacional de Mariana, com as mais distintas patentes: tenente, capitão, tenente-coronel ou coronel. Pode-se, portanto, inferir que o Tenente-coronel africano, listado em Ouro Preto, na década de 1830, usufruía, certamente, de prestígio social por sua patente militar. Assim como os demais chefes não brancos que possuíam médios plantéis de escravos e apresentavam combinações de ocupações. Vale ainda

ressaltar que, como abordado por Silva (2013), a institucionalização das milícias teve caráter interno, ou seja, decorreu de ações dos próprios pretos e pardos que buscavam mostrar o valor de suas ações militares e se afastar dos estigmas dos trabalhos manuais e da escravidão.

3.2.2. O perfil dos não brancos com médias posses de escravos: lavradores, negociantes, músicos, boticários e ferreiros

Como destacado anteriormente, em Ouro Preto houve uma diversidade maior de ocupações exercidas por chefes não brancos que conseguiram ter médios plantéis de escravos, enquanto em Guarapiranga esta diversidade não foi tão expressiva. Constatou-se, através das listas nominativas de Guarapiranga, que os chefes pardos lá existentes por volta da primeira metade dos oitocentos eram, basicamente, negociantes e lavradores. Já em Ouro Preto foi possível comprovar chefes pardos e mestiços com a ocupação de militar, de negociante, de lavrador, de boticário e de ferreiro, que possuíam plantéis de quatro a nove escravos, sendo mais frequentes aqueles com quatro ou cinco cativos (Tabela 51).

Tabela 51. Pardos chefes de fogos com médios plantéis de escravos. Ouro Preto, 1838.

Nome	Cor	Estado conjugal	Tamanho fogo	Tamanho posse	Ocupação
Mariano Freire dos Santos	pardo	Casado	7	5	militar
Felizarda Angelica de Paraizo	pardo	Viúvo	9	4	negociante
Manoel Fernandez Fraga	pardo	Casado	11	5	negociante
Alferes Custodio Goncalves da Silva Baiao	pardo	Viúvo	13	9	negociante
Domencianno Ferreira de Oliveira	pardo	Casado	16	9	lavrador
Cirurgiao M. Antonio Nogueira	pardo	Casado	10	4	boticário
Francisco Antonio De Lima	pardo	Solteiro	7	4	negociante
Marianno Freire	pardo	Casado	10	5	lavrador
Feliciano Alves	pardo	S/ inf.	11	7	ferreiro
Juliao Alves	pardo	Casado	11	4	ferreiro
João Branco	pardo	Casado	9	5	lavrador
Joaquim Vicente	pardo	Casado	9	4	lavrador
Tenente Antonio Gomes Lisboa	pardo	Casado	20	8	ferreiro

Fonte: Elaboração da autora com base nas listas nominativas (1838).

Nos fogos de chefes não brancos com médios plantéis ressaltou-se a combinação de ocupações de alguns chefes através de seus títulos. Em Ouro Preto, um alferes pardo com cinco escravos era também negociante; o cirurgião com quatro escravos era também boticário;

e um tenente com oito escravos era também ferreiro. A combinação de atividades parece ter lhes oportunizado condições de acesso a médios e grandes plantéis de escravos, indicador de prestígio social. A condição de diferenciação social através da média posse de escravos se restringia a aproximadamente 25% dos chefes não brancos de Ouro Preto, e a 5,8% dos chefes de Guarapiranga. Ao se observar as listas, percebe-se que estas posses de cativos encontravam-se concentradas em dois fogos de chefes pardos em Guarapiranga – um negociante e um lavrador; e em 13 fogos de pardos e um de mestiço em Ouro Preto – músico, militar, negociante, lavrador, boticário e ferreiro.

3.2.3. A ocupação de músico

O único mestiço chefe de fogo em Ouro Preto com média posse de escravos tinha quatro cativos e era músico. Segundo Precioso (2010), a ocupação de pintor e músico tinha um caráter mais artístico que técnico, distanciando-os das ocupações manuais e mecânicas. O educador, pesquisador e animador cultural, Curt Lange, um notável estudioso da musicologia mineira colonial, revelou a intensidade da atividade musical no século XVIII em Vila Rica e a marcante presença de homens de cor neste meio:

[...] a proliferação destes Professores da Arte da Musica, desmedida para outros ambientes, foi proverbial em Minas, e a cifra total deles ultrapassou um milhar ou mais, gozando de boas entradas que lhes permitiam atingir – dentro de suas condições de homens de cor- um nível social apreciável, confirmado ainda pelo apreço que lhes dispensavam autoridades e povo (LANGE, 1968, p. 110).

De acordo com Lange (1972), não poucos músicos mineiros possuíam um ou mais escravos no período colonial, o que demonstrava o apreciável nível social que os mesmos alcançavam. Os músicos, profissionais ou amadores, eram solicitados em cerimônias públicas, como os da Câmara Municipal, assim como em celebrações religiosas, tais como procissões ou novenas. Segundo Precioso (2010), a “música erudita mineira” era considerada uma arte clássica, que distinguia aqueles que a dominavam dos que faziam batuques ou calundus, próximos aos rituais religiosos africanos, perseguidos e depreciados socialmente. Percebe-se, portanto, que os músicos de condição de vida apreciável aos quais Lange se referia dizia respeito aqueles relacionados à música erudita.

As milícias, com seus conjuntos de músicos, tinham, também, um papel importante no ambiente urbano mineiro do século XVIII. Muitos não brancos músicos ingressavam na

carreira de músico através destes conjuntos. A despeito da vida desses músicos, Precioso (2010) descreve a história de vida de quatro pardos músicos de Vila Rica entre os séculos XVIII e XIX. A vinculação a alguma irmandade, assim como o cargo miliciano de alferes ou capitão era comum entre eles e apenas um não declarou posse de escravos em seu testamento. Mesmo alcançando prestígio social, a cor da pele ainda podia se constituir em um entrave para a mobilidade social ascendente destes músicos. Três foi o número máximo de escravos declarados por estes forros, através dos quais seus proprietários usufruíam de seus jornais e serviços domésticos. Um destes músicos pardos era regente, militar e proprietário de um escravo. Contudo, ainda assim, ao solicitar patente superior à que ocupava, teve seu pedido negado por sua “condição de mestiço”.

Ainda de acordo com Precioso (2011), o início do século XIX marcou a última geração de músicos mineiros com apreciação social. Segundo o autor, a partir da década de 1810 a música profissional mineira entrou em decadência, passando a ser comum, desde então, os músicos tocarem em troca de diárias e comida. Portanto, o chefe de fogo, mestiço, com a ocupação de músico, em Ouro Preto, era, provavelmente, um resquício dos tempos áureos da arte musical na cidade ou um dos poucos músicos que mantiveram boas condições de vida, o que pode ser atestado pelo seu plantel médio de escravos. Exceto este mestiço, dois outros músicos foram observados nas listas nominativas de Ouro Preto, ambos pardos: um possuía um escravo e o outro nenhum. Quanto à Guarapiranga, foi encontrado nas listas nominativas de 1831-1832 somente um indivíduo músico e sapateiro, sem escravos.

3.2.4. A ocupação de lavrador

O chefe pardo de Guarapiranga proprietário de média posse de escravos era lavrador e detinha seis escravos. Alguns chefes pardos de Ouro Preto nesta mesma ocupação obtiveram também média posse de cativos e possuíam plantéis de quatro, cinco ou nove escravos. Ressalta-se a relevância que esta ocupação representava para o distrito de Guarapiranga, pois se refere a uma atividade que caracterizava a economia daquela região, tipicamente agrícola. Cerca de 17% dos chefes de fogo de Guarapiranga dedicavam-se à agropecuária, segundo os dados das listas nominativas. Conquanto em Ouro Preto, apenas 6% dos chefes desta cidade se inseriam neste setor. Um ponto em comum que pode ser levantado sobre ambas localidades é a prevalência de chefes não brancos sem escravos na agropecuária: 72% de chefes não

brancos sem escravos em Ouro Preto, e 82% de chefes não brancos sem escravos em Guarapiranga.

Comparativamente, em Franca, estado de São Paulo, que desenvolvia conjuntamente plantações e uma agricultura voltada para o mercado interno em 1830, tinha 72% de seus chefes escravistas arrolados como lavradores (CUNHA, 2009). Para regiões agroexportadoras de São Paulo, tais como o Vale do Paraíba e Oeste paulista neste mesmo período, esta autora levanta as porcentagens de 76% e 71%, respectivamente, de chefes escravistas. Já em Guarapiranga, considerada uma região agrícola dinâmica das Minas no início do século XIX, apresentava 31% dos fogos escravistas de seu distrito sede voltados para a agricultura, enquanto Ouro Preto apresentava somente 6,4% de seus chefes escravistas arrolados neste setor. Apesar das proporções marcadamente distintas de chefes escravistas lavradores entre estas diferentes províncias, uma tendência em comum pode ser apontada para ambas: a propriedade escrava constituía uma possibilidade mais restrita e mais dificilmente alcançada para não brancos, como atestado por Cunha (2009) para as localidades de São Paulo analisadas.

A maior parte dos chefes brancos lavradores de Guarapiranga eram escravistas (cerca de 88%), com uma média de 9,2 cativos/fogo, incluindo algumas mulheres brancas chefes de fogo com grandes plantéis. Esta proporção se aproxima daquela de chefes não brancos listados como lavradores que não tinham escravos neste distrito, que era de 81%. A concentração de terras, na visão de Batista (2016), foi uma constante na Vila de Piranga no século XIX, havendo predominância massiva de pequenas propriedades neste local. Apesar de não dispormos das características destas terras, suas produções, ou sua inserção comercial, identificamos, dentre chefes brancos, uma elite agrária proprietária de escravos no distrito de Guarapiranga que provavelmente representava esta concentração. As menores porções de terras, provavelmente pertencentes a chefes não brancos, dedicavam-se a pequenas produções de alimentos básicos de subsistência, como comumente ocorria em diversas regiões mineiras (MARTINS; SILVA, 2007).

Os chefes brancos de Guarapiranga e Ouro preto seguiam uma mesma tendência de maior concentração de escravos em pequenos e grandes plantéis. Os chefes não brancos possuíam, igualmente, pequenos e médios plantéis de escravos, sendo estes últimos mais frequentes em Ouro Preto. Pode-se dizer que, em Guarapiranga, a maioria dos chefes não brancos, dedicados a pequenas culturas, não alçaram grandes retornos financeiros ou em aquisição de escravos através da atividade agropecuária. Por isso, um chefe pardo com um plantel de seis escravos é destacado neste distrito. Dentre os não brancos lavradores, a maioria

era de pardos sem escravos e, quando os possuíam, não passavam de dois cativos. Estes chefes contavam mais frequentemente com a mão de obra familiar e de livres na manutenção de seus fogos, conquanto a mão de obra escrava não lhes fosse acessível. A agropecuária era, portanto, um setor que demarcava uma elite branca no distrito de Guarapiranga, restrita em termos de enriquecimento e *status* social a raros pardos.

Em Ouro Preto, a maioria dos chefes que se dedicavam à agricultura eram pardos e pretos (69% dos agricultores). Foram identificados quatro lavradores pardos com posses de quatro, cinco, ou nove escravos, apesar deste setor não ter tido um papel econômico e social tão relevante quanto no distrito de Guarapiranga. Em Guarapiranga, a agropecuária mostrou-se mais resistente, ou rígida, no sentido de possibilidade de acúmulo de riquezas de chefes não brancos. Ao que os dados revelam, enquanto chefes brancos concentravam fogos escravistas, com uma produção possivelmente voltada para o mercado, os não brancos se distribuía por fogos mais simples, com pequenas lavouras que contavam com poucos ou nenhum escravo, contando com a mão de obra familiar e livre.

3.2.5. A ocupação de boticário

A conciliação da ocupação de boticário com o título de cirurgião é um caso interessante pela possibilidade da associação destas atividades por um pardo, em Ouro Preto no século XIX. Essa diferenciação foi apontada por Velloso (2007), que explicita uma diferenciação oficial entre a designação de farmacêutico e boticário no século XIX no Brasil. Oficialmente, o termo farmacêutico era atribuído a quem cursava farmácia nas faculdades de medicina do Império, que eram restritas ao Rio de Janeiro e Bahia em 1832. O boticário aprendia seu ofício como aprendiz numa botica, fazendo parte de um amplo grupo que exercia a “arte de curar”, uma vez que os dois cursos de farmácia não eram suficientes para atender as demandas de todo o país. Nas consideradas “artes de curar” dos oitocentos, exercidas por médicos, cirurgiões, boticários, ou curandeiros havia uma hierarquia que se dava basicamente pela distinção entre arte liberal e arte mecânica: os médicos eram representantes da primeira como superiores e nobres. Aqueles que atuavam na preparação e conservação dos remédios, como boticários e posteriormente farmacêuticos, se situavam em um patamar inferior pelo exercício do trabalho manual. Contudo, estes últimos se distinguiam ainda de curandeiros, parteiras, ou sangradores, mais comumente associados a não brancos, cativos ou forros e, portanto, considerados num patamar hierárquico inferior.

A distinção social do praticante da arte de curar dependia não somente de seus saberes, mas importava, em grande medida, da sua posição social, seus contatos relacionais, titulações oficiais e da cor do indivíduo, como afirma Mattos (1987). Neste sentido, Pimenta (2019) assinala que médicos, cirurgiões e boticários oficializavam mais suas atividades que sangradores, parteiras ou curandeiros, pois aqueles eram mais facilmente fiscalizados por sua exposição e reconhecimento social. As práticas não oficializadas também eram comumente aceitas e grandemente utilizadas pela população de modo geral, uma vez que indivíduos certificados não constituíam a maioria dos que praticavam este exercício e não eram abundantes em Minas Gerais (VELLOSO, 2007). A autoridade sanitária no início do século XIX era constituída pelos cargos de Físico-mor, Cirurgião-mor e Provedor-mor de Saúde, que eram os responsáveis pela fiscalização e concessão de cartas de autorização para o exercício das “artes de curar”. O processo de reconhecimento destes ofícios era pago e contavam com dois examinadores: o juiz e o físico ou Cirurgião-mor na Corte, ou um delegado que os representava em outras localidades. Eram, portanto, cargos que constituíam uma fonte de rendimento extra para os examinadores, pois o pagamento de propinas e emolumentos para tal procedimento era repartido entre os membros da Fisicatura.

Mattos (1987) assinala uma hierarquização presente em todos os níveis constitutivos da sociedade imperial, alimentada por um sentimento aristocrático, incluindo o mundo do trabalho. Assim, o autor demonstra depoimentos de meados do século XIX que questionavam combinações de condições sociais e raça que favoreciam os brancos nas “ciências e cargos”, enquanto os não brancos eram tidos como simples artistas. Ao se analisar o caso do boticário, pardo, encontrado nas listas nominativas de Ouro Preto de 1838, que foi igualmente nomeado de Cirurgião e que possuía quatro escravos, depreende-se que era possível, à época, que o mesmo exercesse a função de forma oficial, além da atuação no preparo de medicamentos, enquanto boticário. Em relação às instituições de saúde da época, Galvão e Souza (2014) citam a existência de dois hospitais em Vila Rica no século XVIII, um civil e outro militar. É neste último que, no início dos oitocentos, é criada a Aula de Anatomia, que buscava amparar o precário quadro de agentes da saúde em Minas Gerais naquele período. Os autores relatam que essas aulas, que se iniciaram em 1801, continuaram pelo menos pelos 50 próximos anos, coexistindo, portanto, com o arrolamento populacional de 1838 em Ouro Preto, o que pode ter favorecido a maior presença de médicos nesta cidade quando comparado às listas de Guarapiranga.

Pela estrutura da posse de escravos dos agentes de saúde listados, conjectura-se a possibilidade de exercício não oficial em Ouro Preto. Nesta cidade foram arrolados dois

médicos, um branco e outro pardo, ambos sem escravos. Havia também dois boticários brancos, com dois e nenhum escravo. O cirurgião boticário pardo aqui destacado foi o único agente da “arte de curar” presente nas listas com quatro escravos. Em Guarapiranga, apesar da ausência do cargo mais alto desta hierarquia, foram listados quatro cirurgiões, todos brancos, com plantéis que variavam de três a 44 escravos. Do ponto de vista de Galvão e Souza (2014), muitas vezes, na ausência de médicos, o cirurgião cumpria a função destes, o que ilustra também a precariedade da presença destes agentes em vilas mineiras. Para além de cirurgiões, outro agente da arte de curar encontrado nas listas de Guarapiranga foi uma crioula parteira, com um escravo, diferenciando-se dos demais pela cor e posse de cativos.

3.2.6. A ocupação de negociante

A ocupação de negociante, comum entre chefes não brancos com médios plantéis de Guarapiranga e Ouro Preto e a mais frequente entre os chefes desta cidade, parece ter sido uma oportunidade de acúmulo de riqueza para estes indivíduos. Algumas particularidades caracterizavam esta ocupação em Minas Gerais, desde os setecentos. O Historiador Caio César Boschi (1986) comprova a importância das irmandades mineiras como instrumento de ascensão e reconhecimento social desde o século XVIII. Ser admitido em uma irmandade, que marcava segmentos sociais e admitiam “irmãos” através de rigorosa seleção, significava reconhecimento público de êxito social individual. O autor cita as ordens terceiras como exemplo em Minas. Através destas, homens de negócios afirmavam seu prestígio e eram reconhecidos socialmente por cumprirem uma série de preceitos religiosos e morais, que permitiam sua participação nas irmandades e diferenciação de cristãos-novos²⁰. A associação de negociantes às irmandades em Minas é colocada por Boschi (1986) como uma forma de integração social destes indivíduos que buscavam melhorar sua posição na hierarquia social, aumentar seus *status* e se legitimar como parte de segmentos sociais dominantes.

Através das listas nominativas não é possível verificar filiações às irmandades, contudo, o papel e a relevância de comerciantes na vida econômica da cidade de Ouro Preto ficam explícitos. Nesta cidade houve relevante destaque quanto à atividade de negociantes.

²⁰ A associação do indivíduo aos cristãos-novos seria considerado um rebaixamento social, uma vez que se tratava de judeus convertidos acusados por “crime de judaísmo pelo Tribunal do Santo Ofício”. Apesar dos importantes feitos econômicos de diversos cristãos-novos em Vila Rica e em outras partes de Minas no século XVIII, os mesmos eram perseguidos pela acusação de pertencerem a sociedades secretas e práticas ideológicas contrárias à católica. Estes indivíduos são associados a diversas atividades, tais que médicos, advogados ou escritores, sendo a atividade comercial a de maior destaque entre eles (NOVINSKY, 2001).

Estes formavam uma poderosa elite que provavelmente controlava o mercado local, constituída comumente por homens brancos e em grande parte proprietários de escravos. Uma minoria de chefes brancos de fogo comerciantes, tanto em Ouro Preto quanto em Guarapiranga, não possuía escravos (29% e 33%, respectivamente), quadro este contrário à condição de chefes não brancos. Entre negociantes itinerantes e fixos uma série de atividades relacionadas ao tipo de comércio mineiro podia ser encontrada nestes locais.

Chaves (1999) afirma o caráter não capitalista do mercado colonial e explana algumas atividades compreendidas no setor comercial das Minas setecentistas. Enquanto itinerantes e instáveis, havia os tropeiros, comboieiros e boiadeiros, mascates, atravessadores ou negras de tabuleiro, que se mostraram mais presentes em Guarapiranga, conquanto constituíssem parcela diminuta dos comerciantes de Ouro Preto em 1838. Os chefes não brancos nesta cidade, enquanto negociantes fixos, eram, em sua maioria, desprovidos de escravos (67,5%), diferentemente dos chefes brancos negociantes, em sua maioria, escravistas.

Os pardos negociantes de Ouro Preto, levantados a partir das listas nominativas e proprietários de médios plantéis, alcançaram a propriedade de quatro, cinco ou nove escravos, assim como aquele pardo de Guarapiranga, único não branco negociante que possuía nove escravos. A atividade de negociante neste distrito se mostrou promissora em termos da porcentagem de chefes não brancos escravistas quando comparada aos outros setores locais. Houve uma porcentagem relativamente alta de chefes não brancos com plantéis de escravos, embora fossem pequenas posses em sua maioria – 31,8% dos chefes deste setor eram proprietários de pequenos plantéis, enquanto os demais setores não ultrapassavam cerca de 20% de chefes com um a três escravos. O setor comércio neste distrito atingiu a maior média de escravos por fogo, qual seja 2,6 escravos/fogo. Em Ouro Preto a posse média de escravos por fogo de não brancos aproxima-se daquela de Guarapiranga para o mesmo grupo, no entanto, outros setores superavam grandemente esta média naquela cidade.

De modo geral, a média de escravos por fogo de chefes brancos e não brancos em Guarapiranga e em Ouro Preto aproximava-se, sendo de aproximadamente 2,5 escravos nos fogos de não brancos e 4,5 escravos nos fogos de chefes brancos. Contudo, particularidades destas atividades em cada localidade as diferenciavam. Em Ouro Preto o fato do comércio ser mais dinâmico e presente, dentre os fogos de chefes não brancos, permitia a alguns destes pardos alcançarem médios plantéis de escravos. Em Guarapiranga, embora houvesse chefes pardos, crioulos e africanos em maior proporção que Ouro Preto, atuando como negociantes, apenas dois apresentaram um pequeno plantel de escravos, que não passava de três cativos e um terceiro apresentava um plantel médio de escravos, com nove cativos.

3.2.7. A ocupação de ferreiro

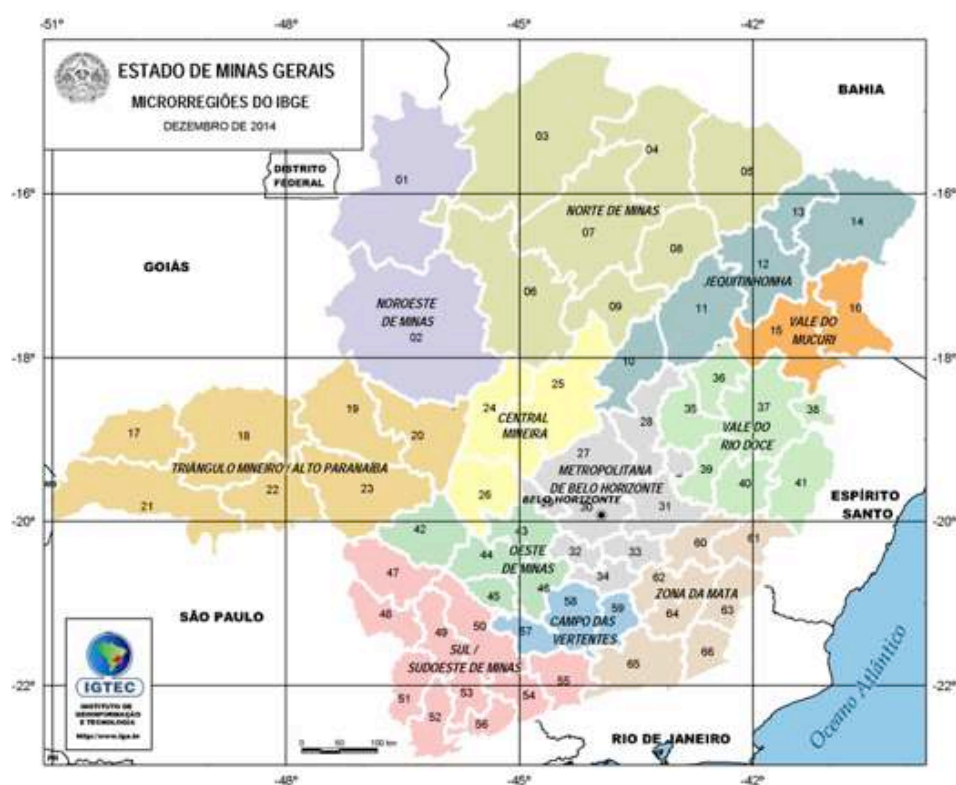
A ocupação de ferreiro consistia em um ofício mecânico, enquadrado no setor de atividades manuais e mecânicas, fazendo parte de um leque de ofícios que parecem ter configurado um horizonte de possibilidades a escravos e libertos especializados (PRECIOSO, 2010). Este autor, ao apresentar histórias de ascensão de pardos na Vila Rica colonial, apresenta um diversificado leque de ocupações exercidas por estes indivíduos sendo a maioria deste setor das atividades manuais e mecânicas. As Irmandades exerciam importante papel, especialmente para não brancos, neste setor. Segundo Leoni (2007), o lugar social do indivíduo tinha maior relevância quando respaldado por um grupo. Por isso, ao reunir indivíduos por profissões, por exemplo, as irmandades proporcionavam certo *status* aos indivíduos, por serem símbolo de “boa conduta”, segundo imposições de seus regimentos.

De acordo com Godoy (1996), os ferreiros de Minas Gerais no século XIX distribuíam-se tanto pelos espaços urbanos quanto pelos rurais e eram predominantemente mestiços. Dentre os chefes de fogo de Guarapiranga, brancos e não brancos, havia aproximadamente 2% de ferreiros, comumente pardos e crioulos, e brancos em menor número. Contudo, aqueles de Ouro Preto obtiveram possibilidades de aquisição de maior número de escravos, alcançando médios plantéis de cativos em seus fogos. Em Guarapiranga, os ferreiros não tinham mais que um escravo, enquanto em Ouro Preto, ferreiros pardos tiveram até oito escravos. Foram listados três ferreiros pardos nesta cidade com médios plantéis e um com pequeno. Quando questiona-se a chefia de domicílio, Godoy (1996) afirma que os ferreiros tendiam a não ter escravos nas Minas oitocentistas, ou quando os tinham, era em média um escravo/fogo. Este autor constata dois tipos básicos de ferreiro: aqueles com pequenas unidades baseadas no trabalho livre; e aqueles vinculados ou subordinados às grandes unidades produtivas nas quais havia conciliação da atividade de ferreiro com outras, afins ou não. Em Ouro Preto, onde houve maior predominância de fogos de ferreiros escravistas, tinha-se uma média de 6,6 pessoas por fogo, dentre familiares, agregados e homens livres. Em Guarapiranga, essa média era de 3,7 indivíduos/fogo. O ferreiro pardo que se destacou em Ouro Preto com a maior posse de escravos possuía oito cativos e era igualmente tenente, uma alta patente provavelmente da milícia e que, por não receber soldo por esta atividade, obtinha renda daquele ofício.

3.3. OURO PRETO E GUARAPIRANGA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PASSADO E O PRESENTE

De acordo com a atual classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010), Ouro Preto e Piranga se situam nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e da Zona da Mata, respectivamente. Levando em consideração a temporalidade da delimitação dos territórios, deve-se ter em conta as divisões administrativas que se alteraram com o tempo. O que se tem hoje definido como Zonas Metropolitana e da Mata passou por desmembramentos, reagrupamentos, supressão de distritos, vilas e comarcas ao longo do século XIX (GRAÇA FILHO, 2002). Partindo da atual caracterização destes territórios, o mapa que se segue (Figura 10) apresenta as Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Minas Gerais, nas quais se inserem os atuais municípios de Ouro Preto (microrregião 33) e Piranga (microrregião 62), anteriormente denominada Guarapiranga.

Figura 11. Distribuição das Microrregiões do Estado de Minas Gerais, 2014.



Fonte: IBGE (2014).

A microrregião 33, denominada Ouro Preto, abrange os municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e **Ouro Preto**. A microrregião 62, adjacente àquela, é denominada Viçosa e compreende os municípios Alto Rio Doce, Amparo da Serra, Araponga,

Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, **Piranga**, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Teixeiras e Viçosa. Hoje em dia, segundo dados do IBGE, Piranga pode ser considerado um município com características mais ruralizadas que Ouro Preto. Este último, atualmente com uma população de mais de 70 mil habitantes, apresenta aproximadamente três vezes menos estabelecimentos agropecuários que Piranga (2.324 estabelecimentos em Piranga e 728 em Ouro Preto). A hierarquia urbana²¹ de Piranga, que, segundo o IBGE, indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços, classifica o município como um Centro local, enquanto Ouro Preto é tido como um Centro sub-regional. Este dado se torna particularmente interessante quando pensamos neste tipo de conceito ou classificação para o século XIX em Minas Gerais. Rodarte (1999), ao discutir aspectos de urbanização em Minas no século XIX, considera a oferta de bens e serviços como fator determinante da maior ou menor centralidade de um núcleo. Assim,

[...] os centros de menor centralidade tendem a ter apenas estruturas de oferta de bens e serviços mais ubíquos, enquanto que centros com maior centralidade ofertam, além dos bens e serviços ubíquos, os bens mais raros e especializados, de *alcance espacial* e *mercados mínimos* amplos [...] os serviços, não raro, determinam pelo menos a centralidade das cidades em relação às respectivas zonas rurais, na medida em que buscam se localizar no centro espacial, como medida de otimização do ponto de oferta. Quando o serviço é mais especializado, ele se restringe a localizar apenas em cidades maiores, ficando voltado para atender as populações residentes no local e em cidades vizinhas de menor dimensão (RODARTE, 1999, p. 48).

Se considerarmos a dispersão populacional através da densidade demográfica para analisar a maior ruralidade dos locais hoje em dia, temos novamente Piranga como um local de menor aglomeração humana, com uma densidade de 26,16 hab./km², enquanto Ouro Preto tem 56,41 hab./km². A população urbana de Ouro Preto (61.120 habitantes) supera grandemente aquela de Piranga (5.958 habitantes), enquanto a população rural deste

²¹A identificação da hierarquia urbana e das áreas de influência é realizada por meio da classificação dos centros urbanos que possuem determinados equipamentos e serviços e que atraem populações de outras localidades. A oferta diferenciada de bens e serviços entre as cidades faz com que populações se desloquem a centros urbanos bem equipados para adquirirem serviços de saúde e educação. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem (IBGE, 2018).

município (11.274 habitantes) supera a de Ouro Preto (9.161 habitantes) (Tabela 52). A disparidade entre população urbana e rural das duas localidades sugere diferenças ocupacionais, relacionadas, portanto, com o ambiente e desenvolvimento econômico local. Na tabela abaixo, pode-se observar, através dos dados do censo Agropecuário de 2017, diferenças na porcentagem de alocação dos produtores de Piranga e Ouro Preto, de acordo com sua cor.

Tabela 52. Variação populacional e dados sociodemográficos de Piranga e Ouro Preto, 2010.

VARIÁVEIS		PIRANGA		OURO PRETO	
População estimada (2010)		17.232		70.281	
Cor – População residente (2010)	Amarela	151	0,8%	988	1,4%
	Branca	4.604	26,7%	19.677	27,9%
	Indígena	15	0,08%	174	0,2%
	Parda	7.295	42,3%	32.549	46,3%
	Preta	2.174	12,6%	9.080	12,9%
Situação domiciliar 2010 - População residente (n° pessoas)	Urbana	5.958	34,5%	61.120	86,9%
	Rural	11.274	65,5%	9.161	13,1%
IDHM (2010)		0,600		0,741	
N° estabelecimentos agropecuários (2017)		2.324		728	
Pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário		6.210		2.091	
Cor do produtor *	Amarela	1	0,04%	8	1,09%
	Branca	865	37,2%	388	53,2%
	Indígena	1	0,04%	1	0,13%
	Parda	993	42,7%	281	38,5%
	Preta	464	19,9%	46	6,3%

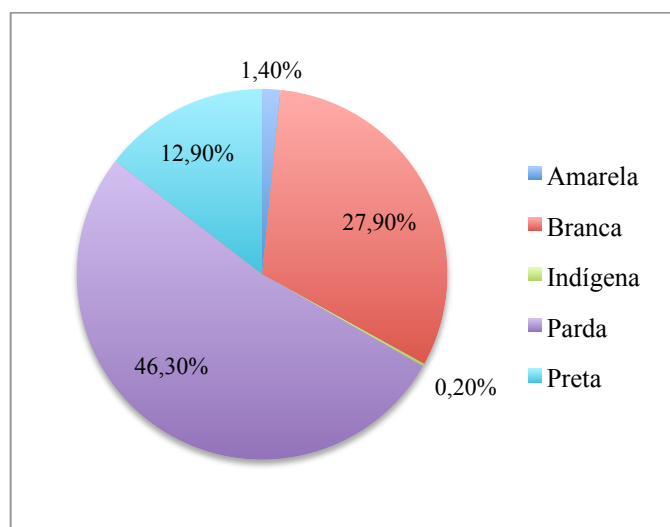
Fonte: IBGE (2010).

* Porcentagem do número de estabelecimentos agropecuários.

Constata-se, primeiramente, que o número de estabelecimentos agropecuários de Piranga é praticamente três vezes superior ao de Ouro Preto, o que se observa na grande porcentagem da população piranguense, residente na área rural; enquanto a população de Ouro Preto mostra-se predominantemente urbana. Quando observamos a distribuição da população recenseada como produtor agropecuário por cor, constatamos em Piranga e em Ouro Preto uma concentração de brancos e pardos nestas atividades, com porcentagens bem inferiores de amarelos e indígenas. A porcentagem de produtores pretos em Piranga, apesar de inferior à dos brancos e pardos, é significativamente superior aos produtores pretos presentes em Ouro Preto.

Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população de Ouro Preto segundo a cor, seria distribuída de seguinte forma: uma grande maioria parda, seguido de brancos, pretos e uma menor porcentagem de amarelos, conforme informam os dados do Gráfico 43:

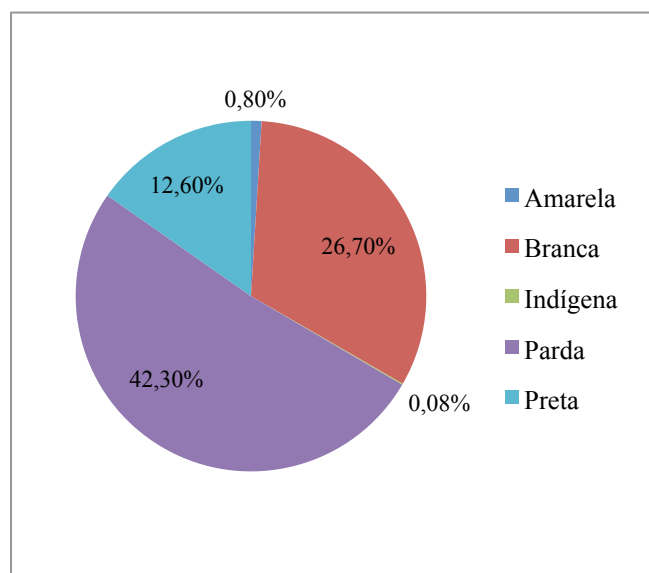
Gráfico 43. População, segundo a raça/cor de Ouro Preto, Minas Gerais, 2010.



Fonte: IBGE (2010).

Piranga, no mesmo censo, não apresenta muita divergência do exposto para Ouro Preto quanto às proporções de indivíduos por cor, como se observa no Gráfico 44 abaixo:

Gráfico 44. População segundo raça/cor de Piranga, Minas Gerais, 2010.



Fonte: IBGE (2010).

Os dados atuais apresentados para os dois municípios não intencionam uma comparação com as amostras objeto de análise desta tese, tampouco estabelecer as mesmas relações a respeito da inserção social através do trabalho e cor da pele. O intuito é apresentar essas localidades hoje existentes com determinadas características que são também fruto do

processo histórico pelo qual passaram. Recorrer ao passado, mais precisamente ao século XIX, como recorte temporal desta pesquisa, foi uma opção que se baseou na relevância social e econômica deste período para Minas Gerais.

É imprescindível que a compreensão da distribuição da população por cor da pele leve em conta as questões abordadas sobre a evolução do uso das categorias raciais, no censo brasileiro ao longo das décadas, para que se possa problematizar uma das questões de desigualdade da sociedade brasileira: a desigualdade racial. As variações dos qualitativos de cor que podem ser observadas desde o primeiro recenseamento do país em 1872 até atualmente apontam para a complexidade desta questão no Brasil, tanto para a esfera pública quanto para a privada. Substituição de termos, supressão da categoria raça do censo, acréscimo de termos, todas estas alterações caminharam em paralelo com questões políticas e sociais do país (ANJOS, 2013). Ressaltam-se duas questões a respeito do arrolamento populacional do século XIX que podem nos dar indicativos sobre a mentalidade da sociedade daquela época: a heterodeclaração da cor da pele e as categorias de cor utilizadas naquele contexto social. Lidamos, portanto, com a forma pela qual o indivíduo é reconhecido pelas autoridades e quais denominações poderiam representá-lo, que, como visto, comumente se associava à sua condição social.

No atual sistema de classificação do IBGE, para identificar grupos raciais, são utilizados dois métodos simultâneos de identificação, a auto declaração e a heterodeclaração. Estes métodos são procedimentos estabelecidos para enquadrar os indivíduos em grupos de classificação definidos (OSORIO, 2003). Consideramos que, no levantamento populacional do século XIX, devido ao conjunto de pessoas envolvidas na coleta de informação das listas (juiz de paz, inspetor de quarteirão, escrivão, etc.), o método de identificação ocorria, mais frequentemente, de forma heterodeclarada. Ou seja, outra pessoa, que não o sujeito de identificação, definia seu grupo de pertença. Eventualmente, esta definição era autodeclarada, sendo escolha do próprio sujeito o grupo racial ao qual pertencia, pois, “[...] a coleta das informações das listas parece ter envolvido o Juiz de Paz, o Inspetor de Quarteirão, o Escrivão e, eventualmente, a população” (PAIVA; ARNAUT, 1990, p. 90).

Os termos empregados nas listas nominativas foram entendidos como o sistema classificatório para este levantamento, que definia uma classificação de raça/origem, como designado nos documentos. Os qualitativos de cor branco, pardo, crioulo, preto/africano, mestiço e índio foram as categorias utilizadas para caracterizar a população mineira no século XIX nas listas nominativas. Contudo, Petrucelli (2013) afirma que, oficialmente, foi com o primeiro Recenseamento do Brasil, de 1872, que se cristalizou um sistema de classificação de

cor no país, utilizando-se os termos branco, preto, pardo e caboclo. Como podemos perceber, os termos do levantamento de 1872 já se diferiam daquele da década de 1830, refletindo diferentes classificações sociais hierarquizadas, com base em atributos considerados raciais, frutos dos momentos e contextos históricos distintos. Como exposto por Osorio (2003), a classificação racial reflete questões da história nacional de cada sociedade, não havendo, portanto, classificação internacional para raças ou etnias. No Brasil, cor e raça se entrelaçaram nos censos, até se chegar ao atual sistema de classificação que, por meio de auto e heterodeclaração²², oferece as opções “branca”, “preta”, “amarela”, “parda”, “indígena”, ou “sem declaração”. Em outros lugares do mundo, a mesma questão nem sempre é abordada, ou não aparece de forma sistemática, como apresentam Petrucelli (2002) e Osorio (2003). Estes autores apontam para somente dois países²³, além do Brasil, que incluem critérios de raça ou cor em seus censos populacionais, EUA e Canadá. Nestes dois países, o conceito de raça inclui também categoria étnica ou naturalidade, além da língua falada, como no caso do Canadá. Em suma, segundo os autores, essas categorizações tem sempre um fundo social, econômico ou político, o que nos permite interpretações acerca daquelas sociedades e a percepção das singularidades do racismo brasileiro e suas discriminações (OSORIO, 2003).

No atual sistema de recenseamento do IBGE, cor e raça ainda trazem portanto uma questão histórica de classificação da população. Pensando na situação contemporânea da inserção dos não brancos na sociedade brasileira, foi observada a distribuição da população de Ouro Preto e Piranga por sexo e cor nas áreas urbanas e rurais destas cidades. Conforme a Tabela 53, nota-se que, em ambas localidades, há uma prevalência de indivíduos brancos, seguidos de pardos e pretos. Amarelos e indígenas aparecem em porcentagens marcadamente inferiores. No geral, há maior diferença na distribuição da população entre os meios rural e urbano que entre os sexos para as diferentes cores ou raças. Interessante notar que os declarados brancos em Ouro Preto, em 2010, concentram-se majoritariamente na área urbana (89,5% do total de brancos), assim como pretos (93%) e pardos (84%). Já em Piranga, os brancos distribuem-se de forma mais equilibrada entre os dois meios, com 49,2% destes no meio urbano e 51,3% na área rural. Pretos e pardos, por sua vez, chamam a atenção por suas concentrações na área rural: somente 22,3% dos pretos foram listados na área urbana e 31,4% de pardos nesta mesma área.

²² Osorio (2003) constata que, apesar de ser dada a opção de auto declaração para os indivíduos optarem por sua própria identificação de cor ou raça, alguns membros dos domicílios (idosos, crianças ou incapazes), impossibilitados de responderem ao censo, tem sua cor ou raça declaradas por terceiros, sendo estes comumente parentes ou pessoas próximas.

²³ O número apontado diz respeito a um total de treze países analisados através dos dados do Banco de Dados Internacionais. Para resultados e estudo completos, ver Osorio (2003) e Allan (2001).

Tabela 53. Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, sexo, cor ou raça de Piranga e Ouro Preto, 2010.

Município	Cor ou raça	Situação do domicílio x Sexo								
		Total			Urbana			Rural		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Ouro Preto (MG)	Total	60.971	29.431	31.540	53.060	25.294	27.766	7.910	4.137	3.773
	Branca	19.655	9.111	10.544	17.593	7.998	9.595	2.062	1.113	949
	Preta	9.148	4.400	4.748	8.506	4.041	4.465	642	359	284
	Amarela	746	264	481	648	204	444	98	60	37
	Parda	31.168	15.497	15.671	26.067	12.892	13.175	5.101	2.605	2.496
	Indígena	254	158	95	247	158	88	7	-	7
	Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piranga (MG)	Total	14.690	7.374	7.317	5.220	2.445	2.774	9.471	4.928	4.542
	Branca	4.674	2.285	2.389	2.275	1.006	1.269	2.399	1.279	1.120
	Preta	2.282	1.147	1.135	511	242	270	1.770	905	865
	Amarela	136	52	84	33	11	23	103	42	61
	Parda	7.584	3.880	3.704	2.385	1.177	1.207	5.199	2.703	2.497
	Indígena	15	10	5	15	10	5	-	-	-
	Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Ainda que com diferenças nas classificações e com as devidas diferenças cronológicas, as porcentagens de não brancos permanecem superiores nas duas localidades amostradas, com aproximadamente 68% da população classificada como parda, preta, amarela ou indígena em Ouro Preto e em Piranga, em 2010.

Quando se observa a distribuição destas populações por setores econômicos, tem-se, em Ouro Preto, hoje em dia com uma população predominantemente urbana, uma aproximação do que se tinha no século XIX para os setores predominantes dentre os fogos chefiados por brancos: predominância do setor “serviços” (equivalente a “outras ocupações”), seguido do setor “comércio” (Tabela 54).

Tabela 54. Taxa dos setores por ocupação, Ouro Preto e Piranga, Minas Gerais, 2010.

Município	% ocupados setor agropecuário	% ocupados setor mineral	% ocupados comércio	% ocupados serviços
Ouro Preto (MG)	6,53	7,17	13,14	49,65
Piranga (MG)	45,46	0,73	8,78	27,32

Fonte: dados do IBGE (2010).

Em Piranga, onde a maioria da população reside na área rural, o setor “agropecuário” prevalece, seguido do setor “serviços”. Apesar de não dispormos de dados que mostrem a distribuição da população por cor dentre os setores para esta discussão, chamamos a atenção para algumas outras considerações presentes na literatura que apontam para outras aproximações de condições atuais com aquelas apresentadas para o século XIX no decorrer desta pesquisa. Tanto Nelson do Valle Silva (1999), por meio dos dados restritos a São Paulo no século XX, quanto Oracy Nogueira (1985), através de análises das singularidades das questões raciais no Brasil, apontam para uma mesma relação entre cor e condição social aos fins do século XX: a permanência de um “efeito embranquecimento”. Assim, ambos autores afirmam que os brasileiros, quando entrevistados, aproximariam-se de classificações como morenos, mulatos ou brancos quando seu nível socioeconômico era alto, e indivíduos de condição social baixa tenderiam a se considerar mais escuros.

Conquanto não tenha sido possível relacionar os atuais não brancos brasileiros aos setores econômicos considerados nos censos de hoje em dia, percebe-se uma maior concentração deles na áreas urbanas de uma cidade que tem sua economia mais voltada para “serviços” e “comércio”, como Ouro Preto, e, quando comparado a Piranga, tem-se uma prevalência destes indivíduos na zona rural, onde predomina, com grande expressividade, o setor agrícola.

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se ao longo das descrições apresentadas neste capítulo, que as listas nominativas de Guarapiranga e Ouro Preto, nos oitocentos, apresentavam chefes brancos e não brancos com plantéis de cativos de grande, médio e pequeno porte, como também, chefes de fogos sem nenhum escravo²⁴. Como afirmado por Boschi (1986), as portas da mobilidade social não estiveram irremediavelmente fechadas para os não brancos, mas isto nunca significou igualdade racial ou de oportunidades para estes indivíduos. Através da ocupação, muitos não brancos buscaram compensar os efeitos sociais da cor da pele. A situação dos militares que serviam na Guarda Nacional ilustra bem esta situação: além de não receberem soldo e necessitarem manter uma segunda ocupação para a obtenção de renda, o vínculo à Guarda Nacional lhes dava condições de comprovar cidadania.

²⁴ Para relação de principais atividades por setor de chefes não brancos e maiores planteis de escravos, ver APÊNDICE D.

Esta condição se mostrou presente em Ouro Preto, mas não em Guarapiranga. Os dados de Guarapiranga indicaram a concentração da ocupação de militar dentro da elite local branca, dedicada ao trabalho agrário e que restringia o acesso a estes símbolos de distinção social a não brancos. Assim, como destacado por Kraay (1996), a posse de cativos por parte de oficiais do Exército não se restringia aos oficiais superiores, mas esta condição se diferenciou quando se observa centros mais urbanizados e de economia mais diversificada, em relação a sociedades mais ruralizadas, cuja economia era menos diversificada e fechada sobre si mesma, como no caso de Guarapiranga, nos oitocentos.

Desta forma, pode-se perceber que nas Minas Gerais dos oitocentos as condições tanto para brancos, como, principalmente para não brancos, ostentarem uma posição social passavam pelo fato de serem capazes de se distanciar do trabalho, associado à condição de escravo. Ter uma patente da Guarda Nacional significava que o indivíduo poderia se sustentar sem receber um soldo. O grau de grandeza da patente da Guarda Nacional mostrava uma associação com o número de cativos que os mesmos possuíam. Quanto mais afastados da condição de trabalhador manual mais próximo da condição de cidadão.

A esse respeito, Martins (1994) cita uma série de trabalhos considerados domésticos, comuns nas Minas oitocentistas, e que eram “feitos às escondidas”. Roupas lavadas de madrugada, quitandas vendidas por moleques, o comércio administrado por pessoas de fora da família, são exemplos de práticas que famílias empobrecidas ou financeiramente decadentes camuflavam numa tentativa de não expor à sociedade o trabalho manual por elas realizado. A invisibilidade dessas atividades foram respaldadas por Algranti (2002) que, por sua vez, afirma que o trabalho permeou o cotidiano dos indivíduos e levou dinamismos aos interiores dos domicílios, onde a produção para sobrevivência incluía desde a produção dos alimentos ao fabrico dos utensílios utilizados para o dia a dia e para execução de outros ofícios. Assim, a ideia de não trabalho e imagem de preguiça atribuídos aos brasileiros permaneceram, segundo a autora, restrita a uma minoria da população, circunscrita a determinadas regiões. No geral, a maior parte da população estaria envolvida com as atividades domésticas numa intimidade intensa que promovia a diversificação das relações. Estes fatos demonstram que, apesar de estar a maioria da população envolvida nos trabalhos domésticos, o ideal de não trabalho permeava o imaginário daquela sociedade. Ainda, segundo Boschi (1986), o trabalho produtivo de artesãos e artífices ficou delegado, primordialmente, aos não brancos, em função da elite deles se envergonhar e manter enraizado o preconceito e aversão às atividades manuais.

Nas listas nominativas de Guarapiranga, observou-se a existência de 24 ocupações exercidas por chefes não brancos, das quais oito não eram exercidas por chefes brancos: caixeiro, carpinteiro, carreiro, lavadeira, parteira, quitandeira, sapateiro e tropeiro. Estas atividades manuais e mecânicas exercidas pelos chefes não brancos, em Guarapiranga, eram típicas de uma sociedade cuja economia de mercado era muito atrofiada, sendo mais marcada pelo autoconsumo, não conferindo grande poder aquisitivo a seus chefes, sendo, inclusive, exercida, predominantemente, com a ausência de escravos. A ocupação que se mostrava mais rentável nos oitocentos, em Guarapiranga, foi a de lavrador (fazendeiro), exercida, basicamente, por chefes brancos. Esta se tornava ainda mais próspera quando associada a outras atividades, tais como as de tropeiro ou negociante.

Já em Ouro Preto, as listas nominativas mostraram haver um maior número de ocupações exercidas por chefes não brancos de fogo: 36, superando aquelas de Guarapiranga em número e tipo de atividade. Algumas ocupações também eram exercidas somente por chefes não brancos, em Ouro Preto, tais como as de carnicheiro, hortelão e pedreiro. Em contrapartida, observou-se, nesta cidade, o caso de um advogado pardo dentre os cinco advogados brancos, além de médicos e militares não brancos. Percebe-se, assim, que nesta cidade, detentora de uma economia mais diversificada e urbanizada foram maiores as possibilidades de ocupação para não brancos. Neste sentido, Boschi (1986) assevera que a única mobilidade social permitida mesmo em uma sociedade mais urbanizada e diversificada economicamente, como a de Ouro Preto, nos oitocentos, era a individual, mantendo a coletividade em um plano mais horizontal que vertical. Por isso, o *status* e o prestígio contavam muito como insígnias de diferenciação social. O africano encontrado nas listas nominativas de Ouro Preto como proprietário de 24 escravos, era um chefe de fogo de ferreiros, que foi nomeado como Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Ele se distinguiu da maioria dos fogos de ferreiros, pela numerosa posse de cativos, o que foi, provavelmente, socialmente reconhecido com a condecoração de uma alta patente militar. As listas nominativas mostraram que havia negociantes brancos sem escravos, assim como negociantes pardos com médios plantéis de cativos. Estes últimos, em termos de valoração social, encontravam-se mais distantes da condição de escravo que os brancos sem cativos, que precisavam realizar eles próprios o trabalho relativo à ocupação do seu fogo.

A diversidade ocupacional da cidade de Ouro Preto nos oitocentos parece ter contribuído com uma pluralidade de atividades que permitia àqueles não brancos que atingiam a condição de chefe de fogo alcançarem condições de distinção social. Enquanto os médios plantéis de cativos dos não brancos, em Guarapiranga, limitavam-se às ocupações de

negociante e lavrador (fazendeiro), em Ouro Preto tinham-se ao menos cinco ocupações diferentes que permitiram a chefes pardos adquirirem médios plantéis. Constatado por Precioso (2010), que demonstra as negociações de pardos com as autoridades entre o final do século XVIII e início do XIX em Vila Rica, ficam evidentes os mecanismos forjados por este grupo de não brancos para obter reconhecimento social e se distinguirem-se dos demais de sua cor. Neste estudo, o autor coloca o papel das Confrarias em evidência, explicitando-se as diversas ocupações que os pardos exerciam e o respaldo que estas agremiações ofereciam em termos de consolidação da imagem e prestígio de um seletivo grupo de indivíduos. Em relação à educação, Fonseca (2007) afirma que havia uma forte presença de negros nas escolas mineiras no século XIX, e que a instrução configurava também uma estratégia de diferenciação social, constituindo em um elemento capaz de facilitar o processo de afirmação do não branco nos oitocentos. No entanto, algumas ocupações revelaram-se como exclusivas dos brancos, indicando uma rígida demarcação dos espaços sociais, tais como as ocupações religiosas; ou de engenheiro de cana; ou ainda, as de escrivão e professor. A maioria destes chefes brancos eram proprietários de médios e grandes plantéis de escravos.

Enfim, este capítulo destacou o sentido que o trabalho podia indicar nos oitocentos, dependendo da presença ou ausência de cativos para realizá-lo. Os fogos em sua maioria contavam mais com a mão de obra livre que com a escrava, o que aproximava a condição dos brancos e não brancos sem cativos da condição de escravos. O ideal do não trabalho presente nos oitocentos era, portanto, marcado pelo escravismo, condição da qual brancos e não brancos buscavam se distanciar. Imersos nesta sociedade marcada pelo ideário do não trabalho e do cativo, uma grande massa de não brancos, majoritariamente pardos, buscavam inserir-se socialmente, permeando os mais variados estratos e condições sociais, buscando vencer as barreiras impostas para a sua ascensão social. Mas, nos oitocentos, também os brancos, quando sem cativos e tendo que trabalhar, principalmente, em ocupações manuais e mecânicas, viam as barreiras de diferenciação social diluírem-se. O grande número de fogos sem escravos aproximou, assim, parcialmente, brancos e não brancos sem cativos nos oitocentos, estabelecendo um gradiente social de cor, que poderia enegrecer brancos pobres e embranquecer não brancos abastados.

4. CONCLUSÕES GERAIS

“Que os mulatos eram façanhudos, não tem dúvida que sim. Mas eram porém, pelo simples fato de formarem a classe servil numerosa, mas livre. É tantas vezes a classe que desclassifica os homens [...] Os mulatos não eram nem melhores nem piores que brancos portugueses ou negros africanos. O que eles estavam era numa situação particular, desclassificados por não terem raça mais. Nem eram negros sob o bacalhau escravocrata, nem brancos mandões e donos livres, dotados duma liberdade muito vazia, que não tinha nenhuma espécie de educação, nem meios para se ocupar permanentemente. Não eram escravos mais, não chegavam a ser proletariado, nem nada”. (Mário de ANDRADE, 1984).

Em sua obra, o modernista Mário de Andrade expõe um recorte da questão racial brasileira referente aos séculos XVIII e XIX que refletia um reconhecimento histórico e uma identidade brasileira a partir de uma consciência nacional. Ao abordar a expressão da cultura e da arte brasileira através de uma crônica sobre Aleijadinho²⁵, Mário de Andrade descreve o que acreditava ser o espaço social do segmento representado por “mulatos”. Um espaço mais livre, mas marginal e “vazio”. Vazio de possibilidades. Ao longo das discussões desta tese, o termo “mulato”, foi empregado segundo o uso socialmente vigente dos autores referenciados. Em uma abordagem mais crítica ou problematizadora da questão, percebe-se o uso do termo geralmente associado ou em proximidade a outros tais que “morenos”, ou “mestiços”, todos desprovidos de uma definição clara, flutuante entre condições e estados antagônicos. Esta flexibilidade nominativa reflete a complexidade da questão racial brasileira e as “válvulas de escape” - servindo-se do termo de Carl Degler, 1976 - sociais empregadas pela população numa tentativa de lidar com os obstáculos impostos pela racialização da mesma.

O embranquecimento social foi visto por Degler (1976) como um modo de integração dos descendentes africanos à sociedade brasileira. Para desviar dos estigmas da cor da pele, o mulato, moreno ou mestiço, transitava dentro de um gradiente de cor impreciso, que não revelava explicitamente a sua origem e podia relativizar sua posição social, manifesta por sua ocupação e condição de trabalho. Ter a cor da pele vivida dentro de um gradiente cromático, flexível socialmente, não deixava de demarcar um lugar de inferioridade e subjugação dos não brancos, mas não era um lugar intransponível. O mulato ou mesmo o preto/africano

²⁵ Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho, foi um importante artista plástico mineiro no século XVIII. Filho de pai português e mãe escrava, foi um expoente da expressão artística barroca em Minas Gerais, embora o reconhecimento por seu trabalho tenha sido por muito tempo negligenciado e marcado por questões raciais decorrentes da cor de sua pele e questões de saúde que deformaram partes de seu corpo. Cf. Olmos (1992).

proprietário de escravos nos oitocentos, podia penetrar brechas, mais possíveis de serem transpostas nos contextos mais urbanizados.

Antônio Sérgio A. Guimarães (2004) propõe a definição de embranquecimento como um processo de assimilação e absorção de indivíduos negros, principalmente intelectuais, às elites nacionais brasileiras. Nesta esteira, o autor cita alguns homens brasileiros intelectuais do século XIX, considerados negros ou mulatos por seus pares ou pela opinião pública. Dentre eles figuram Aleijadinho, Luís Gama, Manuel Querino, Lima Barreto, ou ainda Mário de Andrade. Guimarães (2004) chama a atenção para uma maior maleabilidade, ou menor dificuldade de “mulatos” ou pessoas de pele mais clara, serem aceitos num mundo branco que os negros. A consideração quanto à preferência ou maior frequência de aceitação social de intelectuais demonstra a implicação do trabalho ou da ocupação do indivíduo neste processo de inserção social. Este, por sua vez entendido segundo Schwarcz (1993), como um enquadramento de comportamentos, atitudes e práticas internalizados que levam os indivíduos a se adaptarem para procurarem um lugar na sociedade, nos leva à discussão de quais possibilidades de trabalho, ou campos de atuação, poderiam estar abertos para os não brancos no século XIX, uma vez que o acesso à “intelectualidade” era restrito e não era a única forma de ascender socialmente. A pesquisa apresentada nesta tese teve por objetivo analisar o campo de possibilidades de inserção social dos não brancos através do trabalho por eles exercido, tendo como foco de análise localidades com gradientes de urbanidade e ruralidade diferenciados, como Ouro Preto e Guarapiranga, em Minas Gerais, no século XIX.

Considerando o conceito de raça como uma construção social com critérios historicamente estabelecidos, foi observado que a escala cromática utilizada para arrolamento da população nos oitocentos não seguia esquemas rígidos de classificação, e representava um momento da vida do indivíduo, geralmente associada a sua condição social. O trabalho, foi percebido como um elemento central, estruturante das relações sociais mineiras no século XIX. O trabalho e a condição para sua realização, se constituía como um dos elementos que possibilitava a inserção e ascensão social, mesmo de não brancos, desde fossem intelectuais, artistas ou possuírem escravos.

Através da interpretação dos dados disponíveis nas listas nominativas de Ouro Preto e Guarapiranga, foi possível confirmar a hipótese de que, uma economia mais plural, diversificada e urbanizada, tal como a de Ouro Preto nos oitocentos, possibilitou maiores oportunidades de ocupação de postos de prestígio social a não brancos. Já uma economia fortemente agrária, como a de Guarapiranga, apesar de apresentar um número maior de indivíduos não brancos chefiando fogos, estes eram, em sua grande maioria, pobres, e não

alcançavam propriedade de um grande número de escravos. Esta sociedade mais agrícola mostrou-se mais fechada sobre si, com possibilidades mais restritas de ascensão social. A propriedade escrava (de grandes plantéis) era concentrada dentre as atividades tipicamente distintas da região, como a de fazendeiro. Postos de prestígio, como altas patentes militares, foram encontrados associados às atividades agrícolas, demarcando *status* social e poder, restrito a chefes brancos de fogo.

Constatou-se assim que o trabalho condicionava o gradiente de classificação da cor. Nas Minas dos oitocentos o prestígio social se elevava à medida que o trabalho exercido pelo indivíduo e sua condição social o afastava da condição escrava e, logo, do trabalho manual. As brechas abertas para inserção e projeção social dos não brancos eram exceções socialmente controladas. O homem branco, chefe de fogo, reinava socialmente e subjugava os não brancos e as mulheres, sendo estas de qualquer cor.

Um ideário de não trabalho parecia permear o imaginário da população mineira oitocentista, que ao enriquecer, de acordo com Campos (1984), tinha como principal aquisição, a compra de escravos e de imóveis. A preferência pela compra de escravos nesta sociedade parecia alimentar este ideário, ou o afastamento do trabalho manual, que era delegado ao cativo quando possível. Essa possibilidade de afastamento do trabalho, contudo, só se dava quando da aquisição de médios ou grandes plantéis de escravos, o que contradizia a realidade mineira dos oitocentos, pulverizada por pequenos plantéis de até três escravos. Em acordo com colocações de Mattos (2013), pode-se considerar igualmente que o afastamento do trabalho podia aproximar o indivíduo de uma ideia de liberdade numa sociedade escravocrata, atributo este mais frequentemente encontrado no homem branco quando comparado aos não brancos em ambas as localidades analisadas.

A ideia de não trabalho é apresentada no século XX por Manuel Querino (2018) como uma mentalidade que fomentava um ideário de riqueza fácil, advinda de uma condição dada a poucos e de discriminação do trabalho manual. Querino (2018) chama a atenção para uma realidade percebida nos dados aqui analisados para Minas Gerais nos oitocentos: a alta frequência do exercício dos trabalhos manuais e a predominância de não brancos dentre estes trabalhadores. A este respeito, o autor cita:

Esta circunstância [de se considerar o trabalho uma função degradante], porém, favoreceu aos homens de cor nas aplicações mecânicas, e mesmo algumas liberais, cuja aprendizagem valia como um castigo infligido aos humildes, como se fora ocupação infamante. Só a estes era dado trabalhar. (QUERINO, 2018, p. 16)

E mais a frente, incrementa:

Foi o trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil: foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira. (QUERINO, 2018, p. 30)

Querino (2018), tendo sido ele mesmo um intelectual não branco, defendia a ideia de protagonismo no negro na formação da civilização brasileira, como consequência de sua atuação como trabalhador nas diversas esferas e áreas do conhecimento. A atuação dos não brancos em Ouro Preto e em Guarapiranga no século XIX mostrou-se de fato diversa, embora restrita em termos de possibilidades de inserção social ou de acúmulo de propriedade escrava.

Foi possível perceber ao longo das análises, que chefes não brancos de fogos, tanto em Guarapiranga quanto em Ouro Preto, se concentravam no setor das Atividades Manuais e Mecânicas, sendo que nesta cidade havia também uma relevante participação deles enquanto comerciantes. O setor das Atividades manuais e mecânicas, grandemente representada pelas atividades têxteis é ele mesmo prisioneiro, cativo. O exercício do Alvará de Proibição das Manufaturas no Brasil em 1785, segundo Novais (2000) atesta a falta de registros de fabricas ou grandes produções manufatureiras, sobretudo têxteis. Assim, em Minas Gerais, durante o período de vigência deste regulamento, o setor têxtil existia em regime de subsistência e domesticidade, com pequenas produções. Através dos dados analisados, constata-se que, além de pequenas, estas produções tinham uma marca de cor: a dos chefes de fogos não brancos, sendo em Guarapiranga, a grande maioria mulheres.

Vigente até o ano de 1808, quando a produção manufatureira é legalmente reestabelecida no Brasil, a mesma não parece ter alçado grande desenvolvimento ou possibilidade de prosperidade, mesmo em Ouro Preto, uma vez que os chefes que exerciam tais atividades possuíam, em grande parte, o máximo de três escravos. Outra questão que a proibição de fabrica manufatureira no Brasil colônia traz é a existência da ilegalidade. A produção têxtil brasileira e a existência do contrabando interno, como apontado por Novais (2000), apontam para uma produção que se forja na ilegalidade, através de uma massa de indivíduos não brancos em busca de meios de sobrevivência e inserção social.

Enquanto brancos, em sua maioria, ocupavam os principais setores econômicos de cada localidade, seja “Outras ocupações” em Ouro Preto ou a “Agropecuária” em Guarapiranga, não brancos pareciam ocupar brechas de possibilidades de inserção social em

um mundo majoritariamente não branco, contudo, arraigado por insígnias de *status* e prestígio aliados à cor, ou qualidade branca do indivíduo.

A cor da pele dos não brancos sempre representou um obstáculo à mobilidade social ascendente, e o trabalho manual tonificava mais fortemente o gradiente racial nas Minas Gerais dos oitocentos. A classificação de “pardo” parece, tanto nos oitocentos, quanto nos dias atuais, uma tradução das possibilidades de movimentação na hierarquia social brasileira. Uma tentativa de atenuar o asfíxiamento social dos não brancos. Os dados analisados mostraram que os pardos, como meio termo numa escala cromática e social geralmente, tinham maiores oportunidades de inserção social. Aqueles arrolados como pardos nas listas nominativas dos oitocentos experimentaram, com maior frequência, tanto a posição de chefes de fogos, quanto a de proprietários de escravos, quando comparados aos crioulos, aos pretos/africanos ou mestiços. Ainda que todos tenham sido arrolados como indivíduos livres.

A condição social de livre, naquela sociedade que se aproximava da abolição e já contava com grande número de alforriados em Minas, parecia tomar, em certa medida, um caráter ordinário, que já não distinguia socialmente os indivíduos. A medida que ser livre já não era mais condição exclusiva dos poucos brancos, mas se expandia igualmente a muitos não brancos, as insígnias de diferenciação provavelmente iam também tendo suas barreiras expandidas. Tal diferenciação poderia se dar justamente através da análise das ocupações exercidas, que podiam ocultar uma condição servil de vida, quando desprovida de braços para realizar o trabalho.

As listas nominativas, apesar de ricas em informações e abrirem possibilidades diversas de investigação, não nos permitem um olhar que acompanhe a trajetória de vida do indivíduo, que seria interessante para se entender quais trabalhos ou percurso, o preto que se tornou tenente-coronel em Ouro Preto, por exemplo, percorreu. Ou ainda, se houve alteração ou relativização da cor dos não brancos. Para tanto, outras fontes deveriam ser acionadas, que fugiram do escopo da presente pesquisa. Da mesma forma, fontes complementares poderiam igualmente suprir algumas lacunas deixadas pela ausência de informações constatada em algumas listas, sobretudo as que se referem aos dados ocupacionais. Os trabalhos exercidos por não brancos nos oitocentos em Minas mostram a força demográfica e participante deste segmento social, que, embora demonstrado por pesquisas de diversas formas, segue impregnada de depreciação e menos valia ao olhar do brasileiro. Os pretos, crioulos, mestiços ou pardos, não foram somente escravos ou egressos do cativo. Foram também distintos militares, boticários, comerciantes, ou músicos. Mas não foram médicos, engenheiros ou advogados com distinção ou riqueza material. Ainda que se tornassem competentes ou

especializados nestas atividades, não conseguiram, ou não quiseram alcançar o ideário de acúmulo de propriedade escrava comum à época.

A investigação a respeito das ocupações exercidas por não brancos nos oitocentos é um campo repleto de possibilidades de novos desdobramentos, o que pode auxiliar a compreender e explicitar os caminhos que a sociedade brasileira tem trilhado e as formas que podem vir aumentando ou favorecendo a desigualdade racial. Esta tese não pretendeu encerrar uma discussão ou impor verdades. No caminho interpretativo que foi seguido, buscou-se uma aproximação de fatos de um tempo pretérito através de métodos, teorias e documentos que aportaram um retrato de um dado momento da história de Ouro Preto e Guarapiranga. Estas interpretações acabam por nos demonstrar permanências sociais nos dias atuais, ainda que de outras formas através de outros modelos econômicos, que requerem portanto intervenções adaptadas a seu tempo. Espera-se que estes achados possam contribuir com discussões afins, e somar com a tentativa de desvelar uma sociedade brasileira não branca, trabalhadora, e com méritos por suas lutas e conquistas.

5. REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila M. Famílias e vida doméstica. *In*: Novais, Fernando A.; Mello e Souza, Laura (orgs.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.83-154.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822**. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; RANGEL, Ana Paula dos Santos; SOBRINHO, Juliano Custódio; MONTEIRO, Livia Nascimento. Os homens ricos das minas nas malhas do império português. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora, volume 7, número 2, jul-dez, 2009.

ANDRADE, Francisco Eduardo; REZENDE, Dejanira Ferreira de. Estilos de minerar. Ouro nas Minas Gerais escravistas, século XVIII. **Revista de História**. São Paulo, n.168, p.382-413, jan-jun.2013.

ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês?: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

_____. O ouro que escorre do alambique: riqueza, hierarquia social e propriedade de engenhos em Minas Gerais – o caso da freguesia de Furquim (1821 – 1850). *In*: Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Diamantina. **XIII Anais do Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

_____. Economia urbana de Ouro Preto no século XIX através das escrituras cartoriais. *In*: III Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2011, Curitiba. **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. Negociantes e capitalistas: transformações das práticas mercantis no Brasil imperial, em meados do século XIX, Ouro Preto, Minas Gerais. **América Latina en la Historia Económica**, v. 27, n.1, 2020.

ANDRADE, Mário de. O Aleijadinho. *In*: _____. **Aspectos das Artes Plásticas no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p. 19-20.

ANDRADE, Mateus Rezende de. **Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, Freguesia de Guarapiranga (c1760-c1850)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte:

Itatiaia/Edusp, 1982.

ANTUNES, Álvaro Araújo ; SILVEIRA, Marco Antônio . Deixando de ser fronteira: território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga. **Varia História** , v. 35, p. 857-893, 2019.

BARBOSA, Giselle Machado. As parteiras legalizadas nos documentos da Fisicatura-mor (1808-1828): reflexões iniciais. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14º, 2014, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Belo Horizonte, 2014.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out-dez. 2008.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

BASTIDE, Roger ; RAVEAU, François. Variations sur le Noir et le Blanc. **Revue française de sociologie**, IV, p. 387-394, 1963.

BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora Século XIX. **Faces da História**, v. 3, n. 2, p. 113-135, 6 set. 2016.

BLASER, Thomas et al . Raça, ressentimento e racismo: transformações na África do Sul. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 35, p. 111-137, dez. 2010.

BONOMO, Juliana Resende. **O que é que a quitandeira tem? Um estudo sobre a memória e a identidade das quitadeiras de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e Política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

BOCHSLER, Yann; KOCH, Martina; KEHRLI, Christin. Integration et insertion (sociale et professionnelle). In: BONVIN, Jean-Michel et al (org). Dictionnaire de politique sociale suisse. Zurich: Ed. Seismo, 2020. p.284-286.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liliana Maria. **Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Ed. Dimensão, 2008.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social**, v.17, n.1, p. 321-341, 2005.

BOXER, Charles. **Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.

CABRAL, Dilma. Cirurgião-mor do Reino, Estados e Domínios Ultramarinos. Dicionário Período colonial. **Arquivo Nacional MAPA**. 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/154-cirurgiao-mor-do-reino-estados-e-dominios-ultramarinos>.

CAIXETA, Vera Lucia. Parteiros mineiras oitocentistas: entre a institucionalização e as práticas costumeiras. *Sæculum – Revista de História*, n. 31, 31 dez. 2014.

CAMPOS, Alzira Lobo de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). **Revista de História**. São Paulo: USP, n.117: p.27-69, 1984.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e Povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. **Varia História**. v.23, n. 38, p.574-596, jul-dez.2007.

CASCUDO, Luís Da Câmara. **Sociologia do açúcar**. Rio de Janeiro: MIC, Serviço de Documentação do Instituto do Açúcar e do Alcool, Coleção Canavieiras, 1971.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n.19, 2010.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Aspectos econômicos em uma sociedade agrária (Rio Pardo, século XIX): evidências na composição da riqueza local. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.13, n.25, jul-dez, 2012.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Disponível em: <http://bit.ly/3aUMkxj>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CORREA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e a "garantia da ordem social". **Revista USP**, n.68, p. 130-139, 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE-USP, 1979.

COSTA, Iraci del Nero da. Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 151-157, 1981.

COSTA, Iraci Del Nero da. **Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

COSTA, Iraci del Nero da. *In*: RIBEIRO, M. A. R.; CUNHA, M. F. da. Um encontro entre História Econômica e Demografia Histórica: Iraci del Nero da Costa. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 197–222, 2018.

CUNHA, Alexandre Mendes . No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 40, p. 25-45, 2007.

_____. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 11, p. 57-70, 2009.

CUNHA, Alexandre Mendes ; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. *In*: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.

DA COSTA JUNIOR, José Airton Ferreira. O sistema de milícias no Brasil oitocentista. *In*: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-SC: ANPUH , 2015.

DEBRET, Jean Baptite. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, ano II, n. 14 e 15, p.141-308 , maio e junho 1944.

DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos E.U.A.** Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Tradução e revisão: Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850)**. Tese de professor titular defendida junto ao Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

FAZITO, Dimitri. Análises qualitativas na Demografia: um exercício de autocrítica dos fundamentos e práticas no campo demográfico. **Demografia em Debate**, v.2, p.24-38, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FONSECA, Claudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. **Varia História**. Belo Horizonte, n.29, jan.2003.

_____. **Arraiais e Vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011, 731 p.

_____. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, 2012.

FONSECA, Marcus Vinicius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

FRANCO, Maria Slyvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRANK, Zephir L. **Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 49. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande&senzala**.17 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

FRY, Peter. As aparências que enganam: reflexões sobre 'raça' e saúde no Brasil. In: MONTEIRO, S., and SANSONE, L., org. **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 121-135.

GALVÃO, Marcio Antônio Moreira; SOUZA, Breno Bernardes de. Antecedentes históricos do curso de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista Médica de Minas Gerais**, v.24, n.3, p.409-419, 2014.

GODOY, Marcelo Magalhaes. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX**. Texto para discussão nº109. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

GODOY_____. Espaços Canavieiros Regionais e Mercado Interno – subsídios para o

estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais. *In: Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. **Anais X Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

GODOY_____. Fazendas Diversificadas, Escravos Polivalentes: caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no século XIX. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, 2004.

_____. O primado do mercado interno : a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.38, p. 815-848, 2008.

GODOY, Marcelo Magalhães ; SILVA, Leonardo Viana da . As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. **LPH Revista de História**, Ouro Preto, v. 9, p. 59-110, 1999.

GODOY, Marcelo Magalhães *et al.* Dicionário das ocupações em Minas Gerais no século XIX, acompanhado de estudo histórico em torno da economia e sociedade mineira provincial. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 15, p. 161-192, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambu. **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2008.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.27, n.1, p-161-191, jan/jun. 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade. Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. *In: Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas*, 2003, Caxambu. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, 2003.

GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. *In: Seminário sobre a Economia Mineira*, 2004, Diamantina. **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

GOULART, Nestor. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial: recursos para a renovação do estudo de História e Geografia do Brasil. **Revista Brasileira Estudos pedagógicos**. Brasília, v.81, n.198, p.366-379, maio/ago.2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de

casamento o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 184-207, Junho 2007.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social : Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). **Topoi**, v. 7, n. 13, p. 379-423, 2006.

_____. Estratégias de mobilidade social em sociedades escravistas, uma análise comparada (Porto Feliz/São Paulo/Brasil e Torbee/São Domingos, séc. XVIII e XIX). **Fronteiras**, v.10, n.18, p.51-93, dez 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. *In*: **Raça : novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA; 2008.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, v. 20, n. 20, p. 265-271, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. n. 1, pp. 5-27. 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Metais e pedras preciosas. *In*: HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1982. p.259-310.

IBGE. Recenseamentos gerais e estatísticas populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/História-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

IBGE. **Características raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: 2008/IBGE**, Coordenação de População de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284242>

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. *The Middle Passage, Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*, Princeton, 1978.

KRAAY, Hendrik. ‘O abrigo da farda’: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Afroasia**, n.17, 1996.

LANGE, Francisco. Os irmãos músicos da irmandade de São José dos homens pardos de Vila Rica. **Revista de Estudos Históricos**. Marília, n.7, 1968.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, Tiago Pereira. **Da promessa à confirmação: alforrias, legados e heranças aos escravos e libertos da região de Guarapiranga, Minas Gerais (c : 1820 – 1871).** Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

LELOUP, Yves. *Les villes du Minas Gerais.* Paris: Université de Paris, 1970.

LEMOS, Gusthavo. **Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856.** Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LEONI, Aldo Luiz. **Os que vivem da arte da musica – Vila Rica, século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/São Paulo, 2007.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Notas sobre a produção têxtil brasileira: novas evidências de Minas Gerais. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 97-125, 1997.

LIBBY, D. C. ; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephir. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.29, n.58, p.383-415, 2009.

LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Alencastro. Reconstituindo a liberdade – alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. **Varia História**, Belo Horizonte, v.30, p.135, 2003.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias atlânticas : percursos para a Liberdade: africanos descendentes na Capitania dos Guayazes.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

LOTT, Miriam Moura . A Lista Nominativa de 1838: características demográficas, econômicas e sociais de Ouro Preto. *In*: Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Diamantina. **XIII Seminário sobre a economia mineira.** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008.

_____. **Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade; Ouro Preto: população, família e sociedade, 1838-1897**; Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, Junho 2010 .

MACEDO, Concessa Vaz de. A indústria têxtil, suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 207-232, Junho 2006 .

MACHADO, Maria Helena P. T. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo: a Cidade no Império, 1823-1889**. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.14, n.41, p.141-158, Out. 1999.

_____. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, S., and SANSONE, L., org. **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, pp. 14-44.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX**. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

_____. Da escravidão à autonomia produtiva: trabalho e família nos domicílios de forros em Minas Gerais. Freguesia de S. José do Rio das Mortes, 1795-1831. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2013.

_____. Os senhores de pouco escravos em Minas Gerais: escravarias e tráfico negreiro em São José do Rio das Mortes, 1795-1831. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, v. 10, n.1, p. 123-145, jan-jul. 2017.

MALEVAL, Isadora Tavares. O Instituto Histórico e Geográfico como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**, Rio de Janeiro, v.20, n.42, p.627-650, 2019.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. Economia e demografia nas Minas oitocentistas. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. **Janelas de Treliça: Mulher e Trabalho na Província de Minas Gerais**. Textos para Discussão n.69, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1994.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Produção econômica de Minas Gerais em meados só século XIX. *In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, 2003, Caxambu. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, 2003.

MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. *In: Seminário sobre a Economia Mineira*, 1983, Diamantina. **Anais II Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1983.

_____. Tesouro Revelado. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.51, p. 81-103, jan-jun. 2015.

MATHIAS, Herculano Gomes. **Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo de Saquarema**. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 323 p.

MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimentos e cotidiano em Minas Colonial. *In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007. p. 337-358.

_____. **Artes Fabris e Ofícios Banais: o Controle dos Ofícios Mecânicos Pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)**. Belo Horizonte : Fino Traço Editora. 2013.

MESGRAVIS, Laima . Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, p. 799-811, 1983.

MONTALVÃO, Christiane. Composição social e distribuição espacial dos habitantes de Vila Rica na década de 1810. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Texto para discussão nº163. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão da identidade entre classe e raça. *In: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI*, 2004, João Pessoa. **História do Direito I**. João Pessoa: Ed. Conpedi, 2004, p.113-129.

MOTT, Maria Lúcia. Parteiras: O outro lado da profissão. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 117-140, 2005.

MOURA, Denise. **Saindo das sombras: Homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: CMU Publicações, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*[S.l: s.n.], 2004.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 277-291, jun. 2010.

NASCIMENTO, Flavia Brito do, et al. Espaço doméstico: encontros possíveis entre gênero e cultura material. *In: Nascimento, Flavia Brito do, LIRA, José; RUBINO, Silvana (orgs). Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

NEVES, Márcia das. **Nina Rodrigues: as relações entre mestiçagem e eugenia na formação do povo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOVAIS, Fernando Antonio. A proibição das manufaturas no Brasil e a Política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*. São Paulo, v. 142-143, p. 213-237, 2000.

NUNES, Aline Vieira de Lima; CAMINO, Leoncio. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? **Psicologia e Sociedade**. Recife, v.23, n.1, p.135-143, 2011.

NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n.40, p.161-176, 2001.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Texto para discussão N°996. Brasília, nov.2003.

OLMOS, Ana Cecília Arias. O Aleijadinho: duas perspectivas. **Travessia**, n.25, 1992.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paula, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D.H. Fontes para o estudo de Minas oitocentistas: Listas nominativas. *In: Seminário sobre a Economia Mineira, 1990, Diamantina. V Seminário sobre a economia mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990.

PAIVA, Clotilde Andrade ; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Minas Gerais 1831: notas sobre a estrutura ocupacional de alguns municípios. *In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 1986, Belo Horizonte. **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 1986. p. 63-92.

PANDOLFI, Fernanda C. Discriminação Racial e Cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). **Revista de História**, v. 179, p. 1-37, 2020.

PENA, Sérgio D. J.: Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 321-46, mai-ago. 2005.

PEREIRA, Fabricio Luiz. **Ofícios necessários para a vida humana: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730 – 1808)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, Etnicidade e Origem nos Censos de EUA, França, Canadá e Grã-Bretanha. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n.3, p. 533-561, 2002.

PETRUCCELLI, José Luis. Autoidentificação, identidade, étnico-racial e heteroclassificação. *In: Estudos e análises, Informação Demográfica e Socioeconômica. Características étnico-raciais da população: Classificações e identidades*. Petrucelli, José Luis. e SABOIA, Ana Lucia (org.). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PIMENTA, Tânia Salgado. Médicos e cirurgiões nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n.22, p.88-119, ago.2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

POPINIGIS, Fabiane. ‘Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras’: Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro mercado público de Desterro -1840-1890. **Afro-Ásia**. Salvador, n.46, p.193-226, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRECIOSO, Daniel. **Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca. 2010.

_____. Aspectos da música religiosa na colônia: regentes, compositores e instrumentistas pardos (Vila Rica, 1770-1808). **Revista Histórica**. São Paulo, n.50, out. 2011.

PRIES, Ludger; BEKASSOW, Natalia. Discriminação e Racismo na União Europeia: diagnóstico de uma ameaça negligenciada e da investigação científica correspondente. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 176-211, Dec. 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

QUERINO, Manuel Raimundo. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. v.5, 2ed.. Jundiá: Cadernos do mundo inteiro, 2018.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family. **The Hispanic American Historical Review**, v. 73, n.4, 639-662. 1993.

REIS, João José . De escravo rico a liberto: a história do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. **Revista de História** , v. 174, p. 15-68, 2016.

REZENDE, Dejanira Ferreira. de. **Mineração nos morros das Minas Gerais : conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos militares de patentes intermediárias do Exército Imperial brasileiro durante a Guerra dos Farrapos. **Locus Revista de História**. Juiz de Fora, v.15, n.1, p.99-110, 2009.

RIOS, Wilson. A lei e o estilo. **A inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira. Salvador e Vila Rica 1690-1790**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODARTE, Mario M. Sampaio. **O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinência do Antigo Núcleo Central Minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

_____. **O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. (Tese de doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RODARTE, Mario M. S. ; PAULA, João Antonio de ; SIMÕES, Rodrigo F. Rede de Cidades em Minas Gerais no Século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo: HUCITEC/ ABPHE, v. 7, n.1, p. 7-45, 2004.

RODARTE, Mario M. S. ; GODOY, Marcelo M. . Pródromos da Formação do Mercado Interno Brasileiro. Um Estudo de Caso das Relações entre Capital Mercantil, Rede de Cidades e Desenvolvimento Regional, Minas Gerais na Década de 1830. In: XII **Seminário sobre a Economia Mineira**, 2006, Diamantina-MG. Anais, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. Disponível em : <http://books.scielo.org>

ROMÉRO, Silvio. **A Litteratura Brasileira e a critica moderna: Ensaio de generalização**. Rio de Janeiro, RJ: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880.

RUGENDAS, Johann Moritz. Imagens e notas do Brasil. Revista do Patrimônio Historico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, v.13, 1956.

SALDANHA, Flavio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1830. **Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, 1975.

SAMARA, Eni Mesquita de. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v.11, n.3, p.159-168, 1981.

SAMARA, Eni Mesquita.; COSTA, Dora Isabel Paiva da. Family, patriarchalism and social change in Brazil. **Latin American Research Review**, vol. 32, n. 1, p. 212-225, 1997.

SANTOS, Amália Cristóvão dos. Cartografia da População: São Paulo, 1776. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2011, Curitiba. **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica e Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. 268 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SETTE, Mario. **Arruar: história pitoresca do Recife antigo**. Rio de Janeiro: 2 ed. ECB Aumentada. 1948.

SILVA, Antonio de Moraes, 1755-1824. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Raphael BLUTEAU/ reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: na Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol.

SILVA, René Marc da Costa. O não-branco, o sertão, e o pensamento social brasileiro. **Prismas: Direito, Políticas públicas e Mundialização**. Brasília, v.3, n.2, p.427-454, jul/dez.2006.

SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. *In*: XV Seminário sobre a Economia Mineira. **Anais do Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2012.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**. São Paulo, n.169, p.111-144, dez.2013.

SILVA, Wellington Barbosa. Sob o Império da necessidade: Guarda Nacional e policiamento no Recife oitocentista (1830-1850). **Revista CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, 2019.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v.18, n.3, p.449-495, set/dez.1988.

_____. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Jorsalete Magalhaes. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais,. Belo Horizonte, 2009.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, n.16, p.107-142, mar/ago. 1988.

SOARES, Rodrigo Goyena. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do Império. Notas preliminares sobre as classes imperiais. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.20, n.41, p.446-489, mai-ago. 2019.

SOUZA, Adriana Barreto de. O meio militar como arena política: conflitos e disputas por direitos no Regimento de Homens Pardos do Rio de Janeiro, 1805. **Revista Tempo**. Niterói, v. 26, n.2, Julho, 2020.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Ed. Leya, 2017.

SOUZA, Rafael de Freitas e. **Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: A Mina de Passagem de Mariana (1863-1927)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPITZER, Leo. **Lives in between: assimilation and marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945**. Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

STAVENHAGEM, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. In: VELHO, Otávio Guilherme et al (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Pelos serviços prestados: o perfil do escravo alforriado em Mariana no período 1840-1888. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 127-159, Mar. 2016.

TOSTES, Ana Paula Cabral. Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime. In: **Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh- Rio de Janeiro, Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

VAL, Andréa Vanessa da Costa; CAÇADOR, Tânia. Os topônimos das cidades mineiras como instrumento para construção da História do Poder Judiciário. In: **Jurisprudência mineira**. Belo Horizonte: n.198, p. 13-42, jul-set. 2011.

VALLE SILVA, Nelson do. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

VELLASCO, Ivan de A. O labirinto das ocupações: uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 32, p. 190-210, 2004.

VELLOSO, Verônica Pimenta. **Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): praticas e saberes**. Tese (Doutorado em História) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC**. São Paulo, n.22, p.145-189, jul/dez. 2016.

VIEIRA, Mônica. Trabalho, qualificação e a construção social de identidades profissionais nas organizações públicas de saúde. **Revista Trabalho, educação e saúde**, v.5, n.2, p. 243-260, 2007.

WADE, Peter. Raça e etnia na era da ciência genética. *In*: HITA, M. G. (org.). **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

WAGLEY, Charles et al., **Race and class in rural Brazil**. Paris, Unesco. 1951.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery**. Richmond, 1944.

ZAMPERLINI, Carolina . Fortuna e escravidão nas Minas Gerais: A Freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX. *In*: 2º Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social, Juiz de Fora. **Anais do II Colóquio do Lahes: Micro história e os caminhos da história social**. Juiz de Fora, 2008.

APÊNDICE A

Relação das ocupações da população total de Ouro Preto presentes nas listas nominativas, 1838.

OUTRAS OCUPAÇÕES	ATIV. MANUAIS E MECÂNICAS	AGROPECUÁRIA	COMERCIANTE	MINERAÇÃO
Advogado	Alfaiate	Engenheiro	Caixeiro	Fiscador
Agência	Caldeireiro	Hortelão	Carniceiro	Mineiro
Alferes	Carpinteiro	Lavrador	Estalajadeira	
Boticário	Costureira		Negociante	
Carreiro	Ferreiro		Tropeiro	
Criador	Fogueteiro			
Eclesiástico	Funileiro			
Empregado publico	Latoeiro			
Escrivão	Marceneiro			
Feitor	Pedreiro			
Jornaleiro	Sapateiro			
Lavadeira	Seringueiro			
Lenheiro				
Médico				
Militar				
Músico				
Ourives				
Porteiro				
Sacristão				
Servente				
Solicitador				
Tenente-coronel				
Viajante				
Vive de renda				

APÊNDICE B

Relação das ocupações da população total de Guarapiranga presentes nas listas nominativas, 1831-1832.

OUTRAS OCUPAÇÕES	ATIV. MANUAIS E MECÂNICAS	AGROPECUÁRIA	COMERCIANTE	MINERAÇÃO	DESOCUPADO
caldeireiro e lavrador	alfaiate	lavrador	caixeiro	mineiro	pobre em companhia de seu pai
carreiro	caldeireiro	lavradora	negociante	mineira	
cirurgião	carpinteiro	manufatura tab.	quitandeira		
cobrador	costureira		tropeiro		
de suas ordens	ferreiro				
escrivão deste júzo	fiadeira				
feitor	latoeiro				
jornaleiro	ourives				
juiz de paz	pedreiro				
lavadeira	quitandeira				
negociante	rendeira				
parteira	sapateiro				
Pescador(a)	tecedeira				
professor das primeiras letras	torneiro				
sapateiro	violeiro				
tropeiro					
vigário					

APÊNDICE C

Teste do *Qui-quadrado* (X^2) entre chefes brancos e não brancos por setores de atividade, Guarapiranga. 1831-1832.

		Setores de atividade							Total
		S/ inf.	AG	MN	AMM	CM	OO	DS	
Branco	Contagem	5	33	2	26	15	24	1	106
	Contagem Esperada	3,4	18,8	3,1	44,7	10,5	23,4	2	106
Não branco	Contagem	7	33	9	131	22	58	6	266
	Contagem Esperada	8,6	47,2	7,9	112,3	26,5	58,6	5	266
		12	66	11	157	37	82	7	372
		12	66	11	157	37	82	7	372

APÊNDICE D

Ocupações dos chefes não brancos.

As ocupações dos chefes não brancos de Ouro Preto e Guarapiranga são apresentadas por setor, destacando-se somente aquelas que apresentaram maior frequência e presença de plantel de escravos. As ocupações em comum em cada um dos locais ambientes encontram-se assinaladas em negrito:

- No setor CM, a ocupação de **negociante** foi comum a chefes não brancos em Ouro Preto e em Guarapiranga, como aquela mais frequente neste grupo de chefes e com maior capacidade de acumulação de escravos, ambos com o máximo de nove escravos/fogo.

COMÉRCIO			
GUARAPIRANGA		OURO PRETO	
Ocupação	N	Ocupação	N
caixeiro	2	caixeiro	2
negociante	14	carniceiro	2
quitandeira	4	negociante	66
tropeiro	2	tropeiro	10
Total	22	Total	80

- Na AG, a ocupação de **lavrador** foi a mais frequente e com maior número de escravos dentre chefes não brancos. Em Guarapiranga houve o máximo de seis escravos/fogo e em Ouro Preto, nove escravos/fogo.

AGROPECUÁRIA			
GUARAPIRANGA		OURO PRETO	
Ocupação	N	Ocupação	N
jornaleiro	1	hortelão	5
lavrador	26	lavrador	13
lavradora	6	Total	18
Total	33		

- Nas AMM, chefes não brancos de Guarapiranga tiveram maior frequência na ocupação de fiadeira, porém comumente sem escravos. A atividade de tecedeira foi a segunda mais frequente e com maior número de escravos (N=3) neste distrito. Em

Ouro Preto, os alfaiates foram os mais frequentes, porém foi entre os **ferreiros** que se encontrou o maior número de escravos (N=8).

ATIVIDADES MANUAIS E MEC.			
GUARAPIRANGA		OURO PRETO	
Ocupação	N	Ocupação	N
alfaiate	5	alfaiate	16
carpinteiro	8	caldeireiro	1
costureira	2	carpinteiro	14
ferreiro	6	ferreiro	13
fiadeira	79	fogueteiro	1
ourives	1	funileiro	2
quitandeira	1	latoeiro	1
rendeira	4	louceiro	2
sapateiro	6	marceneiro	6
tecedeira	17	ourives	4
torneiro	2	pedreiro	4
Total	131	sapateiro	12
		serigueiro	1
		Total	77

- Apenas chefes não brancos foram arrolados com ocupações no setor MN em Guarapiranga, todos pequenos mineradores com no máximo dois escravos/fogo. Em Ouro Preto, chefes não brancos também predominaram neste setor com pequenas posses de escravos. Havia somente um chefe branco arrolado neste setor, em situação distinta dos demais, com 20 escravos.

MINERAÇÃO			
GUARAPIRANGA		OURO PRETO	
Ocupação	N	Ocupação	N
mineiro	9	faiscador	4
Total	9	mineiro	11
		Total	15

- A ocupação de jornaleiro foi a mais frequente no setor OO dentre chefes não brancos em Guarapiranga, todas atividades deste setor se mostraram como pouco rentáveis para estes chefes, que possuíam no máximo um escravo/fogo. Já em Ouro Preto, este setor se mostrou o mais promissor por apresentar pequenos, médios e grandes plantéis dentre chefes não brancos. Ocupações tais que as de **boticário, músico, e militar**,

estiveram associadas a chefes não brancos com médios plantéis. A ocupação de **tenente-coronel**, ainda que em como um único exemplo, apresentou um plantel de 24 escravos para um chefe africano. Este setor se mostrou o mais diversificado em ocupações e tamanho de plantéis para chefes não brancos em Ouro Preto.

“OUTRAS OCUPAÇÕES”			
GUARAPIRANGA		OURO PRETO	
Ocupação	N	Ocupação	N
carreiro	1	advogado	1
feitor	1	agência	1
jornaleiro	45	boticário	1
lavadeira	5	criador, mineiro	1
parteira	2	empregado público	2
pescadeira	2	jornaleiro	2
pescador	1	lavadeira	1
sapateiro e músico	1	lenheiro	1
Total	58	médico	1
		militar	17
		músico	3
		servente	1
		tenente-coronel	1
		viajante	4
		Total	37